

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação e Cultura

Plano de Ação de Educação e Cultura

1980
1983

3) "1980.83"

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Plano de Ação de Educação e Cultura

Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Plano de ação de educação e cultura, 1980-83. Rio de Janeiro, 1980.

436 p.

1 — Educação e Cultura — Plano de Ação — 1980-83.

2 — Plano de Ação — Educação e Cultura — 1980-83.

I — Título

CDU 371



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Plano de Ação de Educação e Cultura

1980-83

RIO DE JANEIRO
1080

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Antônio de Pádua Chagas Freitas

SECRETARIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Arnaldo Niskier

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Edília Coelho Garcia

CHEFE DE GABINETE

Cylene Castellões Gallart

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
1 — CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO EDUCATIVO E CULTURAL DO ESTADO	15
1.1 — Perfil Sócio-Econômico	15
1.2 — Perfil Cultural	20
1.3 — Análise dos Indicadores Educacionais	22
1.4 — Caracterização das Regiões-Programa para Efeito do Planejamento Edu- cacional	39
2 — POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	79
2.1 — Diretrizes	79
2.2 — Estratégias	79
3 — PROGRAMAS	81
3.1 — PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ATENDIMENTO DO PRÉ- ESCOLAR	81
3.1.1 — Subprograma de Ampliação do Atendimento ao Pré-Escolar ..	82
3.1.2 — Subprograma de Currículos para a Educação Pré-Escolar	83
3.2 — PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO	83
3.2.1 — Subprograma de Ensino de 1.º Grau	85
3.2.2 — Subprograma de Ensino de 2.º Grau	87
3.2.3 — Subprograma de Ensino Supletivo	88
3.2.4 — Subprograma de Educação Especial	90
3.3 — PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO	92
3.3.1 — Subprograma de Saúde Escolar	92
3.3.2 — Subprograma de Nutrição Escolar	93
3.3.3 — Subprograma de Bolsas de Estudo	94
3.3.4 — Subprograma de Transportes para Escolares	95
3.3.5 — Subprograma do Livro Didático	95
3.3.6 — Subprograma de Associações de Assistência ao Educando ..	96
3.4 — PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO	97
3.4.1 — Subprograma de Otimização do Desempenho do Pessoal de Ma- gistério	98

3.4.2 — Subprograma de Desenvolvimento do Pessoal Técnico e Administrativo de Educação.	99
3.4.3 — Subprograma de Apoio às Ações de Desenvolvimento de Recursos Humanos.	99
3.5 — PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL	101
3.5.1 — Subprograma de Administração do Sistema Educativo-Cultural	101
3.5.2 — Subprograma de Municipalização do Ensino de 1.º Grau.	103
3.6 — PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	104
3.6.1 — Subprograma de Promoção Cultural.	105
3.6.2 — Subprograma de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ecológico.	106
3.6.3 — Subprograma de Melhoria de Equipamento Cultural.	107
3.7 — PROGRAMA DE PESQUISA.	107
3.8 — PROGRAMAS ESPECIAIS.	110
3.8.1 — Programa de Educação Física e Desportos.	110
3.8.2 — Programa do Bem-Estar do Menor.	111
3.8.3 — Programa de Ensino Superior.	120
4 — RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.	123
ANEXOS	
A — Indicadores educacionais: informações estatísticas.	131
Relação de Quadros.	133
B — Estrutura básica da SEEC/RJ.	433

Apresentação

O presente Plano de Ação de Educação e Cultura expressa a política adotada pelo Estado do Rio de Janeiro para o setor Educação e Cultura no quadriênio 1980-83 e caracteriza a programação a ser desenvolvida, respaldada pelo conhecimento pormenorizado da realidade sobre a qual a administração do sistema irá atuar.

Bem mais do que o cumprimento de uma obrigação legal, este plano quadrienal pretende redirecionar o tratamento das questões da Educação e da Cultura na terra fluminense, contribuindo para a alteração de um quadro que a "Caracterização do acervo educativo e cultural do Estado", capítulo de abertura deste documento, espelha e denuncia.

A elaboração deste Plano levou em conta as grandes linhas traçadas para o desenvolvimento econômico e social do País e já se valeu de subsídios levantados, em âmbito nacional, com vistas à elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos.

A montagem do PAEC — 1980-83 nesta Secretaria de Estado de Educação e Cultura não se fez como mero trabalho de gabinete. A partir de prioridades de Governo e da definição de diretrizes político-filosóficas, foi elaborado um documento preliminar cuja análise deu ensejo ao envolvimento de praticamente todo o corpo da Secretaria, mobilizando até mesmo os seus órgãos periféricos, e os próprios Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura.

Desta participação efetiva no planejamento global, pode-se esperar — e esperamos — a adesão de todos e de cada um para que haja ações harmoniosas em cada nível em que planejamento e execução ocorrem no organismo do setor Educação e Cultura.

Os Programas, que efetivamente comparecem integrados, darão margem a projetos e atividades pela via dos quais a ação terá lugar. E estes mecanismos operacionais, colocados a serviço de objetivos, variarão em especificidade de acordo com as diferenciações regionais e locais. Para tanto é que se incorpora ao Plano um capítulo nitidamente de apoio: a "Caracterização das Regiões-Programa para efeito do planejamento educacional."

A apresentação deste Plano de Ação de Educação e Cultura — PAEC, dá oportunidade a algumas reflexões que nos parecem bastante oportunas.

O processo de desenvolvimento do Brasil, que vem custando o esforço de várias gerações, criou especificamente para nós, fluminenses, um desafio próprio que nos cabe vencer. No espaço de pouco menos de duas décadas, a cidade do Rio de Janeiro despiu-se de sua condição de Capital, assumindo as obrigações e características de uma Cidade-Estado, para logo depois se transformar em simples município. Por outro lado, o Estado do Rio de Janeiro, que vinha encontrando sérios problemas desde os fins do Império, com o cansaço de suas lavouras e a fixação do pólo industrial em São Paulo, viveu marginalizado durante anos, pagando o injusto preço de sua vizinhança com a ex-Capital Federal.

Foi pensando nessa peculiaridade de nossa formação geo-política que o governo federal decidiu promover a Fusão o que deu ao Estado fluminense, uma grande metrópole. Ainda discutida em suas linhas gerais, a Fusão é a realidade com que nos defrontamos e sobre a qual poderemos repetir a frase-programa de Nóbrega "ESTA TERRA É A NOSSA EMPRESA".

Há cinco anos da entrada em vigor da Lei Complementar n.º 20 (Fusão) e há alguns meses do segundo governo no novo Estado do Rio de Janeiro, acreditamos superadas algumas dificuldades de acomodação das infra-estruturas pré-existentes e, ao mesmo tempo, sedimentada a síntese necessária para que a nova unidade da Federação decole para o seu natural destino.

A Vocação energética

O Brasil — e o mundo inteiro — vivem o drama da energia, cujas sombrias perspectivas estão criando uma situa o quase neur tica para os futur logos. Em nível mais responsável, governantes e técnicos sabem que o desafio   dos mais graves para a civiliza o. Justamente numa hora crítica como a que vivemos — e sem qualquer veleidade ufanista — podemos verificar que o Rio de Janeiro tem uma inegável voca o energética.

Em 1985, seremos o principal produtor de petróleo do país, retirando da plataforma continental da região Macaé-Campos, 500 mil barris/dia — uma produ o bem superior   atual, de todo o Brasil. O Norte fluminense colocar  no mercado, daqui a seis anos, 1 bilhão de litros/ano de álcool combustível — o que representar  10% da produ o nacional prevista para aquela data. Simultaneamente, as usinas nucleares de Angra — 1 e 2 estarão gerando 1 mil e 900 megawatts, com um acréscimo previsto de 1 mil 300 MW para o ano seguinte, quando entrará em funcionamento a terceira unidade. Além disto, nessa época já estarão acionadas as primeiras turbinas de Itaipu, com uma linha de transmissão passando através do Rio de Janeiro. Em Itaguaí, dependendo de aprova o do Governo Federal, estará em atividade a usina de gaseifica o do carvão (6 milhões de m³ o dia), um dos projetos mais ambiciosos no setor da Energia.

Como pólo de atra o de investimentos, o Estado contará, dentro dos próximos anos, com cinco projetos que gerarão uma nova realidade sócio-econômica: a ultima o do terceiro e final estágio da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, com o total de 3,6 bilhões de dólares, para produzir, daqui a dois anos, cerca de 4,6 milhões de toneladas, o dobro ao atual; a implanta o da VALESUL (370 milhões de dólares) em Campo Grande e Resende; a De Millus (210 milhões de dólares) em Macaé; e a GETEC (55 milhões de dólares) em Jacarepaguá. Todos esses projetos geram necessidades de recursos humanos, o que somente pode ser atendido por uma escola renovada e de vanguarda.

Além de receber esses investimentos específicos, o Governo Chagas Freitas promover  a revitaliza o da indústria de constru o naval, a mais importante do Estado até aqui, e a reativa o do setor agrícola, cujos projetos incluem o plantio de café — primeira riqueza da terra fluminense, ponto de sustenta o das estruturas econ micas e políticas do Império.

A essas diretrizes, pode-se somar a agressividade de uma mentalidade turística, que constitui a mais natural de nossas voca es econ micas.

Essas são algumas das mais importantes e reais perspectivas a curto prazo, que serão transferidas   gera o seguinte, pois nos cabe realiz las com a urgência de um país que tem pressa de se apoderar de seu futuro.

Distribuição de riquezas

O Governo Federal admite que contraiu dívidas históricas para com o Rio de Janeiro. Entre o reconhecimento platônico desse compromisso e a efetivação de medidas concretas em benefício do novo Estado — que a União quer grande e poderoso — cabem perfeitamente as nossas reivindicações.

O sistema oriundo da Lei Complementar n.º 20, de 1.º de julho de 1974, comporta amplas reformas, sobretudo no que se relaciona à distribuição de verbas. Basta lembrarmos esse dado revelador: a União arrecada anualmente 104 bilhões e 700 milhões de cruzeiros no Rio de Janeiro, através da cobrança de diversos impostos e nos transfere apenas 5 bilhões e meio. Temos uma taxa populacional elevada, representando 10% da população do país, ou seja, 11 milhões e meio de fluminenses.

A realidade econômico-financeira do novo Estado do Rio de Janeiro condiciona, mas não determina a visão social que dele pretendemos. Por isso mesmo, se tivéssemos de expor numa única frase o programa, a linha de ação primeira e maior do atual governo estadual, diríamos que as instruções emanadas do centro de decisão podem ser resumidas numa palavra de ordem: o importante é investir no homem. Dai se deduz, e logo num primeiro desdobramento, a importância da educação no sistema político e administrativo estabelecido pelo governador Chagas Freitas.

O quadro é difícil, mas está longe de ser desesperador. Se de um lado temos os graves problemas — e poderíamos dizer que a realidade sócio-econômica do Estado comete verdadeiras provocações — de outro temos um programa realista para enfrentá-los. A execução do Projeto Rio, por exemplo, vai construir 100 mil casas em cinco anos e com isso novas necessidades educacionais serão geradas. O complexo industrial de Sepetiba também criará novas habitações populares que exigirão assistência escolar — e citamos apenas dois focos da mesma Região Metropolitana.

Deslocando-nos para o Norte do Estado — onde se situa a zona crítica da nossa unidade federativa — detectamos o grave problema da migração que se processa a 0,5 ao ano provocando o esvaziamento que, de lado abandona os campos e, de outro, repercute tragicamente nos grandes centros urbanos (Rio, Nova Iguaçu, Nilópolis etc.) que já não mais suportam a intensa e crescente superpopulação. Para dar um primeiro combate ao problema, estamos criando projetos de retenção dos jovens em suas cidades de origem, através também de novas e melhores oportunidades educacionais. Nesta linha já está sendo proposta a instalação de colégios agrícolas, com as características de escola-fazenda.

Um novo tônus

De qualquer forma, nenhuma dessas medidas de ordem operacional teria validade se não preexistisse, na atual administração, um novo tônus, um enfoque próprio para definir e executar uma política educacional dinâmica, à altura dos desafios existentes.

Possuímos uma população estudantil que ultrapassa um milhão de alunos, e um corpo docente que atinge a casa dos 70 mil professores. Recebemos essa imensa massa de funcionários ganhando, em média, de dois e meio a três mil cruzeiros mensais. Convencidos de que a qualidade do ensino só é possível quando se remunera condignamente o educador, fomos o primeiro governo em nível estadual que resolveu o angustiante problema. O magistério do Estado ganha hoje três a quatro vezes mais. E esse tratamento que lhe dispensamos, atendendo à necessidade da classe, deve repercutir favoravelmente na qualidade do ensino e conseqüentemente no aluno, ou seja, no homem.

Aperfeiçoamento do sistema

A ênfase da Secretaria de Estado de Educação e Cultura não se volta, porém, para as inovações: estas são impostas pela necessidade de resolver novos problemas. Nosso enfoque principal está dirigido para o aperfeiçoamento da produtividade do sistema já implantado. Seguindo as diretrizes do Governo, procuraremos dotar os municípios de condições técnicas e financeiras para assumirem, gradativamente, os encargos do ensino de 1.º grau. Outra diretriz que fundamenta nossa administração é a interiorização do ensino para democratizar as oportunidades — em qualquer setor o Homem é a nossa meta.

Na Região Norte, a pobreza é absoluta, tal como ocorre nas áreas trágicas do Nordeste brasileiro. Em 1977, para uma renda anual per capita de Cr\$ 3.620,00 no Norte fluminense, a Região Nordeste apresenta o rendimento anual per capita de Cr\$ 5.765,00. Em 1978, as cifras não alteraram o quadro: Cr\$ 5.378,00 para o Norte fluminense e Cr\$ 8.682,00 para o Nordeste. Tal situação justificaria, sem dúvida, incentivos especiais, até mesmo decorrentes da retenção de percentual do Imposto de Renda para aplicação na região, a exemplo do tratamento que já é dispensado a outras unidades, como ao contíguo Estado do Espírito Santo.

Passando de um pólo a outro, defrontamos com gigantesco elenco de problemas oriundos da Região Metropolitana. São 14 municípios, nove milhões e meio de habitantes, e uma população que recebe anualmente o aumento de cerca de 300 mil indivíduos. Ela abriga 83% da população do Estado. A ex-Guanabara conta com 4,5 milhões de habitantes. Mas a maior dificuldade reside em Nova Iguaçu, a sétima cidade do Brasil em população com 1 milhão 200 mil habitantes. Cresce à razão de 10% ao ano, sendo talvez a cidade brasileira onde se verifica maior índice de explosão demográfica. Ali existem 70 mil crianças na faixa de escolarização obrigatória fora da escola por uma única razão: não há escolas. Esta carência escolar, aliás, é comum aos grandes e pequenos centros, constituindo-se um óbice dos mais complexos da nossa realidade, não apenas estadual, mas também nacional.

Menor carente

O menor carente não é um drama político ou administrativo: é um drama de todos. O Governo incorporou esse grave desafio às suas diretrizes essenciais. A Secretaria de Estado de Educação e Cultura atua integralmente com outros segmentos do poder estadual, no combate ao problema. A ausência de planos regionais de desenvolvimento, por exemplo, repercute danosamente na ampliação da miséria urbana. Para solucionar um e outro lado da questão — o planejamento regional e a diminuição de focos miseráveis nos grandes centros — há que estar presente uma moderna e dinâmica política de recursos humanos, amparada pelo sistema estadual de ensino.

A grande maioria dos alunos do Rio de Janeiro, um milhão e meio é pobre. Mesmo assim — e isto é uma cutilada cruel em nossa sensibilidade — essa massa de alunos pobres que freqüentam nossas escolas formam uma quase "elite", se considerarmos o enorme escalão dos menores que, vivendo em miséria absoluta, não podem freqüentar escola pela carência até mesmo de um mínimo de elementos que a realidade social não lhes oferece.

O atendimento a esse menor carente obriga o Estado a se movimentar especialmente nos setores da Saúde e da Educação, reclamando grandes investimentos de infra-estrutura econômica, técnica e social. Por isto mesmo é com redobrada razão que buscamos o apoio do Governo Federal, evocando sua grande parcela de responsabilidade. Não nos basta reivindicar apoio, verbas, investimentos compactos em nossa área administrativa. O drama do menor carente se ramifica em diversos problemas — entre os quais, o da violência das grandes cidades — de tal forma, aos

Estados se torna praticamente impossível, a busca isolada de soluções a curto ou médio prazo.

As ressalvas

Dentro desse contexto, caberiam ainda as ressalvas individuais que cada um poderia fazer à Fusão. Lembro a imagem perfeita e pitoresca de Francisco Manoel de Melo Franco, em seu livro O Novo Rio de Janeiro e Seus Problemas. "Tratava-se, atinai, de juntar duas máquinas diferentes, organizadas de forma diferente, para fins diferentes; tratava-se de unir duas populações que, se bem que vizinhas, eram extremamente distintas. Governar os dois Estados seria qualquer coisa como montar dois cavalos ao mesmo tempo, cada um correndo numa direção, um preso a freio, outro a bridão".

Por mais temerário que tenha sido o otimismo dos legisladores que nos deram a Lei Complementar da Fusão, o problema parecia, objetivamente, intransponível. Mas cariocas e fluminenses (citemos Machado de Assis que dizia simplesmente: "afinal, somos todos fluminenses") são dotados de imaginação criadora e, quando chega a hora, não recusam trabalho.

No segundo Governo após a Fusão, já não pensamos, socialmente, em diferenças bairristas e, politicamente, mais do que nunca sentimos que estamos todos no mesmo barco.

Em face da crise de energia que tanto preocupa o mundo, o Governo Federal, na hora certa, não hesitou em cunhar uma expressão severa para designar a ordem de problemas que teríamos de enfrentar: economia de guerra. No plano estadual, podemos já pensar numa pedagogia de guerra, otimizando a utilização dos escassos recursos existentes no setor. É a abordagem correta e necessária para enfrentar os desafios provocados pelo nosso desenvolvimento: a realidade do Brasil como potência emergente e a realidade do Rio de Janeiro, como Estado que forma, ao lado de São Paulo, o poderoso eixo do progresso nacional.

As diretrizes do Governo Chagas Freitas, expressas no Plano de Ação de Educação e Cultura — PAEC para 80-83, não é otimista nem pessimista. É realista. E elas apontam a ampla viabilidade do projeto que é a nossa empresa: o Rio de Janeiro.

ARNALDO NISKIER
Secretário de Estado de Educação e Cultura

1 _ CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO EDUCATIVO E CULTURAL DO ESTADO

1.1 — Perfil Sócio-Econômico

Posição e quadro físico

O Estado do Rio de Janeiro situa-se numa posição litorânea na Região Sudeste, abrangendo uma área de 44.268 km² dos quais 43.305 km² são terras, sendo a diferença ocupada pelas águas interiores. Esta posição, na realidade situada no sudeste do Sudeste, permite fronteiras com os demais Estados regionais. Suas dimensões são reduzidas, representando 0,52% da superfície nacional, em cujo conjunto supera apenas os Estados de Alagoas e de Sergipe, o Território de Fernando de Noronha e o Distrito Federal.

Apesar da pequena área, o Estado apresenta paisagens muito variadas, que resultam principalmente da movimentação do relevo existente que permite, numa visão muito global, identificar duas grandes unidades morfoclimáticas — Baixada e Planalto. Estas duas unidades distribuem-se especialmente em partes quase iguais: 51% da superfície estão situados abaixo da cota de 200m; 43% se desenvolvem entre 200 a 900 metros, e 6% colocam-se acima de 900m.

De um modo geral, no oeste e no centro-norte dominam as terras altas, enquanto que no centro-sul e no leste há o domínio da planície.

As regiões mais elevadas podem ser subdivididas em quatro partes: as duas escarpas — do Mar e da Mantiqueira —, o vale do Paraíba e as superfícies aplainadas do norte, estas bem mais baixas, uma vez que o relevo tem a tendência a perder altitude de oeste para leste. No centro do Estado sobressai a escarpa da Serra do Mar, uma formação cristalina que se desenvolve num sentido geral sudoeste-nordeste. Do extremo sudoeste (Parati) até Itaguaí ela se apresenta junto ao litoral. Daí, afasta-se mais para o interior, com um aspecto de encostas íngremes e pontões rochosos com maiores culminâncias na Serra dos órgãos. Posto que as partes mais altas formam como que um arco que se desenvolve rigoroso nos limites norte da Região Metropolitana, a ligação desta com as metrópoles paulista e mineira depende do acesso por vales profundamente entalhados nos blocos dissecados. Entre estes vales está o do próprio Paraíba, com alguns de seus afluentes, que se orienta entre os dois escarpamentos, apresentando uma origem tectônica. Em seu trecho médio, o vale do Paraíba forma uma depressão local, em torno de uns 250m de altitude, de um modo geral estreita, mas que, por vezes, abre-se em bacias sedimentares, como na área de Resende.

As áreas de planície possuem largura variada, mais amplas de Cabo Frio para o norte, em extensas formações aluvioniais dos rios Paraíba do Sul, Macabu, Macaé e São João, quase sempre separadas da orla litorânea propriamente dita por alinhamentos de restingas e lagoas costeiras por elas fechadas, num contínuo processo de retificação do litoral. Apresentam variações de nível, inclusive com formações de terraços ou tabuleiros. Estão muito intercaladas por colinas, morros cristalinos e maciços litorâneos com pontões ou esporões que, por vezes, chegam até ao litoral, numa topografia acidentada, como a que espreme entre o mar e o morro a cidade do Rio de Janeiro.

As sinuosidades da linha litorânea, mais freqüentes no trecho de Cabo Frio a Parati, favorecem o estabelecimento de portos.

As variedades climáticas são também significativas. A razão dessas variações encontra-se nas próprias alterações do relevo, que transformam profundamente o clima em faixas muito próximas, com mudanças que a latitude levaria milhares de quilômetros para alterar.

Se o clima é sempre marcado pela tropicalidade, a maior parte das áreas de planalto é amenizada pela altitude, ocorrendo mesmo na chamada zona serrana condições mesotérmicas. Por outro lado, são significativas as variações de pluviosidade. São, por exemplo, baixos os índices pluviométricos em torno de Cabo Frio. Nas encostas das escarpas, registram-se chuvas durante todo o ano, embora nas demais regiões o "inverno" apresente-se seco. O interior do planalto é menos irrigado, havendo, tanto no Vale do Paraíba, como nas colinas do norte, anos nos quais a seca compromete as próprias pastagens.

Recursos naturais

O Estado do Rio de Janeiro não apresenta uma grande quantidade de recursos minerais, sendo não-metálicos os recursos existentes. As reservas encontradas têm pouca expressividade no conjunto nacional, excetuando-se o petróleo, cujas reservas na plataforma continental são significativas, e o calcário (3.º do País). Acrescente-se a este quadro a produção salinera e algumas jazidas de ilmenita (São João da Barra), fluorita (Itaboraí-Rio Bonito), caulim, feldspato e dolomita. As reservas de areias, argila, pedras variadas para a construção, representam potencial importante para a economia de vários municípios. Algumas fontes de águas minerais aparecem ao lado de iniciativas turísticas.

O petróleo apresenta maior destaque, com reservas calculadas em mais de 60 milhões de m³, o que representa mais de 80% dos totais já descobertos no Brasil, na área da plataforma continental. Sua produção, que deverá atingir nos próximos anos 200.000 barris diários, poderá determinar significativas alterações na economia do norte-fluminense.

No tocante aos recursos florestais, é precária a situação do Estado, que outrora chegou a ter mais de 90% de sua superfície revestida por florestas tropicais, hoje só encontradas residualmente em algumas faixas de encostas íngremes. As atuais reservas de mata limitam-se a 428.000 hectares (menos de 10% da área) e, infelizmente, prossegue o desmatamento para a obtenção de lenha e carvão vegetal.

A ocupação humana, a monocultura e o devastamento florestal, prejudicaram os solos de grande parte da superfície do Estado. Embora existam muitas variedades, predominam, nas áreas de planaltos, o latossolos e, nas zonas de baixadas, os solos hidromórficos, ambos necessitando de recuperação ou correção. Especial referência deve ser feita a amplas áreas das baixadas que necessitam de uma melhor drenagem para permitir ocupação agrícola, o que aliás vem sendo feito em várias bacias hidrográficas.

Os recursos hídricos são amplos, ligados à Bacia do Leste, à qual pertencem todos os rios do Estado. Destaca-se naturalmente o Paraíba do Sul, que apresenta um bom potencial hidráulico, em grande parte já aproveitado, embora alguns de seus afluentes (como o Pombo e o Muriaé) ainda permitam uma certa utilização. O represamento e obras de contenção de margens se fazem necessários em inúmeros rios do Estado, como forma de superação de enchentes, que são devastadoras em alguns anos, sobretudo no Norte do Rio de Janeiro.

Também são necessários trabalhos de irrigação, ainda insuficientes, e que podem permitir o aumento de superfícies cultivadas.

No Estado do Rio de Janeiro, os recursos paisagísticos, extremamente variados, devem ser considerados pela importância que apresentam na atividade turística. Cuidados especiais devem ser tomados neste setor a fim de que sejam evitados efeitos degradadores da paisagem, tais como erosão, poluição das águas interiores e marítimas, desflorestamento, destruição dos manguezais da orla marítima e assoreamento dos canais escoadores de lagoas.

Perfil demográfico

O Estado do Rio de Janeiro apresenta em 1979 uma população estimada em 11.678.700 habitantes. Em 1980 o número de habitantes, será de 12.021.900, o que mostra um crescimento de cerca de 300.000 habitantes por ano, com taxas em torno de 3% ao ano. Este aumento de população, superior às taxas de crescimento vegetativo, indica a existência de uma imigração ainda significativa.

Numa visão geral sobre a população estadual, outros fatos são facilmente detectados: a elevada densidade demográfica (mais de 260 hab/km²) — a mais alta entre os Estados brasileiros; um elevado grau de urbanização (cerca de 93%) — também o mais elevado do País; e uma extrema desigualdade na distribuição espacial, já que a Região Metropolitana, que cobre apenas cerca de 15% do total da superfície estadual, possui 80% da população do Estado.

O crescimento da população do Estado do Rio de Janeiro vem-se dando de forma permanente no mesmo ritmo, sendo maior que o crescimento do País e da própria Região Sudeste, aumentando, portanto, sua participação percentual em relação aos dois conjuntos. Deste modo, se em 1960 a população fluminense correspondia a 21,58% da população regional e a 9,43% da nacional, em 1970 esta participação ampliou-se para 22,57% e 9,66% respectivamente. As estimativas para 1980 indicam os percentuais de 23,62% e 9,83%.

A dinâmica do efetivo demográfico nos mostra que o crescimento populacional do Estado vem sendo determinado por taxas decrescentes de natalidade, taxas relativamente estáveis de mortalidade e por correntes migratórias relativamente fortes.

Os níveis de fecundidade do Estado são mais baixos que os do País em seu conjunto, o que é conseqüência de uma economia mais dinâmica que o conjunto nacional — em 1977, 29,7% para o Rio de Janeiro, 39,7% para o Brasil. Mostram ainda as análises destas taxas, que elas se apresentam mais elevadas no meio rural, o que é um comportamento típico. Por outro lado, as taxas de mortalidade do Estado são inferiores às do Brasil em seu conjunto.

O Estado do Rio de Janeiro continua sendo uma área receptora de população, embora seu poder de atração venha diminuindo. Na década 1960-70 a imigração foi maior que a emigração, com um saldo positivo de 4,23% ao ano. No período 1970-76 estima-se que a imigração tenha se reduzido em relação ao período anterior, mas ainda mantendo um saldo positivo, calculado em 3,09% .

Em 1976, o número de residentes não-naturais nos municípios ascendia a 37%, o que indica ser a população do Estado afetada por intensa mobilidade.

Quanto à origem dos não-naturais nos municípios, 45,7% provinham de outros municípios do próprio Estado, 23,1% eram oriundos dos demais Estados da Região Sudeste, enquanto 31,0% provinham de Estados das demais regiões do País. Naturalmente a grande chegada de migrantes ocorreu nas zonas urbanas, sobretudo para a Região Metropolitana.

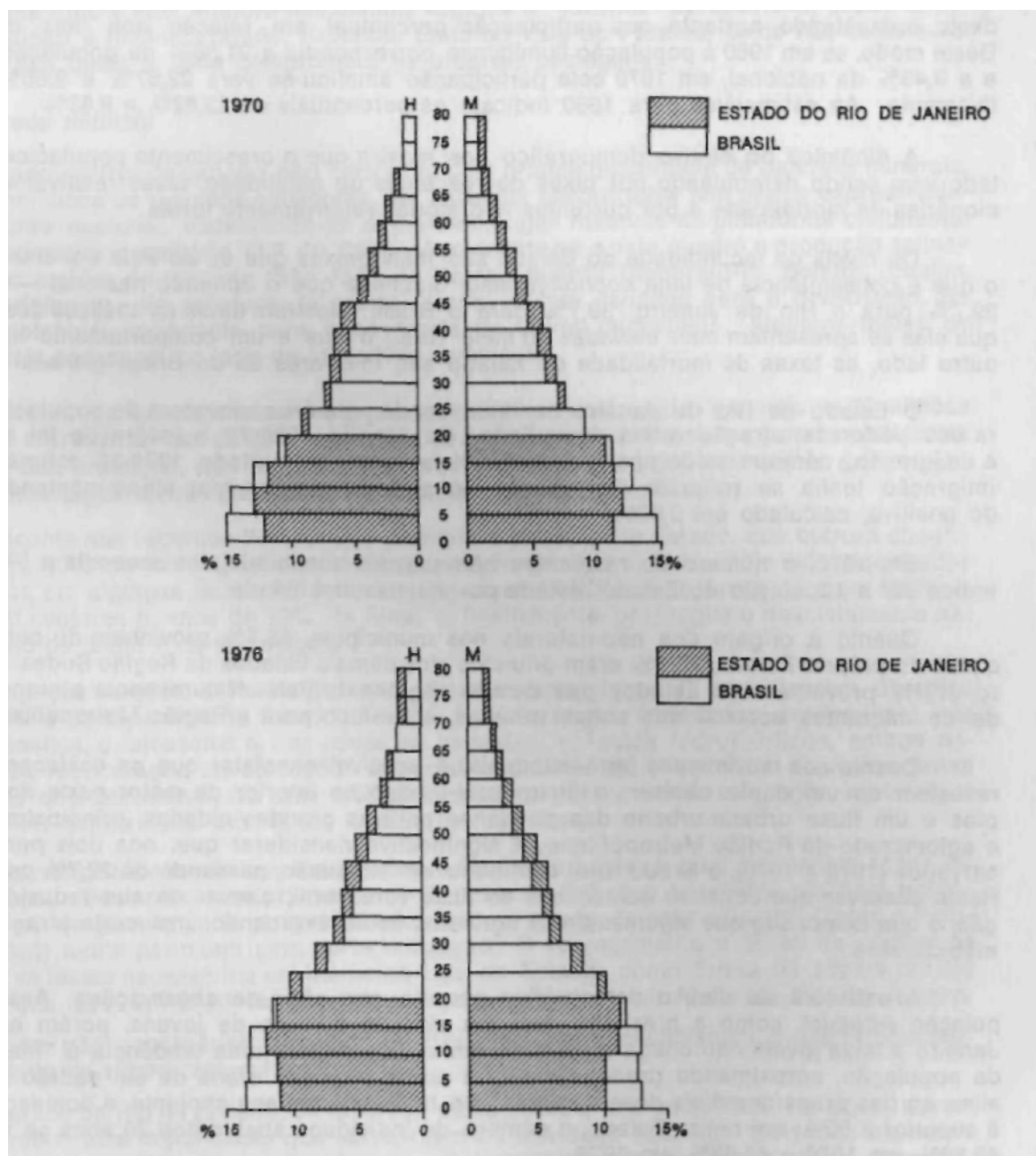
Quanto aos movimentos intra-estaduais, é possível constatar que os deslocamentos se revestem de um duplo caráter: o fluxo rural-urbano no interior da maior parte dos municípios e um fluxo urbano-urbano das pequenas para as grandes cidades, principalmente para o aglomerado da Região Metropolitana. É significativo considerar que, nos dois períodos observados (1970 e 1976), o êxodo rural continuou em expansão, passando de 22,7% para 28,5%. Resta observar que constam acréscimos do fluxo rural-rural, apesar de sua reduzida proporção, o que demonstra que algumas áreas agrícolas estão exercendo uma certa atração para a mão-de-obra.

A estrutura do efetivo demográfico permite uma série de observações. Assim, a população estadual, como a brasileira, tem um elevado número de jovens, porém no Rio de Janeiro a faixa jovem não chega a ser dominante. Isto mostra uma tendência à "maturidade" da população, aproximando gradativamente a nossa pirâmide etária de um padrão mais próximo ao das áreas mundiais desenvolvidas. Se no Brasil, em seu conjunto, a população jovem é superior a 50%, em nosso Estado, o número de indivíduos abaixo dos 20 anos se situou em 46,20% em 1970 e 43,83% em 1976.

Este fato tem uma significativa importância na análise da demanda educacional. Os grupos etários de 15 a 65 anos conseqüentemente possuem uma composição inversa. Apresentam-se no Estado com participação de 61,79% e 64,74%, em 1970 e 1976, respectivamente, enquanto no conjunto da população brasileira correspondem, nos mesmos anos, a 54,65% e 56,99% . Estes dados, que são auspiciosos, já que nos concedem um percentual maior nas faixas etárias produtivas, devem ser melhor analisados, uma vez que envolvem questões ligadas à capacitação profissional.

Por sua vez, devido à maior expectativa de vida existente no Estado, os grupos acima de 65 anos acusam participação mais elevada do que no conjunto brasileiro.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO E BRASIL
PIRÂMIDE POPULACIONAL
COMPOSIÇÃO POR IDADE



Cf. Governo do Estado do Rio de Janeiro, **Plano de Desenvolvimento Econômico Social, 1980-83.**

Segundo os dados do PNAD — 1977, a PEA (população economicamente ativa) do Estado, correspondia a 4.238 953 pessoas, ou seja 38,20% da população estadual. Em 1970, esta porcentagem atingia apenas 32,42%, o que significa que ocorreu expressivo crescimento no número de indivíduos ocupados. Este crescimento é de um modo geral explicado por uma crescente participação feminina na força de trabalho.

Quanto à distribuição da PEA pelos setores de atividade, a maior parcela da população empregada encontra-se no setor terciário (64,05%). O setor secundário absorve 30,12% e o primário apenas 5,83%.

Uma comparação com a distribuição em 1970 nos mostra:

Quadro I
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
POR SETOR — 1970-76

SETOR DA ECONOMIA	1970	1976
Primário	8,78%	5,83%
Secundário	25,69%	30,12%
Terciário	75,48%	64,05%

FONTE: Censo Demográfico 1970/PDES 1980

A comparação nos indica que o setor primário (basicamente agrícola) continuou liberando mão-de-obra, o que deve estar ligado à expansão da pecuária em detrimento da lavoura, havendo também redução do percentual do setor terciário, que é tendenciado pelo subemprego. Coube ao setor secundário absorver o crescimento da utilização da mão-de-obra no período.

Perfil econômico

O Estado do Rio de Janeiro situa-se na Região Sudeste, área vital do país, onde é gerada a maior parte da renda nacional. Esta localização sugere a *priori* uma economia plenamente desenvolvida. De fato é favorável a posição do Estado no quadro nacional. O Rio de Janeiro apresenta um setor de serviços com grande participação, um parque industrial significativamente dimensionado, e pequena expressão no setor agrícola. É boa a situação do Estado no que diz respeito a renda per capita, e ele se coloca como o segundo do país em volume de renda.

Mas o desenvolvimento do Sudeste não é espacialmente homogêneo. Já há muito divide-se o Sudeste em uma parte Ocidental mais dinâmica — compreendendo basicamente o Estado de São Paulo —, e numa faixa Oriental, menos apta a responder aos estímulos de crescimento econômico gerados no núcleo da economia brasileira. Aliás, foi sobre uma análise mais acurada desta problemática que se procedeu à Fusão. Existem, inclusive no Sudeste, bolsões de pobreza, onde podem ser detectados índices econômicos idênticos aos das áreas mais pobres do país. Seria o caso específico do Norte fluminense, onde recentes estudos do PRODENOR indicaram uma renda per capita inferior à do Nordeste brasileiro.

Uma visão, mesmo geral, da economia do Estado, não pode deixar de levar em consideração esta dualidade: a posição, de certa forma privilegiada na core área do país, coexistindo com subáreas de nítido esvaziamento econômico. Este fato cria fatalmente uma inércia que atua sobre o desenvolvimento do Estado, que no período 1970-77 cresceu economicamente menos do que Minas Gerais e São Paulo.

Quadro II
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMPARAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM O DO
BRASIL E DE OUTROS ESTADOS, POR SETOR — 1970-77

	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
São Paulo	5,8	11,9	8,8	10.1
Rio de Janeiro	7,2	8,7	8,5	8.6
Minas Gerais	3,1	15,1	7.9	10.2
Brasil	6,3	10,5	9,8	9.7

FONTE: FIDERJ; SEPLAN/MG; Secret. de Fazenda SP: FGV

Sob o ponto de vista setorial, a economia do Estado na década de 70 mostra a elevação de participação relativa das atividades industriais no conjunto de economia, inclusive absorvendo uma quantidade crescente de mão-de-obra. Passa o setor de 26,4 para 30,2% a sua participação na estrutura ocupacional e aumenta o seu percentual na geração de renda de 35,3 para 35,8%.

Ao mesmo tempo a agricultura reduziu ainda mais a sua precária posição, inclusive liberando mão-de-obra (-0,6%). De qualquer forma o setor agrícola conseguiu registrar um crescimento do produto real agrícola (a taxa de 6,3), o que sugere uma modernização do setor, compreendendo até um aumento da produtividade física da mão-de-obra.

O setor terciário de certa forma reajusta-se, registrando uma pequena redução de sua dimensão relativa, sugerindo um certo enfraquecimento da terciarização na economia estadual.

Quadro III

ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A PREÇOS CONSTANTES DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXAS DE CRESCIMENTO — 1970-80

SETOR DE ATIVIDADE	ESTRUTURA				TAXA DE CRESCIMENTO	
	PEA		PIL cf.		PEA	PIL cf.
	1970	1980	1970	1980	1970	1978
Agricultura	8,8	5,6	1,5	1,4	-0,6	6,3
Indústria	26,4	30,2	35,3	35,8	7,0	8,5
Serviços	64,8	64,2	63,2	62,8	5,1	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	5,2	8,3

FONTE: IBGE: Ministério do Trabalho; FGV; FIDERJ

Dentro de cada setor é possível destacar alguns aspectos.

No industrial é particularmente relevante a produção de bens intermediários e de consumo não duráveis. Grande destaque tem a construção pesada, seja pelos investimentos especulativos no setor imobiliário, seja pelos substanciais aumentos dos gastos do setor público em obras de infra-estrutura (Metrô, Aeroporto Internacional, Usinas Nucleares etc).

No setor agrícola, o subsetor de Produção Animal e Derivados registra o maior dinamismo, enquanto a faixa da lavoura tem um desempenho inferior.

Em relação à prestação de serviços verifica-se que intra-setorialmente o subsetor de maior crescimento tem sido o de Transportes e Comunicações. O Comércio tanto atacadista como varejista apresentou amplo crescimento no último quadriênio.

1.2 — Perfil Cultural do Estado

O Estado do Rio de Janeiro abriga em seu território uma realidade cultural múltipla. Do confronto e da interação dos variados traços e tendências que a compõem delinea-se o seu papel no contexto da cultura do país.

Concebida como toda produção do homem que habita o Estado através da qual ele expressa e inventa relações com o ambiente que o cerca, obra resultante da participação da comunidade e a ela incorporada como bem coletivo, a cultura fluminense tem sua diversidade explicada pela ação de agentes históricos locais e nacionais. A colonização portuguesa, à influência indígena e africana, aos fluxos migratórios nacionais e internacionais, soma-se o fato do Estado ter abrigado por aproximadamente dois séculos a capital federal. Com a transferência da corte portuguesa, no início do século XIX, a Cidade do Rio de Janeiro toma ares

cosmopolitas e se inaugura como núcleo de atração e pólo de irradiação de talentos e estilos que se espriam pelo Estado e alcançam os quatro cantos do País. Ainda hoje, dezoito anos após ter perdido a sua condição de capital do País, a cidade continua sendo um fecundo centro criador que alimenta com suas obras um dos maiores parques de produção cultural do País, atento ao consumo de audiências que se calculam a partir de escalas milionárias. Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 1974, entre obras traduzidas (1.312) e títulos originais (5.146), o total de lançamentos de livros, só em primeira edição, alcançava a cifra de 78.700.306 exemplares, os 28 jornais diários, então circulantes, perfaziam a tiragem anual de 211.452.000 exemplares. Acrescente-se ao quadro a concentração da indústria cinematográfica (cerca de 70% de produção nacional), das emissões radiofônicas e televisivas, e ter-se-á a impressão da envergadura e peso com que o Rio exerce a sua pressão cultural em nível de Estado e País.

A convergência da produção cultural no Município do Rio de Janeiro se torna mais evidente quando se realiza um mapeamento do aparelho cultural do Estado. Os teatros localizam-se predominantemente no centro e zona sul do Município do Rio. Quanto aos museus, se considerarmos apenas os que compõem a Fundação de Artes do Rio de Janeiro - FUNARJ verificar-se-á que das 12 unidades, 6 estão situadas no Município do Rio de Janeiro e 4 em Niterói. A tendência da oferta de bens culturais que privilegia o Rio de Janeiro, mais uma vez se revela quando se analisa a distribuição das bibliotecas públicas do Estado. Enquanto o Município do Rio de Janeiro possui 22 bibliotecas públicas, dos demais 63 municípios, 57 possuem apenas uma biblioteca pública e em 6 municípios (Engenheiro Paulo de Frontin, S. João da Barra, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Trajano de Moraes e Parati) não há sequer uma biblioteca. No rol de municípios com biblioteca apontam-se, ainda, sérias defasagens. Observa-se, por exemplo, que o acervo da sala de leitura do Município de Paraíba do Sul (população de 26.300 habitantes) é maior do que o da Biblioteca Municipal de Nova Iguaçu (2.^a maior população do Estado — 1.300.600 habitantes). O acervo das bibliotecas existentes é, em geral, pobre. Além disso, são poucas as que dispõem de bibliotecário, mantêm um serviço de empréstimo domiciliar e desenvolvem atividades culturais para a comunidade.

A precariedade do sistema de bibliotecas dificulta o acesso, de grande parcela da população do Estado, ao livro, enquanto fonte de informação. Da mesma forma, comprometem-se oportunidades de desenvolvimento de hábitos de leitura, de enriquecimento do ensino e priva-se a população de mais uma opção de lazer.

O traço acentuadamente concentracionista e a marcada tendência à macrocefalia metropolitana não devem entretanto ser tomados como aspectos definidores globalizantes da fisionomia cultural do Estado. Para não se correr o risco de uma descrição simplificadoradora há que considerar a diversidade, riqueza e genuinidade das manifestações culturais disseminadas por todo o território do Estado. Estas, quando originárias de áreas menos desenvolvidas do Estado, sofrem a ameaça de desaparecimento por força do avanço da urbanização, da integração das vias de transportes, da introdução de técnicas e sistemas modernos no setor agrícola e da conseqüente mudança nos padrões de consumo. Nos grandes núcleos urbanos, parcelas significativas da população, na faixa da pequena e média burguesia, importam da metrópole modas e maneiras, limitando-se a copiá-las passivamente. Em conseqüência, nossas manifestações culturais populares começam a ser marginalizadas, vão-se esmaecendo ou sobrevivem de forma extemporânea, no meio dos segmentos de classes menos favorecidas, sem o prestígio da comunidade e sem estímulo e apoio das autoridades locais.

Fenômeno recente e que vem tomando vulto nos últimos anos é o que ocorre em alguns municípios, como os de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Eles despontam como promissores centros, onde autores e público partilham do interesse por manifestações culturais locais. Mercados emergentes, estes municípios caminham resolutamente para a autonomia na promoção e gerência das atividades culturais.

Em razão de um turismo predatório, duas regiões do Estado, a dos Lagos e a Serrana, estão se defrontando com o problema da descaracterização. Particularmente em seus pólos urbanos, têm sido favorecidos modelos imitados em detrimento da criação original. Em contrapartida, a boa aceitação do produto artesanal e a esperança de que a exploração turística se torne mais civilizada acenam para a perspectiva de resgate do patrimônio herdado e de revitalização do processo de criar. Esta mesma observação vale para a Região de Angra e Parati, onde se localizam manifestações de cultura popular ainda quase incontaminadas como são a Festa do Divino em Parati, e o Caxambu do bairro da Liberdade no mesmo município.

Atingido também pela descaracterização encontram-se os patrimônios arquitetônico e natural do Estado. Possuidores de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos cuja origem re-

monta à época do ouro e ao Império, municípios como Parati e Vassouras se organizam comunitariamente para que as tarefas de preservação sejam divididas responsabilmente pelo poder público e pela população local. Outros municípios, como Macaé, Angra dos Reis, Volta Redonda e Barra Mansa, em franco desenvolvimento industrial e desordenado desenvolvimento urbano que lhe é conseqüência, começam também a despertar para a necessidade de que a ação protecionista seja fruto do debate aberto entre as comunidades de onde sairão as definições sobre o quê valorizar e como preservar.

A gravidade dos problemas ambientais deve ser pensada tendo em vista não só a perda da qualidade de vida biológica do homem, mas também considerando suas influências sobre a alteração das relações entre os homens, sua produção econômica, artística e cultural. Em regiões como a Serrana, a dos Lagos e o Litoral Sul, o desmatamento das encostas para loteamentos imobiliários, a destruição das reservas naturais com fins lucrativos lesam o homem em condições essenciais de sua sobrevivência e, interferindo no seu habitat, provocam mudanças de hábitos e perda de identidade cultural. Localidades onde a atividade industrial é preponderante correm risco de poluição e destruição da flora e da fauna. É o que vem acontecendo em cidades à margem do Rio Paraíba do Sul, em Petrópolis e na Região Metropolitana. Também aqui são ainda poucas as iniciativas que visam ao desenvolvimento de uma consciência ambientalista — primeiro passo para que possam ser acionados mecanismos para a defesa do equilíbrio ecológico.

Na busca da identidade cultural fluminense, especial atenção merece a presença de manifestações folclóricas. Diversificado, como variados são o clima, as condições ambientais e as fases da vida econômica, o folclore fluminense, mesmo estando em toda parte, floresce em estado mais puro sobretudo nas áreas de economia preponderantemente rural. A Folia de Reis, por exemplo, presente praticamente em todos os municípios, evidencia em Cantagalo o pulsar de sua vitalidade através da atuação de quarenta grupos. Tal concentração verifica-se igualmente com respeito ao artesanato, pois só em Trajano de Moraes trabalham mais de quarenta bons artesãos. Em Itaboraí mantém-se característico e vigoroso artesanato de barro.

É nos municípios de Miracema, Natividade, Laje do Muriaé, Trajano de Moraes, Porciúncula e Itaperuna que se encontram em maior número os bons calangueiros, praticantes de um dos ritmos mais típicos e difundidos pelo interior do Estado. A região canavieira de Campos e o extremo Norte contribuem ainda com formas das mais tradicionais de dança, música e folguedos folclóricos como são as Pastorinhas, Cavalhadas, Boi-Pintadinho, Caxambu, Jongo e Jaraguá.

Um trabalho de animação cultural levado a efeito em vários municípios nos últimos anos vai apontando, como natural retorno e conseqüência, a autonomia de algumas comunidades que desenvolvem condições para indicar, com maior precisão e realismo, os programas culturais a serem por elas executados.

Concluída uma primeira aproximação da realidade cultural do Estado, verifica-se o quanto ainda há a pesquisar e a reconhecer nos vários terrenos que a sedimentaram. Modelo reduzido do Brasil, o Estado do Rio de Janeiro apresenta em sua variedade e contradições, pontos saturados, áreas de atividade rarefeita e núcleos de ação promissora, em que convivem públicos de diferentes tipos e gostos.

O domínio de informações seguras sobre o perfil cultural de cada município apresenta-se como primeiro passo para se traçar planos sobre esta diversidade. Estabelecida a comunicação direta entre o administrador de cultura e a população, detectam-se as necessidades e o potencial de criação do município, assim como identificam-se os focos de valor do seu patrimônio cultural a ser preservado.

1.3 — Análise dos Indicadores Educacionais

Limitações metodológicas

A análise dos diferentes graus e tipos de ensino ministrado no Estado do Rio de Janeiro obrigou a utilização de diferentes fontes de dados. Assim, a reconstituição de séries históricas exigiu a consulta a dados levantados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura (SEEC/MEC), especialmente na educação pré-escolar, ensino de 1.º e 2.º graus e no ensino superior, nos cursos de graduação e pós-graduação. A mesma fonte foi utilizada no estudo da educação especial, já que as informações analisadas são decorrentes de levantamentos trienais realizados em convênio SEEC/MEC — CENESP.

A partir de 1975, os dados de pré-escolar, 1.º e 2.º graus foram obtidos através de apurações realizadas pelo Instituto de Informática da SEEC/RJ, enquanto o ensino supletivo da rede estadual foi levantado pela Coordenação de Ensino Supletivo da SEEC/RJ.

Complementando essas informações, foram consultados os Anuários Estatísticos do IBGE, o Censo de 1970 e os Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro.

A dificuldade na obtenção de dados referentes aos diferentes ramos de ensino estudados, considerando-se uma mesma série histórica, obrigou, em casos posteriormente explicitados, à utilização de diferentes períodos para análise.

Esta análise se centrou em variáveis que permitissem uma visão abrangente da realidade educacional do Estado:

- oferta e demanda
- matrícula inicial e final
- aprovação e evasão
- corpo docente
- unidades escolares

Essas variáveis foram estudadas para o Estado como um todo e desagregadas em nível de Região-Programa. Quando necessário, foi analisado em separado o Município do Rio de Janeiro.

Publicações anteriores da SEEC/RJ já haviam levantado séries históricas, para o total do Estado, a partir de 1962. Assim, enfatizou-se, neste estudo, o período 1975-78, pelas características especiais desse período, em que se desenvolveu, com o processo de Fusão, o novo Estado do Rio de Janeiro. Para efeito de prognose, foram projetados dados de população escolarizável e escolarizada até 1983, para a educação pré-escolar e o ensino de 1.º e 2.º graus. No que diz respeito a projeções populacionais foram tomadas com base em projeção da Fundação IBGE e utilizadas pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (FIDERJ), para as projeções de população a nível municipal. A metodologia utilizada pela FIDERJ consistiu na definição da função de crescimento a partir dos valores observados da população nos Censos de 1960 e 1970. É portanto, fundamental que essas contribuições permaneçam iguais para o período das estimativas, refletindo as tendências verificadas na década referida. As estimativas levaram em consideração o incremento vegetativo e o devido ao fluxo migratório.

Já a educação especial, analisada através dos levantamentos exaustivos realizados pelo CENESP/SEEC-MEC, relativos aos anos de 1974 e 1977, não permitiu o estabelecimento de projeções. O mesmo ocorreu com o ensino supletivo que, visualizado através dos dados referentes a um período base de quatro anos (1975-78), também não oferece condições para o trabalho com dados projetados.

Na análise das séries históricas anteriores a 1975 deve também ser observado a modificação nas esferas administrativas estadual/municipal em virtude do processo da Fusão.

Neste estudo foram consideradas as dependências administrativas vigentes à época.

13.1 — Educação Pré-Escolar

Evolução da matrícula

A matrícula da educação pré-escolar, em 1978, foi de 119.888 alunos, o que indica um aumento, no período de 1975-78, de 43.437 alunos, correspondendo a um crescimento de 56,82%.

Quadro IV
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA INICIAL
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — 1975-78

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Estadual	10.455	52,18
Rede Municipal	13.038	113,08
Rede Particular	19.944	44,43

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Relativamente, observa-se um maior crescimento na rede municipal. Esta situação foi basicamente influenciada pelo Município do Rio de Janeiro, que passou de 8.671 alunos em 1975 a 18.053 em 1978, num crescimento de 9.382 alunos, ou seja 72% do crescimento total da rede municipal.

A rede estadual, com uma matrícula de 30.491 alunos em 1978, procurou ampliar a sua atuação através de programas não convencionais, como o PAEPE (Programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar), que utiliza os recursos da comunidade, se volta para o atendimento das populações carentes, em especial da Região Metropolitana. Em 1978, o PAEPE atendeu 3.29 crianças.

No entanto, o crescimento absoluto da rede particular faz com o atendimento à clientela seja ainda predominantemente por ela realizado, já que, em 1978, apresentava 54,07% da matrícula total do Estado, com 64.829 alunos. Destes, um total de 66,81%, ou seja 43.312 alunos, estavam matriculados no Município do Rio de Janeiro.

Déficit de atendimento

Tomando como base a faixa etária de 2 a 6 anos, correspondente ao pré-escolar, observa-se que, para uma população escolarizável estimada em 1.408.309 crianças, em 1978, recebiam esta modalidade de educação apenas 119.888. Neste total estavam incluídas crianças de menos de 2 e de mais de 6 anos, o que indica um déficit aparente de atendimento superior a 1.288.421 crianças. Este total incluía, no entanto, as 118.963 crianças que, com menos de 7 anos, já freqüentavam o ensino de 1.º grau em 1978. Assim a população de 2 a 6 anos que estava na escola, independente do grau de ensino que cursava, era de 238.851 alunos (diminuindo o déficit de atendimento, mesmo assim elevado (83,04%).

Dos 119.888 alunos, o maior contingente (83,87%) tinha de 4 a 6 anos, em 1978. Considerada apenas essa faixa etária, estima-se uma clientela potencial de 985.915 crianças, em 1983. Se o comportamento da matrícula mantiver as mesmas características do período 1972-78, a população escolarizada dessa idade, no mesmo ano, será de cerca de 194.000 alunos, o que indica a permanência de um déficit de atendimento elevado, atingindo um percentual de 80,29%, que encobre uma distorção tendo em vista o número de alunos que, com menos de 7 anos, freqüentavam o ensino de 1.º grau.

Unidades escolares e relação aluno/escola

A educação pré-escolar foi oferecida em 1.254 unidades escolares, em 1978, sendo a maioria (60,61%) pertencente à rede particular.

Analisando-se o período 1975-78, observa-se um aumento de 227 estabelecimentos que ofereceram esse tipo de escolaridade, concentrando-se esse aumento na rede municipal, com 121 novos estabelecimentos, 53,30% do total do crescimento observado no Estado. Como já se observou em relação à matrícula, o Município do Rio de Janeiro foi o causador dessa tendência.

Além do número de escolas, a relação aluno/escola é um indicador de como vem-se processando o aumento do atendimento ao pré-escolar. Nas redes municipal e particular, observa-se um crescimento da relação aluno/escola, que passou na rede municipal de 75 para 90 e na rede particular de 62 para 85, no período em estudo. Nesta última dependência administrativa a situação fica ainda mais clara, se observado o Município do Rio de Janeiro, onde a um aumento de 7 escolas correspondeu um crescimento de matrícula de 11.393 alunos, o que parece confirmar uma tendência a uma concentração da matrícula em estabelecimentos maiores, anteriormente detectada em estudos da SEEC/RJ.

Na rede estadual, no entanto, essa relação se manteve praticamente constante, variando a relação aluno/escola entre 138 e 139.

Corpo docente, por grau de formação e dependência administrativa e relação aluno/professor

Os professores em função docente, em 1978, eram 5.819, dos quais 3.549, ou seja 60,99%, se encontravam na rede particular. A rede estadual contava com 1.199 professores e as municipais com 1.071.

Estes números indicam um aumento para o total do Estado, no período 1975-78, de 1.623 professores (38,68%). Tendo em vista que o crescimento do alunado foi de cerca de 57%, houve uma alteração da relação aluno/professor, que passou de 19 em 1975, a 21, em 1978.

Por dependência administrativa observa-se que esta alteração ocorreu na rede oficial. Nas escolas estaduais a relação, que era de 20, em 1975, passou a 25, em 1978, o que indicaria, em média, a não existência de capacidade ociosa. Tal relação deve ter sido influenciada pelo PAEPE, em que elementos da comunidade auxiliam no atendimento dado pelos professores, o que permite uma relação aluno/professor bem mais elevada.

A rede municipal apresentava tendência semelhante, passando de 18 alunos por professor para 23, em igual período.

Já a rede particular, apesar da tendência à concentração em estabelecimentos maiores, não sofreu alterações em sua relação aluno/professor, que se manteve constante: 18.

Um outro aspecto a ser considerado, com relação ao corpo docente, é sua formação. Até 1975 ele era composto, em sua maioria, de professores de 1.º grau, com curso de formação para o magistério e poucos tinham cursos de especialização. Com a Lei 5.692/71, que conferiu uma valorização ao professorado pela qualificação, o número de professores que se matriculou, a partir de 1972, em faculdades, principalmente de educação, se refletiu, quatro anos depois, no aumento do número de professores com 3.º grau. Este contingente passou de 943, em 1975, para 1.622, no ano seguinte, crescendo 72% — característica apresentada em todo o Estado, inclusive nos municípios do interior, tendo, no entanto, maior freqüência no Município do Rio de Janeiro.

1.3.2 — Ensino de 1.º Grau

Evolução da matrícula

O ensino de 1.º Grau, em 1978, apresentava uma matrícula de 2.033.076 alunos, com a seguinte composição por dependência administrativa:

Rede Federal	—	2.330 alunos
Rede Estadual	—	622.696 alunos
Rede Municipal	—	880.567 alunos
Rede Particular	—	527.483 alunos

A evolução da matrícula, no período 1975-78, indica uma expansão mais acentuada no período 1975-76, com um aumento de 118.046 alunos, o que significou um crescimento de 6,31%. Este incremento pode ser explicado pelo aumento da matrícula de 1.ª série, em todo o Estado, e pela implantação da 5.ª série, na rede estadual, na maioria dos municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro, num primeiro passo para se atingir a universalização do ensino de 1.º grau, preconizada pela Lei 5.692/71. Também a 8.ª série apresentou, em 1976, o seu contingente mais elevado, como reflexo de aumento do atendimento no Município do Rio de Janeiro nas 5.ª, 6.ª e 7.ª séries, respectivamente, em 1973, 1974 e 1975.

No período 1976-77 o crescimento anual — representado por 35.130 novas matrículas, basicamente decorrentes de um aumento na 1.ª série, no interior do Estado, de 23.082 alunos — foi de 1,77%.

Tanto o crescimento no período acima indicado quanto o observado em 1977-78 — 0,40%, com 8.033 novos alunos — evidenciam um déficit em relação ao crescimento da população, o que provoca uma defasagem crescente entre a oferta e a demanda de matrícula.

Por dependência administrativa, a evolução da matrícula apresentou diferentes tendências, que podem ser assim evidenciadas:

Quadro V

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA,
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — 1975-78**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO -- PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	-8.793	-79,05
Rede Estadual	98.302	18,75
Rede Municipal	-954	-0,11
Rede Particular	72.654	15,97

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Duas redes apresentaram uma diminuição em seus efetivos, assim explicada:

a) a rede federal vem extinguindo gradativamente as turmas de 1.º grau. Os estabelecimentos que ainda ministram esse grau de ensino, limitados ao Município do Rio de Janeiro em 1978, apresentavam, muitas vezes, apenas matrícula de 7.ª e 8.ª séries;

b) a rede municipal é fortemente influenciada pelo Município do Rio de Janeiro, que sofreu, no período, um decréscimo de 26.222 alunos.

As redes que evidenciaram crescimento de matrícula foram a particular, com 72.654 novos alunos e a estadual. Cabe no entanto ressaltar que nesse período a SEEC/RJ financiou 124.257 bolsas de estudo e o Município do Rio de Janeiro concedeu 18.586 "bolsas de obrigatoriedade escolar", o que dá em média, nesses 4 anos, um atendimento a 35.710 alunos/ano, na rede particular, financiados pelo poder público.

Assim, em 1978, o crescimento da rede particular, em relação ao ano anterior, foi de 38.407 alunos. Destes, 14.373 correspondem a novos bolsistas, o que indica que a participação do Estado no crescimento da rede particular foi de 37,94%.

O comportamento da rede estadual deve ser, pois, observado sob dois aspectos: o crescimento do atendimento por parte do Estado, englobando aí a oferta de bolsas, anteriormente analisado e o aumento da matrícula nos estabelecimentos da rede estadual, de 98.302 alunos, assim detectado anualmente:

Quadro VI

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU
CRESCIMENTO ANUAL DA MATRÍCULA,
NA REDE ESTADUAL — 1975-78**

PERÍODO	CRESCIMENTO ANUAL	
		%
1975-76	82.179	15,67
1976-77	10.907	1,80
1977-78	5.216	0,83

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A composição de matrícula por série indica que a expressiva expansão da rede estadual em 1976 foi decorrência do já analisado aumento de 30.878 alunos na 1.ª série e de 33.409 alunos na 5.ª série. A partir desse ano, o comportamento da rede estadual apresentou índices de crescimento muito inferiores, que apesar de superiores aos do Estado como um todo, indicam tendência à estagnação.

Taxa de escolarização e disfunção série/idade

A taxa de escolarização é um dos principais indicadores da absorção pelo sistema de ensino da população na faixa de obrigatoriedade escolar, assim como da eficácia do ensino de 1.º grau. Tomando como base a população escolarizável, de 7 a 14 anos, o cálculo da taxa de escolarização — se considerada a matrícula total de ensino de 1.º grau — pode encobrir distorções do sistema, constituindo-se, então, numa taxa de escolarização aparente. A taxa de escolarização real é calculada considerando-se a matrícula na faixa etária de 7 a 14 anos.

A análise das taxas de escolarização no período 1972-78 e dos dados projetados até 1983 evidencia:

a) a existência de uma disfunção série/idade, que se expressa através de taxas elevadas de escolarização aparente;

b) a ocorrência de um déficit de atendimento, em 1978, de aproximadamente 471 mil menores, na faixa da obrigatoriedade escolar;

c) que a manutenção do atual ritmo de expansão da matrícula do 1.º grau e a permanência das tendências de composição da matrícula por faixa etária, com elevada disfunção série/idade, indicariam um contingente de aproximadamente 525 mil menores, de 7 a 14 anos, fora da escola em 1983.

A taxa de escolarização pode ser também calculada por faixa etária, estabelecendo-se a relação entre a população escolarizável e a escolarizada de uma mesma idade. Observando-se a situação em 1975 e 1978, pode-se detectar que:

a) a taxa de escolarização da população de 7 anos mantém-se constante. No entanto, observados os números absolutos, percebe-se um agravamento da situação, já que de 79.143 crianças fora da escola em 1975, passou-se a 85.859 em 1978;

b) a população de 8 a 11 anos vem apresentando gradativa queda na taxa de escolarização. Assim, em 1975 o déficit de atendimento era de um total de 162.933 crianças, tendo a situação se agravado, em 1978, tanto em números absolutos quanto em termos percentuais, já que 218.019 menores se encontravam fora da escola;

c) com a população de 12 a 14 anos vem-se observando um aumento gradual de taxas de escolarização, que é representado, em números absolutos, pela existência, em 1975 de 187.837 menores fora da escola, ocorrendo uma queda desse número, em 1978, com 166.337 menores nessa situação.

Dos dados acima, pode-se inferir que o sistema não vem conseguindo absorver a clientela potencial de 7 anos, o que indica uma não entrada dessas crianças no sistema ou uma entrada tardia, um dos fatores que provocaria uma distorção série/idade. Esta última hipótese, no entanto, é prejudicada pelo fato de a população de 8 a 11 anos também apresentar taxas menores de escolarização. O crescimento do atendimento da população de 12 a 14 anos é decorrência direta da implantação das 5.ª a 8.ª séries do 1.º grau pela rede estadual, a partir de 1976, anteriormente enfatizada.

Taxa de progressão da matrícula

A progressão global da matrícula inicial é medida que reflete as disfunções de repetência e evasão.

Assim, para cada 1.000 alunos que estavam na 1.ª série, em 1971, apenas 247 atingiram a 8.ª série em 1978. Considerando-se a média das taxas de aprovação nesta série, nos últimos três anos, pode-se calcular como de aproximadamente 102.982 alunos os Concluintes de 1.º grau no final de 1978. Já que, em 1971, 491.505 alunos formavam o contingente de 1.ª série, a taxa de sucesso nesse período foi de 0,210, ou seja, aproximadamente 1/5 desses alunos concluíram o curso no período regulamentar.

No Município do Rio de Janeiro, tomando-se como base o mesmo período, dos 153.326 alunos que estavam na 1.ª série, em 1971, 59.225 atingiram a 8.ª série sete anos depois e o cálculo dos Concluintes, considerando-se, também, a média das taxas de aprovação nos três últimos anos, na última série do 1.º grau, pode ser estimado em 51.348 alunos, ou seja, uma taxa de sucesso de 0,335.

Com isso o Estado, excluído o Município da Capital, apresentou uma taxa de sucesso de aproximadamente 0,150, já que para uma 1.^a série, em 1971, de 338.179 alunos, somente 51.634 devem ter concluído o 1.^o grau no final de 1978.

Essa progressão global da matrícula é referente a todas as dependências administrativas. Considerando-se que as taxas de aprovação da rede particular, no período em estudo, eram as mais elevadas, pode-se deduzir que as redes oficiais deviam apresentar, nos municípios do interior do Estado, taxas de progressão ainda mais reduzidas.

Estas taxas são basicamente decorrentes da perda na passagem da 1.^a para a 2.^a série — em torno de 50% — acrescida, no interior do Estado, pela oferta ainda insuficiente do segundo segmento do 1.^o grau.

Assim, os dados referentes à adequação série/idade, em 1978 demonstram, em outra perspectiva, os resultados das elevadas taxas de reprovação na 1.^a série: apenas 49,3% dos alunos de 1.^a série estão na idade certa. Esse percentual vai decrescendo nas séries subsequentes, até atingir seus níveis mais baixos na 8.^a série, com 12% de adequação idade/série.

Promoção e evasão

As taxas de aprovação no 1.^o grau vêm apresentando a manutenção de um quadro histórico já conhecido e que se constitui num dos maiores problemas que o sistema educacional deve enfrentar. Deve-se destacar a permanência das menores taxas de aprovação na 1.^a série. No período em estudo (1975-77) elas apresentaram índices mais baixos do que no quinquênio 1970-74 — série histórica analisada em programação anterior da SEEC/RJ. O fenômeno da queda das taxas de aprovação caracterizou tanto o Estado como um todo quanto o Município do Rio de Janeiro.

Além da diminuição na taxa de aprovação observou-se o conseqüente aumento da taxa de reprovação e a elevação das taxas de evasão.

Por dependência administrativa, as taxas de aprovação mais elevadas são encontradas na rede particular. Na rede oficial, observa-se que, enquanto a rede estadual é a que apresenta as taxas de aprovação menos elevadas na faixa de 1.^a a 4.^a séries, elas se tornam superiores às das redes municipais no segundo segmento do 1.^o grau. Cabe ressaltar que a matrícula da rede municipal nessa faixa — 5.^a a 8.^a séries — é fundamentalmente representada pelo Município da Capital. Isto significa que é na rede municipal do Rio de Janeiro que está sendo observado esse fenômeno.

A análise da evasão no 1.^o grau, no período 1975-77, indica que, nesses três anos, 328.053 crianças deixaram a escola durante o ano letivo, ou seja, em média, mais de 100 mil crianças abandonaram anualmente o Sistema Educacional. Deste total, cerca de 35% se constituía de alunos da 1.^a série.

Nas redes estadual e municipal, o maior percentual de evasão se localiza nas quatro primeiras séries, enquanto na rede particular a maior concentração é no segundo segmento do 1.^o grau, onde se encontra o maior contingente de alunos dessa dependência.

Unidades escolares, por dependência administrativa e séries oferecidas

Analisando-se o atendimento à clientela de 1.^o grau pela variável de unidades escolares vê-se que, no quadriênio, houve um acréscimo de 54 estabelecimentos, representando 0,91%. O comportamento apresentou diferentes tendências por dependência administrativa.

Quadro VII
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.^o GRAU
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — 1975-78

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	- 6	-42,86
Rede Estadual	154	6,67
Rede Municipal	68	3,15
Rede Particular	-162	-10,92

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Vê-se que, no período, as redes estadual e a municipal foram as que apresentaram maior crescimento, um indicador de sua preocupação com a ampliação do atendimento.

A diminuição de quase 50% na rede federal foi decorrência da política de gradativa extinção da oferta por esta rede de ensino, restrita, em 1978 a apenas 8 estabelecimentos no Município do Rio de Janeiro. Quanto à rede particular, observa-se, também neste grau de ensino, a tendência à concentração da matrícula em estabelecimentos maiores, pois ao aumento na matrícula correspondeu diminuição significativa, em todo o Estado, do número de estabelecimentos.

A análise de unidades escolares por séries oferecidas reflete as dificuldades encontradas para o efetivo cumprimento da Lei n.º 5.692/71. Em 1978 a situação assim se apresentava:

Quadro VIII

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU
UNIDADES ESCOLARES, POR SÉRIES OFERECIDAS
SEGUNDO DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA — 1978

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	UNIDADES ESCOLARES			
	1.ª À 4.ª SÉRIE		1.ª À 8.ª SÉRIE	
	COMPLETA	INCOMPLETA	COMPLETA	INCOMPLETA ULTRAPASSANDO A 4.ª SÉRIE
Rede Federal			2	6
Rede Estadual	1.413	534	163	354
Rede Municipal	1.112	585	156	372
Rede Particular	290	127	653	251

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Pode-se observar que a rede estadual é a que, no total do Estado, tinha um maior número de unidades que ainda ofereciam somente o primeiro segmento do 1.º grau (79,02%). São, na grande maioria, escolas localizadas em áreas rurais.

A rede municipal apresentava 76,27% dos seus estabelecimentos também só oferecendo as quatro primeiras séries. Se analisada esta rede sem o efetivo do Município do Rio de Janeiro, no entanto, esse percentual sobe para 93,60%.

A rede particular possuía um maior percentual de estabelecimentos oferecendo as últimas séries do ensino de 1.º grau, talvez em decorrência da situação histórica de atendimento prioritário, por essa rede, do antigo ginásio.

Corpo docente, por formação e dependência administrativa

No período 1975-78, 2.608 novos professores exerceram função docente no ensino de 1.º grau, num crescimento de 3,19%. Os 84.246 professores em regência de turma, em 1978, estavam assim distribuídos, percentualmente, por dependência administrativa: 0,52% na rede federal, 31,15% na rede estadual, 39,92% na rede municipal e 28,41% na rede particular.

Desses 84.246 professores, 36.114, ou seja 42,87%, lecionavam no Município da Capital. Este Município vem tendo diminuído seu número de docentes em todas as redes, exceto na particular.

Analisando-se o corpo docente por grau de formação, verifica-se a manutenção de tendência observada em estudos da SEEC/RJ, que indicavam um grande crescimento de professores com formação de 3.º grau, numa decorrência direta do preconizado pela Lei 5.692/71 com relação a recursos humanos para a educação. Assim, se em 1972 somente 22,95% do corpo docente tinha curso superior, essa proporção já se alterava, em 1975, para 51,87% e para 55,97% em 1978.

Como já foi observado no estudo do corpo docente da educação pré-escolar, este fenômeno, se mais acentuado no Município do Rio de Janeiro, é característico de todo o Estado.

A relação aluno/professor, no ensino de 1.º grau, tem sua análise dificultada pela existência de duas estruturas diversas: a de 1.ª a 4.ª séries e a de 5.ª a 8.ª séries. A ausência de informações sobre o número de professores que atuavam, em todas as redes de ensino, em cada um desses segmentos, prejudicou o estudo desse indicador.

1.3.3 — Ensino de 2.º Grau

Evolução da matrícula

O efetivo inicial do ensino de 2.º grau em 1978 foi de 343.020 alunos, o que indicava um incremento, em relação a 1975, de 104.780 alunos. Esse crescimento, da ordem de 44%, apresentou, em proporções diferentes, tendências semelhantes às observadas no ensino de 1.º grau — ou seja, um crescimento maior no biênio 1975-76 (16,09%) e percentuais menores nos anos seguintes (13,07% e 9,69%, respectivamente).

O Município do Rio de Janeiro participou, em 1978 com 58,68% do efetivo total do Estado, com 201.284 alunos. Considerando-se que, em 1975, essa participação era de 59,91%, observa-se que o crescimento do 2.º grau nos municípios do interior do Estado vem sendo mais acelerado que no da Capital, talvez em função de maior demanda reprimida.

Também o crescimento da matrícula na zona rural, se bem que calculado sob efetivos reduzidos, vem apresentando índices mais elevados, fazendo com que o percentual de alunos em estabelecimentos rurais, que era de 0,52% em 1975, passasse a 0,63% em 1978, num total de 2.150 alunos matriculados.

Por dependência administrativa o ensino de 2.º grau apresenta o seguinte comportamento:

Quadro IX

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA INICIAL
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	1.058	8,22
Rede Estadual	29.763	40,59
Rede Municipal	2.423	70,11
Rede Particular	71.536	48,11

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC /RJ.

A rede particular apresentou o maior acréscimo em números absolutos. No entanto, o atendimento à clientela por parte desta dependência administrativa deve ser analisado também em função das bolsas de estudo financiadas pela SEEC/RJ. No período 101.185 bolsas de complementação ou integrais foram pagas pela SEEC/RJ além de, através de convênios diversos, serem concedidas 1.532 bolsas, o que indica uma média anual de 25.679 alunos, na rede particular, financiados pelo Poder Público num total de mais de 17% da matrícula dessa dependência administrativa.

Observando-se o último ano em estudo, 1978, verifica-se que o crescimento da rede particular, em relação ao anterior, foi de 20.729 alunos. Destes, 7.118 foram novos bolsistas, sendo então a participação do Estado nesse crescimento de 34,34%.

Portanto, assim como na análise referente ao 1.º grau, o comportamento da rede estadual deve ser observado sob dois aspectos: pelo incremento do atendimento oferecido pelo

Estado, em que a oferta de bolsas é considerada, e pelo aumento da matrícula nos estabelecimentos da rede estadual, que foi de 29.763 alunos.

Quadro X

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU
CRESCIMENTO ANUAL DA MATRÍCULA,
NA REDE ESTADUAL — 1975-78**

PERÍODO	CRESCIMENTO ANUAL	
	N	%
1975-76	11.870	16,19
1976-77	9.614	11,28
1977-78	8.279	8,73

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Esse ritmo de crescimento do efetivo da rede estadual permite uma estimativa de matrícula, para 1983, de 166.415 alunos, o que representaria um percentual de 30,05% do total da matrícula no Estado, que se permite estimar em 553743 alunos.

Taxas de progressão da matrícula

As coortes 1971-78 indicam que, de 1.000 alunos que estavam no sistema, uma média de 609 concluíram a 3.ª série no tempo previsto. Verifica-se, no entanto, que taxas de sucesso menos elevadas ocorreram nos últimos dois anos, indicando baixa produtividade dos alunos que ingressaram no sistema a partir de 1975, fenômeno especialmente observado na coorte 1976-78, com a menor taxa de sucessos de período em estudo — 0,557.

O Município do Rio de Janeiro, com uma taxa média de sucesso menos elevada que a do Estado — para 1.000 alunos na 1.ª série, 593 eram aprovados na 3.ª série ao fim de três anos — evidencia o mesmo problema, ainda de forma mais aguda, na coorte, 1976-78, onde a taxa de sucesso é de apenas 0,506.

Observando-se a taxa de progressão global da matrícula na rede estadual, detecta-se que a coorte 1976-78, nessa dependência administrativa, deve ser a causadora dessa tendência, já que, de 38.853 alunos que estavam na 1.ª série em 1976, apenas 18.310 atingiram a 3.ª série em 1978, o que leva a um cálculo de taxa de sucesso de aproximadamente 0,452. O critério de seleção adotado na pré-matrícula em 1975, enfatizando a carência sócio-econômica, foi levantado como causa das distorções evidenciadas.

A análise dessas taxas de progressão global permite inferir que o aluno concluinte de 1.º grau, mesmo se constituindo numa parcela mínima dos que ingressam no sistema, ainda encontra sérias dificuldades para cursar o 2.º grau, o que indica uma defasagem entre os dois graus de ensino.

A taxa de progressão da matrícula, se observada série a série, demonstrava uma situação diferente da detectada no 1.º grau, em que a taxa de progressão da 1.ª para a 2.ª série é sensivelmente inferior às demais, indicando que a grande disfunção desse grau de ensino aí se encontra. No 2.º grau, ao contrário, nos anos iniciais do período em estudo, as taxas de progressão eram menores da 2.ª para a 3.ª série, o que parecia indicar um abandono do sistema pelos alunos, no decorrer da fase final do processo. A partir de 1976, no entanto, começa a haver uma alteração desse quadro, que passa a apresentar tendências semelhantes às do 1.º grau, o que parece corroborar a conclusão anteriormente apresentada de que os alunos da 1.ª série do 2.º grau estão enfrentando sérios problemas de adaptação, talvez decorrentes de baixa qualidade do ensino de 1.º grau

Relação dos indicadores: promoção, reprovação e evasão

As taxas de promoção vêm sofrendo uma queda no período 1975-76, confirmando uma tendência já observada desde 1972 e que só apresentou como exceção o ano de 1974. Em 1977 as taxas se elevaram em todas as séries, talvez por influência do Município do Rio de Janeiro, onde essa alteração foi verificada com maior intensidade.

Por dependência administrativa observa-se que a rede estadual apresentou sensível decréscimo nas taxas de aprovação de 1975 para 1976, mais evidenciada na 1.^a série, que decresceu de 0,7492 para 0,6314.

A evasão, que vinha apresentando tendência crescente no período 1972-76, sofreu um decréscimo, em 1977, de 22,61% em relação ao ano anterior, visto que em 1976 o número de evadidos foi de 37.406 e de 28.947, no ano seguinte.

Observando-se a evasão por série, pode-se afirmar que é basicamente na 1.^a série que ela tem-se, dado, pois, em 1977, dos 28.947 alunos que se retiraram do sistema, 18.578 a ela pertenciam.

É importante observar que mesmo na série final do 2.^o grau — 3.^a série ou 4.^a, conforme o curso — ainda se notava o fenômeno da evasão.

Corpo docente por grau de formação e dependência administrativa

Os professores em função docente, em 1978, eram 24.044, dos quais 21.564 — 89,69% do total — possuía curso superior o que pode significar habilitação específica para atuação no 2.^o grau. Esse percentual vem crescendo anualmente, demonstrando uma tendência à extinção de professores leigos nesse grau de ensino. No Município do Rio de Janeiro esse quadro é mais evidente, já que dos 13.113 docentes, 12.009, num total de 91,58% possuíam curso superior.

Dos 24.044 docentes, em 1978, um total de 7.708 professores — 32,06% — lecionavam na rede estadual, estando a maior concentração de pessoal docente — 59,70% — na rede particular.

Unidades escolares por dependência administrativa

O ensino de 2.^o grau, em 1978, era oferecido em 722 unidades escolares, das quais 590 pertenciam à rede particular — 81,72% do total — e 105 à rede estadual.

O aumento no período 1975-78 foi de 76 escolas, sendo 45 pertencentes ao ensino privado, o que significa que aproximadamente 60% do crescimento no período se encontrava nessa dependência administrativa.

Se analisada a proporção aluno/escola detecta-se, tanto na rede particular quanto na estadual, uma relação crescente, indicadora de uma concentração do alunado por unidade escolar. Essa concentração é mais evidente na rede particular que passou de 273 alunos/escola, no ano inicial do período, para 373 em 1978, apesar dessa relação na rede estadual ser mais elevada — 928 alunos/escola no ano-base e 982 no final do período em estudo.

1.3.4 — Ensino de 3.^o Grau

O ensino de 3.^o Grau teve como referencial, nesta análise, o período 1971-76 e se baseou nos resultados obtidos pelos levantamentos SEEC/MEC. O período estudado abrange uma fase de grande expansão neste grau de ensino, em parte reflexo da Lei n.º 5692/71.

As informações referentes a 1976 são as mais recentes oferecidas pelo MEC e, nesse ano, mudanças na metodologia de apresentação dos dados não permitiram que estes fossem analisados em maior nível de detalhamento, o que provoca limitações no estudo.

A evolução da matrícula, que era de 199.148 alunos em 1976, demonstra um crescimento, em relação ao ano-base, de 125,63%. Esta expansão apresentou ritmos diferentes: enquanto a rede oficial cresceu 41,85% no período, a rede particular, em ritmo mais acelerado, apresentou o alto índice de crescimento de 197,29%. Com isso, a composição da matrícula por dependência administrativa, que apresentava, no ano base, 46,09% dos alunos na rede oficial e 53,91% na particular, indicando um quase equilíbrio, sofreu uma radical transforma-

ção, passando a rede particular a absorver 71,02% da matrícula total do Estado com 141.432 alunos.

A composição da rede oficial, em 1976, era de 45.902 alunos em estabelecimentos federais, 1308 em faculdades municipais e 10.506 alunos na rede estadual, composta pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelos seguintes estabelecimentos isolados: Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Instituto de Educação Roberto Silveira.

A rede estadual, assim, apresentava, em relação a 1971, um aumento de 3.538 alunos, o que indica um crescimento de 50,77%.

As áreas que compõem o 3.º grau são Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Letras e Artes.

A análise da matrícula em 1976 indicava a maior concentração do alunado em Ciências Humanas que, com 103.675 alunos, correspondia a 52,05% da matrícula total do 3.º grau e apresentava um aumento de 43.898 alunos, no período 1972-76. Essa situação vem sendo explicada como conseqüência de uma oferta maior de cursos nessa área, para a qual contribuem a facilidade de instalações e a tradição brasileira de inspiração acadêmica. Deve-se observar, ainda, pela grande procura dos cursos de Pedagogia (que pesam bastante nesse percentual) que é aí que mais se evidenciam os estímulos do artigo 39 da Lei n.º 5.692/71, que propicia a ascensão de professores primários para o contingente docente do 2.º grau, em busca de melhoria salarial, assim como do artigo 33, que motivou o retorno do pessoal graduado, em busca de complementação pedagógica.

Na área de Ciências Humanas, fundamentalmente oferecida pela rede particular estudavam em 1976 83.152 alunos, ou seja 80,20% dos matriculados na área. Na rede federal, a matrícula era de 14.567 alunos, enquanto na rede estadual ela atingia 5.565 alunos.

Considerando-se o contingente potencial de recursos humanos para a Educação, encontravam-se matriculados em cursos de bacharelado e licenciatura, nessa área, 26.890 alunos, dos quais mais de 50%, ou seja 14.624, freqüentavam os cursos de Pedagogia, em suas diferentes habilitações.

A segunda maior matrícula era a observada na área de Ciências Exatas e Tecnológicas, com 47.690 alunos. Foi nessa área que se observou o maior crescimento relativo do período 1972-76, já que um acréscimo de 24.431 matrículas duplicou seus efetivos.

A análise por dependência administrativa indica que 12.499 alunos freqüentavam a rede federal, 2.326 a rede estadual, 151 a municipal e 32.714 a rede particular, o que demonstra uma composição de matrícula ligeiramente diferente da observada na área de Ciências Humanas, possivelmente em função do alto custo desses cursos.

Em termos de recursos humanos para a Educação, a área contava com 8.355 alunos matriculados em cursos de bacharelado e licenciatura, sendo o maior contingente o matriculado em Matemática, com 3.953 alunos.

A área de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde, com 26.200 matriculados, apresentava 10.690 alunos na rede federal (40,80%), 1.154 na rede estadual (4,40%), 595 na rede municipal (2,27%) e 13.761 matriculados na rede particular (52,52%), o que demonstra ser essa área a de maior concentração na rede oficial.

Nesse setor, o número de matriculados que provavelmente estarão ligados à função docente era de 6.616 alunos, ligados aos cursos de Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) e Educação Física.

A área de Letras, com 13.988 alunos, é potencialmente dedicada à função docente, assim como alguns cursos das áreas de Artes (3.711 alunos), que, com matrícula de 1.340 alunos também estarão habilitados para funções docentes.

Assim, cursavam o 3.º grau, em 1976, 59.560 alunos que se preparavam, em cursos de bacharelado e licenciatura, para uma possível função docente. No mesmo ano, o efetivo de docentes, em todas as dependências administrativas, com formação de 3.º grau era de 60.697 docentes, nos três níveis de ensino: pré-escolar, 1.º e 2.º graus. A comparação desses dois dados indica uma crescente oferta de mão-de-obra que possivelmente não será absorvida pelo sistema, agravando a já problemática situação do magistério no Estado.

1.3.5 — Cursos de Pós-Graduação

Mestrado

O número de alunos matriculados em cursos de mestrado, em 1976, era de 4.902, dos quais 3.539, ou seja 72,20% estavam na rede federal e 1.327 na rede particular, correspondendo a 27,07%. A rede estadual, que oferecia quatro cursos na área de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde, possuía 36 alunos.

Comparando-se a matrícula total com o ano base de 1971, observa-se um crescimento de 3.188 alunos. Deve-se considerar que esse número era composto por alunos que estavam efetivamente cumprindo seus créditos e por aqueles em fase de elaboração de dissertação de mestrado.

As próprias características dos cursos de mestrado não permitem o estabelecimento de uma relação pertinente entre os matriculados no mestrado e os seus Concluintes, num tempo determinado, em vista da existência de problemáticas diversas: alunos que freqüentam os cursos perfazendo os créditos parcial ou totalmente, mas não elaboram dissertações — requisito para conclusão do curso — e o ritmo diferente que cada aluno utiliza para elaboração de sua dissertação.

Analisando-se por áreas, observa-se que a maior matrícula se encontrava em Ciências Exatas e Tecnológicas, com 2.160 alunos, dos quais 1.186 nas diferentes especializações da Engenharia.

A segunda área, em contingente de matrículas, era a de Ciências Humanas, com 1.595 alunos. Destes, 587 eram mestrandos em Educação, que se constituía assim num dos cursos de maior expansão em nível de 4.º grau, chegando a superar a matrícula observada nas diversas especializações da Medicina, com 526 alunos.

Doutorado

Os cursos de doutorado, em 1976, apresentavam 218 alunos inscritos, sendo a quase totalidade na rede federal. Tomando como base 1971, observou-se um aumento de 169 alunos, indicando um crescimento de 344,90%. Entretanto, no período 1975/76 verifica-se uma redução de cerca de 280 alunos, que, por não ser acompanhada por número significativo de Concluintes no ano de 1975 — apenas 46 doutorandos defenderam suas teses nesse ano — parece indicar uma evasão de cerca de 50%, difícil de ser explicada.

A área de Ciências Exatas e Tecnológicas, com 104 alunos, apresentava a maior concentração de matrícula nas diferentes especializações de Engenharia, totalizando 6 cursos, com 57 matriculados.

Em Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, de um total de 84 matriculados, 40 cursavam a área Médica, enquanto as demais matriculados em Biofísica (38) e Bioquímica (6)

A área de Ciências Humanas possuía 16 alunos matriculados em Economia, estando a área de Letras representada por 14 alunos.

1.3.6 — Ensino Supletivo

1.3.6.1 — *Função de Suplência*

É nessa área que a grande maioria dos cursos oferecidos se situa, propiciando escolarização aos que não tenham seguido cursos regulares na faixa etária própria.

A rede estadual é a única que apresenta uma rede de coleta definida, com levantamentos sistemáticos, sendo, portanto, o objeto desta apreciação.

Cursos Regulares Intensivos

O efetivo total de Supletivo vem apresentando decréscimo gradativo, considerando-se o ano base de 1975. Assim, em 1978, havia 157.250 alunos matriculados, o que indicava uma diminuição de 20.779 alunos. Por fases, a matrícula nas turmas de alfabetização era de 0,72% da matrícula total. As turmas de I a IV fases correspondiam 45,08% dos alunos, observando-se a maior concentração de matrícula, com 54,20% dos alunos, na faixa de V a VIII fases.

O reduzido efetivo das turmas de alfabetização deve-se possivelmente ao fato da maior parte da clientela estar sendo atendida pelo MOBREAL. Apenas algumas turmas experimentais, nas Regiões Metropolitana e das Baixadas Litorâneas ofereciam esse tipo de atendimento, na rede estadual. Quanto às turmas de V a VIII fases a grande concentração era na Região Metropolitana, onde se encontrava 86,22% do alunado dessa faixa do total do Estado.

O total de turmas, em 1978, de I a IV fases era de 2.398, além das 46 turmas em que, em caráter experimental, se oferecia alfabetização.

À Região Metropolitana correspondiam 65% das turmas e 74% do efetivo total dessas fases. Essa distorção se reflete no aumento da relação aluno/turma, que era, para o Estado, de 30 alunos por turma. Se excluída a Região Metropolitana, esse indicador desceria a cerca de 22 alunos por turma.

Da Va VIII fases, por ser a matrícula por disciplina, essa análise fica prejudicada, já que os alunos se matriculam em mais de uma turma, além de poder freqüentar disciplinas de diferentes fases.

No ano em estudo, 1978, 834 estabelecimentos escolares ofereciam ensino supletivo. Destes, 266 possuíam turmas de V a VIII fases, o que indica a média de 320 alunos por escola nessa faixa. Na Região Metropolitana essa relação era mais alta, atingindo 358 alunos por estabelecimento.

Já de I a IV fases, observa-se que os 70.892 alunos matriculados se concentravam em 703 unidades escolares, o que indica a média de 100 alunos por escola, média essa elevada pela Região Metropolitana, onde essa relação atingia a 145 alunos por unidade escolar.

Os professores em função docente no ensino supletivo eram, em 1978, 5.054, dos quais 2.244 — 44,40% — lecionavam em turmas de alfabetização à IV fase e 2.810, ou seja 55,60% atuavam em turmas de V a VIII fases.

Comparando-se o pessoal docente como número de turmas de I a IV fases verifica-se um déficit de 200 professores, dos quais 176 na Região Metropolitana o que possivelmente estava sendo solucionado com o atendimento a mais de uma turma por alguns professores, com medidas como o rodízio ou a compressão de turmas. A relação aluno/professor, nessa faixa, era de 32 alunos por professor. No entanto, essa relação deve encobrir distorções acarretadas por casos extremos: professores atendendo a mais de uma turma e turmas com número muito reduzido de alunos.

O sistema de matrícula por disciplina, nas V a VIII fases, como já foi observado, distorceria a análise desse indicador nas quatro últimas fases do ensino supletivo.

Centros de Estudos Supletivos

Os Centros de Estudos Supletivos proporcionam a adolescentes e adultos, que na idade própria não conseguiram escolarização regular, uma educação em nível de 1.º (últimas séries) e 2.º graus.

A característica desses Centros é a metodologia utilizada: ensino personalizado através de módulos didáticos e sem obrigatoriedade de freqüência.

Funcionam 5 CES no Estado do Rio de Janeiro, todos localizados na Região Metropolitana. Destes apenas 2 oferecem ensino em nível de 2.º grau.

Em 1978, eram atendidos nos CES, 3.007 alunos, sendo 1794 no 1.º grau e 1.213 no 2.º grau.

Projeto Minerva

O projeto visa a atender, por tecnologia de comunicação de massas, a clientela acima de 17 anos, sem escolarização em nível das quatro últimas séries do 1.º grau.

Os cursos do Projeto Minerva podem ser acompanhados através de:

auto-estudo — rede de recepção controlada.

estudo dirigido — rede de recepção organizada.

No período 1977-78, a matrícula, nas últimas fases do ensino supletivo do 1.º grau, foi de 13.488 (recepção organizada) e 401 alunos (recepção controlada). No mesmo período foram utilizados 361 radiopostos, 362 monitores e 84 supervisores.

Exames Supletivos

Uma visão mais abrangente de clientela é obtida através da análise do contingente que se candidata aos exames supletivos realizados pela SEEC/RJ.

No período 1975-julho de 1978, o número de inscritos foi de 176.784 pessoas, candidatos ao certificado de conclusão de 1.º grau. Desses, 98.421 não obtiveram qualquer certificado, parcial ou de conclusão. No período, tendo em vista o certificado de conclusão de 2.º grau, 282.525 pessoas se inscreveram na SEEC/RJ. O número dos que não obtiveram qualquer certificado atingiu 168.053, o que indica que cerca de 60% não foi aprovado em nenhuma das disciplinas para as quais se inscreveu.

A análise por disciplina indica que as disciplinas Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e Língua Portuguesa são as que, no 1.º grau, apresentam maior número de inscritos o que, associado ao baixo índice de aprovação observado, parece indicar maior dificuldade no aprendizado dessas disciplinas, levando a várias inscrições até a obtenção do certificado.

No 2.º grau, o maior número de inscrições vem ocorrendo nas disciplinas Matemática, Língua Estrangeira e Ciências Físicas e Biológicas, que apresentam, também, baixos índices de aprovação, o que deve provocar o mesmo fenômeno.

Além das disciplinas de Núcleo Comum, a SEEC/RJ realizou, em 1977 e 1978, exames de Suplência profissionalizante em nível de 2.º grau. Foram oferecidos, no período, exames para as seguintes modalidades: Assistente de Administração, Técnicos em Mecânica, em Eletrônica, em Enfermagem, em Patologia Clínica, em Eletrotécnica, em Eletromecânica, em Telecomunicações e de Laboratório em Prótese Odontológica e Auxiliar de Enfermagem.

O número de inscrições atingiu a 13.153 candidatos, dos quais 5.027 obtiveram certificados ou diplomas.

1.3.6.2 — Funções de Aprendizagem e Qualificação

As funções Aprendizagem e Qualificação serão analisadas através dos dados oferecidos por duas agências de ensino profissional, o SENAI e o SENAC, que além de tradicionalmente oferecerem esses cursos, são, na ausência de uma sede de coleta para o levantamento do universo de instituições que se dedicam a esse tipo de ensino, as que permitem uma visão, mesmo que parcial, dessas funções do supletivo.

O SENAI, em 1978, tinha 74.632 alunos inscritos em seus 11 Centros de Formação Profissional e na Divisão de Treinamento Profissional. Em relação a 1976, esse número indicava um crescimento de 20,37% da matrícula, com 12.631 novos alunos.

A comparação entre os dados de evasão nos cursos do SENAI, em 1976 e 1978, mostra que no último ano a evasão era mais elevada, tanto em números absolutos como relativos. Em 1976 a perda de 6.348 significava 10,24% do efetivo total, enquanto em 1978, a evasão de 9.319 alunos correspondia a 12,49% das matrículas realizadas.

O SENAC, em 1978, contava 108.746 alunos matriculados nas suas onze áreas de atuação: escritório; vendas; armazenagem, embalagem e expedição; manutenção, conservação e serventia; propaganda; comunicação, higiene e beleza; hotelaria; administração e gerência; turismo e saúde.

Tomando-se como base o ano de 1975, observa-se um aumento de 90.074 alunos, ou seja um crescimento de 482,40%. Esse percentual tão elevado obriga a uma análise por área de atuação, na tentativa de tornar mais explícito esse fenômeno.

A área de escritório e vendas, que, em 1975, tinha 11.848 alunos, passou a apresentar 58.308 alunos, num crescimento de 392,13%.

A área de armazenagem, embalagem e expedição, criada em 1977, com 331 alunos, passou, no ano seguinte, a contar com 1.267 alunos, o que significa a quadruplicação de seus efetivos.

A área de manutenção, conservação e serventia, com 74 matriculados no ano base, apresentou um aumento de 4.826 alunos, o que significa multiplicar por 66 os seus efetivos em quatro anos.

A mesma tendência de crescimento acelerado observado nas áreas apontadas anteriormente é visível nas demais. É importante, apenas, ressaltar que a área de Comunicação, que sofreu um grande aumento até 1977, apresentou um decréscimo no ano seguinte, o que pode indicar uma saturação dessa área.

Enquanto a matrícula apresentava esse crescimento, a evasão apresentou um aumento absoluto de 9.489 alunos, mas em termos relativos ela decresceu em relação a 1975, pois naquele ano era de 28,51%, passando, em 1978, a 13,62%, o que deve indicar não só o interesse do alunado, mas a boa qualidade dos cursos oferecidos. Essa hipótese fica reforçada quando analisados os percentuais de aprovação, que de 51,42%, em 1975, passou a 58,98% quatro anos após, demonstrando que o crescimento quantitativo não foi acompanhado por uma baixa da qualidade.

1.3.7 — Educação Especial

A análise da situação da educação especial no Estado do Rio de Janeiro, englobando todas as dependências administrativas que oferecem esse tipo de ensino, tem como base os levantamentos trienalmente realizados pelo CENESP, em colaboração com o Serviço de Estatística de Educação e Cultura do MEC. O estudo comparativo dos dados obtidos em 1974 e 1977 sofrerá algumas limitações, decorrentes da diferença de metodologias entre os dois levantamentos.

Serão examinadas as seguintes variáveis: efetivo total; unidades escolares e instituições especializadas, por dependência administrativa e modalidade de atendimento; pessoal docente e técnico, por grau de formação, especialização e dependência administrativa.

Os dados referentes à rede federal no ano de 1977 não foram levantados pelo Instituto de Informática da SEEC/RJ, não sendo, portanto, considerados na análise.

Efetivo total

No Estado do Rio de Janeiro, em 1977, o número de alunos excepcionais era de 17.573, evidenciando um decréscimo em relação a 1974, quando esse total atingiu 20.913. O Município do Rio de Janeiro, onde se concentra o maior contingente de matrícula, concorreu para esse decréscimo, ao passar, no período, de 16.393 para 13.912 alunos. Com isso observa-se que este Município, que contribuiu, em 1977, com 44,65% da matrícula total de 1.º grau, em relação à educação especial teve uma participação de 79,17%. Sua rede municipal é a que atende, ainda, a um maior número de alunos. Este atendimento era comparativamente tão elevado, em 1977, que correspondia a 59,56% de todo o atendimento feito no Estado.

Dos alunos matriculados em estabelecimentos de educação especial, 12.297 alunos, ou seja 69,98%, eram atendidos em escolas de ensino regular e os demais por instituições especializadas. Foi nos estabelecimentos de ensino regular que se verificou, fundamentalmente, a redução de matrícula expressada pelo efetivo total em 1977.

Já as instituições especializadas sofreram um decréscimo de matrícula — 542 alunos — relativamente menor, e apresentaram mudanças na composição de matrícula por dependência administrativa, tendo a rede municipal da cidade do Rio de Janeiro deixado de oferecer este tipo de atendimento. Na capital do Estado, no entanto, 1.241 novas matrículas em instituições da rede particular foram levantadas, o que indicava um crescimento de 56,28%. Com isso o atendimento em instituições especializadas cresceu, percentualmente, em relação ao atendimento total.

Considerando que resultados de pesquisa psicoeducacional indicam as vantagens das estratégias de atendimento que tenham como diretrizes básicas a integração, e a normalização, cada vez mais deveria ser estimulado o convívio de alunos excepcionais com alunos das classes comuns. No entanto, a situação acima parece indicar uma tendência em contrário.

Efetivo total e modalidades de atendimento

Dos 696 estabelecimentos que ofereciam atendimento ao excepcional, em 1977, 636 eram estabelecimentos de ensino regular e 60 eram instituições especializadas.

As modalidades de assistência a esse alunado que apresentavam as maiores frequências estatísticas eram, em ordem decrescente de atendimento:

- classe especial anexa à classe comum;
- classe comum com consultor;

- classe comum;
- atendimento com professor itinerante;
- escola especializada;
- sala de recursos;
- classe especial anexa a hospital;
- oficinas pedagógicas.

Efetivo total, por faixa etária

A faixa etária de 11 a 14 anos apresentava a maior concentração de alunado excepcional, em 45,60% do total da matrícula. O alunado com idade menor de 7 anos e maior de 18 era atendido predominantemente pela rede particular.

A faixa etária de maior concentração, tanto no Estado quanto no Município do Rio de Janeiro, indica que o maior número de diagnósticos é realizado quando o aluno já ingressou no sistema. A identificação é ainda mais retardada por serem os alunos, freqüentemente, submetidos a testes para diagnóstico após já terem freqüentado a escola, sem sucesso, durante certo período.

A intensificação de uma assistência especial ao alunado do pré-escolar e da 1.^a série, com atendimento médico, psicológico e social contribuirá para a diminuição da clientela de educação especial, que se origina em parte do alunado repetente de 1.^a série, uma das maiores disfunções do sistema de ensino de 1.^o grau.

Já a diminuição dos percentuais na faixa acima de 14 anos deve ser decorrência da evasão, da tentativa de inserção no mercado de trabalho, onde essa clientela é aceita, embora com restrições, e por um possível encaminhamento para o ensino supletivo.

Efetivo total e natureza da excepcionalidade

Observando-se o efetivo da educação especial pela natureza de excepcionalidade, verifica-se que, em 1974, 71,52% dos alunos excepcionais foram classificados como deficientes mentais educáveis enquanto que em 1977 apenas 57,93% foram classificados nesta categoria. Mesmo assim, ainda se constituíam em maioria, o que ratifica a origem dessa clientela como oriunda do ensino de 1.^o grau.

As demais categorias observadas, excluindo-se a categoria outros, que aparecia em percentual elevado (14,76%), indicava maiores percentuais de atendimento aos deficientes físicos, aos deficientes mentais treináveis, aos portadores de deficiências múltiplas e aos surdos.

Com relação aos superdotados havia apenas indicação de 29 casos sendo atendidos, todos no Município do Rio de Janeiro.

Regime de atendimento

A educação especial vem funcionando, predominantemente, em regime de externato, coincidindo com o fato da maioria dos alunos constituírem turmas anexas a escolas regulares de 1.^o grau. De 1974 para 1977 houve um aumento de atendimento em semi-internatos, mais significativo no interior do Estado do que no Município do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que o último levantamento do CENESP-SEEC/MEC faz referência a um atendimento ambulatorial, desenvolvido quase que exclusivamente no Município do Rio de Janeiro. Recebiam esse atendimento ambulatorial 1.099 excepcionais, que não foram discriminados nem por faixa etária, nem por natureza da excepcionalidade.

Pessoal docente e técnico, por grau de formação, especialização e dependência administrativa

O pessoal docente, técnico e administrativo foi analisado segundo sua distribuição por dependência administrativa e por grau de formação. No caso específico do corpo docente, o levantamento indicava, também, os cursos de especialização requeridos para atendimento às diversas deficiências da clientela.

De um total de 3.935 professores de educação especial, em 1977, 41,91% possuía formação em nível de 2.^o grau, correspondendo, em grande parte aos docentes de classes especiais anexas a classes comuns. Este percentual decresceu muito em relação ao constatado

em 1974, verificando-se um aumento considerável do número de professores com 3.º grau completo. Esta categoria, que em 1974 correspondia a 12,51% do pessoal docente, passou, em 1977, a representar 41,80%, ocorrendo este crescimento especialmente na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro.

No Estado, comparando-se por dependência administrativa o número de professores com curso de especialização, verifica-se que o corpo docente da rede municipal é o que apresenta, percentualmente, menor número de professores com algum curso de especialização para atuação nesse tipo de ensino. Em termos proporcionais é o magistério da rede estadual — o menor em termos absolutos — o que apresenta percentuais mais elevados de especialização com 60,56%. Frequentemente é o professor com formação em nível de 2.º grau que procura os cursos de especialização. Assim, em 1977, dos 1.948 professores que possuíam cursos de especialização, 1.015 tinham formação de 2.º grau completo, enquanto que dos 1.987 que não tinham curso de especialização, 1.056 já possuíam o 3.º grau completo.

Os cursos de especialização realizados, eram, em sua maioria, referentes a deficiências mentais, o que apresenta coerência com o tipo de deficiência diagnosticado nos alunos atendidos.

Com relação ao pessoal técnico observa-se que é na área educacional que se encontra o maior contingente com nível de escolarização até o 2.º grau — 52,08% dos 1.709 elementos técnicos dedicados a esse tipo de ensino tinham esse grau de formação em 1977. O setor médico possuía o maior contingente, com 1.809 técnicos, sendo 92,76% com nível universitário. Os setores psicológico e para-médico, respectivamente com 1.797 e 1.212 técnicos apresentavam profissionais com altos índices de qualificação em nível de 3.º grau.

Cabe ressaltar que novamente o Município do Rio de Janeiro, em especial em sua rede municipal, contribuía com 95,24% do pessoal técnico utilizado no tratamento ao aluno especial. Exemplificando com o setor de assistência social observa-se que 97,18% do atendimento era feito no Município da Capital. Tais percentuais são ainda mais elevados na área psicológica com 97,44% e na área médica, com 97,35%.

1.4 Caracterização das Regiões-Programa para Efeito do Planejamento Educacional

1.4.1 — Região Metropolitana

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro corresponde a um espaço fortemente urbanizado que com seus 6.464 km², representa 14,93% do território estadual.

Sua população — cerca de 80% do total do Estado — poderá atingir 9.780.000 habitantes em 1980, dos quais 5.539.100 deverão estar no Município da Capital.

Este aglomerado, que já atinge densidade superior a 1.000 hab/km², insere-se, sob o ponto de vista nacional, em uma área mais vasta, o Sudeste Metropolitano. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro constitui a extremidade oriental da megalópole que se vai instalando no Sudeste Metropolitano, que contém as duas metrópoles nacionais — São Paulo e Rio de Janeiro, esta a segunda em população e em importância econômica.

O crescimento da Região Metropolitana — mais de 300.000 novos habitantes por ano — longe de representar um fato auspicioso, representa um problema, razão pela qual, a partir do II PND, a área se inscreve como região de contenção. A atração demográfica que exerce, tanto em escala estadual quanto nacional, gera, pelo inchamento, um forte contingente de população de baixa renda e a deterioração do meio ambiente. E isto apesar de uma economia dinâmica.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar n.º 20, de 1.º de julho de 1974, obedecendo aos critérios já fixados para a constituição de Regiões Metropolitanas. Sua economia é essencialmente terciária e secundária, sendo que as indústrias da Região Metropolitana elaboram 82% do valor da transformação industrial do Estado.

Praticamente todos os gêneros de indústria estão representados. Destacam-se, porém, as indústrias metalúrgica, química e petroquímica, editorial e gráfica, mecânica, têxtil, de produtos alimentares, de material elétrico e de comunicações.

O setor de serviços, que é o maior gerador de renda na Região Metropolitana e que também absorve a maior quantidade de mão-de-obra, vem conhecendo uma tendência de di-

versificação e de especialização, o que está ligado à preocupação de ampliar subsetores, como o de turismo, e aos esforços em colocar o Município do Rio de Janeiro como centro financeiro de porte internacional.

Apesar da grande concentração urbana, existe na Região Metropolitana uma considerável zona agrícola com população de cerca de 160 000 habitantes geradora de uma renda que consegue ser a segunda do Estado por região-programa. Destacam-se as produções de frutos cítricos, aves e ovos, banana e leite.

O processo de ocupação da Região Metropolitana acabou por formar duas aglomerações distintas, hoje interligadas pela ponte Rio-Niterói. A primeira, ocidental à baía, apresenta uma malha extensa e contínua. A segunda, oriental, tem dimensões mais modestas. A ocupação se apresenta orientada por determinados vetores que acompanham os eixos viários— rodoviário e ferroviário. O relevo e o litoral determinaram o caráter linear da urbanização, dificultando o transporte entre as várias áreas e forçando o alongamento das distâncias. Este aspecto enfraqueceu a pujança do centro metropolitano e gerou a formação de subcentros de serviços em bairros ou cidades da periferia, o que constitui uma característica sui generis da Região Metropolitana fluminense.

Quadro XI
REGIÃO METROPOLITANA
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1970 E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM 1980,
POR MUNICÍPIOS E DISTRITO SEDE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO/70	POPULAÇÃO/80	POP. DO DISTR-SEDE/80
Rio de Janeiro	4.251.918	5.539.100	5.539.100
Duque de Caxias	431.397	666.400	365.000
Itaboraí	65.912	93.000	15.400
Itaguaí	55.839	81.100	25.400
Magé	113.023	180.600	31.200
Mangaratiba	12.338	18.300	4.500
Maricá	23.664	33.600	10.800
Nilópolis	128.011	168.200	114.400
Niterói	324.246	433.400	374.000
Nova Iguaçu	727.140	1.183.600	586.900
Paracambi	25.368	35.900	31.600
Petrópolis	189.140	245.700	144.900
São Gonçalo	430.271	659.900	288.100
São João de Meriti	302.394	442.000	242.400

FONTE: FIDERJ e IBGE

Os dados apresentados revelam um crescimento acelerado em toda a Região, indicando que a saturação dos Municípios situados mais próximos do núcleo metropolitano tende a determinar um maior crescimento daqueles que se colocam na periferia. Destaque-se que as populações dos Distritos-Sede não coincidem com a totalidade da população urbana, uma vez que os municípios de maior população possuem vários outros distritos fortemente urbanizados.

Segundo dados da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro — FIDERJ os municípios que apresentam população rural têm os seguintes efetivos:

Quadro XII
REGIÃO METROPOLITANA
POPULAÇÃO RURAL ESTIMADA PARA 1980
POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RURAL
Itaboraí	32.800
Itaguaí	40.700
Magé	19.700
Mangaratiba	7.900
Maricá	17.500
Petrópolis	39.800

FONTE: FIDERJ

Deve ser levado em conta a alta densidade que ocorre em alguns municípios da Região, sendo exemplos extremos São João de Meriti e Nilópolis, que apresentam densidades superiores a 12.000 e 7.000 hab/km² respectivamente.

O grande crescimento populacional tem determinado o aparecimento de uma série de problemas de abastecimento, higiene, assistência, moradia, segurança e circulação. A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM), no intuito de disciplinar este crescimento, durante muito tempo caótico, vem organizando um macrozoneamento da área, visando a promover uma racional ocupação do espaço, dividindo-o em seis diferentes macroáreas:

- I — área comprometida com ocupação urbana
- II — área de ocupação progressiva
- III — área industrial
- IV — área ímpar de utilização
- V — área rural
- VI — área de preservação e proteção

O conhecimento deste zoneamento é vital para qualquer planejamento que envolva a Região Metropolitana.

Em termos da evolução da Região, é necessário atentar-se para a intensa ocupação de grandes glebas situadas nas extremidades da orla litorânea do núcleo, tanto no lado ocidental (a partir da Baixada de Jacarepaguá), como do lado oriental (Itaipu e Maricá), feita de modo geral por populações de alta renda. Os núcleos urbanos de Itaguaí e Santa Cruz deverão receber um conjunto de indústrias, fruto dos projetos previstos para a Baixada de Sepetiba, o que deve conduzir à formação de conjuntos habitacionais na área. Por outro lado, é necessário acompanhar a criação das novas áreas habitacionais que serão situadas em pontos considerados estratégicos em relação às áreas produtivas.

Análise dos Indicadores Educacionais

O comportamento do sistema educacional na Região Metropolitana revela graves disfunções a serem consideradas no planejamento, como indica a análise por graus e modalidades de ensino.

Educação pré-escolar

O crescente fluxo migratório para esta região, pólo de atração de grupos periféricos, contribui para aumentar sensivelmente o desequilíbrio entre demanda e oferta do atendimento ao pré-escolar. Considerando-se apenas a faixa de 4 a 6 anos, constata-se que era de 12% o

contingente efetivamente atendido em 1978, havendo um déficit de 592.045 matrículas. Este déficit, no entanto, encobre as crianças que, com menos de 7 anos, já se encontravam matriculadas no ensino de 1.º grau. Haja vista que no Município do Rio de Janeiro concentravam-se 73.386 daqueles que, em 1978, estavam matriculados no 1.º grau com menos de 7 anos, número que corresponde a 61,68% do total do Estado.

O crescimento da matrícula do pré-escolar no quadriênio 1975-78 foi de 35 019 vagas para uma população acrescida em média, anualmente, de 20.000 crianças. Estima-se, para 1983, uma demanda de aproximadamente 777.500 crianças na faixa de 4 a 6 anos, enquanto a estimativa de matrícula para o pré-escolar é de 189.124 alunos.

Agravando a situação refletida nos dados quantitativos, apresenta esta região, predominantemente na Baixada Fluminense, grandes áreas de pobreza, em que o atendimento ao pré-escolar assumiria características de ação preventiva em termos de nutrição e desenvolvimento psicossocial. O caráter irreversível dos problemas decorrentes de carências nesta faixa etária enfatiza a necessidade de uma efetiva política de ação integrada dos setores de educação, saúde, promoção social e comunidade.

A rede particular absorvia o maior número de alunos, 59.595, que correspondia a 64% da população escolarizada. Este dado revela, por conseguinte, o limite de oferta de oportunidades às populações que se mantêm na dependência da iniciativa do poder público.

Com a oferta desse tipo de educação pela rede do município do Rio de Janeiro, o número de crianças atendidas por essa esfera administrativa totalizava 19.064, ou seja 20% do conjunto.

As escolas da rede do Estado, presentes em todos os municípios da Região, exceto em Mangaratiba, atenderam em 1978 cerca de 13.897 alunos (16%). Deste total, 3.294, isto é 23,7%, constituíam a clientela do Programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar (PAEPE) que, de forma não-convencional, atende populações periféricas desta Região. Nas 36 unidades do PAEPE, as turmas são formadas por cerca de 120 crianças, atendidas por 1 professor que conta com a colaboração de 8 mães de alunos em sistema de rodízio.

Este Programa deve alterar a relação professor/aluno observada na rede estadual — 27 alunos para 1 professor. Nas redes particular e municipal tomadas como um todo a mesma relação é, respectivamente, de 16 e de 17 alunos por professor.

Ensino de 1.º grau

A análise do comportamento do sistema estadual em relação ao ensino de 1.º grau, reflete, em termos gerais, o comportamento também verificado nesta Região.

Observa-se que até 1978 a oferta de matrículas não havia atingido o quantitativo equivalente ao atendimento da população na faixa etária da obrigatoriedade escolar. A matrícula inicial naquele ano foi de 1.578.487 alunos, enquanto que a população de 7 a 14 anos era estimada em 1.658.651 menores, registrando-se um déficit de 80.164 matrículas.

Há de se observar, no entanto, que a clientela atendida pelo 1.º grau ultrapassa os limites daquela faixa etária, o que implica a redução de oportunidades para o grupo de 7 a 14 anos. Em 1978, 23% dos indivíduos nessa faixa permaneceram fora da escola na Região Metropolitana ou seja, cerca de 380.778. Tendo-se em mente a estrutura de emprego própria das atividades urbanas, indaga-se quanto à ocupação desses menores no momento presente e quanto às suas possibilidades de vida futura.

As perspectivas para 1983, caso sejam mantidos o atual ritmo de crescimento da matrícula e a distorção série/idade, indicam um agravamento da situação, já que para uma população de 7 a 14 anos de 1.953.965 a estimativa de matrícula é de 1.681.523. Isso indica um déficit de matrícula de 272.413 alunos, que encobre a defasagem real de atendimento à população de 7 a 14 anos, por estarem incluídos na previsão de matrícula os alunos fora dessa faixa.

Pela análise do aumento de oferta de matrículas no período 1975-78, verifica-se a expansão pouco significativa de 9% relativo ao conjunto de 130.235 novas vagas.

A comparação entre o acréscimo de matrículas e o aumento de unidades escolares, por rede de ensino, leva à conclusão que não existe uma correspondência entre esses dois indica-

dores. O fenômeno é verificado no comportamento das redes municipal e particular, apresentado no quadro abaixo:

Quadro XIII

**REGIÃO METROPOLITANA
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRICULA INICIAL
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	- 8.717	-78,90
Rede Estadual	61.611	24,01
Rede Municipal	-12.861	- 1,60
Rede Particular	90.202	23,83

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

A ampliação das redes físicas dos municípios não corresponde a maior absorção de alunos. Pelo contrário, em 1978, reduziu-se o seu efetivo.

Na rede particular observa-se o inverso—menor número de escolas e maior contingente de alunos. Supõe-se que esteja havendo, na rede particular a tendência a concentrar a matrícula em unidades com maior potencial de atendimento e que, oferecendo o 1.º grau completo, devem contribuir para o desestímulo à proliferação de escolas com apenas o primeiro segmento.

Quadro XIV

**REGIÃO METROPOLITANA
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	5	38,46
Rede Estadual	20	4,15
Rede Municipal	68	5,88
Rede Particular	119	9,62

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A rede de ensino do 1.º grau passou, ao término do quadriênio, a ser integrada por 2.842 unidades escolares, assim distribuídas: 8 da rede federal (0,3%); 501 da rede estadual (17,59%); 1.223 da rede municipal (42,93%) e 1.117 da rede particular (39,20%).

Quanto à distribuição de alunos, 50% freqüentavam escolas municipais, 30% estavam em escolas particulares, enquanto 20% encontravam-se na rede estadual.

Observam-se proporções muito próximas na composição do quadro de pessoal docente da Região. Em 1978, dos 63.842 professores que integravam o corpo docente, 19,4% vinculavam-se à rede estadual; 47,36% à rede municipal; 32,53% à rede particular e 0,69% à rede federal.

A Região Metropolitana, ainda é a que apresenta as mais altas taxas de progressão de todo o Estado. Não obstante, no período 1971-78, de cada 1.000 alunos que, no ano base, estavam na 1.^a série apenas 308 atingiram a 8.^a série sete anos depois e se considerarmos a média das taxas de promoção nos últimos três anos, pode-se estimar em 263 o número de Concluintes deste grau em 1978. A observação desse fato indica as elevadas perdas do sistema, posto que, como se disse, esta é a Região de maior produtividade.

Analisando-se individualmente os dois segmentos do 1.^o grau, verifica-se que 53% dos que cursaram a 1.^a série em 1975 não chegaram à 4.^a série em 1978 e, entre os que iniciaram a 5.^a naquele ano, 42% não alcançaram a 8.^a série.

Uma parte da evasão escolar é registrada no decorrer do ano letivo, por abandono da escola. Observa-se no triênio 1975-77 que, enquanto nas escolas da rede particular houve um ligeiro decréscimo nesse tipo de evasão, registrou-se um aumento gradual do abandono das escolas da rede pública em todas as séries. Supõe-se que o crescimento dessas taxas, em termos relativos e absolutos, deve ser uma decorrência não só de aspectos endógenos ao sistema educacional, como também de variáveis de naturezas sócio-econômica.

A incidência das mais altas taxas de evasão imediata são verificadas, em todas as redes, nas séries iniciais do primeiro e do segundo segmento. Durante o triênio 1975-77, esse quantitativo atingiu a média de 27.000 alunos da 1.^a série, reduzindo-se a menos da metade na 2.^a série (10.020). A partir de então, registra-se uma curva decrescente, em termos relativos e absolutos que, na 5.^a série, volta a se aproximar dos índices da 2.^a série, descrevendo, então, curva semelhante.

A multiplicidade de fatores que produzem o fracasso escolar exacerba-se na 1.^a série, principalmente nas redes que atendem às classes menos favorecidas. É nas esferas estadual e municipal que se registram os mais altos coeficientes de evasão imediata e também de repetência, com a reprovação de aproximadamente metade dos alunos. Na rede particular da Região Metropolitana o problema da repetência foi observado em menos de um quinto dos matriculados.

Nas demais séries, os índices de reprovação sofrem queda acentuada em todas as redes, mantendo-se no entanto uma diferença entre as redes oficiais e a particular que continua apresentando índices inferiores.

Ensino de 2.^o grau

A comparação do incremento de matrículas entre os dois níveis de ensino, no último quadriênio, evidenciava que o ensino de 2.^o grau foi o que sofreu a mais significativa expansão na Região Metropolitana. Enquanto o 1.^o grau cresceu em 9%, o 2.^o grau foi ampliado em 46% na sua capacidade de atendimento, índice superior ao crescimento das matrículas no Estado como um todo. Com um contingente de 196.107 alunos em 1975, atingiu, em 1978, o efetivo de 286.507 estudantes, aumentando de 90.400 matrículas.

Esse incremento corresponde a 86,28% do crescimento geral do Estado, em igual período. O Município do Rio de Janeiro participou porém, com cerca de 64,78% do aumento verificado na Região Metropolitana — o que evidencia a permanência do desequilíbrio entre a oferta e a demanda da escolarização de 2.^o grau nos demais municípios da Região.

No Município do Rio de Janeiro a absorção de mais 58.561 alunos representou uma expansão da ordem de 41,03%.

As tendências observadas no comportamento da matrícula permitem estimar, para 1983, um contingente de 478.069 alunos na Região Metropolitana, dos quais 351.438 deverão estar concentrados no Município do Rio de Janeiro.

As redes de ensino particular e estadual apresentaram, na Região Metropolitana, os índices de crescimento mais expressivos, como se verifica no quadro abaixo:

Quadro XV

**REGIÃO METROPOLITANA
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	568	5,44
Rede Estadual	22.888	38,13
Rede Municipal	2.009	137,04
Rede Particular	64.925	52,30

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Mesmo apresentando um aumento de 22.888 matrículas, a rede estadual ainda não oferecia, em 1978, o ensino de 2.º grau nos municípios de Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá e Paracambi.

O aumento do número de unidades escolares no período foi de 61 escolas. A rede particular foi a que, em termos absolutos, apresentou o maior número de novos estabelecimentos: 39. Entretanto, por possuir 84,67% do total de unidades da Região, o seu crescimento relativo foi o menor, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro XVI

**REGIÃO METROPOLITANA
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA,
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	2	18,18
Rede Estadual	19	37,25
Rede Municipal	1	50,00
Rede Particular	39	8,94

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

O aumento do número de unidades da rede municipal, apenas 1 escola no período para cerca de mais 2.000 novos alunos, é decorrência da criação, em 1978, de um estabelecimento no Município de Nova Iguaçu, município este que apresentou, no último biênio, um aumento de 1.911 alunos.

A rede estadual, para um aumento de 22.888 alunos, foi ampliada com 19 escolas. Apesar deste crescimento, a relação alunos/escola praticamente não sofreu alteração.

A rede particular, com um crescimento de 64.925 matrículas e 39 escolas, sofre, no período, uma mudança de 285 para 398 alunos por escola. Esse aumento deve refletir a utilização de sua capacidade ociosa e pode ter, como uma de suas causas, a oferta de bolsas de estudo oferecidas pela SEEC/RJ

Em 1978, o corpo docente desse nível de ensino apresentou-se integrado por 19.460 professores, distribuídos segundo o quadro abaixo:

Quadro XVII

REGIÃO METROPOLITANA
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	PROFESSORES	RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR
Rede Federal	1.326	8,3
Rede Estadual	6.163	13,45
Rede Municipal	146	23,80
Rede Particular	11.825	16

Em relação ao ano base de 1975, a Região apresentou um aumento de 4.102 docentes, concentrando-se esse crescimento nas redes particular (2.100 professores) e na estadual (1.621 professores).

Associado ao crescimento da matrícula, o incremento do corpo docente evidenciou diferentes comportamentos, nas diversas dependências administrativas, do indicador relação aluno/professor. Assim, a rede federal foi a única em que essa relação, no período 1975-78, sofreu um decréscimo. A rede municipal que passou de cerca de 13 para quase 24 alunos/professor e a particular com mais 3 alunos por professor, em média foram as que apresentaram maior aumento na relação em estudo. Na rede estadual, no entanto, essa relação permaneceu praticamente inalterada, evidenciando, em termos gerais, uma manutenção do observado em 1975.

Deve-se considerar, entretanto, que uma análise mais apurada da relação aluno/professor requereria um estudo associado a um conjunto de dados tais como: professor por disciplina, número de alunos por turma, grade curricular, carga horária do professor.

Quanto ao comportamento do sistema, observa-se, no período entre 1975-77, uma taxa de progressão da ordem de 0,64 na região Metropolitana. Verifica-se igual Índice no Município do Rio de Janeiro, correspondendo a uma perda de 36% dos alunos entre o início e o término do curso. No triênio 1976-78, as taxas de progressão mostram-se decrescentes não só na Região, onde se registrava o índice de 0,60, como também na capital cuja taxa era de 0,59. O mesmo fenômeno foi observado em relação ao Estado.

Constata-se na Região Metropolitana, uma evasão imediata nas 1^{as} séries da ordem de 14%, — dado observado no triênio 1975-77.

Ante a perda de aproximadamente 40% do efetivo da 1.^a série, presume-se que alguma defasagem entre o 1.º e o 2.º grau, dificulte a apreensão dos conceitos abstratos que embasam a maioria das disciplinas desse nível de ensino.

Ensino de 3.º grau

O efetivo no ensino de 3.º grau, na Região Metropolitana, correspondia, em 1976 a 88.12% do total do Estado, com uma matrícula de 175.496 alunos.

Esta concentração de matrícula tem relação com o fato de que todas as universidades existentes no Estado aí se encontravam. Por outro lado, dos cursos oferecidos por federações e estabelecimento isolados, quase 70% se apresentava nesta Região.

A matrícula de 140.574 alunos do Município do Rio de Janeiro correspondia não só a 80,10% da matrícula da Região-Programa, como a 70,59% do total da matrícula do Estado. A análise de cursos e matrículas em universidades no município da capital é outro indicador dessa concentração, posto que dos 216 cursos oferecidos, 154 aí se localizavam, assim como 53.741 dos 76.288 alunos das 7 universidades que funcionavam no Estado.

Tomando como base o ano de 1975, observa-se na Região um aumento, no biênio 1975-76, de 2.621 alunos, o que representa um crescimento de 1,52%. Esse percentual reduzido talvez seja explicado por uma estabilização na matrícula, que sofreu grande incremento no período 1973-74. Num exame por tipo de estabelecimento, essa hipótese é reforçada pelo crescimento equivalente, em números absolutos, nas universidades e nos estabelecimentos isolados, que foram os causadores do incremento anômalo no biênio 1973-74.

O corpo docente, formado por 13.696 professores em 1976, apresentou um decréscimo, em relação ao ano anterior, de 1880 docentes. Esta redução verificou-se sobretudo nos estabelecimentos isolados, que diminuíram seus efetivos de 1.597 docentes, ou seja, .. 12,31% do corpo docente em exercício em 1975.

Apesar do pequeno crescimento da matrícula, esse decréscimo no número de professores demonstra uma concentração de alunos por professor. Assim, nos estabelecimentos isolados se observa uma relação de cerca de 18 alunos por professor, o que indica uma alteração em relação ao ano anterior, quando a proporção era de 13 alunos por professor.

Nas universidades a relação se manteve quase constante, passando de cerca de 9 para 10 alunos por professor.

A diminuição do corpo docente é ainda mais difícil de ser explicada tendo em vista a diversificação de cursos oferecidos no biênio, que passaram de 384 em 1975 para 435 em 1976.

Dos 51 novos cursos, 35 pertenciam aos estabelecimentos isolados, onde se constatou o maior decréscimo no número de professores. A limitação das informações, que não oferecem o número de turmas de ensino de 3.º grau, não permite que se calcule a relação aluno/turma, indicador importante para complementação da análise anterior.

V a VIII,

Ensino supletivo

No primeiro quadrimestre de 1978, o efetivo total do ensino supletivo, na rede estadual, era de 127.102 alunos, o que indicava que nesta Região condensavam-se 81% dos matriculados nesta modalidade de ensino, em todo o Estado.

Quando observada a matrícula por fases, verifica-se que a maior concentração se encontrava nas últimas fases (V a VIII), com 58% dos matriculados na Região. Esta matrícula, de 73.481 alunos, era tão expressiva que se constituía em 86% da matrícula total do Estado para estas fases, talvez como decorrência de exigências do mercado de trabalho.

O Município do Rio de Janeiro, com 93.583 alunos nas oito fases, contribuía com 74% da matrícula na Região e com cerca de 60% do efetivo total do Estado. É no Município da Capital que se reuniam 57.957 dos 85.228 alunos das fases 68% do total de tal matrícula, o que parece confirmar uma relação entre a obtenção de certificados de conclusão do 1.º grau e as perspectivas abertas pelo mercado de trabalho.

A Suplência, na Região, utiliza, além dos cursos convencionais oferecidos em estabelecimentos mantidos pelo Estado, outras metodologias como a de instrução personalizada, ministrada nos Centros de Estudo Supletivos que começaram a funcionar em 1977. Valendo-se de módulos de ensino, o primeiro desses Centros, localizado em Niterói, atendeu, em média, a 250 alunos por quadrimestre.

No decorrer do terceiro quadrimestre de 1977 foram inaugurados mais dois CES, nos Municípios do Rio de Janeiro (Casa do Marinheiro) e de Duque de Caxias. Em 1978 mais duas destas unidades passaram a prestar atendimento à clientela, nos Municípios do Rio de Janeiro (Instituto de Educação) e Niterói. Este último e o CES da Casa do Marinheiro são os únicos Centros que oferecem ensino de 2.º grau.

No segundo semestre de 1978 os Centros contavam com 1.794 alunos inscritos em nível de 1.º grau e 1.213 em cursos de 2.º grau.

Estas novas modalidades de atendimento, associadas a programas nacionais, como o Projeto Minerva, devem estar influenciando o comportamento da matrícula dos cursos convencionais intensivos.

Assim é que, em 1975, a matrícula nestes cursos, na Região, era de 143.852 alunos, o que indica uma diminuição, em 1978, de 16.744 alunos.

Analisando-se a relação aluno/professor e aluno/escola pode-se perceber, no 1.º quadrimestre de 1978, para 1594 turmas de alfabetização e de I a IV fases, o corpo docente era composto de 1.432 professores, indicando um déficit de 162 professores. Esse déficit era muitas vezes compensado por compressão de turmas e utilização de rodízio.

O número médio de alunos por turma era, aproximadamente, de 34, em 1978, número este fortemente influenciado pelo Município do Rio de Janeiro, encontrando-se as situações extremas em São João de Meriti, com 40 alunos por turma, e em Maricá, com turmas de 5 alunos.

Já com relação à matrícula das fases V a VIII, o sistema de matrícula por disciplina impede uma análise das relações aluno/professor e aluno/turma.

O ensino profissional, visualizado através dos dados apresentados pelo SENAI e pelo SENAC para os anos de 1976 e 1977, demonstra uma grande concentração na Região Metropolitana.

O SENAI, através de oito centros de formação profissional nos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Duque de Caxias, atendia em 1976 a 32.809 alunos, atendimento que cresceu 16% no ano seguinte, quando apresentou 38.043 matriculados.

Além dos cursos oferecidos nestes Centros, o SENAI promoveu, em convênio com indústrias, cursos cujas matrículas foram de 25.206 e 17.572 alunos respectivamente em 1976 e 1977. Estes cursos são descentralizados, mas a maioria dos matriculados é oriunda dos municípios da Região Metropolitana.

A evasão observada, em 1976, nos cursos do SENAI foi de cerca de 10%.

No setor terciário, o SENAC oferecia, em 1977, cursos nas áreas de escritório e de vendas; de armazenagem, embalagem e expedição; de manutenção, conservação e serventia; de propaganda e comunicação; de higiene e beleza; de hotelaria; de administração e gerência, de turismo e na área de saúde. A Região Metropolitana era a única, no Estado, que oferecia cursos em todas as áreas discriminadas, concentrando, com seus 57.878 matriculados, 83,94% de matrícula total do SENAC, que era de 68.954 alunos.

As áreas com maior contingente de matrícula eram as de escritório (22.833 alunos), comunicação (12.995) e de administração e gerência (5.006).

A evasão nestes cursos, em 1977, foi de 9.821 alunos, o que indicava uma perda de cerca de 17%. Analisada a evasão por área, observa-se que a de manutenção, conservação e serventia, com evasão de cerca de 37%, e as de escritório e de administração e gerência, nas quais a evasão atingiu 22% dos matriculados, influenciaram significativamente naquele percentual.

Educação Especial

Compreendida como um aspecto da educação sistemática (Parecer n.º 848/72 do CFE), a educação especial tem sido oferecida, na Região Metropolitana, predominantemente em estabelecimentos de ensino regular. As instituições especializadas, em número reduzido (47), correspondem a 8% do total de 588 estabelecimentos que atendem, nesta Região, ao aluno excepcional.

No Município do Rio de Janeiro concentra-se a mais expressiva oferta de educação especial, não só da Região como também do Estado. Em 1977, seus 13.912 alunos correspondiam a 79% dos assistidos em todo o Estado. Dos municípios da Região, 4 não oferecem educação especial: Itaguaí, Mangaratiba, Paracambi e São João de Meriti.

O atendimento abrange vários tipos e graus de excepcionalidade. Em 1977, a maior parte do efetivo da educação especial no Município do Rio de Janeiro era composta por defi-

cientes mentais educáveis — cerca de 8.462 alunos (60,82%). Excluindo-se a categoria "Outros", com 14,19% dos casos, os maiores contingentes de assistidos incluíam-se nas categorias de deficientes físicos — 1.182 indivíduos (8,5%); de portadores de deficiências múltiplas — 693 (5%); de deficientes mentais treináveis — 558 (4%); de deficientes da audição — 637 (4,57%) e de portadores de problemas da conduta — 200 (1,44%). Com um número inferior a 100 casos, eram atendidos deficientes da visão, deficientes mentais dependentes e superdotados.

A maior parte das escolas que assistia esse alunado, pertencia à esfera da administração municipal e se localizava no Município do Rio de Janeiro. Das 486 unidades escolares municipais, 484 estavam neste Município e atenderam a 10.466 excepcionais, 75% dos matriculados na educação especial.

A rede particular, com 33 instituições especializadas, atendia aos 25% restantes.

A rede estadual não oferecia atendimento no Município do Rio de Janeiro. Nos demais municípios, mantinha 57 estabelecimentos.

Além das 33 instituições especializadas da rede particular do Município do Rio de Janeiro, esta dependência administrativa era responsável por mais 12 estabelecimentos desta natureza localizados em outros 5 municípios da Região.

A rede oficial contava com 2 instituições especializadas, uma pertencente à Prefeitura de Nilópolis e outra à rede estadual, em Niterói.

O atendimento na maior parte das instituições de ensino regular era realizado em classes comuns, muitas das quais recebiam orientação de um consultor especializado — entre 362 classes comuns, 224 dispunham de orientação do especialista, isto é, 61,8%. Com essa modalidade de atendimento aplica-se uma das diretrizes básicas da educação especial, que visa à integração do excepcional ao meio escolar, bem como ao meio familiar e ao do trabalho.

Em 54% das escolas que no Município do Rio de Janeiro ofereciam educação especial utilizava-se outra modalidade de atendimento: classes especiais anexas às classes comuns. Também o atendimento itinerante beneficiava 65 estabelecimentos do Rio de Janeiro. Esta cidade era a única que possuía oficinas pedagógicas (3) além de contar com 49 salas com recursos especiais. Em Niterói havia 1 sala do mesmo tipo.

Entre os anos de 1974-77 o corpo docente do Município do Rio de Janeiro sofreu um crescimento da ordem de 62%, correspondente a 656 profissionais. Passou a dispor de um efetivo de 2.182 especialistas, distribuídos entre as diversas categorias de excepcionalidade: mental — 58,48%; física — 13,98%; audição 8,94%; visão 5,82% e "outra" — 12,98%.

Além do pessoal docente com curso de especialização, a educação especial exige o concurso de equipe interdisciplinar integrada por profissionais da área bio-médica (médicos e para-médicos) e da área assistencial (psicólogos, assistentes sociais e educadores).

Identificados todos como Pessoal Técnico, estes elementos constituíam, no Município do Rio de Janeiro, um efetivo de 7.262 indivíduos com formação em nível de 3.º (85,4%), de 2.º (14,59%) e de 1.º grau (2,68%). Se comparada com a formação do corpo técnico em atuação nos demais municípios do Estado, verifica-se que tal composição se altera, reduzindo-se a proporção do grupo com escolaridade de 3.º grau com o conseqüente aumento do percentual de 2.º grau e, mais acentuadamente, do de 1.º grau.

1.4.2 — Região Industrial do Médio Paraíba

Com uma superfície de 9.239km² e uma população estimada para 1980 em 791.300 habitantes, formada por 15 municípios, a Região Industrial do Médio Paraíba situa-se na parte ocidental do Estado, com fronteiras para São Paulo e Minas Gerais. Forma uma área planáltica, drenada pelo trecho médio do rio Paraíba do Sul, que com seus afluentes orienta os eixos rodoviários e ferroviários de transporte. Não possui faixa litorânea e ocupa 21,33% da superfície estadual.

Sua posição geográfica é privilegiada sobre o macro-eixo São Paulo-Rio de Janeiro, sendo também atravessada pelas ligações do Rio com Belo Horizonte. Situa-se portanto a Região do centro do chamado Sudeste Metropolitano, a área de maior desenvolvimento do país, e se constituirá, em grande parte do seu território, na faixa intermediária da megalópole brasileira em formação.

Antiga zona cafeeira, que conheceu o seu esplendor na segunda metade do século passado, quando a região de Vassouras constituiu-se num grande centro, não só econômico

mas até mesmo cultural, o Médio Paraíba fluminense entrou em decadência, quando a marcha da cultura itinerante do café atingiu São Paulo com suas "terras roxas" e com a mão-de-obra livre do colono. Vegetou durante muito tempo com uma pecuária extensiva, que não escondia a pobreza nem evitava o êxodo populacional, até que o surto industrial da década de 40, impulsionado pelas condições geradas pela Segunda Guerra Mundial, se implantasse. O marco desta revitalização foi a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, que passou a oferecer uma base mais sólida ao chamado processo de substituição das importações.

A presença de uma indústria do porte do efeito multiplicador da Companhia Siderúrgica Nacional, em permanente processo de expansão, comandou o desenvolvimento da área, condicionando o crescimento e a conurbação do pólo Volta Redonda-Barra Mansa, hoje o maior centro urbano do Estado fora da Região Metropolitana, com 280.000 habitantes.

A atividade industrial criou uma reversão da dinâmica demográfica, passando a área a atrair migrantes, o que determinou um rápido crescimento da população e uma intensa urbanização. No censo de 1960 a Região possuía 503.430 habitantes e, em 1970, 624.588, estando previstos cerca de 800.000 para 1980. Já na década 60-70 verificava-se que este crescimento era nitidamente urbano, uma vez que a população rural, no período, reduzia-se em números absolutos, passando de 196.123 (1960) para 185.788 (1970).

As estimativas da FIDERJ para 1980 mostram a importância de algumas cidades regionais: duas ultrapassam a casa dos cem mil habitantes (Volta Redonda — 168.300; Barra Mansa — 110.900) e três possuem mais de quarenta mil (Barra do Pirai — 60.000; Três Rios — 44.100; Resende — 41.000). Valença possui 31.000 habitantes em seu Distrito-Sede. É de se destacar que a mesma fonte nos indica que apenas os Distritos-Sede dos diversos municípios que compõem a Região englobam 5/8 da população total.

Quadro XVIII

REGIÃO INDUSTRIAL DO MÉDIO PARAIBA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1970 E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM 1980, POR MUNICÍPIOS E DISTRITO SEDE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	POPULAÇÃO NO DISTRITO-SEDE (1980)
Barra Mansa	101.660	150.000	110.900
Volta Redonda	125.295	173.000	168.300
Barra do Pirai	59.076	76.300	60.000
Eng. Paulo de Frontin	11.556	10.900	5.000
Mendes	12.748	12.000	8.500
Miquel Pereira	13.652	12.900	3.500
Paraíba do Sul	26.736	32.100	12.900
Pirai	24.150	26.500	3.600
Resende	66.907	86.600	41.100
Rio Claro	14.251	13.600	1.500
Rio das Flores	7.183	6.300	1.900
Sapucaia	16.042	15.800	3.000
Três Rios	55.871	67.500	44.000
Valença	48.313	62.900	31.000
Vassouras	41.148	44.900	14.600

FONTE: FIDERJ e IBGE

Uma observação rápida no quadro da evolução populacional permite deduzir que as duas características básicas da região — industrialização e urbanização — não estão presentes em todos os municípios. Para o planejamento educacional é muito importante compreender a dinâmica demográfica que vem ocorrendo em cada unidade municipal, como reflexo de situações econômicas diversas.

A região em questão, sem recursos materiais importantes, definiu-se sobretudo após a decadência do café, em função da sua posição de passagem no Sudeste Metropolitano. Assim, as modificações da rota dos eixos de comunicação vêm determinando maior ou menor desenvolvimento. Exemplo deste fato dá-nos Barra do Piraí, que cresceu aceleradamente enquanto era a "ponta dos trilhos" da ferrovia que demandava São Paulo, tendo reduzida proporcionalmente a sua importância comercial no vale com o prosseguimento da estrada de ferro. Dentro deste raciocínio pode-se observar que os municípios que se posicionam desfavoravelmente em relação aos grandes eixos de circulação apresentam de um modo geral uma perda de população: Miguel Pereira, Rio Claro, Rio das Flores, Sapucaia e mesmo Vassouras, que cresce lentamente, pois suas produções agrícolas permanecem estacionárias ou declinantes, enquanto a indústria, que depende mais acentuadamente dos meios de transporte, não se sente atraída.

É certo que outros fatores influem na dinâmica municipal, como por exemplo a presença de uma certa função universitária. É o caso de Valença, situada fora dos grandes eixos, mas que ao lado de sua indústria têxtil possui um número de alunos matriculados no ensino superior acima de 3.000. Fenômeno semelhante se reproduz em Vassouras.

Alguns fatos relativamente novos que vêm ocorrendo na Região merecem a atenção especial do planejador. O crescimento da conurbação Volta Redonda-Barra Mansa deve continuar, apesar de se aproximar de uma certa saturação (Volta Redonda apresenta uma densidade que já supera os 1.000 hab/k²), em função da atual expansão da Usina Presidente Vargas. O crescimento populacional de Resende deve-se acelerar igualmente no próximo quadriênio. A razão deste fato pode ser encontrada no problema de espaço, pois a topografia do vale não apresenta grandes áreas planas onde possam ser instalados vastos conjuntos industriais. Resende é uma exceção, com uma razoável planície ainda desocupada, onde foi implantado o Distrito Industrial de Porto Real, fruto da iniciativa particular. Beneficiado pela presença da hidrelétrica de Funil, este Município, que já conta com sólida indústria química, conhece a instalação de indústria de porte, como a NUCLEBRÁS, além do projeto da Michelin. Outro município que apresenta considerável crescimento de população é Três Rios, em consequência de sua posição sobre os eixos de transportes que demandam Belo Horizonte. Possuindo importante indústria mecânica, terá brevemente instalado o seu novo Distrito Industrial.

Finalmente, em relação à Região Industrial do Médio Paraíba, é importante considerar dois pontos que se inserem na preocupação do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social: o estímulo à atividade do turismo-veraneio em vários municípios e a necessidade de se criar uma mentalidade regional para o controle da poluição da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, de cujo equilíbrio ambiental depende a maior parte do Estado.

Educação pré-escolar

A Região Industrial do Médio Paraíba apresentava, em 1978, um atendimento extremamente precário, visto que cerca de 90% das crianças na faixa etária de 4 a 6 anos se encontravam fora da escola. O alunado, de 8.300 crianças, se concentrava nas redes estadual e municipal, responsáveis por 78% da matrícula.

O pré-escolar era propiciado preponderantemente a populações urbanas, já que apenas 259 alunos estavam matriculados em zonas rurais e a pouca idade de sua clientela faz supor deslocamentos relativamente pequenos da população atendida.

No período 1975-78 houve um crescimento de 3.191 matrículas, significando 62,46% em relação ao ano base. Esse crescimento foi maior na rede municipal, em especial pela influência de Volta Redonda, que possui o terceiro contingente de matrícula nessa dependência administrativa em todo o Estado.

Esse crescimento, no entanto, ainda se mostra insuficiente para atender à demanda, já que, na faixa de 4 a 6 anos apenas 10,70% da população se encontrava escolarizada, havendo um déficit de atendimento que corresponde aproximadamente a 58.000 crianças.

Se a matrícula apresentar o comportamento previsto, em 1983, para uma população de 4 a 6 anos de 73.289 crianças, haverá uma matrícula de 14.908 alunos no pré-escolar, indicando um déficit de atendimento superior a 79,66%, pois a matrícula abrange também a população de 2 a 3 anos.

Em relação ao número de escolas, observam-se duas tendências: nas redes municipal e particular houve ampliação do atendimento nas unidades escolares já existentes, enquanto a rede estadual parece ter optado pelo aumento de matrícula conjugado a um aumento de estabelecimentos, acarretando menor número médio de alunos por escola.

A relação aluno/professor demonstra, no entanto, que as turmas eram menores nas redes municipal e particular, com, respectivamente, 19 a 20 alunos por professor. Já na rede estadual cada professor atendia, em média, a aproximadamente 31 alunos, número bastante elevado se considerarmos padrões tradicionais de atendimento. Quanto ao pessoal docente, dos 355 professores que atuavam na educação pré-escolar, apenas 6 possuíam formação em nível de 1.º grau, os demais com formação em nível de 2.º e de 3.º graus.

Ensino de 1.º grau

A matrícula de 1.º grau, em 1978, era de 157.777 alunos. Destes, 19.681 alunos estavam em estabelecimentos localizados na zona rural, basicamente na rede oficial e cursando as 4 primeiras séries. No período 1975-78 houve um crescimento de 3,82%, que corresponde a 5.805 alunos. Esse aumento deve ser lançado basicamente à conta do segundo segmento do 1.º grau que apresentou, em termos absolutos, um acréscimo de 6.613 alunos, em contraste com o primeiro segmento cuja matrícula revela decréscimo em todas as séries, excetuando-se a 2.ª. O crescimento da 2.ª série é explicável pelo aumento, nos anos anteriores, da matrícula na 1.ª série e também pela taxa mais alta de progressão de 1977-78, da 1.ª para a 2.ª série.

Por dependência administrativa, observa-se o seguinte comportamento da matrícula:

Quadro XIX

REGIÃO INDUSTRIAL DO MÉDIO PARAIBA ENSINO DE 1.º GRAU — 1975-78 CRESCIMENTO DE MATRÍCULA INICIAL SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78					
	TOTAL		1ª A 4ª		5ª A 8ª	
	N	%	N	%	N	%
Rede Estadual	12.199	15,64	- 3.456	- 5,08	15.655	156,28
Rede Municipal	2.312	5,45	1.033	3,32	1.279	11,37
Rede Particular	- 8.706	- 27,59	3.415	83,03	- 10.321	- 40,25

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

O crescimento do 1.º grau nessa Região se deve basicamente, pois, à oferta das quatro últimas séries pela rede estadual a partir de 1976. Enquanto, nesse segmento, a rede estadual apresentou um aumento de matrícula de 15.655 alunos, a rede particular sofreu um decréscimo de 10.321 matrículas. Esse decréscimo é sentido, ano a ano, nas séries em que se amplia a ação da rede estadual.

Apesar desse crescimento no período analisado, o aumento não foi suficiente para absorver toda a população da faixa de escolaridade obrigatória: a taxa de escolarização real (de 0,786 em 1978) e, mesmo a taxa de escolarização aparente (de 0,956 no mesmo ano) indicavam que a oferta não era suficiente.

Para 1983, a previsão de matrícula é de 168.071 alunos. Considerando-se que a população de 7 a 14 anos deverá estar em 185.791, infere-se uma taxa de escolarização aparente de 0,905, o que indica um agravamento da situação.

Dos 52.568 alunos que estavam na 1.^a série em 1971, 9.375 atingiram a 8.^a série em 1978. Considerando-se a média das taxas de promoção dos últimos três anos dessa região, pode-se estimar em 7.538 alunos os Concluintes de 1.^o grau em 1978, o que indicaria que de cada 1.000 alunos que entravam no sistema, 143 atingiam o final do 1.^o grau.

Essa situação é basicamente decorrente do já conhecido problema do estrangulamento da passagem da 1.^a para a 2.^a série.

Em decorrência deste estrangulamento, de possíveis entradas tardias no sistema e da repetência nas outras séries, observa-se que quase 70% dos alunos se encontram em idade acima da adequada à série que freqüentam.

O corpo docente, no período em estudo, apresenta um crescimento de 8,83%, superior, portanto, ao crescimento da matrícula. Esse fato pode ser explicado pelo maior incremento ocorrido em turmas de 5.^a a 8.^a séries, onde a relação professor/aluno é calculada em bases diferentes.

A rede estadual, embora tenha sua maior matrícula, no período, em 1978, apresentou seu número máximo de professores em função docente em 1977. Essa situação não pode ser explicada pelo aumento da 5.^a a 8.^a séries, já que, no último ano do período, a matrícula no 2.^o segmento do 1.^o grau era superior a do ano precedente.

As redes municipal e particular também tiveram o maior número de docentes no ano de 1977. Na rede municipal isto é explicável por haver ocorrido nesse ano a sua maior matrícula, o que não se verificou na rede particular, onde a matrícula vem decrescendo desde 1975.

O número de escolas foi acrescido de 11 unidades na Região, de 1975 a 1978. A esfera administrativa que mais contribuiu para este crescimento foi a estadual, que aumentou em 32 suas unidades escolares. Isso significa que as redes particular e municipal sofreram um decréscimo de 21 escolas no período.

É interessante observar que à diminuição de unidades escolares da rede municipal correspondeu um aumento de matrícula, indicador de uma modificação da relação aluno/escola.

Já na rede particular, para uma perda de cerca de 9.000 alunos, houve uma diminuição de apenas 2 unidades escolares.

Ensino de 2.^o grau

A matrícula no ensino de 2.^o grau, em 1978, era de 23.910 alunos, o que indicava o segundo maior contingente desse grau de ensino no Estado e um crescimento, em relação a 1975, de aproximadamente 34%. Apesar disto, nesta Região se encontrava um dos únicos municípios que não possuía, em qualquer dependência administrativa, escola de 2.^o grau: o de Rio das Flores.

Por dependência administrativa, observa-se que a rede particular era responsável por 16.222 alunos, representando 67,85% da matrícula.

O crescimento da matrícula, por dependência administrativa indica as seguintes tendências:

Quadro XX
REGIÃO INDUSTRIAL DO MÉDIO PARAÍBA
ENSINO DE 2.^o GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA INICIAL
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO -- PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	74	29,25
Rede Estadual	2.083	53,04
Rede Municipal	425	45,90
Rede Particular	3.545	27,96

FONTE: SEEC/MEC — Instituto de Informática SEEC/RJ.

A rede particular apresentou o maior crescimento absoluto e, visto por série, o comportamento se apresenta equilibrado, ao passo que a rede estadual concentrou o seu crescimento na 1.^a série: no período 1975-78 essa série sofreu um acréscimo de 94,62%. Nas outras séries esse crescimento foi inferior, o que se reflete nas taxas de progressão da rede estadual.

A análise da taxa de progressão global da matrícula inicial a partir de 1975 permite estabelecer duas coortes: 1975-77 e 1976-78. As taxas de progressão no primeiro período são superiores às do segundo, onde a perda do alunado do 2.^o grau se torna mais evidente: apenas 611, entre 1.000 alunos, atingiram a 3.^a série no período normal.

Esta situação é mais grave quando se analisa por dependência administrativa: na rede estadual, no período 1976-78 a taxa de progressão da 1.^a para a 2.^a série atinge níveis semelhantes aos do 1.^o grau e de cada 1.000 alunos na 1.^a série em 1976, apenas 402 estavam na 3.^a série em 1978. Tal fenômeno deve ser decorrência de deficiências dos alunos que estão ingressando neste grau, o que vem provocando taxas de aprovação mais baixas e o agravamento do problema de evasão.

O corpo docente, em 1978, era de 1.786 professores, dos quais 1.198 se concentravam na rede particular. Em relação ao ano de 1975, o crescimento foi de 127 docentes, mas o comportamento por dependência administrativa indica tendências opostas: as redes federal e estadual apresentaram diminuição em seu corpo docente — diminuição particularmente significativa na rede estadual, que perdeu 84 professores — enquanto as redes municipal e particular foram as responsáveis pelo crescimento observado na Região

Em todas as dependências se observa, no período, um aumento da relação aluno/professor, maior nas redes que sofreram diminuição de seu efetivo docente. Assim, a rede estadual passou de pouco mais de 7 para cerca de 14 alunos por professor, o que pode indicar maior racionalização na distribuição do corpo docente. Um maior nível de desagregação dos dados, associados a informações como professor por disciplinas, número de turmas, grade curricular e carga horária do professor, se torna necessário para confirmar essa hipótese.

O número de unidades escolares, em 1978, era de 63 estabelecimentos, indicando um crescimento de 8 unidades no período, assim distribuídas: 3 na rede estadual, 1 na municipal e 4 na particular. A rede federal foi a única que se manteve inalterada com apenas um estabelecimento.

Esse aumento influenciou a relação aluno /escola de forma bastante reduzida, já que as duas redes que concentram o atendimento a estadual e a particular — apresentaram um crescimento médio de cerca de 50 alunos por escola.

Ensino de 3.^o grau

Em 1976 havia 16 226 alunos no 3.^o grau, o que significa um acréscimo de 1.080 universitários. 7,13% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo se deve basicamente à duplicação do número de alunos no Município de Vassouras que passa de 1.551 alunos em 1 curso para 3.612 em 11 cursos no período de 1 ano. O número de cursos apresentou um acréscimo da ordem de 50% passando de 43 para 67 cursos em 1976. Isto significa que o aumento da matrícula deveu-se, além do aumento de alunos por curso, a uma procura por novas opções de formação que estavam sendo oferecidas. O número de Concluintes de 1976 foi de 4.121 alunos, quase o triplo dos Concluintes no ano anterior que foi de 1 439. Por esse indicador podemos inferir que há quatro anos passados houve um acréscimo de matrículas no 3.^o grau de ordem equivalente

A relação professor/aluno é crescente no período, passando de 12,55 para 13,87 motivado por uma diminuição do número de docentes em 1976, apesar do crescimento do número de cursos e de alunos. A análise desse problema e suas conseqüências necessita de informações que, até o momento, não foram conseguidas.

Ensino supletivo

Os cursos de Suplência, na rede estadual, tinham, em 1978, 9 301 alunos matriculados. dos quais 4.468 freqüentavam as fases iniciais e 4.833 as finais.

O Município de Volta Redonda, com 3.155 alunos, participava com cerca de 34% da matrícula da Região. Essa participação se torna mais expressiva quando se observa o efetivo das fases finais (V a VIII) os seus 2.295 alunos significam cerca de 48% da matrícula nessas fases, na Região

No extremo oposto, os Municípios de Engenheiro Paulo de Frontin e Rio das Flores não ofereciam esse tipo de ensino, constituindo-se nos únicos no Estado em que esse fenômeno se verificava.

Em relação a 1975, os cursos intensivos do supletivo apresentaram um aumento de 1.678 matrículas, indicando um crescimento de 22,01%, que é influenciado pelo incremento nos Municípios de Volta Redonda (173%), Três Rios (102%) e Valença (53%).

Correlacionando-se o número de turmas de I a IV fases (153) e o de docentes nas mesmas fases (143), observa-se um déficit de 10 professores, localizado nos municípios de Paraíba do Sul (com uma falta de 8 professores), Rio Claro e Valença. Em compensação, o Município de Rio Claro apresentava um superávit de 2 professores, fato difícil de ser explicado quando se observa que nesse município a relação aluno/turma era de cerca de 27 alunos.

A média de alunos por turma, na Região, nas primeiras fases, era de cerca de 29 alunos, havendo variações entre um máximo de 39 alunos por turma, em Mendes, e um mínimo de 13 em Rio Claro.

As turmas de V a VIII fases, computadas por disciplina, não permitem uma análise aluno/professor e aluno/turma. No entanto, a observação do número de professores por município aponta uma situação anômala no Município de Paraíba do Sul, com apenas 2 professores, indicando a inexistência de professores para o núcleo comum.

Em relação ao ensino profissional, os dados apresentados pelo SENAI e pelo SENAC, referentes aos anos de 1976 e 1977 permitem detectar:

- os cursos relativos ao setor secundário da economia, oferecidos pelo Centro de Formação Profissional de Vassouras, apresentaram 1.198 alunos matriculados em 1976 e 3.644 matriculados no ano seguinte, o que indica um crescimento de 204% no biênio. A evasão, de 147 alunos em 1976 e de 444 em 1977, indica uma perda de cerca de 12% dos alunos;
- com referência ao setor terciário, a matrícula de 2.347 alunos, em 1977, se concentrava nas áreas de escritório e vendas, com 1.161 alunos, e higiene e beleza, com 646 matriculados. Assim como nos cursos oferecidos pelo SENAI, também os do SENAC apresentavam percentuais de evasão reduzidos, com cerca de 14% de perdas (324 alunos).

Educação especial

A educação especial, de 1977, era oferecida a 704 alunos excepcionais em 42 estabelecimentos, dos quais 36 de ensino regular, constituindo-se os demais em instituições especializadas. Os Municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Resende e Rio Claro não possuíam instituições que oferecessem qualquer modalidade de educação especial. Em contraste, o Município de Volta Redonda, com 22 estabelecimentos, concentrava mais de 50% das instituições que ministravam esse tipo de ensino na Região e seus 405 alunos representavam 57,53% da clientela atendida.

Por dependência administrativa, observa-se que 25 destes estabelecimentos pertenciam à rede estadual, participando a rede municipal com 11 escolas.

Diferentes modalidades de atendimento eram oferecidas tanto pelas escolas de ensino regular quanto pelas instituições especializadas, sendo a de maior freqüência a classe anexa às classes comuns, havendo 32 na Região.

Classes comuns, classes comuns com consultor, oficinas pedagógicas e escolas especializadas formavam as demais modalidades de atendimento. No caso das escolas especializadas, elas pertenciam, predominantemente, à rede particular havendo apenas uma em rede municipal.

A rede estadual concentrava o atendimento em classes comuns e em classes especiais anexas às classes comuns, o que parece demonstrar uma tendência à integração dos alunos especiais aos do ensino regular.

1.4.3 — Região Litoral Sul

Com uma superfície de 1.736 km² e uma população estimada em 76.200 habitantes para 1980, é a menor e a menos povoada das Regiões do Estado. Formada por apenas dois municípios, Angra dos Reis e Parati, situa-se no extremo Sudoeste do Estado, ocupando 4,01% de

sua área total. Seu relevo muito movimentado, configura um anfiteatro montanhoso que cerca a Baía da Ilha Grande, permitindo apenas uma estreita fímbria litorânea entre o mar e a montanha. As reentrâncias do litoral constituem portos naturais, mas as ligações internas são dificultadas pela presença das encostas graníticas.

Sua vocação portuária manifestou-se desde cedo, sendo que Parati e Angra dos Reis tiveram o seu povoamento iniciado ainda no Século XVI. Os grandes "ciclos" econômicos de nossa História marcaram a região. Caminhos através das montanhas ligaram Parati ao Vale do Paraíba e por eles descia parte do ouro produzido em Minas Gerais. O mesmo sucedeu quando o café cobriu a maior parte do território fluminense, funcionando Angra dos Reis como porto exportador do produto, além de receber escravos que demandavam às áreas da lavoura.

A construção da ferrovia Rio-São Paulo canalizou em outro sentido — o leste-oeste — o escoamento da produção, deixando a região numa posição relativamente marginal, embora uma ligação ferroviária colocasse Angra dos Reis, a partir da década de 20, em contato com Barra Mansa.

A topografia, acidentada mesmo na costa, retardou, apesar da proximidade, a construção de ligações rodoviárias de primeira categoria com as metrópoles representadas pelo Rio de Janeiro e São Paulo e mesmo entre os dois municípios o transporte era precário, e até recentemente realizado apenas por via marítima.

Na década de 50, a instalação dos estaleiros Verolme em Angra dos Reis iniciou o processo de revitalização da área, que adquiriu seu impulso definitivo com a construção do setor Rio-Santos da BR-101. A decisão de construir as usinas nucleares em Itaorna (Município de Angra) é outro elemento que torna mais nítidas as potencialidades econômicas de uma área de ampla atividade turística, por reunir recursos paisagísticos a um valioso patrimônio arquitetônico.

Devem ser consideradas ainda a posição do porto de Angra dos Reis, situado entre os dois mais importantes portos nacionais, a instalação do Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande e a proximidade da região em relação ao complexo portuário de Sepetiba. Por outro lado, o Governo do Estado enfatiza em seu planejamento a modernização da atividade pesqueira regional, aproveitando a piscosidade doutorai da Ilha Grande.

Esta dinamização não ocorreu sem problemas. A valorização da terra provocou uma retração da atividade agrícola, sobretudo da bananicultura, que havia determinado um crescimento apreciável da população rural entre 1960 e 1970, fato que não deve ter ocorrido na década posterior. A especulação imobiliária conduziu a graves problemas de posse de terra. Por outro lado, o intenso ritmo de construções provocou um grande desgaste erosivo responsável pela quebra do equilíbrio em áreas de encostas, com grave poluição da orla marítima. Cabe ainda acrescentar que o aumento da circulação rodoviária, inclusive dentro dos perímetros urbanos, vem comprometendo a preservação da arquitetura colonial.

Em 1960, a Região possuía 40.858 habitantes, dos quais 21.200 viviam na zona rural e 19.658 na urbana. Em 1970, a população recenseada foi de 56.210 habitantes, passando a zona rural a ter um contingente de 32.841 e a urbana 23.369. É importante enfatizar que o ritmo de crescimento da zona rural foi superior ao da urbana, o que é invulgar no Estado.

Quadro XXI
REGIÃO LITORAL SUL
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1970 E ESTIMATIVA DA
POPULAÇÃO EM 1980,
POR MUNICÍPIOS E DISTRITO SEDE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	POPULAÇÃO DO DISTRITO-SEDE (1980)
Angra dos Reis	40.276	54.700	24.100
Parati	15.934	21.500	5.400

FONTE: FIDERJ - IBGE

O quadro demonstra que Angra dos Reis possui mais de 2/3 da população regional, diferença que deve se acentuar nos próximos anos. Mostra também que os Distritos-Sede têm uma população pouco expressiva.

Embora a população dos centros urbanos deva aumentar em função da ampliação das atividades secundárias e terciárias na área, o processo de urbanização deverá receber na Região uma característica *sui generis*: pela falta de espaço para o crescimento, deverá se apresentar pulverizado em vários núcleos urbanos situados preferencialmente na orla marítima.

Educação pré-escolar

O atendimento ao pré-escolar era realizado, em 1978, em apenas 3 unidades escolares, com um total de 267 crianças matriculadas, todas de zona urbana.

A rede estadual arcava com cerca de 90% do alunado, já que a matrícula na outra dependência administrativa que oferecia esse tipo de ensino — a municipal — era de apenas 27 alunos, em Angra dos Reis e vinha inclusive decrescendo seus efetivos. Esta Região é a única na qual a rede particular não oferecia a educação pré-escolar.

A matrícula reduzida indica que cerca de 96% da população de 4 a 6 anos não era atendida.

A população entre 4 e 6 anos, estimada para 1983, é de 7.787 crianças, o que para uma matrícula projetada de 855 alunos, indica a manutenção de mais de 89% da população fora da escola.

Quanto à relação aluno/professor demonstra uma situação problemática. Na rede municipal ela era de 27 alunos por professor. Na estadual, porém, ela se manifestava crítica, atingindo a 44 alunos por professor, dado que pode ser considerado como um indicador da demanda local pela educação pré-escolar, assim como da saturação das turmas, e sugere formas de atendimento menos convencionais capazes de ampliar-lhe a oferta.

Isto ocorre porque, apesar do aumento de 124 alunos no período 1975-78, o corpo docente da rede estadual permaneceu com 6 professores.

Ensino de 1.º grau

Em 1978, a matrícula do 1.º grau era de 14.991 alunos, dos quais 3.970 estavam matriculados em estabelecimentos localizados na zona rural. Enquanto o atendimento à zona urbana era feito primordialmente pela rede estadual, a zona rural era atendida basicamente por escolas municipais que concentram suas matrículas nas 4 primeiras séries.

No período 1975-78 houve um crescimento de 24,06%, correspondente a 2.907 alunos. Em termos absolutos, tanto o primeiro segmento do 1.º grau quanto o segundo segmento apresentam aumentos de atendimento equivalentes, já que para 1.678 novos alunos de 1.ª a 4.ª séries houve 1.229 alunos a mais de 5.ª a 8.ª. Relativamente, no entanto, as 7.ª e 8.ª séries foram as que apresentaram um incremento superior — 74,31% e 83,85% respectivamente.

O atendimento à clientela de 1.º grau na Região vem sendo feito basicamente pelas escolas das redes oficiais. O número de alunos dos estabelecimentos particulares de ensino decresceu no período, não alcançando uma centena em 1978, quando oferecia apenas as três primeiras séries.

A rede estadual apresenta um crescimento desprezível no período, já que passou de 10.206 alunos em 1975 para 10.562 em 1978, e a uma oferta maior da 5.ª à 8.ª série correspondeu um decréscimo do atendimento da 1.ª à 4.ª série.

A rede municipal é a responsável pelo acréscimo de matrícula na Região. Evidenciou-se no período um crescimento de 146%, correspondente a 2.576 novos alunos, e isto se deveu não só a um aumento significativo da matrícula nas 4 primeiras séries do 1.º grau como também à oferta de 5.ª e 6.ª séries no final do período analisado (1975-78).

Apesar do esforço de crescimento de matrícula feito pela rede oficial, sua população escolarizável, dentro da faixa obrigatória, ainda não se encontrava plenamente atendida. A taxa de escolarização aparente atingia 0,973 em 1978, enquanto a taxa real ficava em 0,785. Isto significa que 22,5% das crianças de 7 a 14 anos não freqüentavam estabelecimentos escolares

Para 1983 é estimada uma matrícula de 18.865 e uma população de 7 a 14 anos de 17.959 crianças. Isto significa que, se resolvido o problema de distorção idade/série, naquele ano estará sendo possível atender a toda a população incluída na faixa de escolaridade obrigatória

Dos 3.734 alunos que estavam na 1.^a série em 1971, 706 alcançaram a 8.^a série em 1978, ou seja, 19%. Considerando-se a mediadas taxas de promoção da 8.^a série, nos últimos 3 anos, pode-se estimar em 505 alunos os Concluintes de 1.^o grau em 1978, o que indicaria que, de cada 1.000 alunos que entravam no sistema, 135 atingiam o final do 1.^o grau no período normal.

A causa básica desta situação é o problema da passagem da 1.^a para a 2.^a série, que em 1971 apresentou a menor taxa de progressão do período 1971-78 — 0,470 — ou seja: 53% das crianças que freqüentaram a 1.^a série em 1971 não alcançaram a 2.^a série em 72, por motivos já conhecidos de repetência e evasão.

O reflexo do grave problema da passagem da 1.^a para 2.^a série, acrescido da repetência em outras séries e da entrada tardia na escola, é percebido na observação da distorção idade-série, que alcança nessa Região a maior defasagem do Estado: 74,66% das crianças que estavam na escola em 1978 se encontravam em séries anteriores às correspondentes às suas idades.

O número de professores em função docente, no mesmo ano, era de 616; destes, 443 lecionavam em escolas da rede estadual, 169 em escolas municipais e apenas 4 na rede particular.

Afirmar que houve um aumento de professores na Região encobria a situação observada nas diferentes dependências administrativas. Na rede estadual verificou-se um decréscimo de 96 professores no período 1975-78, enquanto na rede municipal houve um aumento de 107 docentes.

Apesar do decréscimo apontado no número de professores houve, na rede estadual, um crescimento de matrícula, o que indica um aumento da relação aluno/professor. Já na rede municipal não se constata essa situação, por terem professores e alunos apresentado crescimento equivalente.

A mesma situação detectada com relação ao corpo docente se verifica ao observar-se o número de unidades escolares.

O crescimento de 4 unidades escolares na Região só pode ser entendido numa análise por dependência administrativa. Enquanto a rede estadual sofreu um decréscimo de 14 escolas, a rede municipal aumentou 18 unidades escolares.

Esse acréscimo da rede municipal talvez possa ser explicado porque é essa dependência a que atende primordialmente à zona rural, que exige um tipo de atendimento mais atomizado.

Ensino de 2.^o grau

A Região Litoral Sul, em 1978, possuía 1.721 alunos cursando o ensino de 2.^o grau. Em relação a 1975 o aumento de 448 alunos indica um crescimento de cerca de 35%.

Na Região somente duas esferas administrativas ofereciam este grau de ensino: a estadual e a federal, sendo que a primeira concentrava 70,77% do alunado.

A estimativa de matrícula para 1983 é de 2.525 alunos, o que indicaria, em relação ao ano-base de 1975, um incremento da ordem de 98,35%.

A matrícula por dependência administrativa, apresentou o seguinte comportamento:

Quadro XXII

REGIÃO LITORAL SUL
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRICULA INICIAL
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO -- PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	74	3,29
Rede Estadual	432	54,96

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

O atendimento à população local é basicamente realizado pela rede estadual, já que a federal é representada apenas pelo Colégio Naval, que atende a estudantes oriundos de outros locais.

A análise da taxa de progressão global de matrícula das coortes 1975-77 e 1976-78 indica uma situação melhor na 2.^a coorte, onde, para 1.000 alunos na 1.^a série em 1976, 618 alcançaram a 3.^a série em 1978. enquanto que na coorte anterior apenas 452, entre 1.000, alcançaram essa série em 1977.

A coorte 1975-77 foi influenciada por situação anormal da rede federal, já que a taxa de progressão da 1.^a para a 2.^a série foi de 0,471, o que não ocorreu nos períodos seguintes, em que foram, respectivamente 0,933 e 0,943. As informações não são suficientes para se detectar a causa do problema nessa rede em 1975, mas os dados apontam, além da taxa já apresentada, a ausência de 3.^a série.

Na rede estadual, apesar de se observar uma taxa de progresso global mais alta no período 1976-78, onde 535 entre 1 000 atingiram a 3.^a série, ao invés dos 479 do ano anterior, a coorte apresentava, em 1976. a mais baixa progressão de 1.^a para 2.^a série no período **1975-78.**

O corpo docente formado em 1978 por 84 professores, indica o aumento de 1 profissional, em relação a 1975. Esse crescimento se deve à rede federal, que aumentou seu efetivo de 34 para 37 docentes, no período. Já a rede estadual, responsável pelo crescimento da matrícula nos dois municípios da Região sofreu uma perda de 2 professores. Com isso, a relação aluno/professor foi nessa Região a maior observada em todo o Estado nesse grau de ensino — cerca de 26 alunos por professor.

Este dado pode estar influenciado também pela concentração de matrícula em apenas dois estabelecimentos, o que naturalmente provoca um aumento na relação. Essa proporção muito elevada, no entanto, pode ser indicador de déficit no corpo docente da Região, onde se observam graves problemas nesse grau de ensino, evidenciados pelas baixas taxas de progressão já detectadas.

O número de estabelecimentos escolares que ofereciam ensino de 2.º grau permaneceu constante no período 1975-78. A disparidade de matrícula entre os dois municípios que compõem a Região distorce a relação aluno/estabelecimento, que se comporta, por município, da seguinte forma: em Angra dos Reis a rede federal, em 1975, tinha 503 alunos em um estabelecimento, enquanto a rede estadual, também em um estabelecimento, comportava 1.027 alunos.

A única escola de Parati, pertencente à rede estadual, tinha apenas 191 matrículas, tendo sofrido no período um aumento de 46 alunos.

A correlação evolução de matrícula/número de estabelecimentos indica que foi na escola da rede estadual, no município de Angra dos Reis, que se concentrou praticamente todo o aumento de matrícula da Região.

A relação a indicava a média de 31 alunos por turma, se bem que, em Parati, esse índice fosse mais elevado — cerca de 36 alunos/turma — o que talvez possa ser explicado em função do déficit observado no número de professores, já que havia apenas 2 professores para 4 turmas.

Em termos de ensino profissional, o SENAC atendia, em 1977 a 268 alunos em cursos nas áreas de higiene, beleza e hotelaria.

1.4.4. Região das Baixadas Litorâneas

Possui esta Região uma superfície de 7.288 km² com uma população estimada para 1980 em 399.200 habitantes. São 10 municípios que ocupam 16,83% da superfície do Estado e se situam predominantemente na parte centro-sul, estendendo-se por vasta porção do seu litoral. Embora a faixa setentrional da Região já seja atingida pelas escarpas do planalto, predominam as baixadas de formação variada e desigual ocupação, sobre as quais desenvolvem-se rios, muitos dos quais inundam as planícies de declividade quase nula que, por isto, necessitam de trabalhos especiais de drenagem.

O litoral, em grande parte retificado por restingas que barram lagoas extensas, inflete-se para o norte à altura de Cabo Frio e constitui com o seu potencial turístico, a produção do sal e a pesca, o fator decisivo na economia regional.

A Região das Baixadas Litorâneas conheceu ainda no início do século XVII a ocupação definitiva de alguns pontos, como Cabo Frio (1615) e Macaé (1619), sendo que o primeiro já possuía foros de cidade ao final daquele século. A Região não fixou, todavia, atividade econômica específica, talvez em parte pela pobreza de seus solos, embora algumas encostas de Saquarema, Araruama e Cabo Frio tenham recebido cultivo de café.

O crescimento da população regional deu-se com taxas semelhantes às do conjunto do Estado, mas este aumento apresenta muitas discrepâncias entre os diversos municípios que compõem a Região. Em 1960 havia 249.248 habitantes; em 1970, 315.603 e, estão previstos 399.200 para 1980. Na década de 60/70 este crescimento já era essencialmente urbano, uma vez que, no período, a população rural evoluiu de 163.244 para 167.591, enquanto a urbana passou de 86.004 para 148.012.

Todos os municípios da Região apresentam crescimento populacional, sendo que Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio possuem taxas mais aceleradas. Atente-se ainda para a expressiva população das sedes municipais de Macaé e Cabo Frio, ambas com a previsão de mais de 40.000 habitantes para 1980.

Quadro XXIII

REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1970 E ESTIMATIVAS DA
POPULAÇÃO EM 1980
POR MUNICÍPIOS E DISTRITO SEDE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	POPULAÇÃO DO DISTRITO-SEDE (1980)
Macaé	65.318	72.300	41.700
Araruama	40.031	54.300	13.900
Cabo Frio	44.379	60.700	40.900
Cachoeiras de Macacu	33.793	42.200	11.600
Casimiro de Abreu	16.799	21.300	4.600
Conceição de Macabu	11.560	12.800	11.800
Rio Bonito	34.434	43.100	23.000
S. Pedro Aldeia	27.721	37.800	9.600
Saquarema	24.378	33.100	8.300
Silva Jardim	17.190	21.600	5.800

FONTE: FIDERJ e IBGE

A área possui uma economia bastante diversificada. Ao lado de uma indiscutível "vocaçãõ" turística, que inclui a proliferaçãõ de residências de fim-de-semana, há a extraçãõ de sal, que enseja a presençã de algumas instalações industriais de porte. A pesca tem significado, embora reduzido, em Macaé e Cabo Frio. A agricultura é precária, com fruticultura de cítricos (limão, laranja), pecuária, inclusive leiteira (sobretudo em Macaé e Rio Bonito) e cana-de-açúcar, já que o norte de Macaé inclui-se na área da agroindústria canavieira, nucleada por Campos. Existem pequenas indústrias nos centros urbanos, com destaque para as cerâmicas e serrarias.

A modernizaçãõ de estradas e a abertura de novas rodovias, como a RJ-106 e a BR-101, facilitaram as comunicações com a Região Metropolitana, fato reforçado pela construçãõ da ponte Rio—Niterói que incrementou ainda mais as atividades ligadas ao turismo/lazer. Discute-se hoje o tipo de turismo mais desejável à área e torna-se necessária uma legislaçãõ que regule a ocupaçãõ do solo, pois a atividade sobrecarrega a infra-estrutura de servições e acarreta uma competiçãõ que a agricultura, e mesmo as salinas, não podem suportar.

Algumas transformações de vulto deverão ocorrer na Região pròximamente e requerem atençãõ. A Companhia Nacional de Alcalis realiza obras de expansãõ, enquanto que a ampliaçãõ do turismo/lazer exigirá, cada vez mais, um tipo de mão-de-obra que necessita ser pesquisado, incluindo possibilidades amplas para o artesanato. É possível que as grandes obras de drenagem em execuçãõ nas bacias dos rios São João e Macaé possam representar uma revitalizaçãõ das atividades e das populações rurais, sobretudo com a implantaçãõ dos programas alcooleiros.

O grande crescimento populacional do pròximo quadriênio, deverá ocorrer todavia, em Macaé, sobretudo no seu centro urbano, em funçãõ da instalaçãõ do pólo petroquímico projetado, que deverá gerar milhares de novos empregos, diretos e indiretos.

Educação pré-escolar

Em 1978, 3312 crianças estavam matriculadas em turmas de educação pré-escolar, sendo que delas apenas 266 se encontravam em escolas de zonas rurais, nos municípios de Macaé, Casimiro de Abreu e Rio Bonito.

O atendimento era realizado preponderantemente pela rede estadual, onde se concentravam 66,54% da matrícula, sendo que os municípios de Araruama e Conceição de Macabu não possuíam escolas estaduais que oferecessem educação pré-escolar.

Foram efetuadas, no período 1975/78, 1.501 novas matrículas, o que indica um crescimento de 82,88% — o maior crescimento relativo entre todas as Regiões-Programa. Mesmo assim, o déficit de atendimento, na faixa de 4 a 6 anos, era, em 1978, de aproximadamente 32.585 crianças, ou seja, cerca de 92% da população de tal faixa etária.

A população de 4 a 6 anos estimada para 1983 ó de 40.061 crianças o que, considerando-se uma projeção de matrícula de 5.920 alunos, sugere a permanência fora da escola de cerca de 85% da população escolarizável dessa faixa etária.

A relação aluno/professor é de 27, média influenciada pela relação de 30 alunos por professor, observada na rede estadual.

Dos 121 professores em função docente, 17 possuíam formação apenas em nível de 1.º grau.

Ensino de 1.º grau

Em 1978, 80.631 alunos estavam matriculados no 1.º grau, dos quais 20.304 freqüentavam escolas em zonas rurais.

Em relação ao ano base de 1975, detecta-se um crescimento de 17,18% provocado por 11.824 novas matrículas. O 2.º segmento do 1.º grau, com um aumento de 7.599 alunos, influenciou basicamente este crescimento, juntamente com a 1ª série, na qual se observou o maior incremento em números absolutos.

Por dependência administrativa a matrícula assim se apresentava:

Quadro XXIV
REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS
ENSINO DE 1º GRAU
CRESCIMENTO DE MATRÍCULA,
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — 1975-78

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO -• PERÍODO 1975-78					
	TOTAL		1ª A 4ª		5ª A 8ª*	
	N	%	N	%	N	%
Rede Estadual	10.142	22,71	1.129	2,78	9013	227,54
Rede Municipal	3.233	30,09	2.715	25,27	518	—
Rede Particular	- 1.475	- 11,06	457	13,19	- 1.932	- 19,57
Rede Federal *	- 76	—	- 76	—	—	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Escola extinta em 1977

A maior expansão, em termos absolutos, ocorreu na rede estadual, em especial nas 4 últimas séries. A rede particular que, em 1975, concentrava cerca de 74% de sua matrícula no 2.º segmento do 1.º grau, apresentou um decréscimo nessa faixa, ampliando seu atendimento nas primeiras séries.

Apesar do crescimento das últimas séries, a composição de matrícula indica uma grande concentração nas duas primeiras séries, nas quais, em 1978, encontravam-se mais de 50% dos estudantes.

Tal condensação é mais evidente na rede mantida pelos municípios, predominantemente rural: de um total de 13.979 alunos, 10.923 estavam nas duas primeiras séries e destes 8.242 cursavam a 1.^a série.

Uma decorrência dessa situação é a baixa taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos: apenas 0,774 se encontra na escola. Considerando-se a população escolarizada total, a taxa passa a ser de 0,936, indicadora de elevada distorção série-idade.

Estima-se que em 1983, é de uma população escolarizável de 97.385 crianças, 90.174 serão atendidas, o que estabelece uma taxa de escolarização aparente de 0,926, o que aponta um agravamento do problema, se as distorções série-idade não sofrerem diminuição.

A análise da taxa de progressão da matrícula no ensino de 1.^o grau revela a seguinte situação: em 1971, 29.203 alunos estavam na 1.^a série. Destes, apenas 3.570 atingiram a 8.^a série sete anos depois e, de acordo com a média das taxas de aprovação no período 1975 - 77, estima-se em 2.860 os Concluintes em 1978.

Estes dados indicam que, na coorte estudada, de cada 1.000 alunos na 1.^a série, apenas 98 concluíram o 1.^o grau no momento esperado.

A taxa de progressão de 1.^a para a 2.^a série, muito reduzida, vem fundamentalmente provocando tais distorções, já evidenciadas na análise da composição da matrícula. Assim, mais de 70% da população escolarizada estava acima da idade adequada à série em que se encontrava matriculada.

Em 1978, o número de professores em função docente era de 3.294, o que indica um crescimento, em relação ao ano de 1975, de 502 professores. Esse aumento foi provocado pelo acréscimo de docentes nas redes oficiais: 401 na estadual e 137 nas municipais. Em compensação, a rede estadual sofreu uma perda de 34 docentes, número relativamente pequeno se comparado ao decréscimo de matrícula.

O crescimento da rede estadual pode ser explicado pelo aumento significativo do 2.^o segmento do 1.^o grau, o que exige um número elevado de professores.

Havia 531 unidades escolares em 1978 com um crescimento de 12 escolas em relação ao ano de 1975, influenciado pelo aumento da rede estadual, já que a rede particular sofrerá uma perda de 5 escolas.

A rede estadual foi acrescida de 18 unidades escolares o que demonstra estar havendo uma maior concentração de alunos por escola, já que o efetivo escolar desta rede aumentou de 10.142 alunos.

Em relação à rede municipal o que se observa é o aproveitamento de capacidade ociosa visto que, para um aumento de matrícula de 3.233 alunos, o número de escolas permaneceu o mesmo.

Ensino de 2.^o grau

Contando com 6.475 alunos no ensino de 2.^o grau em 1978, a Região das Baixadas Litorâneas foi a que apresentou o maior crescimento relativo em todo o Estado: cerca de 81%.

A matrícula estimada para 1983, se mantido o mesmo comportamento dos últimos anos, é de 9.207 alunos, o que indicaria um crescimento, em relação a 1975, de 157,11%.

Até 1977, o ensino de 2.^o grau ocorria em apenas duas dependências administrativas: a estadual e a particular. Em 1978, um estabelecimento surgiu em rede municipal.

A rede estadual concentrava seu atendimento —38,18% do total da Região— nos municípios de Macaé, Cabo Frio e Conceição de Macabu. A particular respondia pelo maior número de matrículas (61,24%) e, como se pode observar pelo quadro a seguir, vem mantendo um maior crescimento, tanto absoluto quanto relativo, provavelmente pela substituição do atendimento ao 1.^o grau, nível em que vem diminuindo seus efetivos.

Quadro XXV

REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS
ENSINO DE 2º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DE MATRÍCULA INICIAL,
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Estadual	738	42,56
Rede Municipal	38	—
Rede Particular	2.118	114,67

FONTE: — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A rede particular apresentou altíssimos índices de crescimento na 1.^a e na 2.^a série, ultrapassando a duplicação de seus efetivos. Na 3.^a série o aumento, já foi relativamente menor, o que provocou mudanças na composição da matrícula que podem ser compreendidas pela análise das taxas de progressão global.

Com relação à rede estadual observa-se também uma pequena mudança na composição da matrícula em relação a 1975: naquele ano a matrícula de 3.^a série era de aproximadamente 50% da de 1.^a série, enquanto que em 1978 ela se constituía em 42% da de 1.^a série, situação que também poderá ser melhor observada através do estudo das taxas de progressão global.

Na análise da taxa de progressão global de matrícula inicial do ensino de 2.^o grau, considerando-se as coortes 1975 - 77 e 1976 - 78, observa-se uma queda na segunda coorte, onde para cada 1.000 alunos que estavam na 1.^a série em 1976, apenas 561 freqüentavam a 3.^a em 1978.

A queda é sentida nas duas dependências administrativas. Na rede estadual a situação é ainda mais grave, visto que apenas 472, para cada 1.000, atingiram a 3.^a série em 1978. No entanto, a taxa de progressão da 1.^a para 2.^a série, no período 1977 - 78 sugere uma melhoria dessa situação, pois se observa a mais alta taxa do período estudado.

Na rede particular, a um aumento considerável de matrícula, verificaram-se quedas significativas das taxas de progressão, tanto que, em 1978, apenas 622 alunos, de cada 1.000 que estavam na 1.^a série em 1976, atingiram a 3.^a série. Essas taxas de progressão foram das mais baixas produzidas nesta dependência administrativa, superiores apenas às da Região Serana.

Em 1978, 476 professores encontravam-se em função docente, concentrando-se 67% (317 professores) na rede particular.

As duas redes que dominam o atendimento sofreram um acréscimo na relação aluno/professor: a rede estadual passou de cerca de 12 para 16 alunos por docente, enquanto na rede particular a média apresentou um crescimento ainda mais acentuado, no momento em que variou de 7 para 13 alunos por professor.

A rede municipal, que iniciava no último ano em estudo a oferta de ensino de 2.^o grau, apresentava, provavelmente em decorrência da própria implantação, a menor relação aluno/professor observada no Estado: cerca de 5 alunos por docente.

As 24 unidades escolares que ofereciam o ensino de 2.^o grau em 1978, decorriam de um crescimento de 5 estabelecimentos na rede particular e da criação de uma unidade em rede municipal. A rede estadual permaneceu com 3 estabelecimentos, indicando maior utilização de sua capacidade física, já que a relação aluno/escola passou de 578, em 1975, para 824 alunos por estabelecimento, em 1978.

Esta relação é muito mais elevada do que a observada na rede particular, que, com uma média de 198 alunos por unidade escolar em 1978 indicava uma tendência para escolas

com pequeno número de turmas. É possível que a necessidade de atender a todos os municípios da Região, uma vez que a rede estadual só oferecia esse grau de ensino em três municípios, seja em uma das causas de este indicador apresentar valor tão baixo na rede particular.

Ensino de 3.º grau

Em 1976 havia 960 alunos matriculados em 4 cursos de 3.º grau. Houve um aumento de 250 alunos em relação ao ano anterior permanecendo constante o número de cursos oferecidos, que já eram 4 em 1975.

O ensino superior era oferecido em 2 municípios dessa Região, Macaé e Cabo Frio e no último ano em relação ao qual há dados disponíveis, o de 1976, ainda não havia Concluintes.

O número de professores aumentou de 39 docentes em 1975 para 53 em 1976, o que demonstra que a relação professor/aluno permanece quase inalterada, uma vez que passa de 18,21 para 18,11 no último ano.

Ensino supletivo

Dos 3.400 alunos que freqüentavam o ensino supletivo, em 1978, 2.383 (70% do total) estavam em turmas de I a IV fases. Apenas dois municípios (Macaé e Cabo Frio) possuíam turmas de V a VIII fases, com 798 alunos.

Tomando como base 1975, observa-se um decréscimo de 812 alunos, o que pode ser explicado pela diminuição da matrícula em oito dos dez municípios que compõem a Região, pois apenas Araruama e Cabo Frio aumentaram seus efetivos.

A relação aluno/turma, na alfabetização e nas turmas de I a IV fases indica, no primeiro caso, a média de 22 alunos e, no segundo, cerca de 25 alunos por turma.

O número total de turmas destas fases era de 104, estando em função docente 98 professores, o que significa um déficit de 6 professores.

Os cursos oferecidos pelo SENAC, em 1977, contavam com 3.856 alunos, com maior concentração nas áreas de escritório (1.289 matriculados) e de administração e gerência (740 matriculados). A evasão observada, de cerca de 14% do total, apresentou seus maiores percentuais nos cursos das áreas de administração e gerência e de saúde, ambos com perda de cerca de 18% de seus alunos.

Educação especial

A educação especial era propiciada, em 1977, a 204 alunos, em 15 estabelecimentos da Região. A rede estadual contribuía para 86,63% deste atendimento, por meio de 13 escolas e em apenas um município, Casimiro de Abreu, não havia qualquer atendimento a alunos excepcionais.

Dos 13 estabelecimentos da rede estadual, 12 apresentavam classes especiais anexas às classes comuns, modalidade também oferecida pela única escola da rede municipal. Esses estabelecimentos atendiam a 174 alunos, ou seja a 85,29% do total da Região.

Na rede particular identificava-se a única escola especializada. Localizada no Município de Macaé, atendia a 30 alunos.

1.4.5 — Região Serrana

Com uma superfície de 6.258km² e uma população estimada para 1980 em 327.800 habitantes, a Região Serrana é formada por 11 municípios, que representam 14,38% da área total do Rio de Janeiro. Sua posição ao centro-norte do Estado é marcada pela presença de alinhamentos montanhosos extremamente movimentados e por um clima amenizado pela altitude, que lhe retira o caráter nitidamente tropical dominante no resto do território fluminense. As variações de altitude e a posição mais ou menos voltada para o Atlântico que interfere na umidade criam uma multiplicidade de microclimas, solos e tipos de vegetação. Esta variedade de condições explica a grande potencialidade de vida econômica da Região. Para completar a singularidade da Região Serrana em relação ao conjunto do Estado, ocorreu nesta área uma imigração européia não-ibérica que, apesar de não ser numerosa, marcou-a de forma típica.

A área, por seu caráter interiorano e montanhoso, teve um povoamento tardio, sendo significativa a chegada de alemães e suíços a Nova Friburgo, a partir de 1816. Embora as condições não fossem em seu conjunto propícias ao café, este produto expandiu-se na área durante o século XIX, sobretudo nas zonas mais defendidas da umidade excessiva vinda do litoral. A partir do momento do declínio do café, ao final do século XIX, a pecuária leiteira assumiu gradativamente, a maior importância entre todas as atividades rurais.

Na Região Serrana há uma nítida dualidade nas condições econômicas e demográficas. Nova Friburgo e Teresópolis são dois municípios urbanizados e de grande população, enquanto os demais, salvo Cordeiro, têm predomínio de população rural, embora o êxodo seja de um modo geral intenso.

O processo de industrialização de Nova Friburgo é mais antigo e complexo, o que ensejou um crescimento demográfico acelerado (70.145 em 1960, 90.420 em 1970, 121.200 estimados para 1980), gerando um dos maiores núcleos urbanos do Estado, (86.300 habitantes estimados para 1980 no Distrito-Sede). O crescimento industrial de Teresópolis é mais recente e menos variado, embora o crescimento deste Município seja percentualmente superior ao de Friburgo (52.318 em 1960, 73.128 em 1970 e uma população estimada para 1980 de 97.000). Em Nova Friburgo, as indústrias têxteis foram as primeiras a ser implantadas, seguindo-se uma diversificação com metalurgia, confecções, mobiliários, mecânica e alimentação. Em Teresópolis, o setor têxtil, implantado mais recentemente, completa-se com ramos influenciados pela presença do turismo, como mobiliário, confecções e comestíveis, além das novas perspectivas da indústria farmacêutica. É importante considerar que as atividades turísticas desempenham um importante papel na economia destes dois municípios. Assim, Nova Friburgo possui a maior rede hoteleira do Estado fora do Município do Rio de Janeiro, rede que apresenta possibilidades de expansão.

Quadro XXVI

**REGIÃO SERRANA
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1970
E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM 1980,
POR MUNICÍPIOS E DISTRITO SEDE**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	POPULAÇÃO NO DISTRITO-SEDE (1980)
Nova Friburgo	90.420	121.200	86.300
Bom Jardim	17.095	14.000	5.700
Cantagalo	18.590	19.600	7.000
Carmo	11.787	12.600	5.200
Cordeiro	12.859	17.100	10.300
Duas Barras	7.874	5.900	1.400
S. Maria Madalena	12.452	10.200	3.600
S. Sebastião do Alto	10.073	8.300	1.300
Sumidouro	11.003	11.500	1.900
Teresópolis	73.128	97.000	84.500
Trajano de Moraes	12.738	10.400	1.800

FONTE: FIDERJ e IBGE.

O quadro deixa muito clara a dualidade anteriormente referida, quando se evidencia que cinco municípios da área apresentam redução absoluta de população, enquanto outros têm sua população estagnada.

Encontram-se dois núcleos urbanos de grande expressividade — Nova Friburgo e Teresópolis — ambos com mais de 80.000 habitantes. Por outro lado, excetuando Cordeiro e Cantagalo, cujas populações tendem a se manterem graças ao desenvolvimento da indústria de cimento que se apoia em jazidas de calcário, os demais núcleos urbanos são pouco expressivos.

Quanto às perspectivas da Região, a industrialização de Nova Friburgo e de Teresópolis deverá continuar em expansão. Da mesma forma, cresce em boa escala o setor de serviços nestas duas cidades, principalmente o subsetor hoteleiro.

A Região Serrana expõe, contudo, alguns sérios problemas de infra-estrutura, que vêm limitando o seu desenvolvimento econômico. Entre estes devem-se destacar a insuficiência da rede viária, onde há escassez de estradas vicinais, o predomínio de estradas de terra, algumas das quais são impraticáveis na época das chuvas, e a ausência de rede ferroviária. Há também precariedade de eletrificação rural.

A superação destes problemas poderá levar a uma dinamização das atividades rurais, sobretudo da olericultura, que se juntará à pecuária leiteira para compor o setor agrícola. Há ainda o plantio do café, principalmente em Bom Jardim e Duas Barras, graças a um projeto federal específico. A presença do novo Mercado do Produtor contribuirá para este crescimento.

Educação pré-escolar

Em 1978, eram atendidas 4.099 crianças, das quais 64,75% freqüentavam escolas da rede estadual.

Esta matrícula era quase totalmente urbana, já que apenas 43 alunos, da rede municipal de Nova Friburgo, estavam matriculados em zonas rurais. Isso significa que esta região, que abrigava 10,58% da população rural do Estado, tinha apenas 1% da matrícula do pré-escolar em zona rural.

No período em estudo, a matrícula apresentou um crescimento de 49,87%, com 1.364 alunos a mais. A rede estadual foi a que mais se expandiu em termos absolutos, com 753 novas matrículas, seguida da rede particular, que apresentou um crescimento relativo superior, apesar de ter seus efetivos aumentados em apenas 465 alunos.

Não obstante este crescimento, o déficit de atendimento na faixa de 4 a 6 anos pode ser estimado em 23.669 crianças, ou sejam, 87,32% da população situada na faixa etária correspondente.

Mantidos os atuais ritmos de crescimento, estima-se que em 1983, para uma população escolarizável de 29.018 crianças, haverá uma matrícula de 5.777 alunos, o que acarretará um déficit de atendimento superior a 75%.

Em termos de unidades escolares que oferecem esta oportunidade educacional, verifica-se uma maior expansão da rede estadual, onde 5 novas escolas passaram a organizar turmas de educação pré-escolar. A rede particular, como já foi registrado, sofreu o maior crescimento relativo em termos de matrícula mas, o número de estabelecimentos sofreu um decréscimo, reduzindo-se a 15, o que provoca um aumento da relação aluno/escola, que passou de 35 em 1975 para 69 em 1978.

A relação aluno/professor era de 25, média elevada pela situação da rede estadual, em que se encontram 30 alunos por professor. Já nas redes municipal e particular as relações são mais baixas, com respectivamente 17 e 20 alunos por professor.

Ensino de 1.º grau

O ensino de 1.º grau, em 1978, apresentava um contingente de 60.587 alunos, dos quais 15.421 — cerca de 25% — matriculados em zona rural.

O crescimento no período em estudo foi de 3.574 alunos, com um maior incremento do 2.º segmento do 1.º grau. A 4.ª série foi a única que apresentou decréscimo, o que, considerado juntamente com o pequeno crescimento da 3.ª série, parece indicar uma retenção dos alunos nas duas primeiras séries.

Por dependência administrativa a matrícula apresentou diferentes comportamentos:

Quadro XXVII

**REGIÃO SERRANA
ENSINO DE 1.º GRAU
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78					
	TOTAL		1.ª A 4.ª		5.ª A 8.ª	
	N	%	N	%	N	%
Rede Estadual	3.885	10,23	- 341	- 1,04	4.226	79,69
Rede Municipal	2.280	23,18		14,18	1.114	69,19
Rede Particular	- 2.591	- 28,17	537	18,54	- 3.128	- 49,63

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de informática — SEEC/RJ.

O maior crescimento absoluto da rede estadual, concentrado nas últimas séries do 1.º grau, reflete-se no decréscimo de matrícula, na mesma faixa, sofrido pela rede particular. É interessante observar que, enquanto a rede estadual sofre decréscimo de matrícula nas primeiras séries, ocorre um movimento inverso na rede particular. Tal situação pode ter como causa uma diminuição da oferta nas primeiras séries da rede estadual, possivelmente provocada pela necessidade de oferecer turmas de 5.ª a 8.ª séries.

Os dados da rede municipal, tomados em conjunto surgem fortemente influenciados pelos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Apresentam um crescimento homogêneo nos dois segmentos do 1.º grau. Cabe, no entanto, ressaltar que a oferta das últimas séries pelas municipalidades ocorre apenas em zonas urbanas, já que a matrícula em zona rural só vai até à 4.ª série.

O segundo segmento do 1.º grau praticamente não é oferecido nas escolas rurais da Região. Aparecem turmas de 5.ª, 6.ª e 7.ª séries apenas na rede estadual, com somente 173 alunos. Considerando-se as características da Região Serrana, este pode ser um dos fatores que influenciam a baixa taxa de escolarização encontrada — a menor do Estado: em 1978, era de 0,770 para a população de 7 a 14 anos. Considerando-se a matrícula total de 1.º grau, essa taxa se elevava a 0,915, indicadora de grande distorção série-idade.

A projeção da população de 7 a 14 anos para 1983 é de 71.575 crianças, enquanto a matrícula é estimada em 64.052 alunos. Com isto, pode-se calcular uma taxa de escolarização aparente de 0,895. Esse dado permite inferir um agravamento da situação, se a distorção série-idade não for corrigida.

Os problemas anteriormente detectados são confirmados pela taxa de progressão global da matrícula inicial.

Em 1971, 24.081 alunos cursavam a 1.ª série, mas apenas 2.896 conseguiram atingir, sete anos após, a última série do ensino de 1.º grau. Tomando como base a média das taxas de aprovação desta série no período 1975-77, pode-se estimar em 2.297 o número dos Concluintes de 8.ª série em 1978, o que indica que para 1.000 alunos que estavam no ponto inicial da coorte, apenas 95 alcançaram o ponto final no período determinado. Este é o índice mais baixo observado no Estado.

O número de professores em função docente, em 1978, era de 3.024, dos quais 2/3 pertencentes à rede estadual, em coerência com a composição da matrícula, que apresenta a mesma situação.

O aumento do número de professores só pode ser devidamente analisado se comparado por esfera administrativa: para um acréscimo de 241 professores na rede oficial houve uma perda de 174 professores na rede particular. Essa situação é reflexo do crescimento da rede oficial e do decréscimo de matrícula na rede particular.

A mesma situação constatada em relação ao corpo docente é verificada na análise do número de unidades escolares em cada dependência administrativa. O crescimento de 11 unidades deveu-se ao comportamento da rede oficial, que foi acrescida de 22 escolas, o dobro do que perdia a rede particular.

Enquanto o aumento de matrícula da rede estadual, em 1978, foi de 3.885 alunos e o da municipal 2.280, as unidades escolares dessas duas redes cresceram, respectivamente, de 20 e de 2 escolas.

Uma primeira observação poderia fazer supor uma utilização insuficiente das escolas estaduais. O conhecimento do fato de ser a rede estadual a que basicamente atende à população rural leva, porém, a outra interpretação: a preocupação de se atender a uma população rarefeita provoca a necessária dispersão das escolas.

Ensino de 2º grau

A Região Serrana, com 5.265 alunos, apresentou, no período 1975-78, o menor crescimento relativo entre todas as regiões do Estado, com cerca de 12%.

Este crescimento reduzido leva à estimativa de 6.184 alunos matriculados em 1983, o que indicaria um incremento de apenas 31,52%, tomando-se como referência o ano de 1975.

Além de o Município de São Sebastião do Alto não oferecer ensino de 2.º grau, podem-se observar, nos municípios de Duas Barras e Santa Maria Madalena, as duas menores matrículas, por município, no Estado. Neles, assim como em Bom Jardim, a rede estadual não oferece ensino deste nível.

O atendimento na Região, entretanto, era realizado predominantemente pela rede estadual, que em 1978 concentrava 54,87% da matrícula, situação inversa da observada em 1975, quando a rede particular estava responsável por 54% do atendimento. A outra dependência que também oferecia este grau de ensino, a rede municipal, possuía efetivos muito reduzidos.

O crescimento do alunado no período, se observado por dependência administrativa, é indicado pelo seguinte quadro:

Quadro XXVIII

REGIÃO SERRANA
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA INICIAL,
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO -- PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Estadual	863	42,62
Rede Municipal	87	63,04
Rede Particular	- 387	- 15,24

FONTES: SEEC/MEC e Instituto de Informática -- SEEC/RJ.

A rede particular apresenta aqui situação diversa da observada nas outras Regiões, tendo sofrido um decréscimo de matrícula de 15,24%.

A rede estadual teve seu maior crescimento na 1.ª série — cerca de 54% — o que influenciou a composição da matrícula, modificando a estrutura por série: em 1975, a matrícula de 3.ª série correspondia a mais da metade da de 1.ª série (54,53%) enquanto em 1978 a proporção se reduziu cerca de 41%.

A análise da taxa de progressão global da matrícula inicial das coortes 1975-77 e 1976-78 indica uma redução das taxas de progressão da matrícula, onde apenas cerca da metade dos alunos que estavam na 1.ª série em 1976 atingiria a 3.ª série no momento esperado. Essa constatação é agravada pela observação de que, no período 1975-78, as taxas de progressão de 1.ª para 2.ª série vêm apresentando gradativa diminuição, o que vem a ser um re-

flexo do observado na rede estadual, que apresentou as seguintes taxas no período: 0,980; 0,872 e 0,643.

A rede particular apresenta uma pequena melhora em suas taxas, tendência confirmada pelo fato de a melhor taxa de progressão de 1.^a para 2.^a série ser encontrada no período 1977-78. Mesmo assim, suas taxas de progressão são as mais baixas observadas em todo o Estado, nessa dependência administrativa.

O corpo docente, em 1978, era composto de 608 professores, dos quais 321 lecionavam em escolas da rede particular e 267 na rede estadual.

Em relação a 1975, esse número indicava um aumento de 186 professores, provocado preponderantemente pela rede estadual, que sofreu um crescimento de mais de 100%, pois contava, no ano base, com 131 professores.

A relação aluno/professor refletiu aquele crescimento, alterando-se significativamente na rede estadual: de 15 para 11 alunos por professor.

O crescimento da rede municipal fez com que houvesse pequeno acréscimo nesta relação, que indicava, em 1978, pouco mais de 11 alunos por professor.

Na rede particular, onde se observa, apesar do decréscimo de matrícula, um aumento de 43 professores, a relação aluno/professor apresentava um de seus menores valores em todo o Estado: menos de 7 alunos por docente.

Das 23 unidades escolares que ofereciam ensino de 2.^o grau em 1978, 15 pertenciam à rede particular. Este setor administrativo, entretanto, foi o único que apresentou diminuição do número de escolas, já que possuía 19 em 1975.

A rede estadual, com um crescimento de 75%, passou no período, de 4 para 7 estabelecimentos escolares, enquanto a rede municipal, com apenas 1 unidade, não sofreu alterações.

A rede particular, apesar de associar ao decréscimo de unidades escolares uma perda de matrículas, evidenciou um aumento de relação aluno/escola: de 123 para 143 alunos por escola, no período. Já na rede estadual a relação aluno/escola indica tendência inversa: ao aumento de matrícula corresponde uma diminuição do número médio de alunos por estabelecimento, que decresceu de 506 para 412 alunos por escola.

Ensino de 3.^o grau

Em 1976, a matrícula do 3.^o grau era de 2.948 alunos, o que significa o diminuto crescimento de 52 alunos em relação ao ano anterior, ocasionado pelo decréscimo da matrícula em Nova Friburgo.

O número de cursos passa de 7 em 1975 para 10 em 1976 indicando que ao lado de um pequeno crescimento do alunado houve uma diversificação de ofertas de formação.

O número de Concluintes em 1976 (490), quase cinco vezes o contingente de 1975 (109), é um indicador do crescimento do 3.^o grau nesses municípios em anos anteriores.

O número de professores decresceu no período 75/76 passando de 335 para 292 docentes. Essa diminuição provoca um aumento na relação professor/aluno que passou no período analisado de 8,64 para 10,10 alunos por professor.

Educação especial

Dez estabelecimentos ofereciam, em 1977, esse tipo de ensino a 385 alunos, concentrando-se o atendimento nos municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Santa Maria Madalena e Teresópolis. Do total de estabelecimentos 6 pertenciam à rede estadual, correspondendo os demais à iniciativa particular.

Duas modalidades de atendimento eram propiciadas aos alunos excepcionais: classes especiais anexas às classes comuns, com 56 alunos, e escolas especializadas, atendendo a 329 estudantes. A primeira modalidade era a encontrada na rede estadual e em um estabelecimento da rede particular. Já as escolas especializadas eram instituições pertencentes à rede particular e se constituíam nas únicas ofertas de educação especial nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, os municípios de maior concentração demográfica da região.

Cabe observar que a instituição especializada localizada em Nova Friburgo concentrava 75,38% de matrícula dos alunos excepcionais da Região, com um atendimento a 248 alunos.

Ensino supletivo

Em 1978, 4.339 alunos estavam matriculados no supletivo, dos quais 2.720 em turmas de I a IV fases e 1.619 cursando as últimas (V a VIII), estas oferecidas em apenas 4 municípios: Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo e Cordeiro.

O efetivo total indica um decréscimo de 1.247 matrículas, em relação ao ano base. A diminuição ocorreu em todos os municípios, observando-se um processo inverso apenas em Cordeiro que, com um crescimento de 92 alunos, apresentou um incremento de 24%.

A relação aluno/turma, nas quatro primeiras fases (I a IV), era de 20 alunos, já que esse ensino é ministrado em 136 turmas. Há, no entanto, variações locais que são expressas pelos valores observados em São Sebastião do Alto, com 9 alunos/turma e Teresópolis, com cerca de 29 alunos/turma. A baixa relação de São Sebastião do Alto, município que, em 1970, apresentava 85% de sua população em zona rural, deve ser decorrência direta da dispersão populacional.

Esta dispersão, característica de vários municípios da Região, reflete-se no número de escolas que ofereciam esse tipo de ensino: 53, acarretando uma média de 51 alunos por escola.

Na Região inclui-se um Centro de Formação Profissional do SENAI, em Nova Friburgo, com 1.730 alunos em 1976 e um crescimento de matrículas de 46%, no biênio 1976/77-

O SENAC oferecia cursos nas áreas de: escritório; armazenagem, embalagem e expedição; propaganda; comunicação; higiene e beleza; hotelaria; administração e gerência; turismo; saúde, com matrícula total de 1.813 alunos. A maior concentração de matrícula estava na área do escritório, com 550 alunos.

A evasão observada era mínima, com perda de apenas 94 alunos, ou seja, cerca de 5% do total.

1 4.6 — Região Norte

É a mais extensa das sub-regiões fluminenses, com uma superfície de 12.340 km². Sua população, estimada para 1980 em 646.600 habitantes, coloca-a, quanto a este aspecto, em terceiro lugar no Estado.

Formam-na 12 municípios, entre os quais se destaca por sua superfície (4.469 km²) e população (356.600 em 1980), o Município de Campos.

Sob o ponto de vista morfológico poder-se-ia dividir a área em dois grandes conjuntos; uma faixa mais ao noroeste, de colinas suaves trabalhadas por intensa erosão e cortadas por vales relativamente estreitos, e a área de Campos e São João da Barra, constituída por vasta planície sedimentar formada pelo Rio Paraíba do Sul que a atravessa com pequena declividade. A área de noroeste possui um clima mais seco, sujeito a estiagens demoradas que causam sérios problemas à lavoura e à pecuária locais. Por outro lado, os níveis a que chegou a erosão acelerada causada por desmatamento excessivo geram cheias episódicas e devastadoras.

Desde o século XVIII as áreas de baixada receberam o cultivo da cana-de-açúcar, que se adaptou magnificamente a seus solos férteis e planos. O café chegou um pouco mais tarde nas áreas de colinas e as povoou no século XIX. Foi nesta região que seu cultivo permaneceu por mais tempo no Estado, mas acabou por sofrer o mesmo declínio e o café foi substituído pela pecuária e pela lavoura do arroz nos estreitos vales, mas estes novos produtos também entraram em declínio. Enquanto isto, na zona da baixada campista mantinha-se a monocultura canavieira, embora com precários rendimentos, acrescida de uma pecuária em lenta evolução.

A economia do Norte fluminense caracteriza-se por um fraco desempenho, o que tem determinado o baixo padrão de vida médio de sua população, próximo ao do nordeste brasileiro, segundo dados do Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense — PRODENOR. Este fraco desempenho propicia um forte êxodo rural e como a economia urbana regional não tem evoluído em ritmos capazes de absorver esta mão-de-obra excedente oriunda do campo,

as cidades, de certo modo inchadas, têm apresentado níveis elevados de desemprego, o que por sua vez ocasiona um outro movimento migratório, este destinado à Região Metropolitana.

De todas as atividades econômicas, a que vem apresentando maior crescimento e dinamismo é a pecuária leiteira, mas este setor, por suas características, não mobiliza quantidades significativas de mão-de-obra. A indústria no Norte fluminense está sobretudo ligada à agroindústria do açúcar, sendo que o Município de Campos, o centro polarizador da área, não tem sido capaz de industrializar-se, haja vista a pequena repercussão alcançada com a implantação do Distrito Industrial da Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro — CODIN, naquela cidade.

A dinâmica populacional revela todo este fraco desempenho da economia. Com exceção de Campos, todos os municípios apresentam estagnação ou sérias reduções de população no período compreendido entre 1960 e 1970. Note-se que, além das grandes dimensões do núcleo urbano campista (234.700 habitantes previstos para 1980), o segundo pólo urbano do Estado fora de Região Metropolitana, apenas Itaperuna ultrapassa os 30.000 habitantes em seu Distrito-Sede (37.400 previstos para 1980).

O êxodo rural tem assumido proporções enormes, graves para uma Região que ô apontada como essencialmente agrícola. Em 1960 a população rural da área atingia 423.021 habitantes, enquanto que em 1970 o censo acusava apenas 344.968. Embora não existam dados disponíveis, nada sugere tenha havido qualquer reversão da tendência na década 1970-1980. Alguns dados, como os seguintes, chegam a ser alarmantes:

MUNICÍPIO	POP. RURAL 1960	POPULAÇÃO RURAL 1970
Bom Jesus de Itabapoana	28.688	16.307
Cambuci	24.054	17.621
Laje do Muriaé	11.659	6.605
Natividade	19.193	13.080

Quadro XXIX

REGIÃO NORTE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1970 E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM 1980, POR MUNICÍPIOS E DISTRITO SEDE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	POPULAÇÃO DO DISTRITO-SEDE (1980)
Campos	318.806	356.600	234.700
Bom Jesus de Itabapoana	29.418	23.600	16.000
Cambuci	24.424	20.800	2.200
Itaocara	22.264	23.300	4.900
Itaperuna	60.622	48.800	37.400
Laje do Muriaé	8.538	6.800	1.800
Miracema	21.187	21.700	16.600
Natividade	20.154	16.100	6.600
Porciúncula	12.395	9.800	5.300
S. Antônio de Pádua	31.151	26.600	14.500
São Fidélis	35.143	31.400	11.100
São João da Barra	55.619	61.100	7.100

FONTE : FIDERJ e IBGE

Apesar deste quadro relativamente precário, repousam sobre a Região Norte do Estado do Rio de Janeiro inúmeras expectativas de crescimento econômico. As maiores esperanças incidem sobre o petróleo da plataforma continental, cuja exploração deverá ensejar nos

próximos anos uma produção de cerca de 200.000 b/d., o que trará direta ou indiretamente benefícios para a área. Há também projetos para o aproveitamento de gás, como combustível que, aplicado aos sistemas geradores das usinas, permita um bombeamento de água que leve à irrigação de novas áreas a serem cultivadas. Várias obras e projetos de drenagem e irrigação poderão possibilitar um aumento de pelo menos 40% nas áreas de plantio de cana. O PROÁLCOOL será inegavelmente outro elemento de dinamização da agricultura regional. Merecem também atenção os projetos de desenvolvimento da pecuária e de lavouras consorciadas nas áreas canavieiras. Na área noroeste da Região merece destaque o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, a cargo do IBC. A presença de uma população numerosa indica a necessidade de um maior desenvolvimento da olericultura.

Grandes esforços deverão ser buscados em todo o Norte fluminense no sentido do aperfeiçoamento de uma educação rural, que objetive não somente a formação de técnicos agrícolas, mas também de administradores de propriedades rurais e que lute pela formação de uma mentalidade de permanência no campo que ajude a deter o êxodo rural até agora permanente na Região.

Educação pré-escolar

A Região Norte apresentava, em 1978, um contingente de matrícula de 11.354 alunos. Este número lhe confere o maior atendimento relativo, considerando-se a população na faixa de educação pré-escolar da Região.

Desta matrícula, 654 crianças freqüentavam escolas de zona rural, indicando que a Região concentrava 39,88% da matrícula em zona rural de todo o Estado. A rede municipal de Campos era responsável pelo atendimento a 471 dessas crianças.

No período 1975-78, o incremento de matrícula foi de 2.246 alunos, dos quais a rede municipal foi responsável por 1.180, ou seja 52,54%. A rede estadual apresentou um crescimento de 703 alunos, enquanto a particular aumentou seus efetivos em 363.

As unidades escolares que oferecem essa modalidade de educação sofreram um aumento de 24,10%, com 20 novos estabelecimentos, sendo que a rede estadual foi a que mais se expandiu.

Apesar do crescimento apontado e de ser esta a Região que apresenta o menor déficit de atendimento à população de 4 a 6 anos, cerca de 83% ainda não freqüentavam estabelecimentos de educação pré-escolar em 1978.

A projeção para 1983 é de 58.177 crianças na faixa de 4 a 6 anos. Para o mesmo ano a estimativa é de uma matrícula de 15.085 alunos, o que indica uma diminuição do déficit de atendimento para 74,07%.

A relação aluno/escola mostra que o atendimento na rede estadual faz-se de maneira mais atomizada, já que ao aumento do número de escolas corresponde uma diminuição do número de alunos por unidade escolar. As redes particular e municipal apresentam maior concentração de alunos por escola.

A relação aluno/professor indicava, em 1978, um maior atendimento por parte da rede municipal. As redes estadual e particular indicavam uma provável ociosidade, já que apresentavam, respectivamente, 20 e 17 alunos por professor.

Ensino de 1.º grau

A Região Norte possuía, em 1978, 140.603 alunos matriculados no ensino de 1.º grau, dos quais 107.148, (76,21%), freqüentavam a rede estadual.

Nesta Região concentrava-se o maior contingente de matrícula em zona rural, compreendendo 50.888 alunos. Também aí é expressiva a participação da rede estadual, com cerca de 80% da matrícula.

A matrícula total sofreu um aumento de 6.864 no período em estudo, ou seja 5,13%, provocado pela expansão da 7.ª e 8.ª séries e pelo crescimento das duas primeiras séries, tendo havido um decréscimo na faixa da 3.ª à 5.ª série.

O aumento das duas séries iniciais e das finais compensa, numa análise por dependência administrativa, a diminuição nas séries intermediárias, de forma que todos os segmentos

___excetuando-se o segundo segmento na rede particular — apresentam aumento em seus efetivos:

Quadro XXX

REGIÃO NORTE
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975-78
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA,
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78-					
	TOTAL		1 ^a A 4. ^a		5. ^a A 8. ^a	
	N	%	N	%	N	%
Rede Estadual	10.109	10,42	2.017	2,51	8 092	48,47
Rede Municipal	1.506	10,38	1.479	11,41	27	1,75
Rede Particular	- 4.751	- 21,41	251	4,11	- 5.002	-31,10

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informatica — SEEC/RJ.

Como nas demais regiões, a implantação das últimas séries do 1.º grau pela rede estadual provocou uma alteração na estrutura da matrícula por dependência administrativa. Mesmo assim, as redes municipal e estadual ainda apresentavam, em 1978, mais da metade de seus efetivos nas duas primeiras séries.

A taxa de escolarização, em 1978, era superior à média do Estado, já que atingia 0,963. Se considerada apenas a população escolarizada de 7 a 14 anos essa taxa descia para 0,798, mas ainda se colocava como a mais elevada do Estado.

A estimativa de matrícula no 1.º grau para 1983 é de 137.736 alunos. Como a população escolarizável é de 146.164 crianças, pode-se estabelecer uma taxa de escolarização aparente de 0,942.

A situação observada em 1978 indica uma elevada taxa de retenção dos alunos pelo sistema e não encontra correspondência na taxa de sucesso obtida pela população escolarizada. A coorte iniciada em 1971 indica que, dos 65.450 alunos matriculados, 7.351 alcançaram a 8.^a série em 1978, o que permite estimar em cerca de 6.329 os Concluintes do 1.º grau naquele ano. Assim, de cada 1.000 alunos, apenas 97 atingiram o fim do curso no período determinado, constituindo-se esse resultado numa das menores taxas de sucesso do Estado.

Tem sido particularmente significativa a baixa taxa de progressão da 1.^a para a 2.^a série, um dos fatores para que fosse tão elevado (69,32%) o percentual de alunos acima da idade considerada adequada para a série que cursam.

O corpo docente, em 1978, era de 7.607 professores. Destes, 76,23% pertenciam à rede estadual, dado coerente com a composição da matrícula, para a qual a rede estadual contribuía com 76,21%.

O crescimento do número de docentes no período foi de 1.153 e decorreu do aumento verificado nas redes oficiais, que acresceram seus efetivos de 1.436 professores, enquanto a rede particular sofreu uma perda de 283 componentes nos seus quadros. Esse decréscimo é decorrência de diminuição de matrícula em escolas de iniciativa privada.

Havia, em 1978, 1.266 unidades escolares oferecendo ensino de 1.º grau na Região, das quais 1.200 pertenciam à rede oficial. O crescimento no período 1975-78 deve-se exclusivamente à rede estadual, já que as demais dependências sofreram decréscimo no período.

Na rede estadual, para um aumento de 10.109 alunos, houve um acréscimo de 78 escolas. É importante ressaltar que nesta dependência administrativa encontravam-se 40.591 alunos matriculados na zona rural, o que representa não só 26,50% do total da matrícula rural do Estado, como também quase 30% da matrícula de 1.º grau da Região-Programa. Essa situação leva à atomização de matrícula, o que deve ser entendido como recurso para atender às características locais e não necessariamente como uma utilização deficiente da capacidade física.

Ensino de 2.º grau

A Região Norte tinha, em 1978, 19.142 alunos matriculados no ensino de 2.º grau, representando um crescimento de 4.348 alunos em relação a 1975 (29, 39%).

Se a matrícula mantiver o comportamento observado nesta década, estima-se para 1983 um efetivo de 24.926 alunos, o que então indicará, tomando-se como base o ano de 1975 um crescimento de 68,49%.

Todas as redes de ensino atuavam na Região, cabendo à rede particular o atendimento a 45,93% no último ano em estudo. No Município de São João da Barra não era oferecido porém o ensino de 2.º grau, constituindo-se num dos três municípios do Estado com essa característica e o Município de Laje do Muriaé, com matrícula reduzida, só apresentava atendimento pela rede particular.

Por dependência administrativa, o crescimento pode ser assim observado:

Quadro XXXI

REGIÃO NORTE ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78 CRESCIMENTO DA MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRESCIMENTO — PERÍODO 1975-78	
	N	%
Rede Federal	400	25,33
Rede Estadual	2.759	57,22
Rede Municipal	-136	-14,69
Rede Particular	1.325	17,74

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A rede estadual nesta Região é a que apresenta o maior crescimento, em termos absolutos e relativos. Esse crescimento se concentra nas duas primeiras séries, alterando significativamente a composição da matrícula: em 1975, a matrícula da 3.ª série correspondia acerca de 60% da matrícula da 1.ª série. Em 1978 essa relação se alterou para 37,53%, o que demonstra um afunilamento da pirâmide estática em 1978.

A rede particular apresenta a mesma tendência observada na rede estadual, porém de maneira mais discreta.

As coortes 1975-77 e 1976-78 indicam uma diminuição das taxas de progressão global. Estas, apesar disto, encontram-se entre as maiores do Estado: para cada 1.000 alunos na 1.ª série em 1976, 696 cursaram a 3.ª série dois anos após. No entanto, o fenômeno de diminuição da taxa de progressão da 1.ª para a 2.ª série, apontado em outras Regiões, também aqui é observado.

As taxas de progressão na rede estadual apresentam-se, na Região Norte, bastante inferiores às observadas na rede particular. Aí se encontravam elevadas taxas de progressão, visto que na coorte 1976-78, para cada 1.000 matriculados na 1.ª série, o expressivo número de 931 cursava a 3.ª série no último ano da coorte. Estes dados, por sua excepcionalidade, mereceriam estudo específico.

O corpo docente, formado, em 1978 por 1.630 professores, indicava o maior crescimento relativo de todo o Estado, tomando 1975 como base: o aumento de 635 professores significava um acréscimo de 64% do corpo docente da Região.

Todas as dependências administrativas incorporaram novos professores, sendo o crescimento mais significativo, em termos absolutos, o da rede estadual, que, com 302 novos docentes, quase duplicou seus efetivos.

A absorção de novos professores em ritmo mais acelerado do que o do crescimento da matrícula fez com que essa Região fosse a única em que todas as esferas administrati-

vas.evidenciassem decréscimo na relação aluno/professor. Este fenômeno foi mais acentuado nas redes municipal (de cerca de 31 para 6 alunos/professor) e federal (de 18 para 11); a rede estadual — variando de 14 para 12 — e a particular — que passou de 14 para 13 — apesar de não apresentarem modificações mais profundas, indicaram a mesma tendência com relação a este indicador, que deve ter seu comportamento em parte explicado pela análise da relação aluno/escola.

A Região Norte possuía 48 estabelecimentos de ensino de 2.º grau, sendo 33 da rede particular e 15 das redes oficiais (12 da estadual, 2 da federal e 1 da municipal). Tomando-se como base 1975, verifica-se um crescimento global de 2 unidades: enquanto as redes federal, estadual e particular sofreram, cada uma, o acréscimo de uma unidade, a rede municipal perdeu uma escola.

Correlacionando estabelecimentos e matrícula, observa-se que nas duas dependências que concentram o atendimento — a estadual e a particular — houve um aumento na relação aluno/escola, que passa de 438 para 632 na rede estadual e de 233 para 266 na rede particular.

Como nas demais regiões, a relação aluno/escola é mais elevada na rede estadual, que apresenta como estratégia o atendimento em escolas de maior porte. Já a rede particular evidencia uma dispersão na matrícula, atendendo cada estabelecimento a um número relativamente pequeno de alunos.

Ensino de 3.º grau

Havia, em 1976, 3.768 estudantes matriculados no 3.º grau, nos Municípios de Campos e Itaperuna, únicos que, na Região, oferecem este grau de ensino.

O crescimento do alunado foi de 17,46%, em relação ao ano anterior, o que corresponde em números absolutos a 560 novos alunos.

O número de cursos sofre modificação apenas no Município de Campos, onde passa de 9 para 11, permanecendo constante em Itaperuna, com 5 cursos.

Os Concluintes em 1976 são em número de 491, 47 a mais do que no ano anterior.

Apesar do aumento de 560 novos alunos e da oferta de 2 cursos a mais, o número de professores no Município de Campos sofreu um acréscimo de apenas 5 docentes. No Município de Itaperuna para um acréscimo de 50 alunos o número de professores decresceu de 61 para 44. Assim, a relação professor/aluno na Região alterou-se, passando de 9,19 para 11,18 no período analisado.

Ensino supletivo

A matrícula, em 1978, era de 12.492 estudantes, com 7.995 concentrados nas quatro fases iniciais. As últimas fases, não oferecidas nos Municípios de Natividade e São João da Barra, contavam com 4.497 matriculados.

Tomando como base 1975, observa-se um decréscimo de 5.714 matrículas, provocado pela diminuição do alunado em onze municípios da Região. Apenas Campos evidenciou um crescimento de 666 alunos, significando 17,87% em relação à matrícula do ano-base.

A relação aluno/turma nas 4 primeiras fases estava em torno de 18, com extremos observados em Campos, com 26 alunos por turma, e em Natividade, com a média de 14.

A Região, com 194 estabelecimentos de ensino supletivo, apresentava a média de 64 alunos/escola. Cabe ressaltar que apenas 29 escolas tinham turmas das quatro últimas fases (V a VIII), o que permite definir duas outras médias: de 41 alunos por escola de I a IV fases e de 155 alunos por estabelecimentos nas últimas fases.

A relação aluno/professor no segmento correspondente às fases finais (V a VIII) fica prejudicada pelo sistema de matrícula utilizado. No entanto, a relação turma/professor parece indicar distorção na utilização de professores, pois em alguns municípios observa-se a média de menos de 2 turmas por professor.

O ensino profissional ministrado pelo SENAI no Centro de Formação Profissional de Campos apresentava, em 1977, 1.132 alunos, indicando um crescimento de 7% em relação ao ano anterior.

O SENAC, oferecendo cursos nas áreas de escritório, de vendas, de comunicação, de higiene e beleza, de hotelaria, de administração e gerência e de saúde, contava com 2.641 alunos em 1977. Os cursos na área de escritório concentravam 41,42% do total da matrícula, com 1.094 alunos.

A evasão, nestes cursos, foi de cerca de 17%, significando uma perda de 447 alunos.

Educação especial

A educação especial, em 1977, era oferecida a 806 alunos em 41 estabelecimentos das redes estadual e particular.

Os 38 estabelecimentos da rede estadual apresentavam diferentes modalidades de atendimento, sendo a de maior frequência a de classes especiais anexas às classes comuns. No Município de Campos foi detectado o trabalho em classes comuns, em dois casos com consultores, e através de atendimento itinerante. No mesmo município era desenvolvido, em convênio com o CENESP, um projeto piloto de utilização de sala de recursos.

A rede particular atendia em 3 escolas especializadas a estudantes dos municípios de Campos (2 instituições, 268 alunos), e de Itaperuna (83 matrículas).

Campos se constituía, assim, no município que, fora da Região Metropolitana, possuía o maior número de instituições de atendimento ao aluno especial, além de apresentar o segundo maior contingente de alunos, com 597 atendidos.

2 — POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.1 — Diretrizes

O Estado do Rio de Janeiro define as seguintes diretrizes que, coerentes com a orientação emanada do Governo Federal pautarão a ação governamental no setor de Educação e Cultura:

- conduzir a ação educacional e cultural no sentido de crescente comprometimento com a melhoria da qualidade de vida do homem;
- conduzir os problemas da Educação e da Cultura de maneira integrada, em processo eminentemente participativo das forças das comunidades, onde a escola será pólo privilegiado de integração, favorecendo o crescimento da cultura de que é parte;
- conduzir a ação educativa, em todos os seus graus e modalidades, dentro de uma perspectiva de educação permanente e de forma que a agência educativa assuma sua função liberadora a partir da formação da consciência crítica do educando;
- conduzir a ação educacional e cultural de forma a apoiar e estimular a manifestação espontânea de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural.

2.2 — Estratégias

A estratégia que viabiliza os objetivos do setor define-se a partir das interações de cinco linhas de ação: planejamento articulado, descentralização, maximização da utilização de recursos, suprimento e integração escola-comunidade.

O caráter dinâmico atribuído ao planejamento como elemento fundamental e processo constante de melhoria da qualidade de atuação do Estado no setor eleva-o à categoria de ação estratégica que se desdobra nos vários níveis de decisão. Inclui-se aí a constante presença da supervisão enquanto ação articuladora dos diferentes níveis a assegurar o necessário fluxo de informações que orienta e reorienta o processo decisório.

A descentralização das ações educacionais e culturais é a principal ação estratégica da qual se valerá a Secretaria para corrigir os descompassos existentes entre a atuação governamental e as reais necessidades das regiões, dos municípios, das escolas, das diferentes comunidades. É por acreditar de forma inquestionável que cabe ao Poder Público fornecer aos indivíduos os meios que lhes assegurem traçar seus próprios caminhos que a atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura se fará através dos Centros de Educação e Cultura, dos Núcleos e das escolas e instituições culturais locais. A municipalização do ensino de 1.º grau tornará as Prefeituras importantes elos nesta cadeia de ação descentralizadora.

O aproveitamento máximo dos recursos humanos, físicos e financeiros é fundamental para compatibilizar as disponibilidades sempre insuficientes com as necessidades crescentes do setor. Assim, o Estado investirá maciçamente no aperfeiçoamento de seus recursos humanos capacitando-os a melhor atuação nos diferentes níveis, com especial ênfase no magistério. Destaca-se também a necessária reorganização de procedimentos que o agilizem. A otimização dos recursos físicos e financeiros permeabilizará os diferentes níveis do planejamento setorial, desde a Subsecretaria até a agência educativo-cultural local, racionalizando sua utilização em função das prioridades detectadas.

A igualdade de oportunidades oferecidas aos indivíduos pressupõe a ação de suprimimento que minimize as carências de que são portadores. Destacam-se aqui as insuficiências nutricionais, a pobreza de estímulos, a escassez de recursos materiais e a precariedade de saneamento básico que caracterizam a situação das crianças procedentes de meios desfavorecidos. Evidentemente não poderá a escola assumir sozinha a solução desses problemas. Mas cabe ao poder público, articulando ações intersetoriais das diferentes esferas administrativas, utilizar a escola como pólo comunitário e nela centrar grande parte de sua ação de suprimimento.

A diretriz de integração educação-cultura encontra na integração escola-comunidade sua principal ação estratégica. Para tanto será necessário redefinir o conceito de escola como uma instituição social aberta à comunidade, não apenas de dentro para fora, modificando atitudes há muito arraigadas nos educadores, como também de fora para dentro, fazendo com que a comunidade reconheça e reivindique a escola como instituição sua. Somente com essa consciência cooperativa poderá se viabilizar o empreendimento educativo-cultural que tem no homem seu constante ponto de chegada e de partida.

3 — PROGRAMAS

3.1 — Programa de Ampliação e Melhoria do Atendimento ao Pré-Escolar

Política

A dimensão social que o atendimento em larga escala da população pré-escolar assume em um país subdesenvolvido só pode começar a ser compreendida na medida em que nos debruçamos sobre o problema da marginalização em que vivem cerca de vinte milhões de crianças nessa faixa etária.

Se nos países desenvolvidos a educação vem sendo ampliada nessa etapa tão comprovadamente decisiva para a formação do indivíduo, em um país como o nosso o atendimento se reveste do cunho de estratégia básica para a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida das populações através do investimento no homem que se faz.

A partir dos sete anos de idade todo brasileiro tem sua educação assegurada — legalmente, conquanto ainda não de fato — até que complete catorze anos. Garante-lhe isso a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O comportamento do sistema educacional, entretanto, revela-se altamente seletivo e pouco produtivo, como demonstram os dados estatísticos, principalmente aqueles referentes à evasão e à repetência. Destaca-se, então, o absurdo que consiste em oferecer, no 1.º grau, oportunidades iguais a crianças desigualmente favorecidas pelo meio sócio-econômico-cultural em que vivem.

As múltiplas relações existentes entre subnutrição, doenças, condições precárias de higiene, pobreza de estímulo e marginalização cultural na fase pré-escolar e a formação física, intelectual e sócio-afetiva do indivíduo, já são do conhecimento de todos. Este conhecimento, entretanto, não vem tendo conseqüências práticas à altura da sua relevância. Evidência inequívoca no Estado do Rio de Janeiro é oferecida pelos dados estatísticos: é de 74,53% o déficit de atendimento na faixa dos 4 aos 6 anos de idade. Das crianças que frequentam pré-escolar, mais da metade (54,07%) está matriculada em estabelecimentos particulares, fato que revela a deficiência de atendimento à população pobre, evidentemente mais sujeita a carências irreversíveis.

Define-se, pois, o Governo do Estado do Rio de Janeiro por uma política educacional que valoriza de fato a educação pré-escolar, com prioridade para as populações pobres das periferias urbanas, em perspectiva de atendimento em massa sem se descuidar da qualidade do trabalho, que terá como vetores nutrição, saúde e educação.

Para tanto, será imprescindível a conjugação de esforços dos diversos setores e esferas governamentais, assim como o envolvimento das comunidades locais.

Com a participação da família no atendimento ao pré-escolar, estará a SEEC dando continuidade e ampliando experiências bem sucedidas de atendimento não convencional a esta faixa etária. São dois os objetivos que se complementam nesta modalidade de atendimento: a obtenção de recursos humanos para ampliação do trabalho, de outra forma inviável em grande escala, e a mobilização de pais que numa ótica de educação permanente e através de "treinamento em serviço", melhor se preparam para sua vida familiar.

3.1.1 — Subprograma de Ampliação do Atendimento ao Pré-Escolar

Justificativa

O propósito de ampliar o atendimento ao pré-escolar esbarra em dois obstáculos: o grande número de crianças por atender e os poucos recursos de que se dispõe para aumentar a oferta de vagas. Tais fatos levam a SEEC a buscar novas maneiras de atendimento a essas crianças com vistas a contribuir para a solução do problema. Como linha básica de atendimento optou-se pelo Programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar (PAEPE).

A utilização de alternativas não convencionais de atendimento apresenta várias vantagens, além da economia que se consegue ao maximizar esforços e potencialidades. A participação da família e da comunidade valoriza a possibilidade de interação com a escola, ampliando a atuação desta ao mesmo tempo que valoriza a cultura local.

Desta forma atua-se duplamente para a melhoria do atendimento ao pré-escolar: de maneira direta, pelos programas de educação, saúde e nutrição desenvolvidos na escola e, de maneira indireta, oferecendo aos pais oportunidade de aprimorar seu relacionamento com a criança, seus hábitos de higiene, nutrição e saúde! Ampliam-se, assim, os benefícios da educação às crianças que ainda não freqüentam escolas e cujos pais participam do programa com os filhos já na faixa dos 4 aos 6 anos.

Ainda uma outra justificativa do subprograma emerge da necessidade de melhoria qualitativa do atendimento ao pré-escolar. A localização física e administrativa da maioria das classes pré-escolares junto a escolas de 1.º grau vem originando distorções que resultam numa antecipação mal feita do processo de escolarização da criança, como que por mimetismo pedagógico do ensino regular. Pré-escolar não é nível de ensino: é modalidade de educação que requer metodologia específica e soluções outras que não a sala de **aula** comum onde a criança permanece sentada a maior parte do tempo, desenvolvendo atividades uniformes.

Dentre as múltiplas possibilidades oferecidas pelo atendimento não convencional, destaca-se a quebra desta má tradição que já se instala e a abertura para um trabalho realmente integrado à cultura local, valorizando-a e dela se beneficiando, pela riqueza, multiplicidade e dinamismo que somente a manifestação cultural viva pode oferecer à escola.

Junto ao atendimento não convencional dar-se-á continuidade ao desenvolvimento da educação pré-escolar nos jardins de infância da rede. Para esta modalidade de atendimento estão previstas a manutenção e otimização da capacidade da rede física, bem como de seu equipamento.

Descrição

O atendimento não convencional ao pré-escolar visará prioritariamente à população dos "cinturões de pobreza" característicos das periferias urbanas. A criação de 100.000 novas vagas para crianças de 4 a 6 anos de idade se fará através de núcleos, localizados em amplas áreas cobertas de escolas de 1.º grau, cuja infra-estrutura servirá para minimizar os custos do projeto.

Em cada núcleo, serão atendidas, em média, 120 crianças, em turnos de três horas e meia. Uma professora especialmente preparada contará com a participação voluntária de dez monitores — mães, pais ou outras pessoas das famílias — que atuarão em sistema de rodízio, previamente estabelecido, quando do treinamento desses monitores. Serão oferecidas duas refeições às crianças, no início e no término das atividades diárias.

A simplicidade de que se revestem as ações desenvolvidas requer alto grau de entrosagem dos responsáveis pela nutrição, educação e saúde, destacando-se aí a assistência técnica permanente aos núcleos do PAEPE.

Referência especial deve ser feita à implantação da Orientação Educacional, cuja ação sistemática junto aos pais e professores se refletirá positivamente no desenvolvimento das crianças do PAEPE.

O subprograma envolverá a construção de galpões destinados à educação pré-escolar, a ampliação e restauração de unidades já existentes, além da montagem de novos espaços que permitam aumentar a oferta.

Neste trabalho, a SEEC se articula com o Ministério do Interior (Fundação Projeto Rondon), o Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Estado de Saúde, a Legião Brasileira de Assistência, as Prefeituras e comunidades locais.

As características inovadoras deste subprograma requerem seja ele apoiado e reorientado por estudos e pesquisas, para o que contará com a participação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para o quadriênio, em termos quantitativos, pretende-se criar 100.000 novas matrículas para crianças de 4 a 6 anos na Região Metropolitana.

3.1.2 — Subprograma de Currículos para a Educação Pré-Escolar

Justificativa

A reformulação de currículos é ponto de partida para a melhoria da qualidade de qualquer nível e modalidade de ensino. No caso de educação pré-escolar, que se propõe agora com um enfoque inovador através de trabalho integrado à comunidade, destaca-se a importância de repensar os próprios objetivos a serem atingidos, assim como desenvolver abordagem metodológica adequada à nova proposta.

Desta forma, como elemento indispensável ao planejamento em nível de escola, surge a necessidade de elaboração de proposta curricular, que orientará também o treinamento de recursos humanos e a assistência técnica à educação pré-escolar.

Adotar-se-á nos currículos do pré-escolar uma linha metodológica de trabalho cujos pressupostos teóricos orientem toda a estimulação indispensável ao pleno desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança. Propiciando adequadas situações de socialização, de comunicação psicológica e de aprendizagem cognitiva, tais currículos oferecem condições para que se minimizem as desvantagens com que os menores desfavorecidos usufruem as oportunidades educacionais.

Importa favorecer os recursos de ação da criança, o que se faz, na etapa dos 4 aos 6 anos, pela ativação dos instrumentais básicos ao processo de desenvolvimento, entre os quais se incluem a ampliação do domínio da linguagem e as primeiras coordenações mentais.

Apoiando-se no desempenho do professor, a aplicação dessa metodologia se viabiliza por uma contínua dinâmica entre a observação da prática e a elaboração de instrumental de apoio. A escassez de fontes de consulta que orientem a ação educativa sob o referencial teórico adotado, justifica, em parte, o subprograma que deverá realimentar o processo educacional do pré-escolar.

Descrição

O subprograma será desenvolvido por projetos e/ou atividades que visem ao acompanhamento e à orientação dos currículos do pré-escolar.

O acompanhamento das unidades de ensino será feito, basicamente, pela equipe de assistência técnica do pré-escolar e pelos agentes implementadores de currículos que mantêm encontros periódicos com o Laboratório de Currículos. A elaboração de subsídios, por parte desse órgão, publicados sob a forma de Boletins ou outro tipo de documento, atende às necessidades manifestadas pelos docentes ou divulgam estudos específicos da área. O subprograma compõe-se ainda de cursos de atualização, sob a responsabilidade conjunta do CDRH e dos demais órgãos envolvidos.

3.2 — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

Política

O comportamento do sistema de ensino deixa patente que seus objetivos vêm sendo atingidos com grandes limitações e que a educação, entendida como instrumento de intervenção social, ainda não está contribuindo de modo mais efetivo, no espaço de suas possibilidades, para a melhoria do homem e da sociedade.

Permanece incisiva a tendência que tem a montagem educacional para reforçar as desigualdades; os fatos, mesmo quando proclamados a necessidade de oportunidades iguais e o direito a elas, vêm tradicionalmente gerando estatísticas que terminam por afirmar uma realidade diferente e menor.

Se utilizarmos o Artigo 1.º da Lei 5.692/71 como base de argumentação — e isto porque ele é a expressão verbal de uma posição política com claro apoio no anseio social — verificaremos que o objetivo geral que ele define para o ensino de 1.º e 2.º graus não vem contando no sistema com as estratégias mais adequadas para a auto-realização dos indivíduos, sua qualificação para o trabalho e instrumentação para o exercício consciente da cidadania. É certo que semelhante disfunção básica não é traço distintivo do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro. O que não pode, entretanto, absolver ou tranquilizar.

Um contingente expressivo de indivíduos na faixa etária da obrigatoriedade escolar está desassistido, o que desde logo afasta, quanto a ele, as decorrências positivas da educação e da cultura e contribui para ampliar o número dos que se encontram à margem dos seus bens.

Constatada a distância existente em relação à almejada universalização do ensino fundamental — teoricamente a universalização da própria oportunidade — acrescentem-se observações essenciais sobre o atendimento àqueles que ingressam no sistema:

— um ensino de 1.º grau deficiente e altamente seletivo, marcado por índices de repetência que se colocam entre os fatores de uma acentuada evasão. Este ensino de 1.º grau, que não consegue conservar até o fim a maior parte dos que nele se iniciam, vem assistindo a essa terminalidade antecipada sem considerá-la como dado de importância a ser levado em conta, em termos de soluções curriculares que conduzem à qualificação para o trabalho;

— um ensino de 2.º grau a que tem acesso apenas uma minoria dos que entram na escola e que paradoxalmente se constitui no nível de eleição para o ensino profissional. Por isso mesmo, sua clientela, resíduo que é de uma seleção sócio-econômica, tem freqüentemente aspirações profissionais lançadas para além do nível médio, o que sugere a conveniência de outras alternativas de cursos que possam, juntamente com as existentes, atender a todas as diferentes necessidades e expectativas educacionais manifestadas em relação a este grau de ensino;

— um ensino supletivo que se amplia desarmoniosamente privilegia a função de Suplência, tornada o terreno de graves distorções, e se retrai na qualificação para o trabalho, primeira oportunidade essencial àqueles que não tiveram escolas no momento mais próprio de suas vidas;

— uma discutível igualdade de oportunidades educacionais, posto que é desigual oferecer-se o mesmo a indivíduos portadores de tantas e tão diferentes desigualdades, decorrentes das múltiplas faces da carência e da limitação.

Uma variante desta real desigualdade de oportunidades está no exíguo atendimento dispensado àqueles que, em diferentes circunstâncias, necessitam do que cabe sob a rubrica de "educação especial".

Assim, a política geradora do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino será essencialmente o compromisso de ampliar ao máximo o atendimento escolar, repensá-lo e aperfeiçoá-lo, para que se converta, para todos e para cada um, em efetiva oportunidade daquela "formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".

Como áreas prioritárias para esse esforço definem-se as periferias urbanas e o meio rural. Nas primeiras, onde as desigualdades sociais se apresentam mais acentuadas, projetos específicos promoverão a elevação do nível educacional com a preparação para o desempenho de ocupações identificadas no sistema de emprego; no meio rural, o atendimento às populações deverá encontrar soluções adequadas que contribuam, através de um ensino que contemple as ocupações típicas, para a fixação do homem ao meio e sua ação eficaz sobre esse meio.

3.2.1 — Subprograma de Ensino de 1.º Grau

Justificativa

O ensino de 1.º grau corresponde à educação fundamental, vista como necessária a todos os cidadãos. Atende, pois, aos indivíduos, pela idade, situados na faixa de escolaridade obrigatória, do que resulta a prioridade que lhe deve ser atribuída.

A universalização do ensino de 1.º grau não foi ainda conseguida. Por outro lado, o comportamento do sistema evidenciado pelas estatísticas denuncia-o como pouco produtivo e altamente seletivo. Expandir o 1.º grau e, ao mesmo tempo, melhorar a sua qualidade são deveres dos administradores que sejam fiéis aos princípios democráticos e aos próprios direitos humanos.

É certo que, no momento em que um estudante ingressa no ensino de 1.º grau, já apresenta, muitas vezes, limitações tornadas irreversíveis, geradas pelas múltiplas carências que lhes impõe um meio sócio-econômico-cultural deficiente. O resultado disto é a dificuldade enfrentada por alunos que, em condições desiguais, são de fato rejeitados pelo ensino de 1.º grau através de uma seleção que é, bem à tona, de natureza social.

Para reduzir este problema, impõe-se a expansão do atendimento ao pré-escolar como condição de reduzir as desigualdades perante a escola.

Estas considerações servem para sublinhar a estreita relação entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, como um todo, e, particularmente, o Subprograma de Ensino do 1.º Grau, com o Programa de Ampliação do Atendimento ao Pré-Escolar, que, a rigor, se integra no primeiro e cuja apresentação individualizada partiu da ênfase que se lhe quis dar.

Repensada que já foi a conceituação de Humanismo para adequá-la à expectativa que se tem quanto ao homem integral de nosso tempo, a preparação para o trabalho se apresenta como componente indispensável à formação de cada indivíduo.

A própria legislação brasileira reflete esta posição e, no momento em que procura comprometer a escola com o desenvolvimento social, coloca a qualificação para o trabalho como objetivo geral para o ensino de 1.º e 2.º graus.

O fato de existir uma terminalidade em nível de 1.º grau, e ainda freqüentemente real em nível anterior ao de sua conclusão, requer especial atenção para que se assegure, em cada circunstância, a necessária formação integral.

Descrição

O subprograma será realizado através de projetos e atividades que possibilitem ampliar o atendimento à clientela de 1.º grau, desenvolvendo-se integradamente com outros que também visam à melhoria do ensino.

Impõe-se como prioritário o atendimento à população da Região Metropolitana e, como forma de atuação o desenvolvimento de projetos que integrem, no mais alto grau possível, escola, família e comunidade e enfatizem os aspectos de assistência à nutrição e à saúde do escolar.

A ampliação do atendimento à clientela de 1.º grau será realizada não só através do aumento do número de vagas nas escolas da rede oficial como pelo aproveitamento das vagas ociosas da rede particular (ver Programa de Assistência ao Educando). A construção de novas unidades escolares se restringirá às áreas de absoluta carência.

A pré-matrícula continuará a ser utilizada como instrumento aplicável na fase de distribuição das vagas.

O equipamento de unidades escolares atenderá tanto às necessidades determinadas pela expansão da rede, quanto às de melhoria dos aspectos pedagógicos, dando-se ênfase ao material necessário às salas de Formação Especial e à dinamização de bibliotecas escolares.

Tratamento especial será dedicado às séries iniciais do 1.º grau, com vistas a diminuir a retenção que nelas se verifica e aos adolescentes matriculados no sistema regular que se encontram fora da faixa de obrigatoriedade escolar.

Destaque significativo será dado à Orientação Educacional e, em especial, à informação Ocupacional, estudando-se sua ação de modo a atingir o maior número possível de alunos da rede escolar oficial.

A oferta de oportunidade de preparação para o trabalho deverá ser ampliada através da melhoria do ensino na área da Formação Especial, e a terminalidade antecipada nas zonas rurais será contemplada também com escolas-fazenda.

Outra linha básica de atuação do Programa de 1.º Grau, a municipalização do ensino, reveste-se de cunho estratégico, uma vez que se propõe a captar necessidades e disponibilidades locais e a distribuir recursos humanos e materiais provenientes das esferas administrativas centrais. Far-se-á na proporção em que os municípios adquiram condições institucionais e técnicas que lhes permitam assumir maiores encargos e executar com eficiência os serviços educacionais. A SEEC repassará aos municípios os recursos e lhes prestará apoio técnico-pedagógico, reservando-se a incumbência de supervisionar a ação municipal.

Atingirá todo o Estado, e a SEEC o desenvolverá em entrosamento com outras entidades afins, o MEC em especial, e em estreita articulação com prefeituras municipais e entidades particulares.

Este subprograma se propõe a:

- ampliar as oportunidades de educação fundamental com vistas ao cumprimento do preceito constitucional de obrigatoriedade escolar;
- promover e fortalecer o envolvimento das famílias e comunidades nos programas sócio-educativo-culturais;
- atender à demanda de escolarização através de construção, equipamento e ampliação de unidades escolares que favoreçam prioritariamente as populações de baixo nível sócio-econômico;
- promover condições para melhor atendimento à população escolarizada através da conservação das unidades da rede escolar estadual;
- promover a gradativa transferência para os municípios da responsabilidade em relação ao ensino de 1.º grau;
- ampliar o número de bibliotecas escolares;
- criar e otimizar centros de arte e criatividade infanto-juvenil;
- oferecer oportunidades de qualificação para o trabalho, em nível de 1.º grau, nas diferentes circunstâncias em que se configure a terminalidade real, especialmente em relação ao meio rural e às comunidades praieiras;
- ampliar a ação da Orientação Educacional;
- criar centros de Informação Ocupacional;
- desenvolver recursos humanos para o melhor desempenho da rede;
- otimizar o aproveitamento dos recursos humanos, físicos e financeiros para o atendimento à clientela;
- adequar progressivamente os currículos, formulando alternativas que atendam às especificidades das diferentes clientelas e, em especial, às das periferias urbanas, do meio rural e das regiões praieiras;
- imprimir ao ensino regular de 1.º grau, nos casos recomendáveis, teores de supletividade que melhor correspondam às necessidades educacionais das clientelas;
- oferecer, sob a forma de intercomplementaridade, adequada preparação para o trabalho, em articulação com órgãos específicos de formação profissional.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio:

- criar 150.000 novas vagas;
- construir e equipar 600 novas salas de aula:
- ampliar 80 escolas;
- implantar bibliotecas escolares em 10 municípios;
- criar e dinamizar 10 centros de arte infanto-juvenil;
- oferecer semiquificação profissional a 20.000 alunos de 1.º grau;
- elaborar e divulgar 40 documentos de apoio à implementação de currículos.

3.2.2 — Subprograma de Ensino de 2.º Grau

Justificativa

O ensino de 2.º grau vem-se constituindo como um grande problema no sistema de ensino, dividido que está entre suas próprias funções, a terminal e a propedêutica, que ainda não conseguiu harmonizar satisfatoriamente.

É certo que sua função terminal tem uma significativa importância para o sistema social e deve ser estimulada ao máximo, especialmente porque a ampliação do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a determinar forte pressão sobre este grau de ensino, impondo-lhe expansão.

Sua função propedêutica tem prevalecido, entretanto, sobre o seu sentido terminal, o que se explica pelo fato de um ponderável estrato de sua clientela, resíduo de um contínuo processo de seleção que ainda é ostensivamente de ordem sócio-econômica, ter suas aspirações profissionais lançadas para além do ensino médio. De resto, a formação propiciada pelo 2.º grau vem apresentando sensível decréscimo de qualidade.

O sistema defronta-se, pois, com duas necessidades: o de expansão quantitativa para atender à demanda do 2.º grau e a de melhoria de sua qualidade, para diminuir o desequilíbrio entre o produto da educação e a expectativa social em relação a ele.

A racionalização da oferta de cursos de 2.º grau, a otimização da utilização dos recursos humanos e materiais postos a seu serviço, o aperfeiçoamento progressivo dos currículos utilizados, o encontro de novas alternativas de cursos que atendam de modo mais amplo às diferentes expectativas educacionais manifestadas em relação a esse nível de ensino são algumas das providências necessárias para uma ação mais efetiva. A estas providências se congregará a ação da Orientação Educacional, com ênfase na Orientação Vocacional e na Informação Profissional.

A crescente demanda de pessoal de nível médio altamente qualificado para ocupar postos de trabalho em áreas especializadas recomenda iniciativas que visem ao oferecimento de cursos pós-técnicos. Tais cursos serão realizados em convênio, considerando que o pessoal a ser preparado deverá apresentar perfil ocupacional estabelecido pela empresa que dele careça. A iniciativa, ao atender exigências do mercado de trabalho, propiciará o encaminhamento profissional de muitos jovens cujo destino, após a conclusão do 2.º grau, não foi a universidade.

Outro aspecto assume, no contexto do 2.º grau, uma extrema importância na perspectiva do comportamento do sistema, por corresponder a uma variável cujo controle se faz indispensável à formação de professores para as séries iniciais do ensino de 1.º grau. É imperiosa a revisão que revitalize seus cursos, desgastados pela falta de um questionamento mais profundo de seu desempenho ao longo dos anos e inadequados ainda mais em face de um novo perfil de sua clientela, que se vai delineando.

É ainda o 2.º grau o nível de ensino que deve produzir, em caráter emergencial, os professores de que carece o sistema, em algumas regiões, para o magistério de 1.º grau, em séries subseqüentes à quarta. A ampliação da oferta de cursos de Estudos Adicionais pelo Estado mostra-se ainda como uma necessidade.

Descrição

As ações derivadas deste subprograma terão como princípio orientador o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, o que supõe também o estabelecimento de reais interfaces com órgãos e instituições, bem como mecanismos eficazes da articulação entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho.

A racionalização pretendida envolverá, conforme o caso, a ampliação e restauração de unidades escolares, construção e equipamento de salas-ambiente, soluções de intercomplementaridade, utilização da capacidade ociosa da rede particular ou, como última hipótese, construção de novas unidades.

Ao aproveitamento máximo de todos os recursos existentes estará associado o empenho no sentido de uma substancial melhoria qualitativa do ensino.

O subprograma abrangerá todo o Estado e para a sua execução a SEEC contará com a participação do Ministério da Educação e Cultura, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e de outras entidades que atuam na área, incluindo-se os estabelecimentos particulares de ensino de 2.º grau.

O subprograma propõe-se a:

- otimizar o aproveitamento de recursos humanos, físicos e financeiros para atendimento à clientela;
- racionalizar a oferta de cursos profissionais, estimular essa oferta e criar condições para o aperfeiçoamento de seu produto;
- implementar as atividades de Orientação Vocacional e de Informação Profissional;
- atualizar os currículos;
- encontrar alternativas de cursos que se acrescentem às existentes para atender mais amplamente às diferentes expectativas e necessidades educacionais da clientela;
- promover integração entre escola e empresa, criando mecanismo, para tanto, eficazes;
- revitalizar os cursos de formação de professores em nível de 2.º grau e ampliar a sua oferta pelo poder público;
- ampliar e diversificar a oferta de cursos de Estudos Adicionais;
- habilitar, através de estudos que se adicionem ao 2.º grau, pessoal altamente capacitado para o desempenho de funções técnicas de nível médio definidas como prioritárias no mercado de trabalho.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio:

- ampliação e restauração de 24 unidades da rede;
- crescimento de matrícula em dez por cento;
- equipamento de 24 salas-ambiente para Habilitações Técnicas;
- construção de 4 escolas-fazenda;
- formação de 5.000 docentes em nível de Estudos Adicionais, em 19 municípios.

3.2.3 — Subprograma de Ensino Supletivo

Justificativa

Não terá sido sem fortes razões que a Lei n.º 5.692/71 dedicou inteiramente um de seus capítulos ao ensino supletivo. Esse fato é bem o indicador da ênfase que merecem as possibilidades que ele enseja na realidade do nosso país, tanto na perspectiva de uma necessária igualdade de oportunidades para todos e de desenvolvimento, pelos quais respondem mais diretamente as funções de Suplência e de qualificação, quanto pela conveniência de educação permanente, viabilizada mais especificamente pela função definida como de suprimento.

A análise do desempenho do sistema educacional desnuda a existência de grandes contingentes de adolescentes e adultos que não tiveram, ou não concluíram, na idade própria, a escola regular e que se encontram à margem dos bens da educação e da cultura. Entre os bens da educação que lhe foram negados alinha-se uma preparação para o trabalho, ou seja, a garantia de uma vida produtiva e condigna.

Em relação àqueles que tiveram escolaridade e preparação para o trabalho, em diferentes níveis, é ainda o ensino supletivo o filão a ser explorado no sentido do aperfeiçoamento e da atualização constantes. Nesses casos, o suprimento se reveste do sentido de estratégia para a contínua promoção do indivíduo e da sociedade.

Na função de Suplência, especialmente em nível de 1.º grau, cursos e exames têm sido freqüentemente apontados como soluções transitórias. Se teoricamente o são, e desejavelmente também, na medida em que a universalização do ensino de 1.º grau se tornasse uma rea-

lidade, não nos é lícito insistir na afirmativa de uma transitoriedade que as estatísticas não confirmam esteja por terminar.

No Estado do Rio de Janeiro, além do mais, as correntes migratórias atraídas pela presença da megalópole, ampliam continuamente a necessidade de educar os que vão chegando — e são brasileiros, como brasileiros são os fluminenses.

Há que haver, para enfrentar este problema de educação de massas, soluções para educação maciça. Nesse sentido, a utilização de recursos menos convencionais, o emprego dos grandes veículos de comunicação e de novas tecnologias aplicáveis à educação devem ser exploradas em esquemas que se associem. E nesse sentido, as possibilidades de ensino à distância assumem especial importância, até mesmo na formação dos próprios recursos humanos para a Educação.

Na realidade, o ensino supletivo tem sido objeto de muitas distorções, que deixam patente o insuficiente compromisso que tem havido entre ele e as prioridades educacionais identificadas no corpo social. Assim é que tem sido privilegiada a função de Suplência, embora empobrecida dentro de fórmulas convencionais que, de algum modo, caricaturam o ensino regular, enquanto a qualificação para o trabalho não tem recebido o necessário estímulo.

A propósito já se manifestou assim o Conselho Estadual de Educação:

"O ensino supletivo, tão aviltado, clama por redenção, e já é hora de muitos administradores escolares perceberem, quando tenham sensibilidade para tanto, que a clientela natural do supletivo, normalmente já discriminada pela vida, merece dos verdadeiros educadores o atendimento compensatório a que humanamente tem direito. E este direito é tão evidente e tão reconhecido, que a ele corresponde a própria concepção de vias educacionais supletivas."

Há, pois, uma série de tendências a serem revertidas através do tratamento dispensado pela administração do sistema ao ensino supletivo. Este subprograma tem o compromisso de iniciar esse processo.

Descrição

O Subprograma se propõe a:

- proporcionar oportunidade de educação a adolescentes e adultos que não a tiveram, ou não a tiveram suficiente, na idade própria;
- suprir a escolarização regular através de cursos que utilizem metodologias e tecnologias especiais;
- reconhecer, mediante exames de educação geral em níveis de 1.º e 2.º graus, conhecimentos adquiridos fora do ensino regular;
- propiciar habilitação profissional através de cursos ou exames;
- proporcionar qualificação profissional para integrar na força de trabalho aqueles que recebam ensino de Suplência em nível de 1.º grau;
- implantar a Orientação Educacional no ensino supletivo;
- ativar mecanismos de Informação Profissional;
- oferecer oportunidade de qualificação profissional aos estudantes do 1.º grau regular que, pelas suas condições de idade e de meio, necessitem ser logo integrados na força de trabalho;
- viabilizar a utilização de novas metodologias e, em especial, dos meios de comunicação de massa, em cursos de Suplência;
- estimular a função supletiva de suprimento, tanto no que diz respeito à Educação Geral, quanto à melhoria de desempenho profissional, pelo oferecimento de cursos que utilizem novas metodologias e meios de comunicação de massa;
- contribuir, através de projetos educacionais específicos, para a melhoria das condições de vida das populações das periferias urbanas e do meio rural;
- estudar em profundidade a situação dos cursos de Suplência, com vistas à revisão das normas que os regem no sistema.

O subprograma será operacionalizado através de projetos e atividades que levem em conta as peculiaridades dos diferentes grupos de clientela, organizando-se, em cada caso, de forma a atender a seus numerosos problemas, carências, aspirações, aptidões e necessidades e terá apoio, também, em iniciativas que visem a informar sobre o mundo do trabalho e as diferentes oportunidades que ele pode oferecer.

Nesta linha de ação, o ensino supletivo será desenvolvido através de sistemas direto, indireto e semi-indireto. Para isso, serão implementados cursos em unidades de ensino supletivo e utilizados módulos de ensino e estratégias de ensino por correspondência e programas via rádio e TV, com recepção livre ou através da instalação da rede de recepção organizada.

Por outro lado, projetos e atividades na área de Currículos e utilizando Tecnologias Educacionais serão desenvolvidos com vistas a atender à clientela do ensino supletivo, em integração com o Subprograma de Administração do Sistema Educativo-Cultural.

Com vistas a diversificar o elenco de oportunidades de preparação para o trabalho e considerando a carência de pessoal qualificado para ocupação do meio rural, prevê-se a implantação de escolas-fazenda para atender à terminalidade antecipada em nível de 1.º grau.

A intercomplementaridade, por sua vez, será incentivada, visando a ampliar as oportunidades de qualificação profissional.

Prevêem-se, ainda, para a operacionalização do subprograma, projetos e atividades com vistas a desenvolver recursos humanos para o próprio ensino supletivo.

O subprograma terá influência em todo o Estado, com prioridade para as periferias urbanas e o meio rural.

A SEEC o desenvolverá com a cooperação do Ministério da Educação e Cultura, através de convênios específicos, e contará ainda com o apoio de vários outros órgãos, como as Secretarias de Estado de Agricultura e Abastecimento; de Indústria, Comércio e Turismo e de Saúde; de órgãos vinculados ao Ministério do Trabalho: SENAC, SENAI, SENAR e PIPMO, e de outras instituições públicas ou particulares com atuação na área.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio:

- atender, na função de Suplência, a uma clientela de 240.000 estudantes, através da implementação de Cursos de Educação Geral, em nível de 1.º grau;
- oferecer atendimento personalizado a uma clientela de 6.000 estudantes, através da implementação de 6 Centros de Estudos Supletivos;
- atender a cerca de 168.000 estudantes nas diversas áreas ocupacionais dos diferentes setores econômicos, através da implementação de cursos com utilização de metodologias especiais;
- realizar exames supletivos de 1.º e 2.º graus, atendendo a cerca de 100.000 candidatos;
- realizar exames de habilitação para o exercício profissional, para atender a 4.000 candidatos.

3.2.4 — Subprograma de Educação Especial

Justificativa

Justifica a realização deste subprograma o direito do aluno à igualdade de oportunidades de educação, princípio geral da política educacional do país. Consideradas as características da clientela de educação especial, impõe-se, no cumprimento desse princípio, sejam criadas condições especiais que atendam às necessidades específicas daquele grupo, desigualmente favorecido por condições físicas, sensoriais, mentais ou de conduta.

A análise dos indicadores educacionais relativos à educação especial destaca as acen tuadas carências de atendimento a esta área, cuja demanda crescente não vem encontrando, no sistema, a necessária ampliação da oferta, quer quantitativa, quer qualitativamente.

Evidencia-se, pois, a necessidade de investimento na área, que se tornará produtivo e econômico na medida em que possibilitar maior adaptação pessoal e social aos que dela necessitam, tornando-os indivíduos úteis à coletividade.

Descrição

Propõe-se, como decisão política do Estado, orientar a ação no sentido de integrar o aluno excepcional à comunidade em que vive, atendendo-o, sempre que possível, em estabelecimentos educacionais de ensino regular, onde a convivência com grupos abertos e hetero-

gêneos prepara-o, assim como ao grupo, para um relacionamento natural e harmonioso. Nessa perspectiva, valorizar-se-á o atendimento em classes especiais anexas às classes comuns e em classes comuns com apoio específico. Da mesma forma, as oficinas pedagógicas para a educação especial abrir-se-ão para a comunidade como um todo, favorecendo o processo educativo numa perspectiva integrada.

Para tanto, faz-se necessário investir no desenvolvimento de recursos humanos para a educação especial, formulação de currículos adequados, construção e equipamento de salas especiais que possibilitem a ampliação e melhor atendimento em todos os níveis de escolaridade e também através de soluções de natureza supletiva. Dar-se-á ênfase à preparação para o trabalho, que será feita diretamente ou através de convênio com instituições especializadas. Fundamental, também, para melhoria do atendimento ao aluno especial será aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, triagem, orientação e encaminhamento da clientela através das equipes técnicas regionais.

Dessa forma, as atividades para o quadriênio 80/83 atenderão a educandos deficientes físicos, sensoriais e mentais, no pré-escolar, no 1.º e no 2.º graus. A ação se desenvolverá em três linhas distintas: (1) avaliação, triagem e encaminhamento da clientela de educação especial; (2) atendimento especializado, de acordo com as características individuais; (3) assistência técnico-pedagógica a entidades particulares, através de convênios.

Todos os municípios do Estado serão beneficiados pelo subprograma, que terá ação prioritária na Região Metropolitana. A SEEC se associarão no mesmo esforço do MEC (CENESP), o SENAI, o SENAC, o SESI e a Secretaria de Estado de Saúde, além de outras instituições, públicas e particulares, que tenham condições de participar cooperativamente.

O subprograma se propõe a:

- criar condições de atendimento ao alunado de diferentes categorias e tipos de excepcionalidade;
- proporcionar orientação técnico-pedagógica aos docentes de classes especiais que funcionam em unidades da rede, bem como das instituições especializadas no atendimento a excepcionais;
- desenvolver atividades de conscientização dos professores, da família e da comunidade, visando à integração pessoal-social do excepcional;
- criar condições para o atendimento ao superdotado nas escolas de 1.º grau;
- proporcionar oportunidades de preparação para o trabalho a alunos excepcionais maiores de 14 anos;
- implantar núcleos de atendimento complementar aos superdotados;
- expandir e aperfeiçoar o atendimento nos centros ocupacionais de educação especial;
- realizar pesquisas no campo da educação de excepcionais, com vistas à inovação de técnicas pedagógico-terapêuticas.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio:

- equipar 15 salas para deficientes mentais;
- equipar 3 salas para deficientes visuais;
- equipar 6 salas para deficientes da audição;
- equipar 16 salas para deficientes físicos;
- distribuir 40 bolsas de trabalho para excepcionais;
- desenvolver projeto piloto para atendimento de superdotados em 2 escolas de 1.º grau da rede do Estado;
- oferecer oportunidades de preparação para o trabalho a 300 alunos excepcionais maiores de 14 anos;
- implantar 2 núcleos de atendimento complementar aos superdotados;
- expandir e aperfeiçoar o atendimento em 5 centros ocupacionais de educação especial.

3.3 — Programa de Assistência ao Educando

Política

A educação é um direito de todos e propiciá-la obrigatoriamente dos 7 aos 14 anos cabe ao poder público, nos termos da legislação. Tal escolaridade obrigatória implica a correspondente gratuidade, garantia do atendimento ao princípio democrático de igualdade de oportunidades em face da educação.

A partir desses pressupostos, a educação deve ser garantida também àqueles que, fora da faixa da obrigatoriedade escolar, revelem aptidões para os estudos e demonstrem carência de recursos.

A igualdade de oportunidades não se caracteriza, entretanto, apenas pela oferta de escolas, porque seriam certamente desiguais as oportunidades que o Governo pretendesse propiciar a educandos cujas condições sociais os fizessem diferentemente necessitados, se os contemplassem sem distinções.

A oferta de escola é, sem dúvida, o requisito essencial para o atendimento educativo. Daí a necessidade de concessão de bolsas de estudo que complementem, em termos racionais, as insuficiências eventuais da rede oficial, em todos os níveis de ensino e nas vias alternativas de educação. Mas além disso, faz-se necessário que outras condições sejam promovidas com vistas a propiciar a igualdade de oportunidades, dentro de uma política de educação global. Assim, impõe-se o desenvolvimento de mecanismos nas áreas de saúde escolar e nutrição escolar.

A saúde escolar basicamente viabilizar-se-á através da ação integrada entre a escola e a comunidade em geral, envolvendo principalmente organismos do setor Saúde. A partir dessa ação conjunta pretende-se contribuir para a proteção à saúde com o desenvolvimento de projetos e atividades na área profilática e utilização de serviços terapêuticos da comunidade.

No âmbito da nutrição escolar, projetos e atividades voltar-se-ão para a distribuição de refeições e o desenvolvimento de estratégias com vistas à educação alimentar.

Junto com a atuação nas áreas de saúde escolar e nutrição escolar, pretende-se assegurar transporte gratuito aos carentes, garantindo acesso à escola. Ainda como ação desse programa, será distribuído material escolar, especialmente o livro didático, que se alinha como aspecto essencial a ser suprido pelo poder público com o apoio da comunidade.

Finalmente, destaca-se como linha de ação desse programa a implementação de Associações de Assistência ao Educando que, em nível de escola, serão elementos fundamentais na integração comunitária, proporcionando condições de intercâmbio sócio-cultural entre a escola e a comunidade:

3.3.1 — Subprograma de Saúde Escolar

Justificativa

A criação do subprograma para integrar a programação setorial desta Secretaria procede da própria postura filosófica com que se conduz o processo educativo-cultural do Estado, com ênfase na promoção do ser humano. A escola, pólo privilegiado da comunidade, reveste-se de condições especiais para a atuação educativo-preventiva na área da saúde, atingindo não apenas o aluno que a frequenta, como também sua família, de forma direta ou indireta. A capilaridade do sistema educacional oferece condições a este setor não encontradas em nenhum outro para um efetivo trabalho de base com vistas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Evidencia-se a necessidade de ação planejada e articulada que venha a suprir as grandes lacunas encontradas nesta área e que, por outro lado, assegure economia de esforços no equacionamento, pelos diferentes órgãos envolvidos, da problemática da educação sanitária no Estado e, em especial, da saúde escolar.

Descrição

Os projetos e atividades derivadas desse subprograma terão como princípio a integração escola-comunidade. Essas estratégias, por sua vez, voltar-se-ão para três linhas básicas

de ação. A divulgação de procedimentos fundamentais de proteção à saúde constitui a primeira linha de ação. A segunda se refere à orientação ao escolar para utilização de serviços terapêuticos da comunidade, visando a atender a fatores físicos ou psíquicos que comprometam seu aproveitamento. Como terceira linha de ação, tem-se o desenvolvimento de mecanismos que assegurem participação entrosada dos diferentes órgãos que atuam na área da saúde escolar e na comunidade. Para isso, a SEEC/RJ manterá estreita articulação com a Secretaria de Estado de Saúde, as Secretarias Municipais de Saúde e o INAMPS, dentre outros organismos congêneres.

Todo o Estado constitui área de influência do subprograma. Entretanto, ênfase será dada à Região Metropolitana e ao meio rural através de projetos específicos.

O subprograma se propõe a:

- propiciar a divulgação de procedimentos básicos de proteção à saúde, através de ação integrada entre a escola e a comunidade em geral;
- criar mecanismos que propiciem a utilização de serviços terapêuticos da comunidade, visando ao atendimento a fatores de ordem física ou psíquica que comprometam o aproveitamento escolar;
- acionar mecanismos de proteção à saúde física, mobilizando recursos da comunidade que visem ao atendimento médico e odontológico.

3.3.2 — Subprograma de Nutrição Escolar.

Justificativa

As carências nutricionais de que são portadores grandes contingentes da população escolar do Estado vêm sendo identificadas, há muito, como causa insofismável do mau desempenho daquelas crianças na escola. As altas taxas de reprovação e conseqüente evasão nas séries iniciais do 1.º grau têm sérias relações com a insuficiência nutricional, em alguns casos já irreversível, com que chega à escola um número crescente de crianças.

Se, por um lado, este problema é uma decorrência de fatores sócio-econômicos que requerem soluções mais amplas do que as possíveis no âmbito de Educação e Cultura, por outro lado cabe a este setor, na necessária conjugação de esforços intersetoriais, um relevante papel na solução do problema. Escola é pólo da comunidade e é nela, mais do que em qualquer outra instituição existente, que recai a responsabilidade oriunda do contato direto e diário com a criança.

Através de ação que integre diferentes esferas administrativas, cabe à Secretaria de Estado de Educação e Cultura intensificar o Programa de Nutrição Escolar ampliando e melhorando o atendimento à criança, tornando-o extensivo aos períodos de férias em que, comprovadamente, grande parte da população escolar se ressenete da falta do alimento que recebe na escola.

A par dessa atuação, evidencia-se a necessidade de intensivo trabalho de educação alimentar junto à criança e sua família, com vistas, também, à melhoria das condições de vida das populações, através de hábitos de higiene, difusão de informações necessárias e valorização do aproveitamento dos recursos locais.

Justifica-se, assim, o Subprograma de Nutrição Escolar como componente fundamental do Programa de Assistência ao Educando.

Descrição

Caracteriza este subprograma a interação de duas grandes linhas de ação: distribuição de refeições e educação alimentar. Visa, prioritariamente, às clientela do pré-escolar e de 1.º grau, estendendo-se, entretanto, aos demais níveis e modalidades de ensino.

Dentro de um princípio de descentralização, serão envolvidos não só órgãos regionais e locais do sistema, como também órgãos de outras esferas administrativas nas áreas do bem-estar social, saúde, alimentação e nutrição para evitar dispersão de esforços e de investimento.

Todo o Estado constitui área de influência do subprograma. Para isso a Secretaria de Estado de Educação e Cultura se articulará principalmente com a Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, Ministério da Educação e Cultura e as Prefeituras dos diversos municípios.

Dessa forma o subprograma se propõe a:

- contribuir para melhoria de condições gerais de nutrição do educando, através de assistência alimentar;
- promover condições de educação alimentar, através do desenvolvimento de estratégias que permitam melhorias de comportamento alimentar.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio, distribuir 520.000.000 de refeições escolares, atendendo prioritariamente à clientela do pré-escolar e do ensino de 1.º grau.

3.3.3 — Subprograma de Bolsas de Estudo

Justificativa

Tanto na faixa de obrigatoriedade escolar quanto em outras que a antecedem ou ultrapassam, há um grande contingente de indivíduos cujas oportunidades de educação dependem da iniciativa do Governo, e o mecanismo de bolsas de estudo é uma parte da solução para essas necessidades detectadas.

Ensino gratuito não implica nem deve implicar escola pública. E dentre as várias razões pelas quais deve o Estado ampliar seu investimento em bolsas concedidas em escolas particulares, destacam-se duas, a primeira das quais de natureza político-filosófica e a segunda, de natureza prática.

O ensino particular ocupa espaço inalienável e insubstituível na Educação e na Cultura do nosso país, pois é direito e dever das comunidades assumir sua parcela de responsabilidade pela iniciativa da educação. Escolas de diferentes credos religiosos, de formulações filosóficas distintas, representantes de valores culturais de minorias devem conviver harmoniosamente em um país caracterizado pela pluralidade cultural e que se beneficia de liberdade de expressão. Assim, a diversificação das oportunidades em escolas da rede oficial e em escolas da rede particular se inscreve, numa política setorial, como importante fator de democratização do ensino.

Ainda determinante da política, emerge uma razão de ordem prática, que é a impossibilidade de atendimento, em escolas da rede oficial de todos aqueles a quem deve o Estado prover de ensino. A crescente demanda de escolarização não vem sendo acompanhada de construção de escolas no mesmo ritmo. Acumularam-se, assim, através dos anos, necessidades que podem ser em parte atendidas através de mecanismos de estudo, numa saudável parceria entre Governo e iniciativa privada.

Descrição

O subprograma se desenvolve através da concessão de dois tipos de bolsas: as integrais e as de complementação.

As bolsas integrais destinam-se a alunos da faixa etária de 7 a 14 anos que após pleitearem matrícula em escola de 1.º grau da rede oficial não foram por ela absorvidos. As bolsas de complementação fornecem auxílio a alunos de 1.º e 2.º graus e de ensino supletivo, cobrindo parcialmente o custo dos estudos.

Ainda dentro dessa linha de ação há concessão de bolsas de estudos para a educação especial e para o ensino superior.

Todo o Estado constitui-se em área de influência do Subprograma. Para isso, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura conta com a participação do Governo Federal, através do financiamento do Ministério da Educação e Cultura, com a da rede de ensino particular e com a de diversas outras instituições.

A pré-matrícula, dispositivo de planejamento da distribuição de vagas, é de fundamental relevância no Subprograma de Bolsas de Estudo, permitindo a localização da demanda e a fidelidade às prioridades para concessão do benefício.

Em síntese, o subprograma se propõe a:

- contribuir para a universalização do ensino de 1.º grau;
- contribuir para o aumento da taxa de escolarização nos diferentes graus de ensino;
- promover condições de prosseguimento de estudos a alunos que, embora fora da faixa de obrigatoriedade escolar, não tenham condições financeiras para fazê-lo.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio:

- oferecer 218.890 bolsas de estudo à população na faixa de obrigatoriedade escolar;
- oferecer 218.400 bolsas à população de mais de 14 anos sem recursos financeiros para custeio de seus estudos.

3.3.4 — Subprograma de Transporte para Escolares

Justificativa

É evidência constatada junto às populações escolares mais carentes que o absenteísmo e mesmo a evasão escolar devem-se, em grande parte, à dificuldade que tem o educando para atingir a escola com recursos próprios. A exemplo do que já se realiza em outros locais do País, e no próprio Estado do Rio de Janeiro pela Prefeitura do Município da Capital, vem este subprograma minimizar o problema da má distribuição espacial das escolas na malha urbana, assim como o da dispersão das escolas rurais em vários municípios.

Desta forma, entende o Estado que garantir o acesso de populações carentes à educação é responsabilidade sua também no sentido literal da expressão, pois é esta uma primeira limitação concreta encontrada por muitos dos que não chegam à escola ou que dela se evadem.

Descrição

O subprograma consiste em ação descentralizada junto às escolas, através de suas Associações de Assistência ao Educando, com vistas a estabelecer um esquema que assegure o acesso à escola ao aluno carente de recursos financeiros. Para isso será promovida a utilização de passes de empresas de transportes, através do estabelecimento de convênios para a prestação de serviços.

Todo Estado constitui área de influência do programa, cujo desenvolvimento se tornará possível através da articulação entre a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, a Secretaria de Estado de Transportes e instituições privadas do mesmo setor.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio, distribuir 207.360.000 passes escolares.

3.3.5 — Subprograma do Livro Didático

Justificativa

O acesso ao livro didático e sua eficiente utilização constituem fatores relevantes para a melhoria da qualidade do ensino. Logo, assegurar ao aluno este acesso inscreve-se como ação fundamental do programa de assistência ao educando. Grande parte da população escolar do Estado não possui condições de acesso a meios de comunicação escrita, agravando-se a situação com o fato de poucas escolas disporem de bibliotecas e estas inexistentes mesmo, em seis municípios.

Assim, assume o livro didático um valor ainda maior, posto ser ele, muitas das vezes, a única fonte de leitura para o educando, ultrapassando, obviamente, os limites da escola.

Acresça-se a isso o relevante serviço de apoio técnico aos professores, como parte do programa de treinamento para utilização do livro didático, atingindo escolas que muitas vezes não chegam a ser alcançadas por outros programas de treinamento.

Dessa forma, a aplicação de recursos na aquisição e distribuição de livro didático constitui importante ação do Programa de Assistência ao Educando que, através deste subprograma, contribuirá efetivamente para a melhoria da qualidade de ensino.

Descrição

O subprograma coincide com o desenvolvimento do PLIDEF (Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental) e do PLIDEM (Programa do Livro Didático — Ensino Médio).

Em nível de Estado, a ação se desenvolve através da Comissão Estadual do Livro Didático, que se articula com a FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar) para a seleção e distribuição dos livros e com os Departamentos de Educação e de Cultura na perspectiva do Projeto de Implantação de Bibliotecas Escolares.

O subprograma atende prioritariamente aos alunos carentes de recursos das escolas das redes estadual e municipal.

A adequação do acervo ao contexto escolar e a orientação para sua utilização se viabiliza através de cursos para os elementos envolvidos no subprograma. Nesta mesma linha de ação, o Estado iniciou em 1979 o Projeto de Implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares, objetivando introduzir uma nova concepção da utilização do livro na escola.

O subprograma se propõe a concorrer para a melhoria do ensino através da:

- distribuição de livro didático;
- introdução de uma nova concepção da utilização do livro;
- atualização de docentes e pessoal técnico para a seleção e utilização adequada do livro;
- criação de bancos de livros nas unidades escolares.

Em termos quantitativos, pretende-se no quadriênio distribuir 5.000.000 de livros didáticos a alunos carentes das redes estadual e municipal.

3.3.6 — Subprograma de Associações de Assistência ao Educando

Justificativa

A integração escola-comunidade pressupõe o entendimento da educação como tarefa conjunta da equipe escolar e elementos da comunidade em geral, principalmente pais dos alunos. Dentro dessa perspectiva, a ação escolar não se restringe aos limites edificados da escola. Ao contrário, permeabiliza a vida da comunidade da qual faz parte, contribuindo para eliminar o artificialismo tradicional que dicotomiza, para o aluno, escola e vida.

Como mecanismo indispensável para essa integração destacam-se as Associações de Assistência ao Educando, criadas em nível de escola e congregando, num esforço conjunto, escola e comunidade. Através dessas associações pode a solução de muitos problemas ser encontrada no local mesmo onde se manifestam, tornando, pois, muito mais ágil e participativa a ação da escola.

Dentre essas ações destacam-se as de assistência imediata aos alunos mais carentes, assim como as que visam à melhoria das condições da escola como um todo.

Descrição

O subprograma consiste na criação e coordenação das atividades das Associações de Assistência ao Educando, entidades de caráter jurídico. Destacam-se, como ações básicas dessas associações, assistência aos alunos carentes de recursos financeiros, melhoria do equipamento escolar, manutenção do prédio escolar e contratação de pessoal que lhes preste assistência técnica.

Na execução do subprograma, a cargo da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, destacar-se-á a promoção de estímulos à participação de setores da comunidade, articulados em nível local pela própria escola.

O subprograma se propõe a:

- criar e implementar Associações de Assistência ao Educando com vistas a permitir co-participação escola e comunidade em geral no atendimento escolar;
- possibilitar assistência material aos alunos da Rede Oficial carentes de recursos.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio, fornecer apoio técnico às 580 associações já implantadas e promover a extensão das associações a todas as escolas da rede.

3.4 — Programa de Recursos Humanos para a Educação

Política

Para tornar viável a democratização das oportunidades, o sistema de ensino deve racionalizar suas ações com vistas a obter maior produtividade com menor despesa, o que se efetiva através da relação entre produção e fatores empregados, dentre os quais se destacam os recursos humanos.

No processo educacional, produtividade e recursos humanos estão intimamente associados, relacionamento que se acentua na medida em que aumenta a competência técnica desses recursos. Registre-se que se espera obter da educação uma produtividade máxima, que corresponda às necessidades sociais.

O sistema de ensino, para manter-se a serviço efetivo da sociedade, carece de mecanismos que o informem sobre a dinâmica da vida cultural, social e econômica a fim de não se distanciar da realidade, propósito que se torna viável pela promoção, de forma integrada e sistemática, do desenvolvimento da capacidade e das habilidades dos responsáveis pela execução da política da educação no contexto em que se acha inserido este sistema. A inclusão de um programa de valorização dos recursos humanos no plano da educação e cultura responde, em parte, ao desafio da qualidade da educação.

A reestruturação da carreira do magistério constitui o primeiro momento da efetiva revalorização do professor por propiciar-lhe, a par da atualização de seu salário, retribuição ajustada aos diversos níveis da formação profissional e acessos progressivos, motivando-o para um melhor desempenho profissional.

A procura de um padrão de excelência para o ensino orienta a ação no sentido de um aperfeiçoamento profissional permanente, no qual devem ser considerados a formação em níveis sucessivamente mais elevados, a atualização técnico-pedagógica, a especialização e o treinamento para tarefas específicas.

Procurar-se-á implementar cursos em nível de estudos adicionais para a formação de professores de 1.º grau em áreas específicas: Educação Especial, Pré-Escolar, Classes de Alfabetização, Formação Especial, Educação de Adultos e Educação Artística, para os professores integrantes do quadro do magistério estadual, o que constitui política que visa ao aproveitamento dos próprios recursos humanos da rede em funções especializadas, medida que também propicia a progressão funcional.

Para atender às carências de professores para as disciplinas de formação especial do currículo do ensino de 2.º grau serão promovidos cursos em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ e a Faculdade de Formação de Professores da Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Considerando a relevância da Supervisão Educacional no processo de ensino, que tem como tarefa predominante a promoção de mudanças, assistindo e controlando o desempenho das unidades escolares das redes estadual, municipal e particular, dar-se-á ênfase especial à atualização e ao aperfeiçoamento dessa categoria de técnicos, para o ensino regular e supletivo. Tratamento idêntico será dado à categoria de Orientadores Educacionais, área onde a carência se faz ainda mais acentuada.

A capacitação de professores para a utilização de novas metodologias e tecnologias de ensino fundamenta-se na necessidade de atualização técnico-pedagógica dos docentes, de descentralização dos cursos, de ampliação das metas e na viabilidade de se introduzir inovações no sistema, possibilitando, ainda, maiores oportunidades de atualização de conhecimentos aos profissionais da educação.

A realimentação do sistema nos diferentes níveis de atuação é meta a ser perseguida, através de promoção de atividades de treinamento no posto de trabalho, de capacitação do pessoal de apoio administrativo e técnico-pedagógico, de treinamento de agentes multiplicadores para dinamizar os trabalhos nas regiões mais distantes do Estado e de capacitação de pessoal para participar da elaboração de novos projetos.

A organização, implantação e utilização de uma memória pedagógica na área de recursos humanos possibilitará a realimentação do processo de trabalho e contribuirá para o aumento da produtividade do sistema de ensino.

3.4.1 — Subprograma de Otimização de Desempenho do Pessoal de Magistério

Justificativa

A melhoria do ensino está estreitamente relacionada ao preparo do professor, tanto no que se refere aos conhecimentos relativos a sua especialização, como aos das técnicas a serem utilizadas para motivar e dinamizar o processo ensino-aprendizagem. Assim, mais do que em qualquer outra área de atividade, ao pessoal do magistério devem ficar asseguradas condições para enfrentar os desafios provocados pela dinâmica do processo de criação e renovação do conhecimento.

Entende-se pessoal de magistério todo aquele que atua no sistema educacional, zelando pela consecução de seus objetivos e pelo cumprimento de suas metas. O efetivo desempenho desses elementos é fator considerável para o pleno funcionamento do sistema.

Descrição

A definição dos objetivos que se pretende alcançar foi fundamentada na identificação das necessidades de desenvolvimento dos recursos humanos do sistema e nas reais possibilidades de seu atendimento. Dessa forma, as estratégias a serem adotadas atenderão, em cada caso, às peculiaridades do objetivo que se tem em vista, tanto quanto aos recursos materiais e humanos disponíveis em cada região.

Assim, o subprograma desenvolver-se-á através da realização de projetos e atividades de formação regular ou contínua, utilizando novas metodologias e tecnologias de ensino.

A ação será deflagrada de forma descentralizada, por município, e de acordo com as necessidades detectadas e aspirações apresentadas pelos beneficiários do processo de desenvolvimento de recursos humanos.

São considerados como clientela em potencial os educadores que vivenciam suas experiências e suas funções no sistema oficial de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

O critério de gradualidade no atendimento é básico para segurança dos resultados e eficácia do que se propõe.

O subprograma será desenvolvido pela SEEC em interface com agências executoras e financiadoras de projetos da área em todas as Regiões-Programa.

Em síntese, o subprograma se propõe a:

- promover a reestruturação da carreira do magistério, incluindo reajustamento salarial e acesso progressivo de acordo com o nível de formação profissional;
- promover a formação regular, a nível de Estudos Adicionais, de professores para o ensino de 1.º Grau em áreas específicas: Educação Especial, Pré-Escolar Classes de Alfabetização, Formação Especial, Educação de Adultos e Educação Artística;
- promover a formação regular de professores da parte de formação especial do currículo do Ensino de 2.º Grau-
- promover a formação contínua de pessoal de magistério visando à otimização do seu desempenho.

Em termos quantitativos, pretende-se, no quadriênio, atingir a 100.000 docentes por efeito multiplicador e com a utilização do ensino à distância.

3.4.2 — Subprograma de desenvolvimento do Pessoal Técnico e Administrativo da Educação

Justificativa

O contexto em que a ação educativa se desenvolve exerce influência decisiva no processo de ensino, razão pela qual deve estar em permanente reformulação, para garantia da qualidade do produto do sistema educacional.

As atividades-meio são, nos diferentes níveis de atuação do sistema, fatores básicos e relevantes para a dinâmica dos processos administrativo e técnico-pedagógico. A sua realimentação, a partir da análise do desempenho do pessoal que atua nos níveis central, intermediário e local da administração pública das áreas de Educação e Cultura, representa um esforço para o melhor rendimento e maior eficiência do sistema em questão.

A capacitação desses recursos humanos, com vistas a um melhor desempenho de suas tarefas, é um aspecto indispensável para a otimização dos resultados a que se propõe atingir.

Descrição

Com vistas à realimentação do processo administrativo e técnico-pedagógico do sistema, estão previstos cursos de capacitação para diferentes categorias profissionais, treinamento de equipes, produção de materiais instrucionais e otimização de laboratórios e salas-ambiente.

Dentre os projetos prioritários de formação contínua, incluem-se os de capacitação de secretários de unidades escolares e do seu pessoal de apoio administrativo, bem como de capacitação de dinamizadores para atuarem como elementos das equipes de apoio técnico aos eventos da área de recursos humanos.

O treinamento em serviço, de servidores da equipe central da SEEC, dos Centros e dos Núcleos de Educação e Cultura, quanto a: a) programação, acompanhamento, controle e avaliação de projetos; b) elaboração de Orçamento-programa; c) técnicas gerenciais e processo decisório; d) produção de materiais instrucionais e de apoio técnico, para otimização dos laboratórios e salas-ambiente; e) elaboração de manuais de instrução, será feita com utilização de diferentes metodologias.

A quantificação das metas se processará à medida que sejam detalhados os projetos, garantidos os recursos financeiros, materiais e humanos, indispensáveis a sua plena e efetiva execução. Consideram-se os servidores da SEEC como clientela em potencial.

O critério de gradualidade no atendimento é básico para a segurança dos resultados e eficácia do que se propõe.

O subprograma será desenvolvido pela SEEC em interface com agências executoras de projetos da área, em todas as Regiões-Programa.

Em síntese, o subprograma se propõe a:

- favorecer a realimentação do sistema, nos diferentes níveis de atuação, quanto aos aspectos administrativo e técnico-pedagógico, através da capacitação de seu pessoal;
- organizar uma Memória Pedagógica, com o propósito de possibilitar a realimentação do processo e assegurar a qualidade dos resultados;
- promover a atualização e/ou aperfeiçoamento do corpo de Supervisores Educacionais da rede estadual, contribuindo para a efetividade de seu desempenho junto ao ensino regular e supletivo.

3.4.3 — Subprograma de Apoio às Ações de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Justificativa

Constituem-se os sistemas educacionais, a um só tempo, em produtores e consumidores de mão-de-obra qualificada, tornando-se, por conseguinte, forças atuantes capazes de efetuar mudanças significativas no processo de desenvolvimento econômico e social. A formação de pessoal docente, a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização de professores,

especialistas em educação e pessoal de apoio constituem ponto vital para o atingimento dos índices de produtividade e rentabilidade indispensáveis ao bom desempenho dos sistemas de ensino.

Os projetos de desenvolvimento de recursos humanos, enfatizados na política do atual Plano, terão a sua execução a cargo da Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Assim, caberá ao CDRH, a grande e primordial tarefa de implementar as ações de desenvolvimento dos recursos humanos da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de estratégias objetivas e viáveis, contribuindo de forma direta na melhoria da qualidade de ensino no 1.º, 2.º e 3.º graus.

A execução dos projetos deve assegurar aos profissionais de educação, professores e especialistas, a adoção de atitudes de renovação, tornando-os agentes de mudança social e revitalizadores do processo ensino-aprendizagem. Para tal, o trabalho desenvolvido deve ser dinâmico, atingindo o maior número de profissionais no menor espaço de tempo possível, com conteúdos intimamente ligados à atividade docente, numa tentativa de operacionalizar os projetos dentro da realidade do Estado.

Em sendo assim, mediante a transmissão de conteúdos e metodologias adequadas à realidade de cada região, condições imediatas serão criadas para a melhoria do trabalho de cada um, o que reverte em um melhor ensino, atualizado e objetivo.

Descrição

Para se atingir o principal objetivo, qual seja, a melhoria da qualidade de ensino de 1.º, 2.º e 3.º graus, meta desta Secretaria de Estado, faz-se necessário que os objetivos dos projetos de desenvolvimento de recursos humanos se prendam a um conteúdo intimamente ligado à atividade docente. A tônica presente ao treinamento que se deseja é a atualização dos conteúdos voltados para uma aplicação metodológica, para o que há de se recorrer a estratégias viáveis, numa tentativa de operacionalização dos projetos dentro da realidade do Estado.

Dentro deste enfoque, buscando atingir o nível desejado de efetividade, utilizar-se-á:

- programação elaborada criteriosamente e operacionalizada em projetos;
- estratégias inovadoras que visem à ampliação das metas, à descentralização e à diminuição dos custos ao mesmo tempo que se procura aprimorar a qualidade dos serviços prestados;
- acompanhamento do desempenho dos treinados no trabalho, para aferição dos resultados na produtividade do sistema;
- divulgação dos objetivos, ações e resultados;
- cursos com metodologias tradicionais;
- cursos com novas metodologias: módulos, ensino por correspondência;
- publicações diversas;
- preparo de material instrucional relacionado às atividades programadas.

Em resumo, pretende-se nos próximos quatro anos, atingir, através de diferentes estratégias, o maior número possível de docentes, mediante transmissão de conteúdos e metodologias, criando condições imediatas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Em síntese, o subprograma se propõe a:

- capacitar recursos humanos para uma atuação efetiva, contribuindo para o aumento da produtividade e da rentabilidade do Sistema;
- identificar as características de áreas educacionais e culturais visando à adequação dos projetos às realidades a que se destinam;
- testar e validar tecnologias aplicáveis ao treinamento.

Em termos quantitativos propõe-se, com o subprograma, atingir o pessoal docente e técnico-administrativo dos 64 municípios do Estado.

3.5 — Programa de Descentralização da Ação Educativa e Cultural

Política

A extensão do Estado e suas diversidades regionais, às quais se superpõem as divisões político-administrativas da rede de municípios, constituem dados básicos que recomendam a implementação do processo de descentralização da própria ação educativa e cultural, pelo favorecimento à diversificação e à adequação às peculiaridades regionais e locais.

Soluções específicas para situações também específicas—única forma de preservação da unidade de um Estado que alterna problemas de esvaziamento econômico e descaracterização cultural das comunidades rurais, com os decorrentes da crescente concentração urbana representada pela Região Metropolitana, altamente carente em termos de oferta de equipamentos e serviços urbanos e apresentando, em decorrência, baixos níveis sanitários, de saúde e de produtividade econômica.

Descentralização e regionalização administrativas impõem-se, portanto, dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional, em que a ação do setor Educação/Cultura assume importância fundamental.

No contexto administrativo, o Programado Descentralização Educativa e Cultural tem a ver com dois movimentos que se desenvolvem simultaneamente:

- a) o que se faz no âmbito da administração estadual, através da criação de condições para o efetivo desempenho dos órgãos periféricos;
- b) a gradativa transferência, para os municípios, dos encargos com o 1.º grau na medida em que revelem condições para recebê-los, reservando-se o Estado o dever de prestar assistência técnica e financeira às administrações municipais, desde que também receba, por sua vez, na medida adequada, o apoio financeiro do MEC.

No contexto educacional e cultural, o Programa abrange ações voltadas para a valorização das iniciativas locais e regionais na preservação dos valores culturais do povo fluminense. E aqui se integram, naturalmente, às ações que visam à melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados, com destaque para o aperfeiçoamento dos currículos e a ampliação do uso de tecnologias educacionais, colocados como meios capazes de viabilizar a efetiva regionalização da educação e da cultura.

As providências que se tomem com vistas à descentralização deverão decorrer de um planejamento global integrado e terão, é claro, como fim a efetividade do sistema gerido pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, efetividade esta que será facilitada pela possibilidade de decisões a serem tomadas em níveis mais próximos à realidade, pela identificação das escolas com a cultura das comunidades e a agilidade que a concepção pode imprimir ao sistema.

O Programa desdobra-se operacionalmente em dois subprogramas:

- Subprograma de Administração do Sistema Educativo-Cultural.
- Subprograma de Municipalização do Ensino de 1.º Grau.

3.5.1 — Subprograma de Administração do Sistema Educativo Cultural

Justificativa

A ação conjunta de manutenção e de aperfeiçoamento dos órgãos da administração — centrais e regionais — é fundamental para uma atuação integrada e harmônica no planejamento e orientação das atividades educacionais e culturais do Estado.

Com vistas a assegurar a adequação do ensino e da ação cultural às realidades locais, impõe-se a descentralização das ações da SEEC, facilitando o acompanhamento contínuo das atividades culturais e educacionais especificamente em termos de currículos, supervisão, tecnologias, pesquisas, orientação educacional e animação cultural.

Levantamentos estatísticos continuamente atualizados, institucionalização de avaliação do desempenho do sistema e atividade de pesquisa são entre outros, elementos de informação indispensáveis à definição da política educacional do Estado.

Os aspectos citados configuram a amplitude das ações envolvidas no Subprograma de Administração de Sistema Educativo-Cultural. Em coerência com as diretrizes de regionalização e descentralização, tais ações deverão abranger "todo o Estado", usando-se a expressão não para efeito de generalização, mas sim querendo significar, especificamente, todas as regiões, municípios e comunidades e todos os níveis de decisão político-administrativa.

A opção por manter uma linha de atuação descentralizada decorre, evidentemente, da convicção que a educação não pode ser entendida como algo que se institui a partir exclusivamente de pressupostos teóricos e se implanta de fora para dentro, sendo capaz de crescer, em forma, volume e conteúdo inovações e melhorias à realidade cultural das regiões. Considerada a escola como instituição viva e dinâmica como um organismo que absorve e processa a energia gerada pelas comunidades e gera, por sua vez, produtos originais, intrínseca e "visceralmente" ligados às suas origens, fica evidente que a educação não pode se tornar responsabilidade de um grupo que centralize as decisões. Como processo social global e permanente a educação é, portanto, de responsabilidade coletiva e deverá se beneficiar da participação de todos os grupos e agências representativos das forças sociais.

Para que tais conceitos não se cristalizem no plano das posições filosóficas e das intenções político-administrativas é imprescindível que as estruturas organizacionais se ajustem às propostas operacionais.

Descrição

A atual estrutura administrativa da SEEC/RJ pretende traduzir uma organização de caráter sistêmico, potencialmente ágil e dinâmico para o desenvolvimento de um trabalho descentralizado e ao mesmo tempo capaz de possibilitar o controle da qualidade de desempenho do sistema, a preservação da unidade de execução da política educacional e a racionalização dos mecanismos e instrumentos de planejamento, coordenação, informação e delegação de competências.

Ao órgão central se ligam os Centros e os Núcleos de Educação e Cultura. Localizam-se os Centros nos pólos de desenvolvimento das regiões e sub-regiões programa e os núcleos, nas sedes dos demais municípios. O Município do Rio de Janeiro constitui-se em caso peculiar, concentrando a existência de um Centro Regional e onze núcleos comunitários.

Os Centros e os Núcleos, implantados no quadriênio anterior, não assumiram ainda integralmente suas responsabilidades como co-participantes do processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural das comunidades, processo este que, em muitos aspectos, se identifica com o processo de educação permanente, cuja instituição se inclui entre os objetivos prioritários dos modernos sistemas educacionais. O subprograma deverá reavaliar a eficiência e a potencialidade dos Centros e dos Núcleos, redefinindo, se for caso, suas estratégias de ação, suas funções e atribuições. Mais preciso até será dizer que a própria estrutura organizacional da SEEC/RJ, considerada como um todo, será revista à luz dos procedimentos de modernização administrativa, sem que isto implique a modificação da proposta básica original, consubstanciada nos dois vocabulos-síntese: descentralização e integração.

O que visa é uma organização funcional e articulada que seja capaz de, em nível central, exercer a definição de política e das diretrizes gerais do planejamento; a coordenação geral e a supervisão das atividades educativo-culturais; a articulação entre os diversos níveis do sistema, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de informação. Em níveis regional e local é indispensável que, gradativamente, se ampliem competências em relação à manutenção dos serviços, à conservação da rede escolar, à implementação de programas e projetos específicos, à atualização dos currículos, à promoção das atividades educativo-culturais e à mobilização comunitária.

Em conclusão, o subprograma se propõe a promover a efetividade do sistema gerido pela Secretaria do Estado de Educação e Cultura, através de:

- continuidade no processo de descentralização, propiciando aos órgãos regionais e locais as condições e os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições;
- consolidação, nos órgãos regionais e locais, dos mecanismos de controle destinados a garantir a qualidade do desempenho do sistema;
- respaldo à administração da SEEC com as informações e conhecimento resultantes de levantamentos estatísticos referentes ao sistema e de pesquisas nos campos da educação e da cultura;
- adequação progressiva dos currículos às realidades das diferentes regiões-programa, com aplicação de novas metodologias;
- estimulação à produção e utilização de tecnologias como apoio à ação educativa e cultural;
- valorização da pesquisa como elemento essencial à tomada de decisão nos níveis estratégico, gerencial e operacional do Sistema, centralizando e coordenando tal atividade de pesquisa.

3.5.2 — Subprograma de Municipalização do Ensino de 1.º Grau.

Justificativa

A "progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente de 1.º grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais" (Lei n.º 5.962/71, Art. 5.º Parágrafo único) constitui-se em determinação legal que traduz a convicção de que só uma escola concebida no nível de sua comunidade poderá ampliar e valorizar sua função integradora, assumindo a real representatividade da cultura local que, preservada em sua originalidade e integridade conservará a autenticidade que deverá caracterizar a ação educativa, assegurando a permanência e a produtividade do sistema escolar.

Evidentemente, a transferência do ensino de 1.º grau à gerência dos municípios vincula-se à existência de condições institucionais e técnicas capazes de assegurar a execução eficiente dos serviços educacionais.

Por isso mesmo, um aspecto a considerar é a oportunidade da transferência dos encargos aos municípios. Assim, gradativa e sistematicamente, na medida em que se forem implantando e desenvolvendo os órgãos municipais de ensino, com equipes capacitadas ao desempenho técnico exigido, irá a SEEC/RJ modificando a natureza de sua participação, com o aprimoramento dos mecanismos de supervisão e de assistência técnica, para apoio em assuntos de planejamento e na programação técnico-pedagógica ou técnico-administrativa. Tais mecanismos resguardarão, por outro lado, a unidade do sistema estadual de educação.

Claro está que, para se atingir tal estágio, há necessidade de equilíbrio e coerência entre a estrutura administrativa e as estratégias previstas. A municipalização, adotada como estratégia, integra-se, portanto, no processo mais amplo de descentralização e regionalização. Em termos de objetivos, a identidade é óbvia: tornar a comunidade responsável e participante em todas as atividades educativo-culturais, traduzir nos currículos escolares condições e características das culturas locais e como conseqüência, **tornar efetiva a melhoria de ensino** pela preservação de valores reais e adoção de novos padrões compatíveis com as aspirações regionais.

Do ponto de vista administrativo, visa-se não somente à redução dos custos operacionais com o ensino de 1.º grau, como também mais rapidez nas decisões e maior agilidade e flexibilidade de ação.

Descrição

Através deste subprograma pretende-se reforçar ações já iniciadas e criar novas condições para aceleração do processo de municipalização do ensino de 1.º grau.

Assim, serão mantidos os convênios com as Prefeituras Municipais que possibilitam a fixação dos professores em escolas da zona rural, e se dará ênfase ao Projeto PROMUNICÍPIO que atua no sentido de cooperar na organização das Secretarias Municipais de Educação e de capacitar e atualizar as equipes municipais, especificamente em questões de planejamento e administração do ensino.

Em síntese, o subprograma se propõe a: criar condições para uma progressiva transferência aos municípios da responsabilidade em relação ao ensino de 1.º grau, através de:

- identificação de necessidades e disponibilidades municipais;
- repasse de recursos aos municípios e prestação de apoio técnico-pedagógico, cabendo ao Estado a supervisão da ação municipal;
- capacitação e atualização de recursos humanos que, na esfera municipal, atuam em atividades docentes e/ou técnico-administrativas.

3.6. — Programa de Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural

Política

Os contrastes observados na paisagem do território do Estado do Rio de Janeiro e a diversidade das matrizes que geram sua cultura fazem existir múltiplos públicos e diferenças regionais que lhe definem a fisionomia cultural. É a partir de tal evidência que o programa de cultura se pretende descentralizador. Recusando o caminho único e a solução uniforme para todas as regiões do Estado, o plano de ação cultural atenderá a cada município de acordo com a sua especificidade, suas necessidades e seu potencial de criação. Dar-se-á, portanto, maior relevância à voz da comunidade para que adote com convicção o papel de produtor do bem cultural que lhe é característico.

Esta orientação geral une as três diretrizes básicas que norteiam o programa: a de promoção cultural, a de preservação do patrimônio histórico-artístico e ecológico e a de ampliação e melhoria do dispositivo cultural do Estado.

A promoção cultural levará em conta, primordialmente, a variedade e riqueza das manifestações culturais genuínas de cada comunidade. A expressão artística local e a cultura imanente à comunidade merecerão, portanto, maior apoio e estímulo, que virão não só através da produção de eventos, mas também, através da ação supervisora de especialistas em animação cultural e do provimento de recursos materiais e humanos.

Imprescindíveis, então, se tornam os levantamentos e as pesquisas para que as iniciativas do Estado respeitem o perfil das comunidades, freiem a descaracterização que as ameaça e vitalizem a produção e os mercados emergentes.

O resultado de pesquisas e estudos da manifestação cultural dará origem a publicações que, somadas a edições e reedições de periódicos e obras de caráter histórico e literário, contribuirão para que o homem fluminense atue no presente e construa sua memória cultural.

Entende-se, ainda, que a promoção cultural deve ser desencadeada também a partir do espaço escola que incorpora e revitaliza o acervo cultural da comunidade, através das atividades curriculares. Neste sentido, a implantação de bibliotecas escolares dinâmicas e de outras atividades, como as visitas orientadas aos museus, projetos educativos de montagens de exposições, a participação em espetáculos de música, dança e teatro que seguem a didática do ver-ouvir-fazer, atualizam a prática integradora da educação e cultura, assim como influem na formação de um novo público para as manifestações culturais e artísticas do Estado.

A diretriz da preservação do patrimônio histórico, artístico e ecológico se apoia fundamentalmente na concepção de que o engajamento da comunidade é o primeiro passo para que as tarefas de identificação e preservação sejam compartilhadas pela população e pelo poder público. Segundo esta ótica se realizarão os Seminários do Patrimônio, que se trans-

formam em tribuna livre de debates e onde são deflagradas iniciativas cujos objetivos conduzem à valorização e à defesa do patrimônio cultural e natural da localidade.

As casas de espetáculo, museus, bibliotecas e equipamento cultural, superada uma fase de abandono e precariedade de instalações, deverão ser ampliados e ativados com vistas a maximizar a capacidade de atendimento à população.

A comprovada concentração do dispositivo cultural no Município do Rio de Janeiro e a conseqüente rarefação de ofertas culturais nos demais municípios deverá merecer como soluções o incremento às iniciativas locais e a intensificação do processo de trocas intermunicipais, através de eventos de caráter itinerante como exposições, conferências, peças teatrais, recitais etc. Outra medida para atenuar o risco concentracionista será a utilização de espaços não especializados, que possam ser adaptados para receber a visita de espetáculos e que sejam, também, utilizados pelas comunidades como centros de animação cultural.

A implantação de uma rede de bibliotecas ao lado da sua dimensão renovadora de práticas pedagógicas é um caminho que fortalecerá o tráfego educação-cultura, além de ampliar o oferecimento do livro — bem cultural que torna mais rico o acesso à informação e ao lazer.

Na execução das três faces que compõem o programa, revela-se como prática insubstituível a comunicação direta entre o poder público e a população. O diálogo do administrador cultural com as bases comunitárias, que encontra nos animadores culturais locais seu elo mais forte, é o procedimento que garantirá a adequação dos objetivos do planejador aos reais e diversificados interesses da comunidade. Na integração entre casas de ensino e agências de animação cultural, entre educadores e artistas, professores e cientistas está a possibilidade de eficácia de um plano de ação que vise a recuperar o valor social do patrimônio histórico, artístico e paisagístico bem como intensificar a criação permanente e consolidar a atuação de indivíduos e grupos no campo da arte e da cultura.

3.6.1 — Subprograma de Promoção Cultural

Justificativa

A promoção dos valores e produtos culturais que definem as diferentes regiões e realidades do Estado é medida que fortalece a identidade do povo, impedindo sua descaracterização e acompanhando suas necessidades de revigorar-se.

Descrição

O subprograma apresenta como principais objetivos:

- apoiar iniciativas de criação artística, manifestação cultural e folclórica representativas de cada região do Estado;
- promover a realização de pesquisas sobre a manifestação cultural e folclórica e incentivar a sua divulgação mediante a produção de livros, folhetos, filmes e cartazes;
- dinamizar o acervo cultural dos museus do Estado através de exposições fixas e itinerantes, eventos diversos e visitas orientadas para escolares;
- promover a leitura como instrumento de difusão cultural, estudo, pesquisa e lazer, valorizando as bibliotecas como espaços culturais abertos e dinâmicos;
- promover a edição e reedição de periódicos e obras de caráter científico, histórico e literário que contribuam para a fixação da memória fluminense;
- incentivar a formação de novas platéias para música, teatro e dança através da promoção de espetáculos didáticos para alunos da rede escolar de 1.º 2.º graus;
- promover experiências de educação pela arte que possibilitem uma orientação renovadora de currículos escolares;
- ativar os espaços culturais e equipamentos de mediação cultural mantidos pelo Estado de modo a maximizar sua capacidade de atendimento à população.

Na execução deste subprograma, que atingirá todo o Estado, o animador cultural desempenha papel de maior relevância, pois constitui a melhor via de acesso entre o administra-

d o r c u l t u r a l e a c o m u n i d a d e . I d e
ção da ação educativo-cultural. Outrossim, devem-se fortalecer os nexos entre a escola e as agências culturais para que a integração educação e cultura brote do exercício diário dos currículos escolares.

A SEEC/RJ executará o programa através do Departamento de Cultura, a quem compete a coordenação das ações, e da FUNARJ — entidade vinculada a esta Secretaria. O Departamento de Cultura promoverá a articulação interna com seus institutos — INELIVRO e INEPAC. Da mesma forma, a FUNARJ cuidará para que se mantenha coerência interna entre suas unidades e externa com a SEEC-RJ. O Departamento de Cultura e a FUNARJ devem, por outro lado, manter abertas as conexões com o Conselho Estadual de Cultura, UERJ, Prefeituras locais e, especialmente, com o MEC, através de seus órgãos específicos.

O subprograma visará, em termos quantitativos a:

- realizar pesquisas sobre a manifestação cultural e folclórica do Estado;
- editar e reeditar periódicos e obras de caráter científico, histórico e literário, assim como os resultados de pesquisas, perfazendo uma tiragem de 26.000 exemplares;
- dinamizar o acervo cultural dos museus mediante visitas orientadas para 36.000 escolares, exposições itinerantes e eventos diversos;
- implantar rede de bibliotecas escolares em 10 municípios;
- atualizar e enriquecer o acervo das bibliotecas públicas com 50.000 volumes;
- dinamizar as 4 Escolas de Arte, de forma a torná-las centros de irradiação cultural voltados para a experimentação artística e a formação profissional;
- criar 10 Centros de Arte e Criatividade Infanto-juvenil para atuarem junto a escolas de formação de professores, alunos de 1.º grau e à comunidade em geral;
- elaborar e publicar o Atlas Cultural do Estado do Rio de Janeiro.

3.6.2 — Subprograma de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ecológico

Justificativa

O estado de abandono e destruição em que se encontra o patrimônio arquitetônico e ecológico do Estado comprometem o legado de nossos antepassados e a qualidade de vida do homem fluminense. Sua proteção é compromisso com a cultura do Estado e encontra ressonância na política de turismo e lazer.

Descrição

O subprograma se estrutura a partir dos seguintes objetivos:

- valorizar o patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Estado, através de levantamento e inventário de bens e promoção de seu tombamento;
- promover a recuperação e/ou restauração de imóveis tombados, visando a sua utilização com finalidade cultural e/ou turística;
- promover seminários, cursos e encontros com vistas ao engajamento das comunidades na valorização e defesa de seu patrimônio cultural e ecológico.

Este subprograma será executado em todo o Estado, atendendo prioritariamente a áreas onde se faz urgente uma ação protecionista, como a região do Litoral Sul, a dos Lagos, além de Macaé, Vassouras e cidades do Médio Vale do Paraíba. Sua operacionalização apresenta como principal estratégia projetos e atividades que provoquem e aproveitem a mobilização das comunidades locais para a responsabilidade das tarefas de levantamento e preservação.

A SEEC/RJ, através do Departamento de Cultura, articulada com Universidades e outras instituições de pesquisa arqueológica e histórica, será o órgão responsável. O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional do MEC emprestará apoio técnico no que diz respeito à preservação e manutenção do patrimônio. A nível estadual, deverão participar, igualmente setores de promoção do turismo.

- O subprograma pretende em termos quantitativos, no próximo quadriênio:
- realizar 60 levantamentos e inventários de bens culturais identificados e reconhecidos pelas comunidades;
 - realizar 16 seminários para promoção do patrimônio cultural e preservação do meio natural.

3.6.3 — Subprograma de Melhoria de Equipamento Cultural

Justificativa

A insuficiência de instalações e a precária utilização dos veículos culturais do Estado estão a exigir do Poder Público um volume maior de investimentos.

Desse modo, atendendo-se de forma mais equitativa à demanda dos municípios, todo o Estado poderá ser melhor servido por seu complexo cultural.

O subprograma se organiza tendo em vista os seguintes objetivos:

- construir e equipar casas de espetáculos, museus e bibliotecas do Estado;
- apoiar a criação e o aproveitamento de espaços culturais não convencionais onde a comunidade se possa expressar nas diferentes modalidades e gradações da manifestação cultural;
- recuperar as instalações da Rádio Roquette Pinto e modernizar a sua programação para o desempenho eficiente de seu papel de veículo educativo-cultural.

Este subprograma será operacionalizado através de projetos de construção, aquisição e instalação de equipamentos, cuja responsabilidade é da SEEC/RJ, através do Departamento de Cultura, com a participação direta da **FUNARJ**.

Outras Secretarias de Estado deverão colaborar em projetos integrados, particularmente a de Turismo.

O MEC, através de seus órgãos de apoio técnico e financeiro, determinará a participação do poder federal neste subprograma.

Em termos quantitativos, visa-se com o subprograma a:

- apoiar a criação de novos espaços culturais em 63 municípios;
- recuperar as instalações e o equipamento da Rádio Roquette Pinto;
- criar o Centro de Artes do Rio de Janeiro, através da RIOARTE, no Rio de Janeiro;
- construir o Museu de Ciência e Tecnologia, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro;
- construir o Teatro José Maurício, para apresentação de espetáculos ao ar livre para grande público;
- construir o prédio anexo ao Teatro Municipal, destinado a ensaios da orquestra, corpo de baile e do coro e à administração da FUNARJ;
- criar o Museu alusivo à Missão Francesa, no antigo II Tribunal do Júri;
- instalar o Museu Histórico da Cidade no Paço da Cidade, antigo Palácio da Regência.

3.7 — Programa de Pesquisa

Justificativa

A necessidade de constante revisão do sistema de ensino e, pois, do suporte teórico que o sustenta, exige constante questionamento científico para que as dificuldades, em **face** das mudanças que permanentemente ocorrem no contexto social, encontrem soluções válidas.

Esta tarefa e os seus resultados requerem, mais do que esforços isolados, a institucionalização da pesquisa, que só assim terá condição de representar o permanente subsídio ao poder decisório no encaminhamento das ações no campo da Educação e da Cultura.

Institucionalizada, a atitude de pesquisa estaria sendo valorizada como elemento essencial para a tomada de decisões em todos os níveis em que esta ocorre na administração do sistema, e suas atividades se desenvolveriam coordenadamente, fiéis ao sentido da globalidade dos problemas do setor e comprometidas com os aspectos prioritários que nele se identificam.

Há todo um amplo espectro de questões que contam, no momento, apenas com o bom senso e a percepção mais aguda que tenham, individualmente, os elementos aos quais compete planejar ou decidir. Isso porque o sistema ainda não dispõe de um corpo de informações mais específicas, calçadas em estudo, experimentação e pesquisa, que lhe possa orientar melhor a ação.

O sistema encontra-se, entretanto, diante de grandes necessidades a atender, de notórios e crônicos estrangulamentos a demandarem estudo que encaminhe soluções para a expansão do atendimento à população em idade pré-escolar, para a acentuada evasão no ensino de 1.º grau, para orientar as opções no ensino de 2.º grau, para compatibilizar o ensino de 2.º grau com as suas diferentes funções, para o compromisso entre a formação profissional e as necessidades do mercado de trabalho, para a maior racionalização no aproveitamento dos recursos humanos e materiais, para o aperfeiçoamento do pessoal envolvido no sistema, para a efetiva integração da educação na cultura, vale dizer, da escola na comunidade — apenas para aflorar algumas das grandes dificuldades identificadas no setor.

A institucionalização da pesquisa exige a criação, na estrutura da SEEC, de um órgão que tenha finalidades específicas para ela voltadas.

A criação de tal órgão, vinculado à esfera de Planejamento, é vista como circunstância capaz de estimular a valorização do método científico em todos os níveis do poder decisório, contribuindo para que sejam gradualmente abandonadas as improvisações nascidas de opiniões pessoais e fazendo com que a reflexão pautada por dados da realidade e da Ciência esteja sempre presente no processo gerido pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

A criação de tal órgão se apresenta, pois, como meta básica do programa de pesquisa e ponto de partida para a consecução de seus objetivos.

Centralizando os esforços de pesquisa, hoje dispersos em diferentes órgãos da Secretaria, promovendo e coordenando os estudos e pesquisas necessários para a solução dos problemas da educação e da cultura, este Centro de Pesquisas terá medida para propiciar a integração dos resultados desses estudos para que efetivamente sirvam ao aperfeiçoamento do processo e à melhoria do sistema.

Política

A posição da pesquisa em face das necessidades do planejamento tem sido tradicionalmente valorizada nas formulações verbais. Na prática, entretanto, uma grande distância vem sendo mantida entre os resultados que ela tem apresentado e as conseqüências que eles teriam nas áreas de decisão. Este é pois mais um momento em que se contradizem proclamações e realidade.

Pesquisas, entretanto, desenvolvem-se. Surgem de várias agências, cada uma geralmente desconhecendo o que as outras fazem, e a ação, em seu todo, por desintegrada, comumente se duplica com prejuízo de recursos, e seus relatórios se arquivam, com prejuízo de frutos.

A ausência de articulação entre as entidades produtoras de pesquisa e uma identificação menos precisa de prioridades determinantes de campos de estudo têm permitido que pesquisas — e recursos nelas empregados se voltem para temas que às vezes mais atendem a curiosidades individuais de estudiosos.

Assim é que se verifica que a um grande número de pesquisas na área educacional corresponde uma utilização muito restrita dos resultados por elas obtidos. Frequentemente, também, essa não utilização é decorrente do desconhecimento, em esferas de planejamento e de tomada de decisões, desses resultados.

Em suma, a pesquisa tem-se revelado alheia às necessidades do sistema: frequentemente descritiva, verbalizando o que o computador codifica, e fugindo a maiores responsabilidades por resultados interpretativos e analíticos; assiduamente supérflua, ou refazendo o

que já foi pesquisado ou dedicando-se a aspectos irrelevantes; mantendo-se limitada, na maioria dos casos, à parte cognitiva, sem contribuir para a mudança da realidade e esvaziando-se de sua utilidade social.

Na tentativa de iniciar uma reversão desta realidade, a política a orientar o Programa de Pesquisas deverá ser a de um efetivo comprometimento com as prioridades da política e do planejamento da educação. E como a educação é apenas um instrumento social, o estudo das relações entre educação e pobreza, educação e participação, educação e política social deverão assumir posição de destaque no Programa, o que logo o vincula às prioridades que as periferias urbanas e o meio rural representam para o setor.

Flui desta posição assumida que a avaliação constante dos resultados da política educacional, visando ao seu contínuo aperfeiçoamento, passa a constituir uma diretriz.

No sentido de um maior rendimento, faz-se mister, pois, a existência de uma programação definida para a pesquisa, com base em prioridades bem identificadas, atendendo a problemas realmente relevantes. E que desta programação participem integralmente a SEEC e as demais agências de pesquisa, ou de ensino e pesquisa, entre estas engajando-se indispensavelmente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro com o destaque que a sua própria posição institucional lhe solicita.

Descrição

O Programa de Pesquisas requer a coordenação de todas as ações a serem desenvolvidas em matéria de pesquisa no âmbito da SEEC, a partir de um planejamento que considere rigorosamente as prioridades. E mais: para o seu melhor desempenho, necessitará contar com a cooperação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, das Universidades e de outras instituições produtoras de pesquisa na área social e no terreno da educação em particular. A participação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela própria vinculação desta entidade ao Governo do Estado, assume especial sentido.

Deve-se enfatizar que o encontro de formas de trabalho conjunto que vise à produção de pesquisas de interesse da administração do sistema constitui um passo fundamental em benefício dos resultados e dos custos.

A SEEC contará ainda, para o desenvolvimento do Programa, com a participação do Ministério da Educação e Cultura, através de convênios específicos.

O entrosamento entre a SEEC e outras entidades, quando se configure através do aspecto formal do convívio, não deve envolver necessariamente a utilização de recursos financeiros da SEEC, devendo ser observado que a estrutura de que dispõe a Secretaria constitui também um grande potencial a ser explorado, colocando-se a serviço também de outras instituições.

O Programa de Pesquisas se propõe a:

- institucionalizar a pesquisa na SEEC;
- valorizar a pesquisa como elemento essencial à tomada de decisões;
- implantar na SEEC organismo de planejamento, controle e avaliação da atividade de pesquisa;
- iniciar um processo de avaliação constante dos resultados da política educacional, visando ao seu contínuo aperfeiçoamento;
- promover a articulação da SEEC com outras instituições oficiais ou particulares de pesquisas ou de ensino e pesquisa, no interesse do sistema;
- desenvolver estudos e pesquisas de natureza educacional e cultural, econômico-administrativa e Psicopedagógica cujos resultados possam ser amplamente generalizados e que também contribuem para tornar mais efetivo o processo de integração educação-cultura.

3.8 — Programas Especiais

3.8.1 — Programa de Educação Física e Desportos

Justificativa

As estratégias que viabilizam a política do Governo no que concerne à educação e à saúde não podem prescindir das atividades de Educação Física e Desportos, pela significação que assumem para o desenvolvimento físico e psicossocial. Suas potencialidades formativas já conduziram à obrigatoriedade de suas práticas em todos os graus de ensino e à consequente atenção que passaram a merecer no ensino de 1.º grau.

O esforço realizado para expandir as atividades de Educação Física e Desportos permitiu verificar o real interesse de participação da comunidade, evidência de uma atitude de valorização das práticas esportivas.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela SEEC/RJ não atende ainda ao nível de expectativa de realização no setor, que está a reclamar maior atenção, tanto no que se refere à expansão quantitativa das atividades, quanto à busca do aperfeiçoamento do trabalho.

A existência de fonte própria de recursos a serem canalizados para a área de Educação Física e Desportos propicia iniciativas mais ambiciosas não só junto às instituições de ensino, como também para a ampliação da infra-estrutura existente, através da construção de piscinas, quadras com vestiários, campos de futebol, pistas e outras medidas que representem oportunidades e as diversifiquem.

Tendo-se em conta o caráter educativo inerente à prática de atividades físicas, faz-se mister um programa que enfatize a iniciação desportiva, procurando desenvolver o desporto de massa como meio de efetiva participação da comunidade no processo evolutivo do setor.

Política

O *Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos* realizado pelo MEC, em 1971, demonstrou a limitada expressão das atividades de educação física organizadas no universo social brasileiro, o que contribuiu para suscitar uma visão mais realista e compreensiva do assunto e para a tomada de decisões no sentido de estimular e desenvolver, efetivamente, a prática da educação física e dos desportos entre nós.

A formulação desta política nacional ficou consubstanciada num elenco de medidas obedecendo a prioridades estabelecidas para cada uma das formas de que a atuação no setor se reveste: a educação física, o desporto de massa e o desporto de alto nível.

Coerente com as diretrizes emanadas da esfera federal, a SEEC/RJ define a sua política de ação no setor, através das seguintes linhas mestras: ampliação da infra-estrutura para a prática da educação física e desportos, desenvolvimento de recursos humanos, difusão da educação física e desporto estudantil em integração com a comunidade.

Descrição

O Programa será desenvolvido através de projetos e atividades que visem a estimular a prática da educação física e dos desportos. Para atingir os fins a que se propõe — a ampliação e a melhoria dos correspondentes serviços no sistema — a construção de centros desportivos, a reforma de quadras e o fornecimento de equipamento básico aos estabelecimentos educacionais serão providências indispensáveis.

A elevação dos padrões de qualidade do trabalho relaciona-se diretamente com a mobilização de recursos humanos qualificados para o que se propõe a permanente atualização do pessoal de magistério, através de cursos de atualização, jornadas pedagógicas e centros de estudos.

Para a difusão da educação física e do desporto estudantil desenvolver-se-ão competições escolares, em níveis estadual e municipal, com vistas à participação nos campeonatos e jogos escolares brasileiros, selecionando-se os jovens que integrarão a delegação do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando que as ações programadas não se devem limitar ao âmbito do sistema de ensino, prevê-se a promoção e orientação de atividades físicas e desportivas integradas à comunidade, tais como colônias de férias e outros eventos especiais.

As ações programadas serão desenvolvidas em todo o Estado envolvidos também o Ministério da Educação e Cultura e outras instituições que atuam na área.

O programa se propõe a:

- estimular a prática de atividades físicas, desportivas, e recreativas;
- favorecer a formação de uma mentalidade desportiva, através de programas de atividades livres e de iniciação a se realizarem nas escolas e nas agremiações dos diversos municípios;
- ampliar a capacidade instalada para a prática da educação física e dos desportos;
- propiciar oportunidades de harmonioso desenvolvimento dos educandos;
- prover as unidades escolares de instalações e equipamento básicos para a prática desportiva;
- promover o aperfeiçoamento dos profissionais de Educação Física da rede estadual.

3.8.2 — Programa do Bem-Estar do Menor

Política

Compete à Fundação Estadual de Educação do Menor — FEEM/RJ, no Estado do Rio de Janeiro, a execução de programas de atendimento a menores, em consonância com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

São objetivos permanentes da FEEM/RJ:

- desenvolver metodologias, técnicas e procedimentos que atendam a menores em situação irregular, seja através de unidades próprias ou em convênio com entidades sociais particulares, seja por meio de ações junto à comunidade e à família, de forma a constituírem programas integrados à comunidade e à família, de forma a constituírem programas integrados e eficazes para obter a promoção social desses menores;
- realizar estudos e pesquisas sobre o problema social da marginalização de menores no Estado do Rio de Janeiro, observadas as peculiaridades de cada região;
- capacitar recursos humanos para o trabalho em programas de atendimento a menores no Estado do Rio de Janeiro.

Esses objetivos orientam toda a programação da FEEM/RJ a seguir apresentada.

3.8.2.1 — *Subprogramas Sócio-Preventivos*

Subprograma Patrulheirismo

Justificativa

É significativo o número de menores que perambulam pelas ruas, na faixa etária de 13 a 18 anos, em situação de carência, ou seja, sem escola ou com baixa escolaridade, sem alimentação adequada, sem família organizada e ocupando-se em atividades marginalizantes.

Preparar e encaminhar esses menores para atividades produtivas, mantendo-os na escola e colocando-os em estágio laborativo junto a empresas, é o programa desenvolvido pela FEEM/RJ, desde 1975.

Descrição

O "Patrulheirismo", por meio de metodologia própria, busca obter a participação das Empresas Públicas e/ou Privadas, no sentido de que recebam menores em estágio educacional laborativo, mediante pagamento de bolsas.

Com esse objetivo, este subprograma propõe-se a:

- implantar sistema educativo destinado ao atendimento de menores de ambos os sexos; em idade de 13 a 18 anos incompletos, principalmente, os que perambulam pelas ruas por falta de ocupação, vindos da periferia dos centros urbanos e favelas, ou encaminhados por Programas de Promoção Social;
- capacitar esses menores, através de curso básico de formação, para participarem de estágio educacional laborativo em empresas;
- levar as famílias desses menores a participarem do processo de integração social de seus filhos, através do trabalho;
- sensibilizar a comunidade sobre sua participação no projeto;
- mobilizar empresas para o aproveitamento de menores em estágio educacional laborativo.

São metas do subprograma:

- atender na área metropolitana, a 570 menores/ano e familiares, concentrando a ação em Niterói, Vila Isabel, Tijuca, Jacarepaguá, Santa Teresa, Botafogo e Nilópolis.
- atender em Nova Friburgo e Campos, a um total de 100 menores/ano e familiares;
- ampliar a capacidade de formação e colocação de "Patrulheiros" em estágio laborativo para até 1.100 menores/ano.

Subprograma Centros de Prevenção

Justificativa

Os Centros de Prevenção visam a atender a menores carentes, em idade de 6 a 13 anos, preenchendo-lhes as horas extra-escolares com atividades recreativas e educativas não formais.

Descrição

Com os Centros de Prevenção, pretende-se:

- mobilizar e engajar comunidades em projetos de promoção social, através da capacitação de lideranças, entidades sociais e outros recursos disponíveis;
- desenvolver ação complementar da educação familiar e escolar, através de: serviço social, serviço médico-odontológico de emergência, recreação dirigida, educação física e jogos desportivos, assistência extra-escolar e/ou estudo dirigido, complementação alimentar;
- promover socialmente a família, através de apoio, orientação e acompanhamento;
- atender às famílias impedidas de dar assistência direta aos filhos por motivo de trabalho de seus membros, ou em razão de outros problemas;
- contribuir para a redução do número de internações de menores;
- estimular e promover a participação da comunidade.

São metas do subprograma:

- manter os centros existentes na área metropolitana, localizados na Penha, Botafogo, Ramos, Niterói (2) e São João de Meriti, que atendem a 290 menores e familiares;
- manter os centros, localizados em Cabo Frio, Nova Friburgo, Santo Antônio de Pádua e Campos, que atendem a 320 menores e familiares.

Subprograma Guarda-Mirim

Justificativa

O significativo número de menores do sexo masculino, em idade de 12 a 18 anos, cuja baixa escolaridade, em função da idade, impede seu ingresso em programas voltados para o engajamento no mercado de trabalho, levou à implantação deste subprograma.

Descrição

A mobilização dos menores dá-se sem prejuízo de suas atividades escolares, complementadas pelo subprograma através de reforço alimentar, estudo dirigido e recreação. Outras atividades são realizadas, ocupando menores no trânsito junto a escolas, nas comemorações cívicas, religiosas e festivas locais, no turismo e na prestação de serviços como mensageiros.

O subprograma propõe-se a:

- ocupar o horário extra-escolar de menores, do sexo masculino, em idade de 12 a 18 anos incompletos;
- mobilizar recursos comunitários com vistas ao engajamento desses menores em atividades compatíveis com suas condições;
- proporcionar a esses menores treinamento básico, com vistas ao seu aproveitamento em serviços essenciais à comunidade;
- promover atividades sócio-educativas e recreativas, que propiciem a formação de hábitos e atitudes.

São metas do subprograma:

- atender na área metropolitana, nos municípios de Nilópolis e Niterói, a 90 menores/ano e seus familiares;
- manter as ações da área regional, atendendo em Bom Jesus de Itabapoana, Nova Friburgo, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, Macaé, Itaocara e Cabo Frio, a **194** menores/ano e seus familiares.

Subprograma Plano de Integração do Menor e Família na Comunidade-PLIMEC

Justificativa

O PLIMEC destina-se a menores de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos e respectivas famílias. Supõe uma ação integrada entre Menor-Família-Comunidade, desenvolvida por entidades sociais particulares, apoiadas por órgãos municipais e estaduais, mediante celebração de contratos ou convênios que garantam a necessária cooperação na execução das respectivas atividades. Especialmente justifica-se a sua implantação junto a conjuntos habitacionais localizados em áreas carentes de oportunidades para promoção social e humana de menores e famílias.

Descrição

O PLIMEC funciona segundo metodologia própria, que consiste em atuar junto ao menor, à família e à comunidade, de forma inter-relacionada, propondo-se a:

- implantar sistema integrado de prevenção da marginalização social de menores e suas famílias, proporcionando-lhes condições de integração social;
- contribuir para a formação de recursos humanos na área do bem-estar social de menores e famílias;
- levar a juventude ao conhecimento da realidade social e, especificamente, do problema social menor/família;

- promover a integração dos jovens nos vários setores da ação voluntária, e em toda a comunidade, para o atendimento de suas próprias necessidades;
- incentivar o interesse pela investigação e pesquisa no campo social;
- proporcionar a menores em idade de 3 meses a 6 anos, condições que possibilitem o seu pleno desenvolvimento físico, mental e emocional, através de atendimento médico-odontológico, psicopedagógico e social;
- prevenir o internamento e o abandono de menores pré-escolares;
- possibilitar às mães desses menores oportunidade de trabalharem fora do lar;
- proporcionar a menores em idade de 7 a 13 anos meios de desenvolvimento integral, preservando-os das influências negativas dos focos de marginalização social;
- proporcionar atendimento aos jovens de 14 a 18 anos incompletos, tendo em vista o desenvolvimento de sua personalidade e a sua progressiva integração nas atividades sócio-econômica e culturais de sua comunidade;
- incrementar o fortalecimento dos valores positivos da vida familiar, capacitando as famílias dos menores atendidos para o exercício de suas funções básicas;
- estimular a canalização e integração dos serviços governamentais e particulares que possam contribuir para melhorar o atendimento das necessidades bio-psico-sociais e educacionais da população atingida.

É meta do subprograma:

Implantar sete (7) PLIMECs nas bases físicas existentes nos conjuntos habitacionais de Água Branca, Campo Grande, Itaguaí, Jacarepaguá, Realengo, São Gonçalo (2), para o atendimento a 1.400 menores e responsáveis, em convênio com a FUNDREM — Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana, a CEHAB — Companhia Estadual de Habitação, e FUNABEM — Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

3.8.2.2 — *Subprograma Sócio-Terapêuticos*

Subprograma Unidades Próprias

Justificativa

O crescente número de menores marginalizados, ou em vias de vir a sê-lo, atinge cifras e características que exigem as mais variadas soluções. A internação é sempre o último recurso a ser utilizado, mas há casos em que o internato é a única alternativa disponível, em face das características específicas do caso. A separação do menor de seu grupo familiar será medida somente justificável quando inevitável, em consequência de condições especiais, tecnicamente diagnosticadas, ou por determinação legal. Precisa-se, cada vez mais, ter presente a extensão dos malefícios que vitimam o menor pela sua separação do meio familiar. E tais consequências são tanto mais graves quanto mais tenra for a idade do menor.

Decorre daí a importância que assume o constante aperfeiçoamento das unidades próprias da FEEM que operam em regime de internato ou semi-internato.

Descrição

As unidades próprias da FEEM dão atendimento a menores através de:

- CRTs — Centros de Recepção e Triagem — assistem, em caráter provisório, a menores de ambos os sexos, de 0 a 18 anos incompletos, abandonados, carenciados e/ou com problemas de conduta, procedentes dos Juizados de Menores das Comarcas do Estado do Rio de Janeiro e da Divisão de Segurança e Proteção ao Menor, da Secretaria de Segurança Pública, para estudo e diagnóstico de seus casos, nos aspectos social, biopsico-pedagógico e jurídico, com vistas a posterior encaminhamento;

- CAPES — Centros de Atendimento ao Pré-Escolar — para atendimento a menores de ambos os sexos, em idade de 0 a 6 anos incompletos, carentes ou abandonados;
- EDUCANDÁRIOS — para atendimento a menores de ambos os sexos, em idade de 6 a 18 anos incompletos, carentes ou abandonados;
- CETs — Centros de Educação para o Trabalho — (ver subprograma específico).

São metas do Subprograma:

- ampliar a capacidade dos Centros de Recepção e Triagem — de 830 para 1.095 menores/ano;
- ampliar a capacidade dos Centros de Atendimento ao Pré-Escolar, de 601 para 935 menores/ano;
- ampliar a capacidade de atendimento dos Educandários, de 1.072 para 1.152 menores/ano.

Subprograma Entidades Particulares Contratadas

Justificativa

Decorrente da realidade sócio-econômico-cultural do Estado do Rio de Janeiro, o volume de menores de ambos os sexos, em idade de 0 a 18 anos incompletos, carentes ou abandonados, cresce a cada ano, tornando o equipamento assistencial próprio da FEEM insuficiente para fazer face a essa demanda. Dessa forma, a FEEM adota como estratégia dinâmica o uso dos recursos já existentes na Comunidade, de preferência à criação de recursos próprios, o que, a par de propiciar condições às instituições particulares de aperfeiçoarem seus serviços assistenciais e tornarem-se elementos co-participantes da solução do "problema do menor", permite a multiplicação do número de vagas a mais baixo custo, do que através da montagem de Unidades Próprias.

Descrição

O subprograma propõe-se a:

- elevar o padrão do atendimento prestado pelas Entidades Sociais Particulares através de seleção para contratar aquelas que apresentarem condições de proporcionar ao menor um desenvolvimento global;
- dar supervisão às Entidades Sociais Particulares contratadas pela FEEM, visando à elevação gradativa, quantitativa e qualitativa, do atendimento prestado aos menores;
- apoiar as Entidades Sociais Particulares para que se tornem fatores de autopromoção das comunidades onde estejam inseridas.

São metas do subprograma:

- formalizar contratos com 109 Entidades Sociais Particulares;
- elevar o número de vagas contratadas, em 1980, de 10.800 para 18.324 menores; em 1981, de 18.324 para 21.988 menores; em 1982, de 21.988 para 24.186 menores; em 1983, de 24.186 para 25.395 menores.

3.8.2.3 — *Subprograma de Educação para o Trabalho*

Justificativa

O trabalho é elemento essencial à promoção social do menor, contribuindo para o seu desenvolvimento integral. A capacitação a que todo menor tem direito deve ser compatível com suas potencialidades, e deve anteceder a sua colocação no mercado, cuidando-se para que o trabalho que venha a executar não represente obstáculo a sua promoção como pessoa humana, seja por razão de estudo, ou de melhor qualificação profissional. Nesse sentido, a FEEM pretende ampliar e aperfeiçoar sua ação específica nessa área, através dos Centros de Educação para o trabalho já em funcionamento.

Descrição

O subprograma propõe-se-a:

- proporcionar atendimento integral a menores carentes, do sexo masculino, em idade de 12 a 18 anos incompletos, residentes na Cidade de Deus, com ênfase na iniciação e/ou capacitação profissional, visando ao seu engajamento no mercado de trabalho;
- orientar as famílias dos menores assistidos, proporcionando-lhes condições favoráveis ao fortalecimento de sua estrutura e ao cumprimento de suas funções básicas.

São metas do subprograma:

- ampliar as opções no campo profissional dos menores;
- elevar a capacidade de atendimento dos Centros.

3.8.2.4 — *Subprogramas Especiais*

Subprograma "Escola Nova"

Justificativa

A obrigatoriedade escolar levou para as escolas uma clientela cujo nível sócio-econômico-cultural é similar ao dos clientes que acorrem aos serviços assistenciais da FEEM. Comparando os dados referentes à caracterização da clientela da FEEM com os coletados no Censo Escolar da Região Metropolitana, constata-se que em muito se assemelham, e que a população da rede oficial é atualmente constituída, em sua maior parte, por crianças carentes que apresentam a mesma gama de problemas evidenciados pela população que recorre à FEEM, constituindo-se esta numa parte daquela. Considerando-se que um período de aula de duas horas e meia diárias é insuficiente para a formação de hábitos e atitudes que se antepõem aos valores desintegrativos vivenciados, propõe-se a estruturação de uma escola voltada para o atendimento específico a essa clientela.

Descrição

O subprograma pretende dar atendimento, em tempo integral, a criança carente, em escola oficial de 1.º grau, durante o período de trabalho de seus responsáveis, e nesse sentido propõe-se a colaborar na implantação, pela Secretaria de Educação e Cultura, de projeto-piloto.

Por conseguinte, o subprograma propõe-se a:

- testar proposta de atendimento escolar não formal a crianças que, em razão de carencias sócio-econômico-culturais, não se adaptam à escola tradicional;
- participar do atendimento às necessidades de saúde, educação, recreação, segurança social e afetiva, a crianças de nível sócio-econômico-cultural baixo, com aprendizagem lenta e/ou problemas leves de conduta;
- colaborar na elaboração e execução de programa de treinamento de recursos humanos a serem utilizados no projeto;
- oferecer subsídios para a programação de pesquisas básicas e operacionais, e na difusão de modelos operacionais daí decorrentes.

Subprograma Adoção

Justificativa

O instituto da adoção é a mais importante medida de assistência tutelar de menores, recomendada que é pelas doutrinas sociais de proteção a menores, visto criar um grupo familiar que passa a constituir-se em substituto da família legítima.

Por suas próprias características, a adoção traz benefícios de ordem psicológica e social, decorrentes do vínculo afetivo adotante-adotado, destacando-se a possibilidade de realização de pais e filhos. Os adotantes, dispostos a dar afeto, proteção e segurança. Os adotados, prontos a receber uma família, um nome, uma situação jurídica e social definida, que os colocam em condições de desenvolverem harmoniosamente e com direito às mesmas oportunidades oferecidas a outras crianças.

Descrição

O subprograma propõe-se a:

- selecionar a clientela elegível para a adoção;
- subsidiar o Juiz de Menores para a caracterização legal do estado de abandono de menores para fins de adoção;
- proporcionar condições de integração entre esses menores e a família adotante;
- contribuir para a redução de menores assistidos em Instituições;
- conscientizar a comunidade quanto à vantagem da adoção como medida de proteção social a menores;
- possibilitar aos profissionais interessados campo de estágio e observação, visando ao desenvolvimento de uma política de ação.

Subprograma Colocação Familiar

Justificativa

Fundamentam a necessidade do subprograma:

- o significativo número de menores abandonados, cuja faixa etária e outras características não correspondem à preferência da clientela que habitualmente solicita adoção;
- a necessidade de dar atendimento a grande número de menores na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, sem assistência da família de origem, internados nas Unidades Próprias da FEEMe/ou nas Entidades Sociais Particulares contratadas;
- o elevado número de menores cujas famílias não possuem condições de **tê-los em** sua companhia durante o dia, por motivo de trabalho fora do lar.

Descrição

O subprograma desenvolve-se através das seguintes modalidades:

casas-lares, localizadas em unidades próprias ou em entidades sociais **particulares**; destinam-se a menores de ambos os sexos, em idade de 0 a 8 anos **para** ingresso, **e objetivam**:

- oferecer oportunidade de convivência familiar a menores sem família, possibilitando-lhes acesso aos meios de integração social;
- favorecer o desenvolvimento de laços afetivos;
- minimizar os efeitos do afastamento da família de origem;
- eliminar a massificação de outras formas de atendimento;
- possibilitar atendimento individualizado;

. lares de permanência, subvencionados ou não, destinam-se a menores de ambos os sexos, em idade de 6 a 14 anos; objetivam proporcionar a esses menores oportunidade de desenvolvimento global, mediante convivência familiar, que lhes permita o estabelecimento de vínculos afetivos e contínuos até a maioridade;

. lares de permanência, para colocação de adolescentes, subvencionados ou não, destinam-se a menores sem família, de ambos os sexos, em idade de 14 a 18 anos incompletos, provenientes dos internatos das Unidades Próprias ou das Entidades Sociais Particulares objetivam proporcionar a esses menores integração social gradativa, através da convivência em ambiente familiar que permita seu desenvolvimento bio-psico-social;

lares substitutos de cuidados diurnos, subvencionados ou não, destinam-se a menores de ambos os sexos, em idade de 0 a 6 anos e objetivam proporcionar a esses menores a continuidade de seu relacionamento familiar, favorecendo seu desenvolvimento do ponto-de-vista social, psicológico e educacional/durante a ausência de seus responsáveis, por razões de trabalho fora do lar.

3.8.2.5 — *Subprograma de Recursos Humanos*

Justificativa

A natureza do trabalho a ser desenvolvido com o menor reclama que os recursos humanos sejam especializados. A qualidade do efetivo humano disponível — expressa em termos de atitudes, habilidades e atuação — é alcançada através do processo criterioso e objetivo de recrutamento, seleção, treinamento, formação e supervisão de pessoal. Deve-se, assim, desenvolver um processo global, que inclua a admissão do servidor, sua integração à FEEM e o acompanhamento e a avaliação de seu desempenho. Esse procedimento possibilita, pelo conhecimento do desenvolvimento do servidor, obter o máximo de rendimento do seu potencial.

Descrição

O Subprograma de Recursos Humanos propõe-se a:

- a nível de recrutamento e seleção, preencher as vagas dos quadros de pessoal com candidatos qualificados e manter registro de pessoal qualificado e apto para assumir as vagas que eventualmente surgirem;
- a nível de treinamento, auxiliar os profissionais a adquirirem maior eficiência no trabalho, desenvolvendo habilidades, atitudes e conhecimentos e
- integrar servidores e chefias, do ponto-de-vista funcional, social e filosófico;
- a nível de avaliação de desempenho, servir de subsídio ao treinamento, processando a realimentação do sistema;
- oferecer elementos para a promoção, e indicação de servidores para transferência de cargo e readaptação e
- propiciar maior conhecimento entre chefias e servidores;
- a nível de reorganização administrativa e técnica, montar plano de cargos e salários da FEEM/RJ.

3.8.2.6 — *Subprograma de Pesquisa*

Subprograma Estudos e Pesquisas

Justificativa

O trabalho desenvolvido junto ao menor não pode, sob risco de deixar de ser realizado como um processo dinâmico de promoção humana, desconhecer o ambiente de origem e de possível retorno do menor.

Apesar de não existirem modelos fixos para o processo de reintegração, sua eficácia depende do estudo e da pesquisa com meios de avaliação constante e reformulações **que** se evidenciem necessárias. Ademais, o atendimento deve ser baseado no conhecimento da realidade sócio-econômico-cultural do menor, proporcionando-lhe uma educação progressiva e integral.

Descrição

O subprograma propõe-se á:

- coligir dados sobre a problemática do menor e a realidade de onde procede;
- elaborar ou reelaborar os modelos operacionais de atendimento ao menor, à família e à comunidade;
- realizar pesquisas para embasamento de programas específicos.

Subprograma editorial

justificativa

O trabalho com menores, para que se desenvolva de maneira a atendê-lo integralmente em suas necessidades básicas, requer a participação de profissionais de diversas áreas. A integração desses técnicos, além de realizar-se por outros meios, consubstancia-se no conhecimento que podem obter do trabalho, posições e técnicas assumidas pelas diversas equipes. Este subprograma propicia essa integração, divulgando experiências que se vêm desenvolvendo, além de favorecer também a integração de conhecimentos de disciplinas e áreas afins, necessários à formação do técnico.

A divulgação dos trabalhos realizados pela FEEM impõe-se, também, pela necessidade de informar outros órgãos governamentais quanto à maneira como cumpre a competência que lhe é atribuída. Esse procedimento enseja, por outro lado, retro-alimentação, abrindo-se meios de comunicação com outros profissionais e a comunidade em geral.

Descrição

O subprograma propõe-se a:

- divulgar os recursos e métodos que a FEEM utiliza na execução de suas atribuições legais;
- integrar profissionais mediante o conhecimento do trabalho de outras equipes;
- ampliar o domínio dos técnicos sobre disciplinas e áreas correlatas;
- informar a comunidade sobre os procedimentos adotados no atendimento ao menor.

3.8.2 7 — Subprograma de Apoio Administrativo

Justificativa

Prevê, para 1980, o desenvolvimento de atividades-meio que, a partir do modelo administrativo existente, reestruture-se de modo a viabilizar o cumprimento de suas finalidades estatutárias, assegurando qualidade ao atendimento prestado aos menores.

Descrição

O subprograma propõe-se a:

- implantar nova estrutura básica e operacional da FEEM;
- reformular o regimento interno.;
- relotar e adaptar o pessoal à estrutura proposta.

3.8.3 — Programa de Ensino Superior

Justificativa

A acelerada expansão de vagas oferecidas no ensino superior, um dos aspectos mais característicos da universidade brasileira dos últimos quinze anos, trouxe, a um tempo, esperanças e inquietações. Aparentemente, as crônicas deficiências em recursos humanos tendem a desaparecer, atendidas as mais significativas prioridades para o desenvolvimento econômico e social. Mas a qualidade do produto final, a adequação de seu perfil profissional às reais necessidades do Estado e a já sensível saturação do mercado de trabalho, em muitas áreas de atuação, constituem indicadores da urgente necessidade de redefinições e ajustamentos na política até agora adotada.

Como já apresentado quando da caracterização do acervo educativo e cultural do Estado, o crescimento do alunado fêz-se, precipuamente, através da rede particular e, em regra, traduziu-se por sensível deterioração da relação número de alunos/número de docentes.

A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino superior acompanha, e isto parece inevitável, os perfis de desenvolvimento econômico das diferentes regiões. Esta tendência à concentração não contribui para a necessária interiorização do terceiro grau, persistindo indesejável processo de captação, pelos centros mais avançados, de recursos humanos provenientes de regiões sabidamente carentes. Assim, de certo modo, a expansão mostrou-se concentradora e os benefícios advindos de mais vagas e mais oportunidades no estudo universitário não se distribuíram de maneira a atender aos desejos de progresso individual e de crescimento controlado das diferentes regiões. Este fenômeno trouxe, como conseqüência, irregular distribuição dos profissionais formados, fixados que são nos centros nos quais se diplomaram, embora freqüentemente subempregados.

A inexistência de um plano diretor de expansão de matrículas ou, na impossibilidade deste, de um elenco de prioridades, ainda leva a freqüentes investimentos, estatais ou não, em áreas de baixa rentabilidade econômico-social, fenômeno também detectado ao nível do ensino de quarto grau.

As deficiências em recursos humanos docentes constituem entraves dos mais significativos à obtenção dos padrões de qualidade necessários ao ensino superior, precariamente refletidas nos indicadores numéricos usuais, que dificilmente expressam a carga horária efetiva do professor, nivelando aqueles que se dedicam em tempo integral a uma instituição com outros, que exercem suas atividades em muitos estabelecimentos de terceiro grau, nos quais não deixam raízes e não criam tradição científica.

A pesquisa, em suas mais amplas acepções, é absolutamente indissociável do ensino superior e constitui uma das atuantes forças evolutivas dentro da Universidade. Sua vinculação a problemas específicos do Estado deve ser progressivamente valorizada, ainda que preservados alguns núcleos que, pela qualidade do trabalho desenvolvido, possam servir de pólos de difusão da ciência básica e, conseqüentemente, criar os fundamentos para a evolução tecnológica.

Política

A melhoria de qualidade dos cursos de graduação e dos de pós-graduação poderá ser obtida, como conseqüência direta de:

- aumento da eficiência do ensino de primeiro e segundo graus;
- expansão quantitativa do corpo docente, aumento de cargas contratuais de professores e melhoria qualitativa de suas respectivas formações;
- institucionalização de pesquisa científica, convertendo-a em instrumento de desenvolvimento do Estado e agente motivador para fixação do pessoal docente;
- adequação da oferta de vagas às necessidades, atuais e projetadas, do mercado de trabalho;
- implantação de programas interinstitucionais para a capacitação de pessoal docente, reduzindo eventuais duplicações e principalmente, eliminando a pulverização dos recursos disponíveis.

Cabe ainda às instituições de ensino superior, como detentoras de parcela extremamente substancial do conhecimento científico e tecnológico, a realização de programas vol-

tados para a comunidade, interiorizando suas formas mais dinâmicas de transmissão de conhecimentos, através de emprego de tecnologias educacionais e de outros meios de educação a distância. Dentro desta concepção, o advento de programas de reciclagem e de atualização do profissional afastado dos pólos culturais deverá constituir-se em medida de grande alcance.

No domínio da pesquisa científica, a racionalização de esforços dos diversos organismos federais, estaduais, municipais e particulares, mais uma vez buscando eliminar a pulverização de recursos, se apresenta com estratégia altamente prioritária. A coordenação de atividades no âmbito estadual e a melhor distribuição dos recursos financeiros alocados poderão ser viabilizados pela criação de Fundação de Amparo à Pesquisa, semelhante as já existentes em outros estados e prevista no artigo 136 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

A participação do alunado nos diversos programas comunitários, sempre sob a forma de estágio supervisionado, será também passo decisivo para o correto dimensionamento do futuro profissional à realidade social do meio no qual desenvolverá suas atividades, podendo igualmente propiciar condições para sua fixação na comunidade em que atue, ampliando assim o mercado de trabalho.

Entendido o ensino de 3.º grau como subsistema do sistema educacional mais amplo e atendendo aos objetivos legais que lhe são próprios, tais como a formação do quadro de profissionais superiores, o progresso das ciências, letras e artes e o desenvolvimento de elites, deve o ensino de 3.º grau desencadear, tendo em vista a programação específica de cada instituição de ensino superior, bem como as peculiaridades locais e regionais, estratégias que visem à integração de suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão com o restante do sistema.

O Programa de Ensino Superior será desenvolvido através de projetos que visem objetivamente, à redução ou eliminação dos óbices apontados, abrangendo as estratégias abaixo enumeradas:

— apoio às Instituições Estaduais, e, em particular, à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para cumprimento de seus Planos Diretores, buscando conferir-lhes condições para atuação com entidades executoras de parte substancial do Programa de Ensino Superior do Estado;

— apoio a projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito universitário, especialmente aos que se relacionem com problemas sócio-econômicos do Estado;

— estímulo a projetos de divulgação científica, com base e apoio nas instituições universitárias, visando a estimular vocações para pesquisa e ensino superior, incluindo exposições móveis, museus de ciências e demonstrações experimentais em estabelecimentos de ensino de 2.º grau;

— desenvolvimento de formas de educação permanente, visando:

. à reciclagem de profissionais em exercício no Estado, com especial atenção àqueles distanciados dos pólos de irradiação científico-tecnológica;

. à qualificação de pessoal docente de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e particulares, mediante a concentração de recursos disponíveis em centros de excelência ou nos que apresentem maior potencialidade para tal;

— estímulo ao desenvolvimento de estágios supervisionados de alunos de graduação do Sistema Universitário do Estado, criando condições para sua maior integração à Comunidade;

— implantação de mecanismos que propiciem a órgãos estaduais vinculados à SEEC opinar sobre a conveniência de criação de novos cursos de graduação e/ou expansão de vagas nos já existentes, buscando adequar a formação de recursos humanos à realidade do mercado de trabalho.

Desta forma, mais realista que a previsão de metas, parece ser a fixação de mecanismos que realmente avalizem o entrosamento que se visa a atingir.

O Programa será basicamente desenvolvido pela Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro com observância das diretrizes traçadas no PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO GOVERNO CHAGAS FREITAS.

Assim, a ação da UERJ estará voltada para a formação de recursos humanos, o desenvolvimento da cultura, o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa, e para a interiorização de suas atividades, estendendo sua ação a outros municípios do Estado, além do da Capital.

Incluem-se prioritariamente em sua programação:

- conclusão das obras do CAMPUS, especialmente o Departamento de Alunos e o Teatro, este último com capacidade para 1.200 lugares;
- conclusão da implantação do Departamento de Tecnologias Educacionais, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino e da metodologia, e implantação do Colégio, destinado à formação profissionalizante de técnicas de nível pré-universitário;
- prosseguimento do programa de ampliação e instalação de laboratórios e bibliotecas, além da instalação dos módulos de expansão das Faculdades e Institutos.
- construção do Conjunto Biomédico (integrado com o Hospital das Clínicas) para atendimento aos cursos e atividades médicas e paramédicas, com uma população estudantil da ordem de 2.000 alunos;
- transferência para o CAMPUS, da Escola Superior de Desenho Industrial, bem como reforma e ampliação da Faculdade de Engenharia e Colégio de Aplicação.
- valorização da carreira docente, com o prosseguimento da política de concursos e a implantação do programa de capacitação de professores, visando a ampliação dos cursos de pós-graduação (mestrado, especialização e aperfeiçoamento);
- ampliação do programa de interiorização da universidade, mediante entendimentos com os Municípios e Secretarias de Estado, tendo em vista o atendimento de comunidades locais;
- ampliação das atividades culturais e artísticas da universidade, através de cursos e bolsas de arte para os alunos; do desenvolvimento de ciclos de atividades artísticas, em cooperação com os órgãos federais e estaduais especializados; da realização do Fórum de Debates sobre problemas nacionais, bem como da expansão da Editora e Livraria Universitária;
- desenvolvimento de planos de pesquisa, especialmente voltados para as necessidades regionais;
- promoção da expansão do Centro de Produção (CEPUE-RJ) visando à integração com a empresa privada e os serviços públicos;
- redução da capacidade ociosa das instalações físicas, através da ampliação do regime de dupla matrícula nos cursos de graduação (vestibulares semestrais), de forma a elevar a atual população estudantil de 12.000 para 15.000 alunos;
- implantação de núcleos de desportos para crianças e adolescentes e ampliação em pólos do interior do Estado, dos serviços de assistência materno-infantil, odontológica e de medicina preventiva;
- promoção da assistência estudantil, por meio de programas de integração do estudante na vida comunitária, em núcleos de ensino e de trabalho; programa de financiamento do livro didático e apoio aos órgãos de representação estudantil.

4 — RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A análise do Orçamento-programa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 1980 demonstra a ênfase concedida ao setor Educação/Cultura, contemplado com o maior volume de recursos, numa perspectiva evidente de valorização do investimento em bens de natureza social.

O orçamento da SEEC totaliza, em 1980, Cr\$ 15.254.276.616,00 (quinze bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e setenta e seis mil e seiscentos e dezesseis cruzeiros). Deste montante, Cr\$ 12.197.873.200,00 (doze bilhões, cento e noventa e sete milhões, oitocentos e setenta e três mil e duzentos cruzeiros), destinam-se às despesas com pessoal docente, técnico e administrativo.

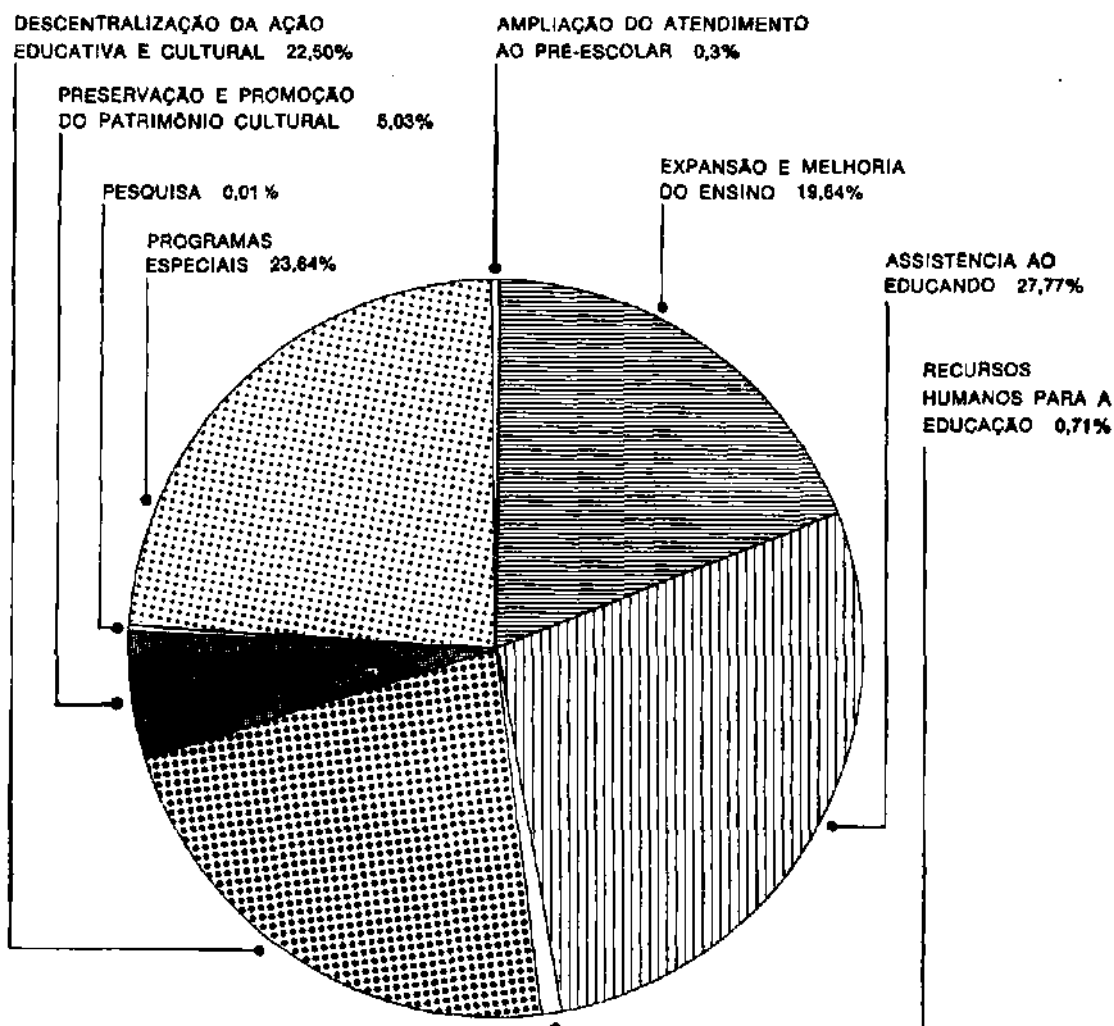
Os CrS 3.056.403.416,00 (três bilhões, cinquenta e seis milhões, quatrocentos e três mil e quatrocentos e dezesseis cruzeiros), que complementam o orçamento distribuem-se pelos oito programas do PAEC (Gráfico I — Pagina 124) com aplicação em projetos/atividades que viabilizam a realização de objetivos e prioridades. Tais recursos são provenientes das seguintes fontes: 00 — Tesouro Estadual; 05 — Salário-Educação; 06 — Fundo de Participação dos Estados; 12 — Convênios; 10 — Recursos diretamente arrecadados (Fundações). O Gráfico II (página 125) define a parcela de contribuição de cada uma das fontes. Fica evidente a importância fundamental da aplicação dos recursos provenientes de Fonte 05 — Salário-Educação, razão por que atenção especial vem sendo dedicada ao aprimoramento dos mecanismos de controle da arrecadação destes recursos que objetivam assegurar o atendimento prioritário ao ensino de 1.º grau, conforme determinação legal, em nível de qualidade compatível com a proposta educacional-cultural do PAEC.

A agregação da dotação destinada a despesas com pessoal modifica sensivelmente a distribuição dos recursos por fonte, como bem o demonstra o Gráfico III (Página 126).

Deve-se observar que o total destinado a pagamento de pessoal, que corresponde a 62% do orçamento do Estado, caracteriza a preocupação do governo com os níveis de remuneração do magistério estadual, tornados coerentes com a responsabilidade e a dignidade das funções exercidas.

A projeção dos recursos até 1983, prevendo-se um acréscimo de 45% ao ano em relação ao ano-base de 1980, perfaz, para o período, um montante de Cr\$ 23.232.124.441,00 (vinte e três bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e quarenta e um cruzeiros), excluídas as despesas com pessoal. A distribuição por programa fica evidenciada no Gráfico IV (Página 127).

**ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA SEEC
1980
S/PESSOAL**



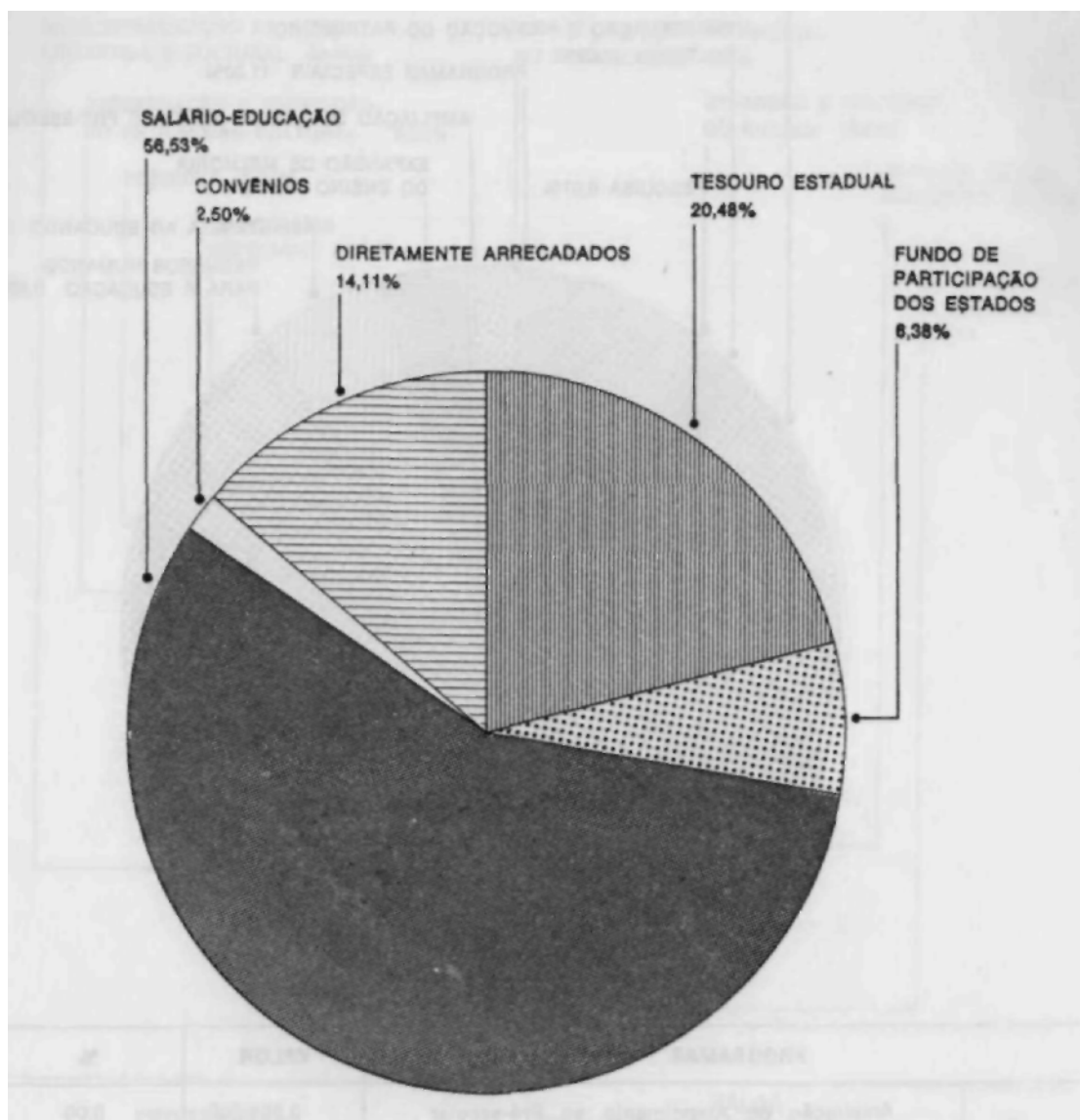
PROGRAMAS	VALOR	%
Ampliação do Atendimento ao Pré-escolar	9.291.000	0,30
Expansão e Melhoria do Ensino	606.248.889	19,84
Assistência ao Educando	848.714.477	27,77
Recursos Humanos para a Educação	21.770.600	0,71
Descentralização da Ação Educativa e Cultural	687.740.900	22,50
Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural	153.800.000	5,03
Pesquisa	200.000	0,01
Programas Especiais	728.637.550	23,94
TOTAL	3.056.403.416	100,00

PONTE: Orçamento do Estado — Lei n.º 277. de 26/11/1979.

— APEO — DEZ. 1979

ORÇAMENTO POR FONTE DE RECURSOS SEEC/80

S/PESSOAL

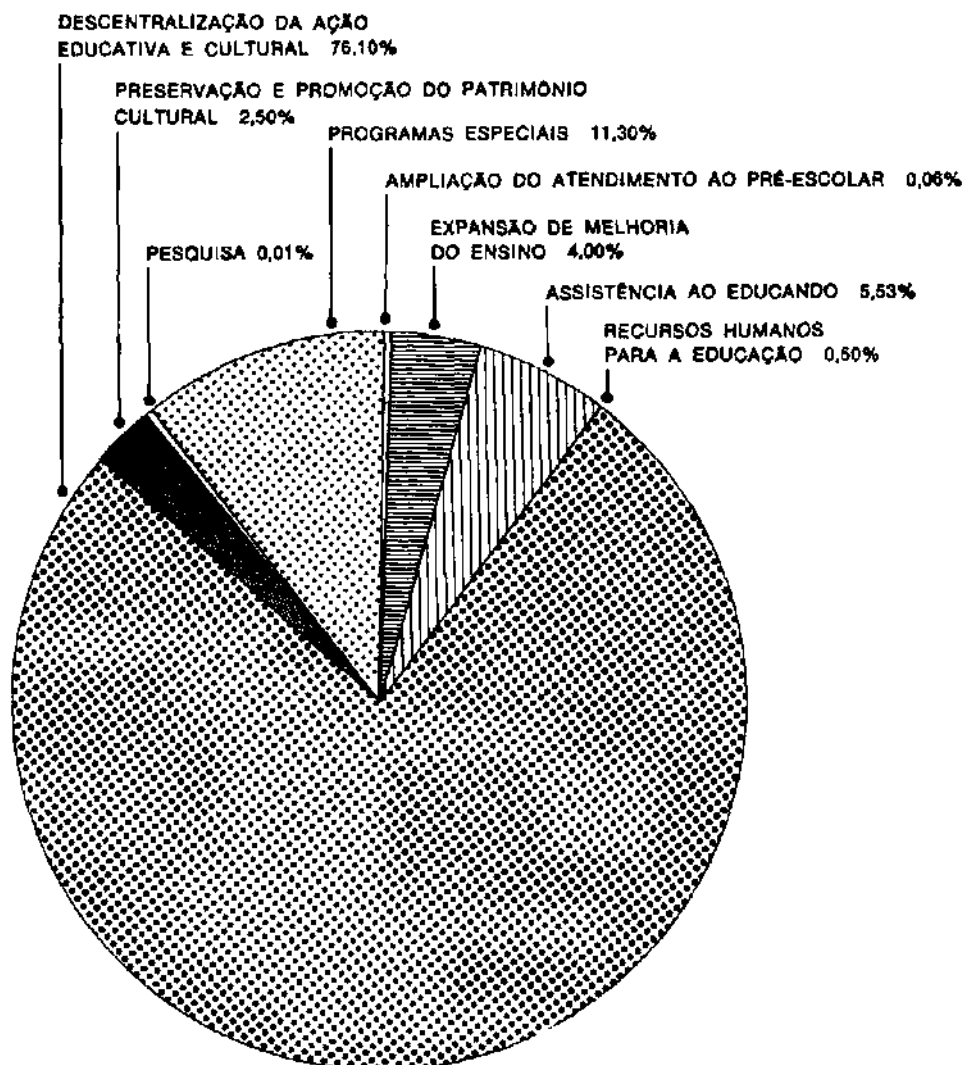


FONTE DE RECURSOS	VALOR	%
Tesouro Estadual	626.078.500	20,48
Fundo de Participação dos Estados	195.000.000	6,38
Salário-Educação	1.727.531.000	56,53
Convênios	76.484.016	2,50
Diretamente arrecadados	431.309.900	14,11
TOTAL	3.056.403.476	100,00

FONTE: Orçamento do Estado — Lei n.º 277, de 26/11/79

— APEO — DEZ. 1979

**ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA SEEC
1980
C/PESSOAL**



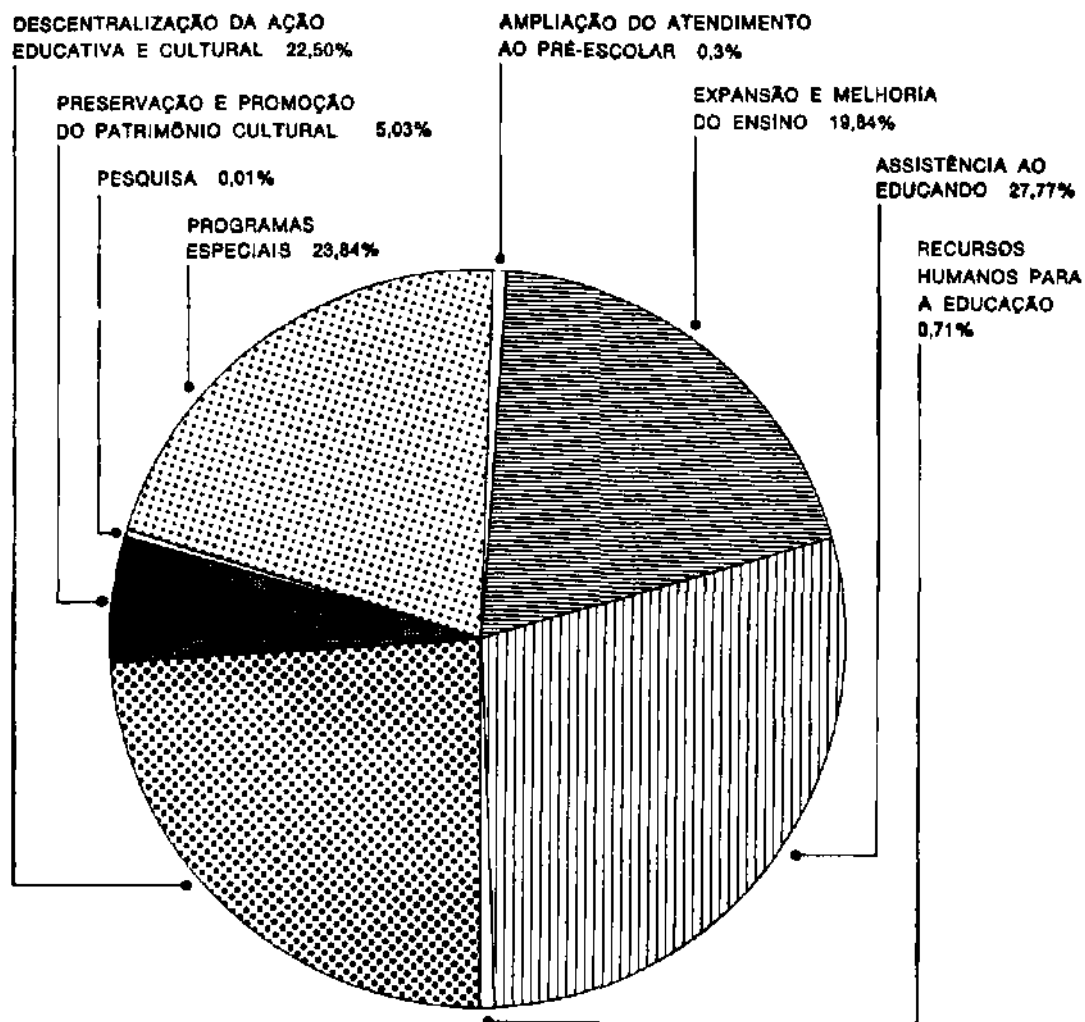
PROGRAMAS	VALOR	S
Ampliação do Atendimento ao Pré-escolar	9.291.000	0,06
Expansão e Melhoria do Ensino	606.248.889	4,00
Assistência ao Educando	848.714.477	5,53
Recursos Humanos para a Educação	74.601.600	0,50
Descentralização da Ação Educativa e Cultural	11.594.241.900	76,10
Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural	390.596.500	2,50
Pesquisa	200.000	0,01
Programas Especiais	1.730.382.250	11,30
TOTAL	15.254.276.616	100,00

FONTE: Orçamento do Estado — Lei n.º 277, de 26/12/79.

— APEO — DEZ/1979

**ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA SEEC
1980 A 1983**

S/PESSOAL



PROGRAMAS	VALOR		%
	1980	1980/93	
Ampliação do Atendimento ao Pré-escolar	9.291.000	70.642.052	0,30
Expansão e Melhoria do Ensino	606.248.889	4.608.173.586	19,84
Assistência ao Educando	848.714.477	6.451.184.827	27,77
Recursos Humanos para a Educação	21.770.600	165.481.051	0,71
Descentralização da Ação Educativa e Cultural	687.740.900	5.227.604.548	22,50
Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural	153.800.000	1.169.053.025	5,03
Pesquisa	200.000	1.520.225	0,01
Programas Especiais	728.637.500	5.538.465.097	23,84
TOTAL	3 056 403 416	23.232 124,441	100,00

FONTE: Orçamento do Estado — Lei n.º 277. de 26/11/1979.

(*) Projeção da Lei n.º 277. de 26/11/79 (45% ao ano)

— APEO — DEZ. 1979

ANEXOS

A — Indicadores Educacionais: Informações Estatísticas

Foi utilizada a seguinte codificação para caracterizar os Quadros que constituem este Anexo:

- 1) A indicação inicial — A B ou C — refere-se à localização.
 - A — Estado do Rio de Janeiro
 - B — Município do Rio de Janeiro
 - C — Região-Programa
- 2) A segunda indicação-algarismos de 0 a 6 — indica o nível ou modalidade de ensino.
 - 0 — Educação Pré-Escolar
 - 1 — Ensino de 1.º Grau
 - 2 — Ensino de 2.º Grau
 - 3 — Ensino de 3.º Grau
 - 4 — Ensino de 4.º Grau
 - 5 — Ensino Supletivo
 - 6 — Educação Especial
- 3) Os algarismos finais indicam a sucessão dos 333 quadros apresentados.

Relação de quadros

A.0-1	Estado do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável, Escolarizada e Déficit de Atendimento Aparente, na Faixa de 2 a 6 Anos — 1975-83	151
B.0-2	Município do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável, Escolarizada e Déficit de Atendimento Aparente, na Faixa de 2 a 6 Anos — 1975-83	151
A.0-3	Estado do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa — 1972-83	152
B.0-4	Município do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa — 1972-83	152
A.0-5	Estado do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Matrícula por Idade — 1972-83	153
B.0-6	Município do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Matrícula por Idade — 1972-83	154
A.0-7	Estado do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Corpo Docente, por Dependência Administrativa — 1972-78	155
B.0-8	Município do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Corpo Docente, por Dependência Administrativa — 1972-78	155
A.0-9	Estado do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Corpo Docente, Segundo o Grau de Formação — 1975-78	156
B.0-10	Município do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Corpo Docente, Segundo o Grau de Formação — 1975-78	156
A.0-11	Estado do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1972-78	157
B.0-12	Município do Rio de Janeiro	Educação Pré-Escolar — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1972-78	157
A. 1-13	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — População na Faixa Etária, Matrícula Inicial e Taxas de Escolarização Aparente e Real — 1972-83	161
B.1-14	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — População na Faixa Etária, Matrícula Inicial e Taxas de Escolarização Aparente e Real — 1972-83	161
A. 1-15	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável e Escolarizada e Taxas de Escolarização, Observadas Segundo a Idade — 1970-78	162
			133

B. 1-16	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável e Escolarizada e Taxas de Escolarização, Observadas Segundo as Idades — 1970-78	163
A.1-17	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial por Série — 1972-78	164
B.1-18	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial por Série — 1972-78	165
A. 1-19	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série — 1975	166
A. 1-20	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série - 1976	167
A. 1-21	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série — 1977	168
A. 1-22	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série— 1978	169
B. 1-23	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série — 1975	170
B.1-24	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série—1976	171
B.1-25	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série — 1977	172
B. 1-26	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, Segundo Idade e Série — 1978	173
A. 1-27	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Adequação Série/Idade — 1978	174
B.1-28	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Adequação Série/Idade — 1978	174
A. 1-29	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula de Fim de Ano — 1972-77	175
B. 1-30	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Matrícula de Fim de Ano — 1972-77	175
A. 1-31	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Aprovados no Fim do Ano, por Série — 1972-77	176
B.1-32	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Aprovados no Fim do Ano, por Série — 1972-77	176
A. 1-33	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Alunos Reprovados por Série Escolar — 1970-77	177
B.1-34	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Alunos Reprovados por Série Escolar — 1970-77	177
A. 1-35	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — 1971-78	178
B. 1-36	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — 1971-78	179

A. 1-37	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Corpo Docente, por Dependência Administrativa — 1972-78	-180
B. 1-38	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Corpo Docente, por Dependência Administrativa — 1972-78	180
A. 1-39	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Distribuição dos Professores, Segundo o Curso Concluído — 1972-78	-181
B.1-40	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — Distribuição dos Professores, Segundo o Curso Concluído — 1972-78	-181
A. 1-41	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — N.º de Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1975-78	182
B.1-42	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 1.º Grau — N.º de Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1975-78	182
A.2-43	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa e Localização das Escolas — 1972-83	185
B.2-44	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa e Localização das Escolas — 1972-83	186
A.2-45	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — 1972-83	187
B.2-46	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — 1972-83	188
A.2-47	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — 1972-77	189
B. 2-48	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — 1972-77	189
A.2-49	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Aprovados no Final do Ano, por Série — 1972-77	190
B. 2-50	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Aprovados no Final do Ano, por Série — 1972-77	190
A.2-51	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Reprovados no Fim do Ano, por Série — 1972-77	191
B.2-52	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Reprovados no Fim do Ano, por Série — 1972-77	191
A.2-53	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — 1971-78	192
B. 2-54	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — 1971-78	193
A.2-55	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Corpo Docente, por Dependência Administrativa — 1972-78	194
B.2-56	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Corpo Docente, por Dependência Administrativa — 1972-78	194
A.2-57	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Corpo Docente, Segundo o Curso Concluído — 1972-78	195

B.2-58	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — Corpo Docente, Segundo o Curso Concluído - 1972-78	
A.2-59	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — N.º de Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1975-78	196
B.2-60	Município do Rio de Janeiro	Ensino de 2.º Grau — N.º de Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1975-78	196
A.3-61	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 3.º Grau — Curso de Graduação — Matrícula, em 30-04, por Dependência Administrativa — 1971-76	199
A.3-62	Estado do Rio de Janeiro	Ensino de 3.º Grau — Matrícula, em 30-04, por Área de Ensino — 1972-76	200
A.4-63	Estado do Rio de Janeiro	Pós-Graduação — Mestrado — Matrícula, em 30-04, por Dependência Administrativa — 1971-76	203
A.4-64	Estado do Rio de Janeiro	Pós-Graduação — Doutorado — Matrícula, em 30-04, por Dependência Administrativa — 1971-76	203
A.5-65	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — Matrícula, Unidades Escolares, Turmas e Corpo Docente, Segundo as Fases — 1978	207
A.5-66	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — N.º de Alunos Atendidos nos Centros de Estudos Supletivos 1977-78	207
A.5-67	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — N.º de Inscritos e de Certificados Expedidos em Exames Supletivos, por Grau de Ensino — 1975-78	208
A.5-68	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — Inscrições e Aprovações por Disciplina nos Exames de Suplência de Educação Geral — 2.º Grau — 1975-78	209
A.5-69	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — Inscrições e Aprovações por Disciplina nos Exames de Suplência de Educação Geral — 1.º Grau — 1975-78	210
A.5-70	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — Inscrições e Aprovações por Modalidades nos Exames de Suplência Profissionalizante — 2.º Grau — 1977-78	211
A.5-71	Estado do Rio de Janeiro	Ensino Supletivo — Matrícula no Ensino Profissional (SENAI e SENAC) por Área — 1976-78	212
A.6-72	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais por Dependência Administrativa e Modalidade de Atendimento — 1974-77	215
B.6-73	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais por Dependência Administrativa e Modalidade de Atendimento — 1974-77	215
A.6-74	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais por Faixa Etária e Regime de Atendimento — 1974	216
A.6-75	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais por Faixa Etária e Regime de Atendimento — 1977	216

B.6-76	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais por Faixa Etária e Regime de Atendimento — 1974	217
B.6-77	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais por Faixa Etária e Regime de Atendimento — 1977	217
A.6-78	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais Atendidos pela Natureza da Excepcionalidade e Faixa Etária — 1974	218
A.6-79	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais Atendidos pela Natureza da Excepcionalidade e Faixa Etária — 1977	219
B.6-80	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais Atendidos pela Natureza da Excepcionalidade e Faixa Etária — 1974	220
B.6-81	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Alunos Excepcionais Atendidos pela Natureza da Excepcionalidade e Faixa Etária — 1977	221
A.6-82	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Corpo Docente, por Grau de Formação, Especialização e Dependência Administrativa — 1974	222
A.6-83	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Corpo Docente, por Grau de Formação, Especialização e Dependência Administrativa — 1977	223
B.6-84	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Corpo Docente, por Grau de Formação, Especialização e Dependência Administrativa — 1974	224
B.6-85	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Corpo Docente, por Grau de Formação, Especialização e Dependência Administrativa — 1977	225
A.6-86	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Pessoal Técnico por Tipo de Atendimento, Grau de Formação e Dependência Administrativa — 1974	226
A.6-87	Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial — Pessoal Técnico por Tipo de Atendimento, Grau de Formação e Dependência Administrativa — 1977	227
B.6-88	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Pessoal Técnico por Tipo de Atendimento, Grau de Formação e Dependência Administrativa — 1974	228
B.6-89	Município do Rio de Janeiro	Educação Especial — Pessoal Técnico por Tipo de Atendimento, Grau de Formação e Dependência Administrativa — 1977	229
C.0-90	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1975	233
C.0-91	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1976	234
C.0-92	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1977	235
C.0-93	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1978	236

C.0-94	Regiões-Proçrama/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1979	237
C.0-95	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Esiimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1980	238
C.0-96	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1981	239
C.0-97	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos —1982	240
C.0-98	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 2 a 6 Anos — 1983	241
C.0-99	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial — 1972-83	242
C. 0-100	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa — 1975	243
C. 0-101	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa — 1976	244
C. 0-102	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa — 1977	245
C 0-103	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Matrícula Inicial, por Dependência Administrativa — 1978	246
C. 0-104	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1975	247
C. 0-105	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1976	248
C. 0-106	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1977	249
C. 0-107	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1978	250
C. 0-108	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Unidades Escolares • por Dependência Administrativa — 1975	251
C. 0-109	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1976	252
C. 0-110	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1977	253
C. 0-111	Regiões-Programa/RJ	Educação Pré-Escolar — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1978	254
C. 1-112	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1975	257
C. 1-113	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1976	258
C. 1-114	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1977	259
C. 1-115	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1978	260

C. 1-116	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1979	261
C. 1-117	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1980	262
C. 1-118	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1981	263
C. 1-119	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1982	264
C. 1-120	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 7 a 14 Anos — 1983	265
C. 1-121	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial — _____ 1972-83	266
C. 1-122	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Escolarização — 1978	267
C. 1-123	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1975	268
C. 1-124	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1975	269
C. 1-125	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1975	270
C. 1-126	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1975	271
C. 1-127	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 1975	272
C. 1-128	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1976	273
C. 1-129	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1976	274
C. 1-130	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1976	275
C. 1-131	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1976	276
C. 1-132	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 1976	277
C. 1-133	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1977	278
C. 1-134	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1977	279
C. 1-135	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1977	280
C. 1-136	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1977	281
C. 1-137	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 1977	282

C. 1-138	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1978	283
C. 1-139	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1978	284
C. 1-140	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1978	285
C. 1-141	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1978	286
C. 1-142	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 197a	287
C. 1-143	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Alunos Matriculados e Distorção Série/Idade — 1978	288
C. 1-144	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Todas as Dependências — 1975	289
C. 1-145	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Federal — 1975	290
C. 1-146	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Estadual — 1975	291
C. 1-147	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Municipal — 1975	292
C. 1-148	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Particular — 1975	293
C. 1-149	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Todas as Dependências — 1976	294
C. 1-150	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Federal — 1976	295
C. 1-151	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Estadual — 1976	296
C. 1-152	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Municipal — 1976	297
C. 1-153	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Particular — 1976	298
C. 1-154	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Todas as Dependências — 1977	299
C. 1-155	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Federal — 1977	300
C. 1-156	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Estadual — 1977	301
C. 1-157	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Municipal — 1977	302
C. 1-158	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Particular — 1977	303
C. 1-159	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Todas as Dependências — 1975	304

C. 1-160	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Federal — 1975	305
C. 1-161	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Estadual — 1975	306
C. 1-162	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Municipal — 1975	307
C. 1-163	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Particular — 1975	308
C. 1-164	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Todas as Dependências — 1976	309
C. 1-165	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Federal — 1976	310
C. 1-166	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Estadual — 1976	311
C. 1-167	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Municipal — 1976	312
C. 1-168	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Particular — 1976	313
C. 1-169	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Todas as Dependências — 1977	314
C. 1-170	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Federal — 1977	315
C. 1-171	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Estadual — 1977	316
C. 1-172	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Municipal — 1977	317
C. 1-173	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Evasão por Abandono, por Série — Rede Particular — 1977	318
C. 1-174	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Todas as Dependências — 1975	319
C. 1-175	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Federal — 1975	320
C. 1-176	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Estadual — 1975	321
C. 1-177	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Municipal — 1975	322
C. 1-178	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Particular — 1975	323
C. 1-179	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Todas as Dependências — 1976	324
C. 1-180	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Federal - 1976	325
C. 1-181	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Estadual — 1976	326
			141

C. 1-182	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Municipal — 1976	327
C. 1-183	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Particular — 1976	328
C.1-184	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Todas as Dependências — 1977	329
C. 1-185	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Federal — 1977	330
C. 1-186	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Estadual — 1977	331
C. 1-187	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Municipal — 1977	332
C. 1-188	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Particular — 1977	333
C. 1-189	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Todas as Dependências — 1975	334
C. 1-190	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Federal — 1975	335
C. 1-191	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Estadual — 1975	336
C. 1-192	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Municipal — 1975	337
C. 1-193	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Particular — 1975	338
C. 1-194	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Todas as Dependências — 1976	339
C. 1-195	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Federal — 1976	340
C.1-196	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Estadual — 1976	341
C. 1-197	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Municipal — 1976	342
C. 1-198	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Particular — 1976	343
C. 1-199	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Todas as Dependências — 1977	344
C. 1-200	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Federal — 1977	345
C. 1-201	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Estadual — 1977	346
C. 1-202	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Municipal — 1977	347
C. 1-203	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Particular — 1977	348

C. 1-204	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Metropolitana — 1971-78	349
C. 1-205	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Industrial do Médio Paraíba — 1971-78	350
C. 1-206	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Litoral Sul — 1971-78	351
C. 1-207	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região das Baixadas Litorâneas — 1971-78	352
C. 1-208	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Serrana — 1971-78	353
C. 1-209	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Norte — 1971-78	354
C. 1-210	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1975	355
C. 1-211	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1976	355
C. 1-212	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1977	356
C. 1-213	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1978	356
C. 1-214	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1975	357
C. 1-215	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1976	357
C. 1-216	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1977	358
C. 1-217	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 1.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1978	358
C. 2-218	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1975	361
C. 2-219	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1976	361
C. 2-220	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1977	362
C. 2-221	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1978	362
C. 2-222	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1979	363
C. 2-223	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1980	363

C. 2-224	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1981	364
C. 2-225	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1982	364
C. 2-226	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — População Escolarizável Estimada, Faixa Etária de 15 a 18 Anos — 1983	365
C. 2-227	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial — 1971-83	366
C. 2-228	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1975.	367
C. 2-229	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1975	367
C. 2-230	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série - Rede Estadual — 1975	368
C. 2-231	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1975	368
C. 2-232	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 1975.	369
C. 2-233	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1976	369
C. 2-234	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1976	370
C. 2-235	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1976	370
C. 2-236	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal— 1976	371
C. 2-237	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 1976	371
C. 2-238	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1977	372
C. 2-239	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1977	372
C. 2-240	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1977	373
C. 2-241	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1977	373
C. 2-242	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série— Rede Particular—1977	374
C. 2-243	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Todas as Dependências — 1978	374
C. 2-244	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Federal — 1978	375
C. 2-245	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Estadual — 1978	375

C. 2-246	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Municipal — 1978	376
C. 2-247	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Inicial, por Série — Rede Particular — 1978	376
C. 2-248	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série Todas as Dependências — 1975	377
C. 2-249	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Federal — 1975	377
C. 2-250	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Estadual — 1975	378
C. 2-251	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Municipal — 1975	378
C. 2-252	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Particular — 1975	379
C. 2-253	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Todas as Dependências — 1976	379
C. 2-254	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Federal — 1976	380
C. 2-255	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Estadual — 1976	380
C. 2-256	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Municipal — 1976	381
C. 2-257	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Particular — 1976	381
C. 2-258	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Todas as Dependências — 1977	382
C. 2-259	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Federal — 1977	382
C. 2-260	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Estadual — 1977	383
C. 2-261	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Municipal - 1977	383
C. 2-262	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Matrícula Final, por Série — Rede Particular — 1977	384
C. 2-263	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Todas as Dependências — 1975	384
C. 2-264	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Federal — 1975	385
C. 2-265	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Estadual — 1975	385
C. 2-266	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série - Rede Municipal — 1975	386
C. 2-267	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Particular — 1975	386

C. 2-268	Regiões-Programa/RJ.	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Todas as Dependências — 1976	387
C. 2-269	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Federal — 1976	387
C. 2-270	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Estadual — 1976	388
C. 2-271	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Municipal — 1976	388
C. 2-272	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Particular — 1976	389
C. 2-273	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Todas as Dependências — 1977	389
C. 2-274	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Federal — 1977	390
C. 2-275	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Estadual — 1977	390
C. 2-276	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Municipal — 1977	391
C. 2-277	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Evasão Imediata, por Série — Rede Particular — 1977	391
C. 2-278	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Todas as Dependências — 1975	392
C. 2-279	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Federal — 1975	392
C. 2-280	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Estadual — 1975	393
C. 2-281	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Municipal — 1975	393
C. 2-282	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Particular — 1975	394
C. 2-283	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Todas as Dependências — 1976	394
C. 2-284	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Federal — 1976	395
C. 2-285	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Estadual — 1976	395
C. 2-286	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Municipal — 1976	396
C. 2-287	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Particular — 1976	396
C. 2-288	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Todas as Dependências — 1977	397
C. 2-289	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Federal — 1977	397
C. 2-290	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Estadual — 1977	398
C. 2-291	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Municipal — 1977	398

C. 2-292	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Aprovados, por Série — Rede Particular — 1977	399
C. 2-293	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Todas as Dependências — 1975	399
C. 2-294	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Federal — 1975	400
C. 2-295	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Estadual — 1975	400
C. 2-296	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Municipal — 1975	401
C. 2-297	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Particular — 1975	401
C. 2-298	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Todas as Dependências — 1976	402
C. 2-299	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Federal — 1976	402
C. 2-300	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Estadual — 1976	403
C. 2-301	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Municipal — 1976	403
C. 2-302	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Particular — 1976	404
C. 2-303	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Todas as Dependências — 1977	404
C. 2-304	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Federal — 1977	405
C. 2-305	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Estadual — 1977	405
C. 2-306	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Municipal — 1977	406
C. 2-307	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Reprovados, por Série — Rede Particular — 1977	406
C. 2-308	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Metropolitana — 1975-78	407
C. 2-309	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Industrial do Médio Paraíba — 1975-78	407
C. 2-310	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Litoral Sul — 1975-78	408
C. 2-311	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região das Baixadas Litorâneas — 1975-78	408
C. 2-312	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Serrana — 1975-78	409
C. 2-313	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Taxa de Progressão Global da Matrícula Inicial — Região Norte — 1975-78	409

C. 2-314	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1975	410
C. 2-315	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1976	410
C. 2-316	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa—1977	411
C. 2-317	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Pessoal Docente, por Dependência Administrativa — 1978	411
C. 2-318	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1975	412
C. 2-319	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1976	412
C. 2-320	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1977	413
C. 2-321	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 2.º Grau — Unidades Escolares, por Dependência Administrativa — 1978	413
C. 3-322	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 3.º Grau — Cursos, Professores, Alunos Matriculados e Conclusões, por Tipo de Estabelecimento — 1975	417
C. 3-323	Regiões-Programa/RJ	Ensino de 3.º Grau — Cursos, Professores, Alunos Matriculados e Conclusões, por Tipo de Estabelecimento — 1976	418
C. 5-324	Regiões-Programa/RJ	Ensino Supletivo — Alunos Matriculados — 1975-78	421
C. 5-325	Regiões-Programa/RJ	Ensino Supletivo — N.º de Turmas, por Fases — 1978	422
C. 5-326	Regiões-Programa/RJ	Ensino Supletivo — Corpo Docente, por Fases — 1978	422
C. 5-327	Regiões-Programa/RJ	Ensino Supletivo — Unidades Escolares, Segundo Fases Oferecidas - 1978	423
C. 5-328	Regiões-Programa/RJ	Ensino Supletivo — Matrícula no Ensino Profissional, em Cursos do Setor Terciário, Promovidos pelo SENAC, por Curso — 1977	424
C. 6-329	Regiões-Programa/RJ	Educação Especial — Matrícula Inicial, por Modalidade de Atendimento Educacional — 1977	427
C. 6-330	Regiões-Programa/RJ	Educação Especial — Estabelecimentos por Modalidade de Atendimento Educacional — Todas as Dependências — 1977	428
C. 6-331	Regiões-Programa/RJ	Educação Especial — Estabelecimentos por Modalidade de Atendimento Educacional — Rede Estadual — 1977	429
C. 6-332	Regiões-Programa/RJ	Educação Especial — Estabelecimentos por Modalidade de Atendimento Educacional — Rede Municipal — 1977	430
C. 6-333	Regiões-Programa/RJ	Educação Especial — Estabelecimentos por Modalidade de Atendimento Educacional — Rede Particular — 1977	431

A 0-1 — B.0-12

Educação Pré-Escolar

Quadro A.0-1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975-83
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL, ESCOLARIZADA
E DÉFICIT DE ATENDIMENTO, NA FAIXA DE 2 A 6 ANOS

ANOS	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL (2 A 6 ANOS) (*)	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA	DÉFICIT DE ATENDIMENTO	
			NÚMERO	%
1975	1.284.808	76.451	1.208.357	94,05
1976	1.323.340	95.453	1.227.887	92,79
1977	1.364.162	107.512	1.256.650	92,12
1978	1.408.309	119.888	1.288.421	91,49
1979*	1.446.375	138.589	1.307.786	90,42
1980*	1.484.676	158.478	1.326.198	89,33
1981*	1.531.846	180.621	1.351.225	88,21
1982*	1.575.142	205.018	1.370.124	86,98
1983*	1.619.702	231.669	1.388.033	85,70

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados Estimados

Quadro B 0-2

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975-83
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL, ESCOLARIZADA
E DÉFICIT DE ATENDIMENTO, NA FAIXA DE 2 A 6 ANOS

ANOS	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL (2 A 6 ANOS) (*)	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA	DÉFICIT DE ATENDIMENTO	
			NÚMERO	%
1975	488.615	41.003	477.612	97,75
1976	501.457	49.931	451.526	90,04
1977	514.777	56.677	458.100	88,99
1978	528.508	62.132	466.376	88,24
1979	542.647	70.725*	471.922	89,67
1980	557.152	79.894 •	477.258	85,66
1981	574.776	89.963*	484.813	54,35
1982	592.935	100.932*	492.003	82,98
1983	611.653	112.800*	498.853	81,56

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(•) Dados Estimados

Quadro A 0-3

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-83
MATRÍCULA INICIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANOS	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	65.224	50	31.943	1.741	31.490
1973	69.667	90	32.793	1.559	35.225
1974	70.258	181	28.706	1.817	39.554
1975	76.451	—	20.036	11.530	44.885
1976	95.453	—	25.774	16.062	53.617
1977	107.512	—	27.938	20.560	59.014
1978	119.888	—	30.491	24.568	64.829
1979*	138.589	—	36.019	26.498	76.072
1980*	158.478	—	41.188	30.301	86.989
1981 •	180.621	—	46.943	34.535	99.143
1982*	205.018	—	53.284	39.199	112.535
1983*	231.669	—	60.211	44.295	127.163

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(•) Dados Estimados

Quadro B 0-4

**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-83
MATRÍCULA INICIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANOS	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	31.566	50	8.841	—	22.675
1973	35.525	90	10.224	—	25.211
1974	38.333	181	9.484	—	28.668
1975	41.003	—	413	8.671	31.919
1976	49.931	—	621	12.017	37.293
1977	56.677	—	627	15.353	40.697
1978	62.132	—	767	18.053	43.312
1979*	70.725	—	872	20.553	49.301
1980*	79.894	—	985	23.216	55.693
198r	89.963	—	1.108	26.142	62.713
1982*	100.932	—	1.243	29.330	70.359
1983'	112.800	—	1.390	32.779	78.631

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

(*) Dados Estimados

Quadro A 0-5 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-83
 MATRÍCULA POR IDADE

IDADES	MATRÍCULA NO ANO												
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	
Até 2 anos	611	1.388	1.682	2.312	3.231	3.851	4.583	5.294	6.054	6.900	7.832	8.850	
3 anos	4.898	5.967	5.691	8.353	11.869	13.112	14.749	17.046	19.493	2.216	25.217	28.495	
4 anos	17.161	18.635	17.967	20.964	27.125	29.362	33.156	38.334	43.835	49.960	56.708	64.080	
5 anos	26.447	29.289	30.796	30.189	34.268	38.626	46.814	54.119	61.886	70.532	80.060	90.467	
6 anos e mais	16.107	14.388	14.122	14.633	18.960	22.555	20.586	23.796	27.210	31.013	35.201	39.777	
TOTAL	65.224	69.667	70.258	76.451	95.453	107.512	119.888	138.589	158.478	180.621	205.018	231.669	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados

Quadro B 0-6

 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-83
 MATRICULA POR IDADE

IDADES	MATRICULA NO ANO											
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979 *	1980 *	1981 *	1982 *	1983 *
Até 2 anos	469	1.152	1.406	1.886	2.407	2.914	3.492	3.975	4.490	5.056	5.672	6.339
3 anos	3.234	4.201	4.785	6.208	7.048	7.967	9.701	11.040	12.471	14.043	15.756	17.608
4 anos	8.566	10.427	11.451	13.435	14.488	15.675	17.691	20.135	22.746	25.613	28.735	32.114
5 anos	14.147	16.179	17.017	15.643	18.210	20.892	26.143	29.761	33.620	37.856	42.472	47.467
6 anos e mais	5.150	3.566	3.674	3.831	7.778	9.229	5.106	5.814	6.567	7.395	8.297	9.272
TOTAL	31.566	35.525	38.333	41.003	49.931	56.677	62.132	70.725	79.894	89.963	100.932	112.800

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados

Quadro A 0-7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-78
CORPO DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	3.976	4	1.734	75	2.163
1973	4.218	4	1.946	77	2.191
1974	4.470	14	1.880	84	2.492
1975	4.196	—	1.024	631	2.541
1976	5.331	—	1.032	792	3.507
1977	5.583	—	1.158	966	3.459
1978	5.819	—	1.199	1.071	3.549

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 0-8

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-78
CORPO DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	2.102	4	490	—	1.608
1973	1.938	4	443	—	1.491
1974	2.344	14	518	—	1.812
1975	2.274	—	23	453	1.798
1976	2.994	—	61	534	2.389
1977	3.169	—	52	687	2.430
1978	3.239	—	29	756	2.454

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A.0-9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975-78
CORPO DOCENTE, SEGUNDO O GRAU DE FORMAÇÃO

ANOS	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	POR GRAU DE FORMAÇÃO			
		3.º GRAU	2.º GRAU		1.º GRAU
			FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO	OUTRO	
1975	4.196	943	3.028	101	124
1976	5.329	1.622	3.282	159	266
1977	5.583	1.673	3.470	145	295
1978	5.819	1.689	3.707	160	263

FONTE: SEEC/ME(C e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 0-10

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975-78
CORPO DOCENTE, SEGUNDO O GRAU DE FORMAÇÃO

ANOS	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	POR GRAU DE FORMAÇÃO			
		3.º GRAU	2.º GRAU		1.º GRAU
			FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO	OUTRO	
1975	2.274	535	1.593	71	75
1976	2.984	957	1.764	100	163
1977	3.169	1.062	1.840	91	176
1978	3.239	1.052	1.958	109	120

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A 0-11

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-78
UNIDADES ESCOLARES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	994	1	269	26	698
1973	1.042	1	285	23	733
1974	1.020	1	262	37	720
1975	1.027	—	145	153	729
1976	1.108	—	167	186	755
1977	1.186	—	201	236	749
1978	1.254	—	220	274	760

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B. 0-12

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-78
UNIDADES ESCOLARES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	543	1	98	—	444
1973	578	1	115	—	462
1974	552	1	108	—	443
1975	551	—	1	107	443
1976	583	—	2	132	449
1977	625	—	2	178	445
1978	664	—	2	212	450

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A.1-13 — B.1-42

V Grau

Quadro A 1-13

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-83
POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA, MATRICULA INICIAL
E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO APARENTE E REAL

ANOS	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS (1000 hab)	MATRICULA INICIAL (1000 hab)		TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO	
		TODAS AS IDADES	7 A 14 ANOS	APARENTE	REAL
1972	1.797	1.809	1 4 4 8	1,007	0,806
1973	1.850	1.820	1 438	0,984	0,777
1974	1.904	1.850	1 495	0,972	0,785
1975	1.962	1.872	1 499	0,954	0,764
1976	2.021	1.990	1 605	0,985	0,794
1977	2.076	2.025	1 640	0,975	0,790
1978	2.138	2.033	1 667	0,951	0,780
1979 *	2.201	2.032	1 715	0,923	0,779
1980 *	2.266	2.041	1 789	0,901	0,790
1981 *	2.332	2.075	1 855	0,890	0,795
1982 *	2.401	2.117	1 901	0,882	0,792
1983 *	2.473	2.160	1 948	0,873	0,788

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

(*) Dados Estimados

Quadro B 1-14

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-83
POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA, MATRICULA INICIAL
E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO APARENTE E REAL

ANOS	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS (1000 hab)	MATRICULA INICIAL (1000 hab)		TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO	
		TODAS AS IDADES	7 A 14 ANOS	APARENTE	REAL
1972	741	833	632	1,124	0,853
1973	760	857	660	1,128	0,868
1974	780	880	693	1,128	0,888
1975	800	887	693	1,109	0,866
1976	821	915	722	1,114	0,879
1977	843	904	715	1,072	0,848
1978	866	887	711	1,024	0,821
1979 *	889	857	704	0,964	0,791
1980 *	913	852	748	0,933	0,819
1981 *	943	860	773	0,912	0,820
1982 *	974	870	800	0,892	0,821
1983 ;	1.007	873	826	0,867	0,821

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

(*) Dados Estimados

Quadro A. 1-15 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1970-78
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA
 E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, OBSERVADAS SEGUNDO A IDADE

IDADES	POPULAÇÃO EM 1970		TAXAS DE ES- COLARIZAÇÃO EM 1970	POPULAÇÃO EM 1975		TAXAS DE ES- COLARIZAÇÃO EM 1975	POPULAÇÃO EM 1978		TAXAS DE ES- COLARIZAÇÃO EM 1978
	ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA		ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA		ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA	
7 anos	227.313	180.782	0,795	263.643	184.500	0,700	287.448	201.589	0,701
8 anos	217.087	190.009	0,875	251.686	197.775	0,786	274.251	209.654	0,764
9 anos	210.396	193.847	0,921	243.761	211.005	0,866	265.611	216.892	0,817
10 anos	220.130	188.616	0,857	255.011	214.667	0,842	277.817	219.019	0,788
11 anos	208.456	177.570	0,852	241.424	205.502	0,851	262.997	217.092	0,825
12 anos	210.897	165.383	0,784	244.057	197.470	0,809	265.733	220.192	0,829
13 anos	201.539	141.557	0,702	233.161	175.509	0,753	253.802	208.742	0,822
14 anos	198.515	98.753	0,498	229.474	145.876	0,636	249.888	174.153	0,697

• FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 1-16 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1970-78
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA
 E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, OBSERVADAS SEGUNDO A IDADE

IDADES	POPULAÇÃO EM 1970		TAXAS DE ES- COLARIZAÇÃO EM 1970	POPULAÇÃO EM 1975		TAXAS DE ES- COLARIZAÇÃO EM 1975	POPULAÇÃO EM 1978		TAXAS DE ES- COLARIZAÇAC EM 1978
	ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA		ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA		ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA	
7 anos	90.629	82.630	0,912	103.544	92.544	0,894	111.995	93.407	0,834
8 anos	88.260	83.379	0,945	100.837	87.879	0,871	109.067	87.639	0,804
9 anos	86.070	85.188	0,990	98.335	93.981	0,956	105.361	87.971	0,827
10 anos	89.606	81.314	0,908	102.375	93.765	0,916	110.730	87.490	0,790
11 anos	86.785	77.009	0,887	99.152	92.093	0,929	107.244	88.414	0,824
12 anos	87.317	71.868	0,823	99.760	91.016	0,912	107.902	93.437	0,866
13 anos	85.797	65.045	0,758	98.023	85.541	0,873	106.023	92.225	0,870
14 anos	86.110	44.002	0,511	98.381	77.581	0,788	106.410	79.944	0,751

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A. 1-17 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-78
 MATRICULA INICIAL POR SÉRIE

SÉRIES	A N O S							
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1978
1.a.	601.972	545.177	515.624	496.473	555.121	554.461	548.358	
2.a	264.037	282.044	268.804	259.945	268.250	313.935	329.108	
3.a	238.941	241.508	251.546	246.329	246.072	248.962	273.799	
4.a	222.284	208.063	212.662	219.913	219.238	218.074	218.171	
5.a	194.926	234.293	216.907	206.412	226.601	220.837	217.175	
6.a	115.399	131.883	177.968	182.247	180.951	185.867	175.231	
7.a	91.632	96.894	116.027	157.166	156.360	152.143	149.793	
8.a	80.213	80.508	90.588	103.382	137.320	130.764	121.441	
TOTAL	1.809.404	1.820.370	1.850.126	1.871.867	1.989.913	2.025.043	2.033.076	

FONTE: SEEC/MEC • Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro B 1-18

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-78
MATRICULA INICIAL POR SÉRIE

SÉRIES	A N O S							
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	
1.ª *	266.070	251.298	241.920	227.975	241.405	217.663	212.416	
2.ª	110.400	117.338	111.442	109.630	110.972	148.248	136.205	
3.ª	100.655	104.396	107.921	106.610	106.901	105.788	127.474	
4.ª	123.526	92.614	90.929	96.930	98.359	97.123	95.091	
5.ª	73.125	118.432	102.063	98.267	105.480	104.128	102.129	
6.ª	61.838	73.808	108.157	93.556	88.792	88.084	83.232	
7.ª	50.149	53.519	66.377	94.800	82.625	75.416	71.115	
8.ª	46.819	45.866	51.533	59.098	80.859	67.879	59.225	
TOTAL	832.582	857.271	880.342	886.866	915.393	904.329	886.887	

FONTES: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro A 1-19 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS											MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS			
1. ^a	496.473	80.505	161.127	105.458	66.955	40.247	21.928	12.070	5.465	1.934	784		
2. ^a	259.945	1.257	21.525	68.166	58.707	45.020	30.094	19.384	10.473	4.063	1.256		
3. ^a	246.329	12	1.824	22.183	62.388	54.574	42.506	31.941	19.720	8.519	2.662		
4. ^a	219.913	—	24	1.941	21.340	56.526	49.392	40.774	28.860	15.446	5.610		
5. ^a	206.412	—	—	27	1.589	17.063	47.124	44.672	37.257	27.734	30.946		
6. ^a	182.247	—	—	—	26	1.220	13.725	39.200	39.661	33.661	54.754		
7. ^a	157.166	—	—	—	—	17	721	9.263	30.888	37.540	78.737		
8. ^a	103.382	—	—	—	—	—	12	166	3.185	16.979	83.040		
TOTAL *	1.871.867	81.774	184.500	197.775	211.005	214.667	205.502	197.470	175.509	145.876	257.789		

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro A 1-20 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS											MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS			
1.ª *	555.121	88.930	157.116	122.624	77.661	49.211	29.540	16.811	8.542	3.275	1.411		
2.ª	268.250	1.531	18.558	62.145	62.414	47.228	33.259	22.471	12.548	5.665	2.431		
3.ª	246.072	132	1.693	18.909	52.227	56.041	44.827	33.465	22.014	11.328	5.436		
4.ª	219.238	2	53	2.040	17.418	48.035	51.227	41.184	30.302	18.578	10.399		
5.ª	226.601	—	—	92	1.957	16.425	45.678	51.407	41.683	31.719	37.640		
6.ª	180.951	—	—	1	109	1.321	12.157	36.681	41.106	34.079	55.497		
7.ª	156.360	—	—	—	2	48	1.037	9.785	31.487	36.273	77.728		
8.ª	137.320	—	—	—	—	3	73	942	7.330	25.512	103.460		
TOTAL *	1.969.913	90.595	177.420	205.811	211.788	218.312	217.798	212.746	195.012	166.429	294.002		

FONTE: SEEC/MEC • Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro A 1-21 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
MATRICULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRICULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS										MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS		
1.ª *	554.461	86.854	155.938	116.247	79.189	50.566	31.104	18.530	9.663	4.256	2.114	
2.ª	313.935	2.825	24.778	69.421	69.381	53.596	36.589	27.289	16.192	8.026	3.838	
3.ª	248.962	58	1.297	15.823	49.179	55.394	45.195	36.068	24.625	13.890	7.433	
4.ª	218.074	27	50	1.401	14.550	43.420	49.449	42.018	32.326	21.032	13.801	
5.ª	220.837	—	—	32	1.201	12.914	41.088	49.819	42.303	32.912	40.568	
6.ª	185.867	—	—	4	43	1.343	12.349	36.728	43.014	35.350	57.036	
7.ª	152.143	—	—	—	4	72	1.126	9.683	30.842	36.275	74.141	
8.ª	130.764	—	—	—	—	4	63	673	7.567	25.824	96.633	
TOTAL *	2.025.043	89.764	182.063	202.928	213.547	217.309	218.963	220.808	206.532	177.565	295.564	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro A 1-22 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
 MATRICULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIE	TOTAL	MATRICULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS										MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS		
1. ^a	548.358	113.063	159.030	105.461	68.725	44.574	27.252	16.456	8.676	3.570	1.551	
2. ^a	329.108	5.794	38.019	73.968	67.356	52.934	37.954	26.869	15.796	7.489	2.929	
3. ^a	273.799	106	4.524	28.430	60.758	55.036	45.001	35.618	24.608	13.411	6.307	
4. ^a	218.171	—	16	1.784	18.427	48.725	46.221	39.927	31.610	19.819	11.642	
5. ^a	217.175	—	—	11	1.617	16.164	44.577	47.242	41.244	31.011	35.309	
6. ^a	175.231	—	—	—	9	1.567	14.396	39.312	39.735	33.473	46.739	
7. ^a	149.793	—	—	—	—	19	1.666	13.584	35.937	35.302	63.285	
8. ^a	121.441	—	—	—	—	—	25	1.184	11.136	30.078	79.018	
TOTAL *	2.033.076	118.963	201.589	209.654	216.892	219.019	217.092	220.192	208.742	174.153	246.708	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro B 1 -23

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS										MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS		
1. ^a *	227.975	48.409	79.700	41.654	26.123	15.548	8.745	4.712	2.236	733	115	
2. ^a	109.630	903	11.520	32.984	23.633	16.339	11.254	7.222	4.027	1.561	187	
3. ^a	106.610	8	1.305	12.009	31.533	22.159	16.176	11.852	7.668	3.433	467	
4. ^a	96.930	—	19	1.212	11.666	28.912	20.744	15.582	11.280	6.463	1.047	
5. ^a	98.267	—	—	20	1.008	9.987	26.059	21.793	16.723	13.270	9.407	
6. ^a	93.556	—	—	—	18	805	8.532	23.096	20.655	17.411	23.039	
7. ^a	94.800	—	—	—	—	15	571	6.641	20.904	24.130	42.539	
8. ^a	59.098	—	—	—	—	—	12	118	2.048	10.555	46.365	
TOTAL *	886.866	49.320	92.544	87.879	93.981	93.765	92.093	91.016	85.541	77.561	123.166	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS											MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS			
1.ª *	241.405	47.163	70.578	51.587	30.462	18.613	11.412	6.465	3.300	1.358	467		
2.ª	110.972	689	7.884	28.090	26.284	17.697	12.690	8.608	5.273	2.633	1.124		
3.ª	106.901	34	750	8.235	24.573	24.883	17.979	13.091	9.291	5.386	2.679		
4.ª	98.359	2	8	762	7.561	23.756	23.993	16.707	12.445	8.221	4.904		
5.ª	105.480	—	—	48	898	7.682	23.264	24.678	18.792	14.682	15.436		
6.ª	88.792	—	—	—	31	672	6.616	19.971	21.156	18.376	23.970		
7.ª	82.625	—	—	—	—	25	518	5.729	18.376	19.995	37.982		
8.ª	80.859	—	—	—	—	2	28	471	4.657	16.365	59.316		
TOTAL *	915.393	47.888	79.220	88.722	89.809	93.330	96.500	95.720	93.290	85.036	145.878		

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro B 1-25

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS										MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS		
1.ª *	217.663	46.247	66.415	41.696	26.493	16.017	9.671	5.844	3.063	1.493	724	
2.ª	148.248	2.389	15.180	36.837	32.891	22.029	15.869	10.913	6.814	3.640	1.886	
3.ª	105.788	12	643	6.712	22.657	24.337	17.793	13.849	9.738	6.234	3.813	
4.ª	97.123	—	24	480	6.318	20.823	22.984	17.318	13.149	9.089	6.928	
5.ª	104.128	—	—	3	429	5.432	20.140	24.718	19.236	15.370	18.800	
6.ª	88.084	—	—	—	10	532	5.162	18.425	21.697	16.740	25.518	
7.ª	75.416	—	—	—	1	37	461	4.572	16.351	19.463	34.531	
8.ª	67.879	—	—	—	—	4	47	391	4.019	14.542	48.876	
TOTAL *	904.329	48.648	82.262	85.738	88.799	89.211	91.927	96.030	94.067	86.571	141.076	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro B 1-26

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
MATRICULA INICIAL, SEGUNDO IDADE E SÉRIE

SÉRIES	TOTAL	MATRICULA INICIAL, SEGUNDO IDADES EM ANOS COMPLETOS											MAIS DE 14 ANOS
		MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS			
1.ª	212.416	68.179	64.277	33.737	19.860	11.750	6.938	4.153	2.301	972	249		
2.ª	136.205	5.102	25.256	34.065	25.018	17.615	12.206	8.667	5.026	2.468	782		
3.ª	127.474	105	3.859	18.887	32.845	24.105	17.801	13.467	9.170	5.129	2.106		
4.ª	95.091	—	15	939	9.589	25.397	19.935	15.601	11.915	7.648	4.052		
5.ª	102.129	—	—	11	651	7.939	23.588	22.903	18.698	14.081	14.258		
6.ª	83.232	—	—	—	8	673	7.289	21.070	19.314	15.166	19.712		
7.ª	71.115	—	—	—	—	11	644	6.985	19.411	17.566	26.498		
8.ª	59.225	—	—	—	—	—	13	591	6.590	16.914	35.317		
TOTAL *	886.887	73.386	93.407	87.639	87.971	87.490	88.414	93.437	92.225	79.944	102.974		

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Inclusive CA

Quadro A 1-27

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
ADEQUAÇÃO SÉRIE/IDADE**

SÉRIES	IDADE	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL	TAXA DE ADEQUAÇÃO SÉRIE/IDADE
1. ^a	7 anos	141.728	287.448	0,493
2. ^a	8 anos	73.968	274.251	0,270
3. ^a	9 anos	60.758	265.611	0,229
4. ^a	10 anos	48.725	277.817	0,175
5. ^a	11 anos	44.564	262.997	0,169
6. ^a	12 anos	39.312	265.733	0,148
7. ^a	13 anos	35.937	253.802	0,142
8. ^a	14 anos	30.078	249.888	0,120

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A 1-28

**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
ADEQUAÇÃO SÉRIE/IDADE**

SÉRIES	IDADE	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL	TAXA DE ADEQUAÇÃO SÉRIE/IDADE
1. ^a	7 anos	57.383	111.995	0,512
2. ^a	8 anos	34.065	109.067	0,312
3. ^a	9 anos	32.845	106.361	0,309
4. ^a	10 anos	25.397	110.730	0,229
5. ^a	11 anos	23.588	107.244	0,220
6. ^a	12 anos	21.070	107.902	0,195
7. ^a	13 anos	19.411	106.023	0,183
8. ^a	14 anos	16.914	106.410	0,159

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A.1-29

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-77
MATRICULA DE FIM DE ANO

SÉRIES	MATRICULA DE FIM DE ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	510.217	412.457	428.078	475.560	522.570	520.254
2. ^a	261.874	277.244	263.085	249.556	258.226	298.352
3.»	231.941	233.941	246.820	235.080	235.687	235.938
4. ^a	213.930	204.165	209.349	212.414	210.216	206.816
5. ^a	204.607	229.896	198.350	192.953	210.488	202.789
6.»	100.951	124.620	178.487	171.214	170.887	173.565
7. ^a	82.822	93.841	110.597	149.741	148.239	141.231
8. ^a	72.123	77.713	86.138	98.070	132.182	121.743
Total	1.678.465	1.653.877	1.720.904	1.784.588	1.888.495	1.900.688

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1975

Quadro B. 1-30

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-77
MATRICULA DE FIM DE ANO

SÉRIES	MATRÍCULA DE FIM DE ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	183.163	137.340	172.245	222.500	230.213	205.374
2.»	110.029	115.274	108.286	107.813	108.096	142.472
3. ^a	98.398	102.272	105.640	104.190	103.854	101.933
4. ^a	118.483	91.620	88.796	95.972	95.484	93.181
5. ^a	93.012	115.001	96.874	93.585	99.951	97.426
6. ^a	53.477	70.808	101.985	89.428	84.784	82.825
7. ^a	45.432	52.129	61.504	90.574	79.339	70.556
8. ^a	41.681	44.276	46.337	57.667	78.596	63.611
Total	743.675	728.720	781.667	861.729	880.317	857.378

FONTE: A NUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1975

Quadro A. 1-31

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1º GRAU — 1972-77
APROVADOS NO FIM DO ANO, POR SÉRIE

SÉRIES	APROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	372.310	297.018	277.355	292.065	306.869	319.020
2. ^a	233.794	238.532	219.300	196.582	196.231	226.134
3. ^a	209.499	204.914	209.243	188.390	182.472	185.986
4. ^a	192.539	184.818	185.627	179.472	171.064	169.864
5. ^a	187.341	206.206	170.599	155.464	157.448	147.983
6. ^a	90.820	115.047	158.257	140.042	135.748	135.477
7. ^a	76.766	87.111	100.870	127.109	120.662	113.301
8. ^a	68.385	73.807	80.714	88.976	118.934	107.013
TOTAL	1.431.454	1.407.453	1.401.965	1.368.100	1.389.428	1.404.778

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro B 1-32

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1º GRAU — 1972-77
APROVADOS NO FIM DO ANO, POR SÉRIE

SÉRIES	APROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	109.025	104.558	112.016	137.521	146.680	125.795
2. ^a	92.643	96.909	91.014	85.968	84.587	108.553
3. ^a	84.205	87.520	89.211	83.983	82.119	81.292
4. ^a	101.944	82.575	79.272	81.794	79.102	77.141
5. ^a	84.630	102.347	82.539	72.558	73.200	69.520
6. ^a	48.805	65.927	89.957	70.949	65.702	63.274
7. ^a	42.686	48.641	56.067	75.690	63.357	55.444
8.*	39.879	42.322	43.647	52.831	71.297	56.045
TOTAL	603.817	630.799	643.723	661.294	666.044	637.064

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro A 1-33

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1970-77
ALUNOS REPROVADOS POR SÉRIE ESCOLAR

SÉRIES	APROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	137.907	115.439	150.723	183.495	215.701	201.234
2. ^a	28.080	38.712	43.785	52.974	61.995	72.218
3. ^a	22.442	29.027	37.577	46.690	53.215	49.952
4. ^a	21.391	19.347	23.722	32.942	39.152	36.952
5. ^a	17.266	23.690	27.751	37.489	53.040	54.806
6. ^a	10.131	9.573	20.230	31.172	35.139	38.088
7. ^a	6.056	6.730	9.727	22.632	27.577	27.930
8. ^a	3.738	3.906	5.424	9.094	13.248	14.730
Total	247.011	246.424	318.939	416.488	499.067	495.910

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro B 1-34

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1970-77
ALUNOS REPROVADOS POR SÉRIE ESCOLAR

SÉRIES	REPROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	74.138	32.782	60.229	84.979	83.533	79.579
2. ^a	17.386	18.365	17.272	21.845	23.509	33.919
3. ^a	14.193	14.752	16.429	20.207	21.735	20.641
4. ^a	16.539	9.045	9.524	14.178	16.382	16.040
5. ^a	8.382	12.654	14.335	21.027	26.751	27.906
6. ^a	4.672	4.881	12.028	18.479	19.082	19.551
7. ^a	2.746	3.486	5.437	14.884	15.982	15.112
8. ^a	1.802	1.954	2.690	4.836	7.299	7.566
Total	139.858	97.921	137.944	200.435	214.273	220.314

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro A. 1-35 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1971-78
 TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRÍCULA INICIAL

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	491.505															
		0,537														
1972	601.972		264.037													
		0,469		0,491												
1973	545.177		282.044		241.508											
		0,493		0,418	0,433											
1974	515.624		268.804		251546		212.062									
		0,504		0,452	0,365	0,420										
1975	496.473		259.945		246.329		219.913		206.412							
		0,540		0,477	0,402	0,376			0,368							
1976	555.121		268.250		246.072		219.238		226.601		180.951					
		0,566		0,501	0,423	0,405			0,309	0,310						
1977	554.461		313.935		248.962		218.074		220.837		185.867		152.143			
		0,594		0,493	0,439	0,421			0,321	0,249	0,247					
1978	548.358		328.106		273.799		218.171		217.175		175.231		149.739		121.441	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 1-36

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1971-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRICULA INICIAL

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	153.326															
		0,720	110.400													
1972	266.070			0,681	104.396											
1973	251.298	0,441	117.338	0,406	107.921	0,593	90.929									
1974	241.920	0,443	111.442	0,424	106.610	0,364	96.930	0,641	98.267							
1975	227.975	0,453	109.630	0,442	106.901	0,391	98.359	0,366	105.480	0,579	88.792					
1976	241.405	0,487	110.972	0,464	105.788	0,401	97.123	0,414	104.128	0,331	88.084	0,492	75.416			
1977	217.663	0,614	148.248	0,528	127.474	0,417	95.091	0,422	102.129	0,331	83.232	0,267	71.115	0,386	59.225	
1978	212.416	0,626	136.205													

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro A. 1-37

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1º GRAU — 1972-78
CORPO DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TOTAL	ANOS	CORPO DOCENTE			
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	78.575	970	46.291	6.428	24.886
1973	84.288	1.053	50.404	7.118	25.713
1974	76.563	966	46.416	7.233	21.948
1975	81.638	934	22.279	35.352	23.073
1976	78.796	953	23.590	31.770	22.483
1977	84.376	916	26.609	33.326	23.525
1978	84.246	437	26.243	33.629	23.937

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B. 1-38

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-78
CORPO DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TOTAL	ANOS	CORPO DOCENTE			
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	36.934	874	22.904	—	13.156
1973	39.352	950	24.673	—	13.729
1974	37.413	925	25.872	—	10.616
1975	39.370	932	125	27.618	10.635
1976	35.252	951	372	23.346	10.583
1977	36.626	914	245	24.255	11.212
1978	36.114	437	213	24.087	11.377

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A 1-39

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-78
DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES
SEGUNDO O CURSO CONCLUÍDO**

ANOS	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	COM CURSO DE 1.º GRAU	COM CURSO DE 2.º GRAU		COM CURSO SUPERIOR
			FORM./MAGIST.	OUTRO	
1972	78.575	1.030	53.701	5.812	10.032
1973	84.288	993	57.394	6.138	19.718
1974	75.563	3.873	48.398	6.629	17.663
1975	81.638	1.400	36.223	1.668	42.347
1976	78.796	2.448	30.863	2.285	43.200
1977	84.826	2.012	34.000	2.214	46.600
1978	84.246	1.674	33.935	1.481	47.156

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 1-40

**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-78
DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES
SEGUNDO O CURSO CONCLUÍDO**

ANOS	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	COM CURSO DE 1.º GRAU	COM CURSO DE 2.º GRAU		COM CURSO SUPERIOR
			FORM./MAGIST.	OUTRO	
1972	36.134	21	23.475	1.680	11.758
1973	39.352	18	24.911	1.739	12.684
1974	37.413	854	22.959	2.245	11.355
1975	39.370	234	14.536	515	24.085
1976	35.252	435	10.782	616	23.419
1977	36.626	339	11.468	512	24.307
1978	36.114	389	11.136	464	24.125

FONTE: SEEC /MEC e Instituto de Informática — SEEC/ RJ

Quadro A 1-41

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975-78
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANOS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1975	5.964	14	2.310	2.157	1 4 8 3
1976	6.001	14	2.344	2.202	1.441
1977	6.060	11	2.406	2.242	1.401
1978	6.018	8	2.464	2.225	1.321

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 1-42

**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975-78
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANOS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1975	1.418	13	2	740	663
1976	1.410	13	9	735	653
1977	1.444	10	6	746	682
1978	1.395	8	2	757	628

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A 2-43 — B.2-60

2.º Grau

Quadro A 2-43 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-83
 MATRICULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
 E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

ANOS	MATRICULA INICIAL									
	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			LOCALIZAÇÃO		
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	URBANA	RURAL			
1972	175.437	11.855	44.318	4.071	115.193	174.208	1.229			
1973	201.065	12.293	56.410	5.043	127.319	199.707	1.358			
1974	210.234	15.333	59.004	4.353	131.544	209.145	1.089			
1975	238.240	12.764	73.324	3.456	148.696	237.006	1.234			
1976	276.584	14.915	85.194	3.762	172.713	275.365	1.219			
1977	312.724	13.926	94.808	4.487	199.503	311.164	1.560			
1978	343.020	13.822	103.087	5.879	220.232	340.870	2.150			
1979 *	384.544	15.485	115.566	6.591	246.892	382.134	2.410			
1980 *	423.137	17.050	127.165	7.252	271.670	420.485	2.652			
1981 *	465.267	18.748	139.826	7.974	298.719	462.351	2.916			
1982 *	507.825	20.462	152.615	8.704	326.044	504.642	3.183			
1983 *	553.743	22.313	166.415	9.491	355.524	550.272	3.471			

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados considerando o fenômeno invariante no tempo

Quadro B.2-44 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-83
 MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
 E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

ANOS	MATRÍCULA INICIAL							
	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA			LOCALIZAÇÃO			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	URBANA	RURAL	
1972	109.332	10.572	29.744	—	69.016	109.332	—	
1973	124.016	10.676	39.010	—	74.330	124.016	—	
1974	130.044	13.412	40.090	—	76.542	130.044	—	
1975	142.723	10.294	49.772	—	82.657	142.723	—	
1976	166.224	12.203	54.796	—	99.225	166.224	—	
1977	184.974	10.977	58.001	—	115.996	184.974	—	
1978	201.284	10.706	61.032	—	129.546	201.284	—	
1979 *	228.808	12.170	69.378	—	147.260	228.808	—	
1980 *	255.780	13.605	77.556	—	164.619	255.780	—	
1981 *	285.224	15.171	86.484	—	186.569	285.224	—	
1982 *	317.110	16.867	96.152	—	204.091	317.110	—	
1983 *	351.438	18.693	106.561	—	226.184	351.438	—	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados considerando o fenômeno invariante no tempo

Quadro A 2-45 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-83
 MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE

SÉRIE	MATRICULA INICIAL												
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979 *	1980 *	1981 *	1982 *	1983 *	
1.ª	71.207	86.246	88.334	105.186	124.369	146.397	151.904	170.276	187.365	206.020	224.865	245.197	
2.ª	57.698	63.675	70.011	75.860	84.898	94.173	111.893	125.438	138.027	151.770	165.653	180.631	
3.ª	45.115	47.299	48.752	53.877	62.651	68.539	75.929	85.138	93.683	103.010	112.432	122.599	
4.ª	1.417	3.845	3.137	3.377	4.666	3.615	3.294	3.692	4.062	4.467	4.875	5.316	
TOTAL	175.437	201.065	210.234	238.240	276.584	312.724	343.020	384.544	423.137	465.267	507.825	553.743	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.
 (*) Dados estimados

Quadro B 2-46

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1972-83
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE

SÉRIES	ALUNOS MATRICULADOS												
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979 *	1980 *	1981 *	1982 *	1983*	
1.ª	44.620	54.116	56.055	63.659	76.073	86.768	85.815	97.550	109.049	121.602	135.196	149.832	
2.ª	35.434	40.064	43.327	45.955	51.107	56.189	67.586	76.827	85.884	95.771	106.477	118.004	
3.ª	28.021	28.175	29.436	31.620	37.965	40.956	46.851	53.258	59.536	66.389	73.811	81.800	
4.ª	1.257	1.661	1.226	1.489	1.079	1.061	1.032	1.173	1.311	1.462	1.626	1.802	
TOTAL	109.332	124.016	130.044	142.723	166.224	184.974	201.284	228.808	255.780	285.224	317.110	351.438	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados

Quadro A 2-47

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1972-77
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE

SÉRIES	MATRÍCULA FINAL					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	65.267	75.675	82.088	90.508	103.299	127.819
2.a	51.902	56.471	64.648	67.807	73.472	87.188
3. ^a	41.898	46.362	48.055	51.928	58.453	65.593
4. ^a	1.854	1.547	2.655	3.203	3.954	3.177
TOTAL	160.921	180.055	197.446	213.446	239.178	283.777

FONTE: SEEC/NMEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 2-48

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-77
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE

SÉRIES	MATRÍCULA FINAL					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	39.901	47.435	50.997	54.560	62.598	79.831
2. ^a	31.535	36.087	38.689	41.290	45.229	54.426
3. ^a	25.878	28.794	30.266	31.738	35.349	40.952
4. ^a	1.370	689	945	1.030	1.126	986
TOTAL	98.684	113.005	120.897	128.618	144.302	176.195

FONTE: SEEC MEC e Instituto de Informática —

Quadro A 2-49

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-77
APROVADOS NO FINAL DO ANO POR SÉRIE

SÉRIES	APROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	59.997	68.788	73.011	79.240	86.945	105.114
2. ^a	49.226	52.310	59.417	61.505	66.012	77.529
3. ^a	41.168	44.914	46.375	50.017	56.161	62.700
4. ^a	1.676	1.452	2.539	3.067	3.770	2.945
TOTAL	152.067	167.464	181.342	193.829	212.888	248.288

FONTE: SEEC/IMEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B.2-50

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-77
APROVADOS NO FINAL DO ANO POR SÉRIE

SÉRIES	APROVADOS NO) ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	36.516	42.563	44.924	47.326	51.700	65.346
2. ^a	29.842	32.791	34.953	37.114	39.406	48.220
3. ^a	25.448	27.571	29.058	30.544	34.086	38.958
4. ^a	1.196	802	860	947	1.073	914
TOTAL	93.002	103.527	109.795	111.931	126.265	153.438

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática -- SEEC/RJ.

Quadro A 2-51

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-77
REPROVADOS NO FIM DO ANO, POR SÉRIE

SÉRIES	REPROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	5.270	6.887	9.077	11.268	16.354	22.705
2. ^a	2.676	4.161	5.231	6.302	7.460	9.659
3. ^a	730	1.448	1.680	1.911	2.292	2.893
4. ^a	178	95	116	136	184	232
TOTAL	8.854	12.591	16.104	19.617	26.290	35.489

FONTE: SEEC/f.MEC e Instituto de Informática — ISEEC/RJ.

Quadro B 2-52

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-77
REPROVADOS NO FIM DO ANO, POR SÉRIE

SÉRIES	REPROVADOS NO ANO					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. ^a	3.385	4.872	6.053	7.234	10.159	14.485
2. ^a	1.693	3.296	3.736	4.176	4.890	6.206
3. ^a	430	1.223	1.208	1.194	1.648	1.994
4. ^a	174	87	85	83	53	72
TOTAL	5.682	9.478	11.082	12.687	16.750	22.757

FONTE: SEEC/hMEC e Instituto de Informática — 1
 EEC/RJ.

Quadro A. 2-53 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 2.º GRAU — 1971-78
 TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRICULA INICIAL

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	APROVADOS DE 3.ª SÉRIE	TAXA DE SUCESSO (1)
1971	70.877							
1972	71.207	0,814	57.698					
1973	86.246	0,894	63.675	0,667	47.299		44.914	0,634
1974	88.334	0,812	70.011	0,695	48.752		46.375	0,651
1975	105.186	0,858	75.800	0,625	53.877		50.017	0,580
1976	124.369	0,807	84.898	0,709	62.651		56.161	0,636
1977	146.397	0,757	94.173	0,652	68.539		62.700	0,596
1978	151.904	0,764	111.893	0,611	75.929		69.323*	0,557*

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dado estimado

(1) Calculada em função dos aprovados na 3.ª série

Quadro B 2-54

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1971-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRÍCULA INICIAL

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3.ª SÉRIE	APROVADOS DE 3.ª SÉRIE	TAXA DE SUCESSO (1)
1971	44.844	0,790					
1972	44.620	0,898	35.434	0,628			
1973	54.116	0,801	40.064	0,660	28.175	27.571	0,615
1974	56.055	0,820	43.327	0,584	29.436	29.058	0,651
1975	63.659	0,803	45.955	0,677	31.620	30.544	0,564
1976	76.073	0,739	51.107	0,643	37.965	34.086	0,608
1977	86.768	0,779	56.189	0,616	40.956	38.958	0,612
1978	85.815		67.586		46.851	43.946 *	0,506 *

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dado estimado

(1) Calculada em função dos aprovados na 3.ª série

Quadro A 2-55

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-78
CORPO DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESPECIFICAÇÃO	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	17.646	1.242	3.927	223	12.254
1973	21.015	1.878	5.745	329	13.063
1974	19.718	1.380	5.324	394	12.620
1975	18.935	1.119	5.755	260	11.801
1976	21.887	1.432	7.076	314	13.065
1977	23.858	1.590	7.746	421	14.101
1978	24.044	1.559	7.732	423	14.330

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 2-56

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-78
CORPO DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESPECIFICAÇÃO	CORPO DOCENTE				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1972	10.542	1.071	2.434	—	7.037
1973	12.925	1.693	3.157	—	8.075
1974	10.043	1.105	2.611	—	6.327
1975	10.766	944	3.365	—	6.457
1976	12.145	1.176	3.930	—	7.039
1977	13.492	1.334	4.360	—	7.798
1978	13.113	1.290	4.720	—	7.103

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A 2-57

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-78
CORPO DOCENTE, SEGUNDO O CURSO CONCLUÍDO

ANOS	CORPO DOCENTE				
	GRAU DE FORMATURA				
	TOTAL	COM CURSO DE 1.º GRAU	COM CURSO DE 2.º GRAU NORMAL	OUTRO	COM CURSO SUPERIOR
1972	17.646	—	1.019	3.002	13.625
1973	21.015	—	677	2.790	17.548
1974	19.718	—	1.786	2.025	15.907
1975	18.935	93	1.792	643	16.407
1976	21.887	262	1.383	762	19.480
1977	23.858	151	1.662	682	21.363
1978	24.044	254	1.457	769	21.564

FONTE: SEEC/ MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro B 2-58

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1972-78
CORPO DOCENTE, SEGUNDO O CURSO CONCLUÍDO

ANOS	CORPO DOCENTE				
	GRAU DE FORMAÇÃO				
	TOTAL	COM CURSO DE 1.º GRAU	COM CURSO DE 2.º GRAU NORMAL	OUTRO	COM CURSO SUPERIOR
1972	10.542	—	304	1.064	9.174
1973	12.925	—	369	2.197	10.359
1974	10.043	—	316	562	9.165
1975	10.766	30	1.009	243	9.484
1976	12.145	97	710	262	11.076
1977	13.492	82	1.003	333	12.074
1978	13.113	60	769	275	12.009

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro A.2-59

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
1975	646	14	79	8	545
1976	668	17	92	9	550
1977	691	17	96	9	569
1978	722	17	105	10	590

FONTE: SEEC/ MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 2-60

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1975	322	10	38	—	274
1976	329	11	43	—	275
1977	337	11	46	—	280
1978	341	12	51	—	278

FONTE: SEEC/hMEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

A 3-61 — A.3-62

3.º Grau

Quadro A. 3-61 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 3º GRAU — 1971-76
 CURSO DE GRADUAÇÃO
 MATRICULA, EM 30-04, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS					
	TOTAL	FEDERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			PARTICULAR
			ESTADUAL	MUNICIPAL		
1971	88.262	33.720	6.988	—	—	47.574
1972	111.966	37.461	8.582	—	—	65.923
1973	124.669	42.698	9.282	—	—	72.689
1974	172.706	42.351	9.404	318		120.633
1975	195.085	43.918	11.842	1.601		137.724
1976	199.148	45.902	10.506	1.308		141.432

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A.3-62 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 3.º GRAU — 1972-76
MATRÍCULA, EM 30-04, POR ÁREA DE ENSINO

ÁREAS	ALUNOS MATRICULADOS				
	1972	1973	1974	1975	1976
Comum (mais de 1 área — ciclo básico)	—	2.225	5.213	97	1.635
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	19.455	19.646	21.936	28.579	26.200
Ciências Exatas e Tecnológicas	23.259	25.742	35.258	43.284	47.690
Ciências Agrárias	—	1.552	1.418	2.272	2.390
Ciências Humanas	59.777	64.961	96.971	101.701	103.675
Letras e Artes	9.475	10.543	11.910	19.152	17.558
TOTAL GERAL	111.966	124.669	172.706	195.085	199.149

FONTES: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

A.4-63 — A 4-64

4.º Grau Pós Graduação

Quadro A 4-63

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PÓS-GRADUAÇÃO — 1971-76
MESTRADO
MATRICULA, EM 30-04, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS			
	TOTAL	FEDERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	
1971	1.714	1.108	—	606
1972	2.523	1.610	—	913
1973	3.606	2.404	—	202
1974	4.235	2.948	—	287
1975	4.917	3.727	17	1.173
1976	4.902	3.539	36	1.327

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A.4-64

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PÓS-GRADUAÇÃO — 1971-76
DOUTORADO
MATRICULA, EM 30-04, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS			
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		PARTICULAR
1971	49	49	—	—
1972	98	96	—	—
1973	117	117	—	—
1974	279	246	—	33
1975	498	439	—	59
1976	218	202	—	16

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

A. 5-65 — A.5-71

Ensino Supletivo

Quadro A.5-65

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO SUPLETIVO — 1978
MATRÍCULAS, UNIDADES ESCOLARES, TURMAS
E CORPO DOCENTE SEGUNDO AS FASES

ESPECIFICAÇÃO	ANOS	FASES			
		TOTAL	ALFABETIZAÇÃO	I A IV FASES	V A VIII FASES
Matrícula	157.250	72.022	1130	70.892	85.228
Unidades Escolares	834	568	—	—	226*
Turmas	11.509	2.444	46	2.398	9.065
Corpo Docente	5.054	2.244	—	—	2.810

FONTE: Coordenação de Ensino Supletivo — SEEC/RJ.

(*) Incluídas Unidades que oferecem de alfabetização a VIII fases.

Quadro A.5-66

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO SUPLETIVO — 1977-78
N.º DE ALUNOS ATENDIDOS NOS
CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS — SEEC/RJ

DESIGNAÇÃO	INSCRIÇÕES				
	1977			1978	
	1.º QUADR.	2.º QUADR.	3.º QUADR.	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE
CES Duque de Caxias	—	—	—	—	163
CES Niterói	260	241	241	204	496
CES Casa do Marinheiro	—	—	—	852(*)	784(*)
CES Instituto de Educação do Rio de Janeiro	—	—	—	187	386
CESP Niterói (2.º Grau)	—	—	—	100	193

FONTE: Coordenação de Ensino Supletivo — SEEC/RJ.

(1) Incluindo 458 alunos de 2.º Grau

(2) Incluindo 337 alunos de 2.º Grau

Quadro A 5-67 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1975-78
 N.º DE INSCRITOS E DE CERTIFICADOS EXPEDIDOS EM
 EXAMES SUPLETIVOS. POR GRAU DE ENSINO

ANOS	1.º GRAU				2.º GRAU			
	TOTAL DE INSCRITOS	CERTIFICADOS EXPEDIDOS		SEM CERTIFICADO	TOTAL DE INSCRITOS	CERTIFICADOS EXPEDIDOS		
		CONCLUSÃO	PARCIAL			CONCLUSÃO	PARCIAL	SEM CERTIFICADO
1975	75.579	7.203	32.958	35.418	112.950	11.036	58.037	43.877
1976	54.459	8.882(1)	17.298	29.011	85.763	9.900(1)	36.361	41.565
1977	49.451	3.760(1)	22.237	24.144	110.049	4.047(1)	50.385	57.489
1978*	15.075	388(1)	4.828	9.848	34.609	511(1)	8.946	25.122

FONTE: Coordenação de Ensino Supletivo — SEEC/RJ.

(*) Dados até julho/1978.

(1) O inscrito que obtiver o certificado parcial, ao anexar certificados parciais de exames já realizados em outras Unidades da Federação recebe também o certificado de conclusão.

Quadro A.5-68 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1975-78
 INSCRIÇÕES E APROVAÇÕES POR DISCIPLINA
 NOS EXAMES DE SUPLÊNCIA DE EDUCAÇÃO GERAL — 1.º GRAU

DISCIPLINAS	N.º DE INSCRIÇÃO POR DISCIPLINA					APROVAÇÕES POR DISCIPLINA						
	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
Matemática	67.453	46.753	39.006	22.821	12.140	14.286	2.180	728				
Ciências Físicas e Biológicas	51.025	35.005	29.898	14.539	14.904	9.448	12.057	1.594				
Língua Portuguesa	53.689	24.690	32.160	16.819	32.810	4.875	5.792	2.190				
História	—	—	13.812	15.398	—	—	2.460	2.138				
Geografia	—	—	13.652	15.667	—	—	1.595	208				
O.S.P.B.	—	—	13.311	13.611	—	—	2.998	3.069				
Educação Moral e Cívica	—	—	13.410	11.638	—	—	6.433	3.382				
Estudos Sociais	43.733	15.145	19.027	—	12.097	—	2.843	—				

FONTE: Coordenação de Ensino Supletivo — SEEC/RJ.

Quadro A.5-69 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1975-78
 INSCRIÇÕES E APROVAÇÕES POR DISCIPLINA
 NOS EXAMES DE SUPLENÇA DE EDUCAÇÃO GERAL — 2.º GRAU

DISCIPLINAS	N.º DE INSCRIÇÕES POR DISCIPLINA					APROVAÇÕES POR DISCIPLINA						
	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
Matemática	97.007	73.483	86.991	47.739	9.835	11.968	6.707	1.306	9.835	11.968	6.707	1.306
Ciências Físicas e Biológicas	85.043	58.113	75.787	41.703	20.329	10.637	9.513	1.904	20.329	10.637	9.513	1.904
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	60.971	30.622	52.973	28.387	32.225	10.088	12.978	2.241	32.225	10.088	12.978	2.241
Língua Estrangeira Moderna	—	41.691	85.517	43.877	—	8.569	9.967	4.226	—	8.569	9.967	4.226
História	64.460	39.127	53.659	27.145	24.463	13.503	12.151	5.179	24.463	13.503	12.151	5.179
Geografia	61.661	44.611	46.998	26.771	20.895	21.308	10.858	2.469	20.895	21.308	10.858	2.469
O. S. P. B.	—	—	13.573	21.120	—	—	3.820	5.043	—	—	3.820	5.043
Educação Moral e Cívica	51.098	21.570	36.408	17.144	38.701	16.308	16.908	7.243	38.701	16.308	16.908	7.243

FONTE: Coordenação de Ensino Supletivo — SEEC/RJ

Quadro A.5-70 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO SUPLETIVO — 1977-78
INSCRIÇÕES E APROVAÇÕES POR MODALIDADES
NOS EXAMES DE SUPLENÇA PROFISSIONALIZANTE — 2.º GRAU

MODALIDADES	N.º DE INSCRIÇÕES POR MODALIDADES		N.º DE INSCRIÇÕES POR MODALIDADES	
	1977	1978	1977	1978 *
Assistente de Administração	289	—	58	—
Auxiliar de Enfermagem	3.348	1.247	—	1.368
Técnico em Mecânica	310	—	25	—
Téc. de Lab. em Próteses Odontológicas	282	—	30	—
Técnico em Enfermagem	4.428	1.274	—	2.545
Técnico em Patologia Clínica	240	—	—	157
Técnico em Eletrotécnica	285	—	—	107
Técnico em Eletromecânica	—	231	—	104
Técnico em Telecomunicações	—	828	—	598
Técnico em Eletrônica	390	—	35	—

FONTE: Coordenação de Ensino Supletivo — SEEC/RJ.

(*) Dados até setembro de 1978

Quadro A.5-71 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1976-78
 MATRICULA NO ENSINO PROFISSIONAL (SENAI E SENAC) POR ÁREA

INSTITUIÇÃO	ÁREA	MATRICULA DO ANO		
		1976	1977	1978
SENAI		62.001	62.923	74.632
	Escritório e Vendas	19.889	31.720	58.121
	Armazenagem, embalagem e expedição	—	331	1.267
	Manutenção, conservação e serventia	1.587	2.039	4.900
	Propaganda	1.740	2.658	3.699
	Comunicação	6.660	13.197	11.414
	Higiene e Beleza	2.189	5.631	7.440
	Hotelaria	1.407	2.813	6.412
	Administração e Gerência	3.791	6.381	7.414
	Turismo	127	1.374	1.800
	Saúde	1.895	2.810	6.132
SENAC				

FONTE: SENAI, SENAC E FIDERJ

A. 6-72 — B.6-89

Educação Especial

Quadro A 6-72

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974-77
ALUNOS EXCEPCIONAIS POR DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ATENDIMENTO

ANOS	MODALIDADE DE ATENDIMENTO	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS				
		TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
			FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1974	Estabelecimentos de Ensino Regular	15.095	—	14.966	15	114
	Instituições Especializadas	5.818	821	490	242	4.265
	TOTAL	20.913	821	15.456	257	4.379
1977	Estabelecimentos de Ensino Regular	12.297	—	1.627	10.626	44
	Instituições Especializadas	5.276	—	106	71	5.099
	TOTAL	17.573	—	1.733	10.697	5.143

FONTE: (CENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 6-73

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974-77
ALUNOS EXCEPCIONAIS POR DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ATENDIMENTO

ANOS	MODALIDADE DE ATENDIMENTO	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS				
		TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
			FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1974	Estabelecimentos de Ensino Regular	12.963		12.963		
	Instituições Especializadas	3.430	821	404	—	2.205
	TOTAL	16.393	821	13.367	—	2.205
1977	Estabelecimentos de Ensino Regular	10.466	—	—	10.466	—
	Instituições Especializadas	3.446	—	—	—	3.446
	TOTAL	13.912	—	—	10.466	3.446

FONTE: CCENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/FRJ

Quadro A.6-74

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
ALUNOS EXCEPCIONAIS POR FAIXA ETÁRIA
E REGIME DE ATENDIMENTO**

REGIME DE FÜNCIONAMENTO	TOTAL	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS				
		FAIXA ETÁRIA				
		MENOS DE 7 ANOS	7 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 A 18 ANOS	MAIS DE 18 ANOS
Internato	1.662	101	303	513	387	358
Semi-internato	1.209	133	304	295	290	187
Externato	16.868	391	4.299	10.037	1.716	425
Ambulatorial	1.174	333	368	304	82	87
TOTAL	20.913	958	5.274	11.149	2.475	1.057

FONTE: CENESP — SEEC/MEC.

Quadro A 675

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
ALUNOS EXCEPCIONAIS POR FAIXA ETÁRIA
E REGIME DE ATENDIMENTO**

REGIME DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS				
		FAIXA ETÁRIA				
		MENOS DE 7 ANOS	7 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 A 18 ANOS	MAIS DE 18 ANOS
Internato	1.075	126	238	288	234	189
Semi-internato	1.671	173	397	551	248	302
Externato	14.827	793	3.430	7.174	3.045	385
TOTAL	17.573	1.092	4.065	8.013	3.527	876
Ambulatorial"	1.099	—	—	—	—	—

FONTE: CENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(") No atendimento Ambulatorial nao houve discriminação por faixa etária

Quadro B. 6-76

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
ALUNOS EXCEPCIONAIS POR FAIXA ETÁRIA
E REGIME DE ATENDIMENTO

REGIME DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS				
		FAIXA ETÁRIA				
		MENOS DE 7 ANOS	7 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 A 18 ANOS	MAIS DE 18 ANOS
Internato	859	68	172	266	178	175
Semi-internato	973	131	226	211	238	167
Externato	14.013	258	3.207	8.852	1.457	239
Ambulatorial	548	222	160	141	17	8
TOTAL	16.393	679	3.765	9.470	1.890	589

FONTE: CENESP — SEEC/MEC.

Quadro B.6-77

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
ALUNOS EXCEPCIONAIS POR FAIXA ETÁRIA
E REGIME DE ATENDIMENTO

REGIME DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS				
		FAIXA ETÁRIA				
		MENOS DE 7 ANOS	7 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 A 18 ANOS	MAIS DE 18 ANOS
Internato	712	90	157	175	156	134
Semi-internato	1.141	127	268	357	143	246
Externato	12.059	647	2.368	6.032	2.786	226
TOTAL	13.912	864	2.793	6.564	3.085	606
Ambulatorial	1.013	—	—	—	—	—

FONTE: CENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) No atendimento Ambulatorial não houve discriminação por faixa etária

Quadro A.6-78 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
 ALUNOS EXCEPCIONAIS ATENDIDOS PELA NATUREZA
 DA EXCEPCIONALIDADE E FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS											SUPER- DOTADOS	
	TOTAL		DEFIC. DA VISÃO		DEFIC. AUDIÇÃO		DEFIC. FÍSICOS		DEFICIENTES MENTAIS				PORTADOR DE DEFIC. MÚLTIPLAS DE CONDUTA
	CEGOS	PARCIAL CEGOS	SURDOS	PARCIAL SURDOS	DEIC. FÍSICOS	EDUCAVEIS	TREI- NAVEIS	DEPEN- DENTES	PORTADOR DE DEFIC. MÚLTIPLAS DE CONDUTA				
Menos de 7 anos	10	9	204	15	368	117	76	50	72	37	—		
7 a 10 anos	42	53	221	39	640	3.555	343	86	182	94	19		
11 a 14 anos	70	80	244	62	431	9.394	333	156	247	124	8		
15 a 18 anos	65	53	158	50	90	1.548	283	54	120	54	—		
Mais de 18 anos	178	18	110	47	132	344	111	35	51	29	2		
TOTAL	365	213	937	213	1.661	14.958	1.146	381	672	338	29		

FONTE: GENESP — SEEC/MEC.

Quadro A 6-79 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 ALUNOS EXCEPCIONAIS ATENDIDOS PELA NATUREZA
 DA EXCEPCIONALIDADE E FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS												
	TOTAL		DEFIC. DA VISÃO		DEFIC. AUDIÇÃO		DEFIC. FÍSICOS	DEFICIENTES MENTAIS		PORTADOR DE DEFIC. MÚLTIPLAS	PORTADOR DE PROBLEMAS DE CONDUTA	SUPER-DOTADOS	OUTROS
	CEGOS	PARCIAL CEGOS	SURDOS	PARCIAL SURDOS	EDUCÁVEIS	TREI-NAVEIS		DEPEN-DENTES					
Menos de 7 anos	3	1	145	22	236	47	131	58	161	4	—	284	
7 a 10 anos	20	32	339	89	337	1.777	730	136	309	60	12	224	
11 a 14 anos	21	44	175	89	408	5.516	76	—	216	88	15	1.365	
15 a 18 anos	30	33	65	32	168	2.466	68	—	113	75	2	475	
Mais de 18 anos	29	7	17	1	86	375	39	—	66	10	—	246	
TOTAL	103	117	741	233	1.235	10.181	1.044	194	865	237	29	2.594	

FONTE: CENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B 6-80

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
 ALUNOS EXCEPCIONAIS ATENDIDOS PELA NATUREZA DA
 EXCEPCIONALIDADE E FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS										
		DEFIC. DA VISÃO		DEFIC. AUDIÇÃO		DEFIC. FÍSICOS	DEFICIENTES MENTAIS		PORTADOR DE DEFIC. MÚLTIPLAS	PORTADOR DE PROBLEMAS DE CONDUTA	SUPER DOTADOS	
		CEGOS	PARCIAL CEGOS	SURDOS	PARCIAL SURDOS		EDUCÁVEIS	TREINÁVEIS				DEPEN- DENTES
Menos de 7 anos	679	10	9	174	11	331	36	34	29	41	4	—
7 a 10 anos	3.765	37	49	168	28	624	2.475	184	52	110	19	19
11 a 14 anos	9.470	57	73	194	41	415	8.269	156	39	169	49	8
15 a 18 anos	1.890	50	52	131	37	79	1.266	160	13	78	24	—
Mais de 18 anos	589	153	16	78	27	74	147	48	3	27	16	—
TOTAL	16.393	307	199	745	144	1.523	12.193	582	136	425	112	27

FONTE: CENESP — SEEC/MEC.

Quadro B 6-81

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 ALUNOS EXCEPCIONAIS ATENDIDOS PELA NATUREZA
 DA EXCEPCIONALIDADE E FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	NÚMERO DE ALUNOS EXCEPCIONAIS											
		DEFIC. DA VISÃO		DEFIC. AUDIÇÃO		DEFIC. FÍSICOS	DEFICIENTES MENTAIS			PORTADOR DE DEFIC. MÚLTIPLAS	PORTADOR DE PROBLEMAS DE CONDUTA	SUPER-DOTADOS	OUTROS
		CEGOS	PARCIAL CEGOS	SURDOS	PARCIAL SURDOS		EDUCAVEIS	TREI-NAVEIS	DEPEN-DENTES				
Menos de 7 anos	864	3	—	113	21	227	17	86	20	130	4	—	241
7 a 10 anos	2.793	9	18	205	62	312	1.262	435	32	223	43	12	180
11 a 14 anos	6.564	10	34	106	65	401	4.561	1	—	184	73	15	1.114
15 a 18 anos	3.085	13	31	35	22	161	2.363	17	—	100	71	2	270
Mais de 18 anos	606	4	3	7	1	81	259	17	—	56	9	—	169
TOTAL	13.912	39	86	466	171	1.182	8.462	558	52	693	200	29	1.974

FONTE: GENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A.6-82 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
 CORPO DOCENTE, POR GRAU DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO
 E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESPECIALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		CORPO DOCENTE							
		TOTAL	NÃO TITULADO	2.º GRAU COMPLETO		3.º GRAU		4.º GRAU	
				COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO
COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	308	18	153	84	50	2	1		
Estadual	867	—	687	66	113	—	1		
Municipal	4	—	4	—	—	—	—		
Particular	367	19	246	48	42	10	2		
TOTAL	1.546	37	1.090	198	205	12	4		
SEM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	60	34	6	18	—	1	1		
Estadual	698	1	459	80	155	2	1		
Municipal	11	1	10	—	—	—	—		
Particular	115	14	84	8	9	—	—		
TOTAL	884	50	559	108	164	3	2		

FONTE: CENESP — SEEC/MEC.

Quadro A.6-83 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
CORPO DOCENTE, POR GRAU DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

		CORPO DOCENTE							
		TOTAL	GRAU DE FORMAÇÃO						
			NÃO TITULADO	2.º GRAU COMPLETO		3.º GRAU		4.º GRAU	
				COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO
ESPECIALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA									
COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	218	4	162	28	16	2	6	—	—
Municipal	1.357	12	648	484	206	2	5	—	—
Particular	373	11	205	77	65	2	13	—	—
TOTAL	1.948	27	1.015	589	287	6	24	—	—
SEM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	142	11	99	16	13	—	3	—	—
Municipal	1.537	2	410	940	178	3	3	—	—
Particular	308	25	140	100	39	1	3	—	—
TOTAL	1.987	38	649	1.056	231	4	9	—	—

FONTE: CENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro B. 6-84

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
 CORPO DOCENTE, POR GRAU DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO
 E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESPECIALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		CORPO DOCENTE							
		TOTAL	NÃO TITULADO	2.º GRAU COMPLETO		3.º GRAU		4.º GRAU	
				COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO		
COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	308	18	153	84	50	2	1		
Estadual	567	—	440	52	74	—	1		
Municipal	—	—	—	—	—	—	—		
Particular	218	16	124	43	24	10	1		
TOTAL	1.093	34	717	179	148	12	3		
SEM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	60	34	6	18	—	1	1		
Estadual	662	—	425	79	155	2	1		
Municipal	—	—	—	—	—	—	—		
Particular	52	5	35	6	6	—	—		
TOTAL	774	39	466	103	161	3	2		

FONTE: CENESP — SEEC/MEC.

Quadro B 6-85

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
CORPO DOCENTE, POR GRAU DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESPECIALIZAÇÃO E DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA		CORPO DOCENTE							
		TOTAL	NÃO TITULADO	2.º GRAU COMPLETO		3.º GRAU		4.º GRAU	
				COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO		
COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Municipal	1.131	9	629	483	203	2	5		
Particular	213	6	116	48	29	1	13		
TOTAL	1.544	15	745	531	232	3	18		
SEM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO									
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Municipal	1.521	1	403	935	177	2	3		
Particular	196	10	90	70	22	1	3		
TOTAL	1.717	11	493	1.005	199	3	6		

FONTE: CENESP — SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro A.6-86 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
 PESSOAL TÉCNICO POR TIPO DE ATENDIMENTO,
 GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	PESSOAL TÉCNICO						
	TOTAL	TIPO DE ATENDIMENTO					OUTRO
		EDUCACIONAL	MÉDICO	PARAMÉDICO	PSICOLÓGICO	ASSISTENTE SOCIAL	
COM CURSO DE 1.º GRAU							
Federal	14	—	—	14	—	—	—
Estadual	3	2	—	—	—	—	1
Municipal	—	—	—	—	—	—	—
Particular	68	—	—	57	—	—	11
TOTAL	85	2	—	71	—	—	12
COM CURSO DE 2.º GRAU							
Federal	3	2	—	—	—	—	1
Estadual	142	136	3	1	—	2	—
Municipal	1	1	—	—	—	—	—
Particular	130	62	6	29	14	5	14
TOTAL	276	201	9	30	14	7	15
COM CURSO DE 3.º GRAU							
Federal	43	6	15	14	4	3	1
Estadual	338	52	29	176	57	16	8
Municipal	8	—	4	3	—	1	—
Particular	551	58	141	182	85	69	15
TOTAL	940	117	189	375	146	89	24

FONTE: CENESP — SEEC/MEC.

Quadro A 6-67 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 PESSOAL TÉCNICO POR TIPO DE ATENDIMENTO,
 GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	PESSOAL TÉCNICO							
	TOTAL	EDUCACIONAL			TIPO DE ATENDIMENTO			OUTRO
		MÉDICO	PARAMÉDICO	PSICOLÓGICO	ASSISTENTE SOCIAL			
COM CURSO DE 1.º GRAU								
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	11	3	—	8	—	—	—	—
Municipal	105	—	37	—	—	—	—	68
Particular	121	5	—	68	—	—	1	27
TOTAL	237	8	37	96	—	—	1	95
COM CURSO DE 2.º GRAU								
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	29	25	—	2	—	—	—	2
Municipal	952	765	93	1	—	—	4	69
Particular	151	72	1	41	21	—	10	6
TOTAL	1.132	862	94	44	21	—	14	77
COM CURSO DE 3.º GRAU								
Federal	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	107	28	14	31	24	—	10	—
Municipal	5.824	741	1.542	870	1.652	—	1.014	5
Particular	532	50	122	171	100	—	62	27
TOTAL	6.463	819	1.678	1.072	1.776	—	1.086	32

FONTE: GENESP-SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1974
 PESSOAL TÉCNICO POR TIPO DE ATENDIMENTO,
 GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		PESSOAL TÉCNICO						
		TOTAL	TIPO DE ATENDIMENTO					
			EDUCACIONAL	MÉDICO	PARAMÉDICO	PSICOLÓGICO	ASSISTENTE SOCIAL	OUTRO
COM CURSO DE 1.º GRAU								
Estadual	14	—	—	14	—	—	—	
Municipal	3	2	—	—	—	—	1	
Estadual	—	—	—	—	—	—	—	
Particular	67	—	—	57	—	—	10	
TOTAL	84	2	—	71	—	—	11	
COM CURSO DE 2.º GRAU								
Federal	3	2	—	—	—	—	1	
Estadual	117	115	—	—	—	2	—	
Municipal	—	—	—	—	—	—	—	
Particular	81	45	5	11	9	3	8	
TOTAL	201	182	5	11	9	5	9	
COM CURSO DE 3.º GRAU								
Federal	43	6	15	14	4	3	1	
Estadual	225	28	23	103	53	10	8	
Municipal	—	—	—	—	—	—	—	
Particular	381	36	89	140	62	39	15	
TOTAL	649	70	127	257	119	52	24	

FONTE: CENESP-SEEC/MEC.

Quadro B.6-89

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 PESSOAL TÉCNICO POR TIPO DE ATENDIMENTO,
 GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	PESSOAL TÉCNICO						
	TOTAL	TIPO DE ATENDIMENTO					OUTRO
		EDUCACIONAL	PARAMÉDICO	MÉDICO	PSICOLÓGICO	ASSISTENTE SOCIAL	
COM CURSO DE 1.º GRAU							
Federal	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	—	—	—	—	—	—	—
Municipal	105	—	37	—	—	—	68
Particular	90	4	—	60	—	—	26
TOTAL	195	4	37	60	—	—	94
COM CURSO DE 2.º GRAU							
Federal	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	—	—	—	—	—	—	—
Municipal	944	778	93	1	—	3	69
Particular	116	53	1	29	20	9	4
TOTAL	1.060	831	94	30	20	12	73
COM CURSO DE 3.º GRAU							
Federal	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	—	—	—	—	—	—	—
Municipal	5.811	728	1.542	870	1.652	1.014	5
Particular	391	37	88	119	79	44	24
TOTAL	6.202	765	1.630	989	1.731	1.058	29

FONTE: CENESP-SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

C.0-90 — C.0-111

Educação Pré-Escolar-Reg. Programa

Quadro C 0-90 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIOES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIOES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	982.984	188.928	192.437	198.452	203.480	201.681
Região Industrial do Médio Paraíba	98.093	18.528	18.919	19.571	20.824	20.251
Região Litoral Sul	10.201	2.040	2.034	2.016	2.088	2.025
Região das Baixadas Litorâneas	54.735	10.929	10.979	10.745	11.126	10.956
Região Serrana	43.187	8.671	8.643	8.580	8.782	8.511
Região Norte	95.608	18.728	18.874	18.586	19.915	19.505
Total do Estado	1.284.808	247.824	251.886	255.950	266.213	262.935

FCNTE: Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-91 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1976
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.016.727	195.459	199.066	203.199	210.437	208.566
Região Industrial do Médio Paraíba	100.392	18.941	19.362	20.029	21.329	20.731
Região Litoral Sul	10.513	2.103	2.096	2.077	2.150	2.087
Região das Baixadas Litorâneas	56.145	11.190	11.243	10.999	11.495	11.216
Região Serrana	43.831	8.798	8.770	8.709	8.917	8.637
Região Norte	95.732	18.806	18.883	18.599	19.931	19.513
Total do Estado	1.323.340	255.297	259.420	263.612	274.259	270.752

FONTE: Instituto de Informática — SIEC/RJ.

Quadro C 0-92 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1977
 POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.051.768	202.246	205.953	210.206	217.663	215.700
Região Industrial do Médio Paraíba	102.770	19.399	19.823	20.498	21.831	21.219
Região Litoral Sul	10.840	2.168	2.162	2.142	2.216	2.152
Região das Baixadas Litorâneas	58.464	12.081	12.147	11.269	11.774	11.193
Região Serrana	44.567	8.939	8.908	8.845	9.102	8.773
Região Norte	95.753	18.811	18.887	18.604	19.937	19.514
Total do Estado	1.363.162	263.644	267.880	271.564	282.523	272.551

FONTE: Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-93 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1978
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.091.953	209.231	213.044	217.421	225.106	227.151
Região Industrial do Médio Paraíba	105.226	19.861	20.295	20.985	22.357	21.728
Região Litoral Sul	11.195	2.247	2.230	2.210	2.287	2.221
Região das Baixadas Litorâneas	58.905	11.742	11.800	11.538	12.057	11.768
Região Serrana	45.226	9.076	9.043	8.981	9.215	8.911
Região Norte	95.804	18.819	18.898	18.617	19.951	19.519
Total do Estado	1.408.309	270.976	275.310	279.752	290.973	291.298

FONTE: Instituto de Informática — SIEC/RJ.

Quadro C 0-94 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1979
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.125.027	216.429	220.347	224.855	232.771	230.625
Região Industrial do Médio Paraíba	107.727	20.327	20.779	21.481	22.893	22.247
Região Litoral Sul	11.530	2.306	2.300	2.278	2.357	2.288
Região das Baixadas Litorâneas	60.333	12.030	12.093	11.822	12.354	12.034
Região Serrana	45.919	9.220	9.181	9.122	9.344	9.052
Região Norte	95.841	18.825	18.904	18.626	19.964	19.522
Total do Estado	1.446.377	279.137	283.604	288.184	299.683	295.769

FONTE: Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-95 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1980
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.163.144	223.819	227.848	232.489	240.641	238.347
Região Industrial do Médio Paraíba	110.334	20.815	21.283	22.000	23.448	22.786
Região Litoral Sul	11.888	2.378	2.371	2.349	2.430	2.360
Região das Baixadas Litorâneas	61.823	12.325	12.389	12.105	12.653	12.351
Região Serrana	46.632	9.364	9.326	9.263	9.487	9.192
Região Norte	95.855	18.827	18.910	18.631	19.966	19.521
Total do Estado	1.489.676	287.528	292.127	296.837	308.625	304.559

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C 0-96 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1981
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.200.063	231.461	235.604	239.647	247.859	245.492
Região Industrial do Médio Paraíba	112.989	21.314	21.799	22.531	24.016	23.329
Região Litoral Sul	12.241	2.452	2.444	2.414	2.502	2.429
Região das Baixadas Litorâneas	63.388	12.627	12.692	12.395	12.959	12.715
Região Serrana	47.271	9.510	9.471	9.324	9.632	9.334
Região Norte	95.894	18.830	18.917	18.638	19.975	19.525
Total do Estado	1.531.846	296.203	300.927	304.949	316.943	312.824

FONTE: Instituto de Informática — SIEC/RJ.

Quadro C 0-97 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1982
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.237.899	239.363	243.624	246.797	255.279	252.836
Região Industrial do Médio Paraíba	115.713	21.825	22.326	23.075	24.597	23.890
Região Litoral Sul	12.702	2.618	2.519	2.489	2.575	2.501
Região das Baixadas Litorâneas	64.991	12.938	13.003	12.692	13.272	13.088
Região Serrana	47.803	9.612	9.649	9.385	9.779	9.478
Região Norte	95.834	18.851	18.926	18.646	19.984	19.527
Total do Estado	1.575.142	305.205	310.047	313.084	325.486	321.320

FONTE: Instituto de Informática — SIEEC/RJ.

Quadro C. 0-98 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1983
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 2 A 6 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL					
	TOTAL	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS
Região Metropolitana	1.277.030	247.535	251.912	254.264	262.919	260.400
Região Industrial do Médio Paraíba	118.441	22.288	22.864	23.632	25.193	24.464
Região Litoral Sul	13.060	2.676	2.597	2.562	2.651	2.574
Região das Baixadas Litorâneas	66.635	13.253	13.321	12.996	13.592	13.473
Região Serrana	48.589	9.770	9.801	9.466	9.928	9.624
Região Norte	95.967	18.859	18.931	18.652	19.993	19.532
Total do Estado	1.619.722	314.381	319.426	321.572	334.276	330.067

FONTE: Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-99 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1972-83
 MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	ANO											
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979*	1980*	1981*	1982*	1983*
Região Metropolitana	47.698	52.319	53.547	57.537	71.836	81.873	92.556	108.280	125.492	144.639	165.536	189.124
Região Industrial do Médio Paraíba	4.457	4.038	3.991	5.109	6.319	7.182	8.300	9.298	10.407	11.679	13.522	14.908
Região Litoral Sul	106	217	221	151	146	251	267	333	417	527	672	855
Região das Baixadas Litorâneas	2.113	2.038	1.589	1.811	2.732	2.959	3.312	3.972	4.435	5.005	5.473	5.920
Região Serrana	2.933	2.916	2.608	2.735	3.534	3.818	4.089	4.513	4.812	5.132	5.455	5.777
Região Norte	7.917	8.139	8.302	9.108	10.885	11.429	11.354	12.193	12.915	13.639	14.360	15.085
Total do Estado	65.224	69.667	70.258	76.451	95.453	107.512	119.888	138.589	158.478	180.621	205.018	231.669

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados

Quadro C.0-100 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975
 MATRÍCULA INICIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL			
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
Região Metropolitana	57.537	—	7.452	8.671	41.414
Região Industrial do Médio Paraíba	5.109	—	2.294	1.511	1.304
Região Litoral Sul	151	—	116	35	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.811	—	1.277	187	347
Região Serrana	2.735	—	1.901	267	567
Região Norte	9.108	—	6.996	856	1.253
Total do Estado	76.451	—	20.036	11.530	44.885

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-101 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1976
 MATRÍCULA INICIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	71.836	—	9.785	12.017	50.034
Região Industrial do Médio Paraíba	6.319	—	3.177	1.999	1.143
Região Litoral Sul	146	—	120	26	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.733	—	1.985	295	453
Região Serrana	3.534	—	2.557	328	651
Região Norte	10.885	—	8.150	1.389	1.336
Total do Estado	95.453	—	25.774	18.062	53.617

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-102 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1977
 MATRICULA INICIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRICULA INICIAL			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	81.873	—	11.696	15.433	54.744
Região Industrial do Médio Paraíba	7.182	—	3.398	2.224	1.560
Região Litoral Sul	251	—	204	47	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.959	—	2.040	316	603
Região Serrana	3.818	—	2.748	392	678
Região Norte	11.429	—	7.852	2.148	1.429
Total do Estado	107.512	—	27.938	20.560	59.014

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-103 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1978
MATRÍCULA INICIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL		
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Região Metropolitana	92.556	—	13.897	19.064
Região Indústria do Médio Paraíba	8.300	—	3.798	2.680
Região Litoral Sul	267	—	240	27
Região das Baixadas Litorâneas	3.312	—	2.203	345
Região Serrana	4.099	—	2.654	413
Região Norte	11.354	—	7.699	2.039
Total do Estado	119.888	—	30.491	24.568
				59.595
				1.822
				—
				764
				1.032
				1.616
				64.829

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-104 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975
 PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE					
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			MUNICIPAL	PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		
Região Metropolitana	3.224	—	407	453	2.364	
Região Industrial do Médio Paraíba	267	—	98	107	62	
Região Litoral Sul	7	—	6	1	—	
Região das Baixadas Litorâneas	89	—	62	9	18	
Região Serrana	128	—	77	14	37	
Região Norte	481	—	374	47	60	
Total do Estado	4.196	—	1.024	631	2.541	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-105 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1976
 PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE					
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			MUNICIPAL	PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL			
Região Metropolitana	4.257	—	412	534	3.311	
Região Industrial do Médio Paraíba	313	—	107	145	61	
Região Litoral Sul	5	—	4	1	—	
Região das Baixadas Litorâneas	101	—	62	13	26	
Região Serrana	146	—	84	23	39	
Região Norte	509	—	363	76	70	
Total do Estado	5.331	—	1.032	792	3.507	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-106 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1977
 PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE					
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		
Região Metropolitana	4.377	—	470	692	3.215	
Região Industrial do Médio Paraíba	355	—	125	133	97	
Região Litoral Sul	10	—	8	2	—	
Região das Baixadas Litorâneas	114	—	71	10	33	
Região Serrana	161	—	106	19	36	
Região Norte	566	—	378	110	78	
Total do Estado	5.583	—	1.158	966	3.459	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C .C-107 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1978
 PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE					
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			MUNICIPAL	PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL			
Região Metropolitana	4.609	—	520	808	3.281	
Região Industrial do Médio Paraíba	355	—	123	142	90	
Região Litoral Sul	7	—	6	1	—	
Região das Baixadas Litorâneas	121	—	74	15	32	
Região Serrana	166	—	89	24	53	
Região Norte	561	—	387	81	93	
Total do Estado	5.619	—	1.199	1.071	3.549	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro C 0-108 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1975
 UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	UNIDADES ESCOLARES			
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	794	—	39	107	648
Região Industrial do Médio Paraíba	83	—	33	20	30
Região Litoral Sul	2	—	1	1	—
Região das Baixadas Litorâneas	27	—	13	5	9
Região Serrana	38	—	17	5	16
Região Norte	83	—	42	15	26
Total do Estado	1.027	—	145	153	729

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C .0-109 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1976
 UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES					
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			MUNICIPAL	PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL			
Região Metropolitana	851	—	45	132	674	
Região Industrial do Médio Paraíba	88	—	39	22	27	
Região Litoral Sul	2	—	1	1	—	
Região das Baixadas Litorâneas	35	—	17	7	11	
Região Serrana	42	—	20	6	16	
Região Norte	90	—	45	18	27	
Total do Estado	1.108	—	167	186	755	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 0-110 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1977
 UNIDADES ESCOLARES. POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	905	—	60	179	666
Região Industrial do Médio Paraíba	102	—	47	22	33
Região Litoral Sul	3	—	2	1	—
Região das Baixadas Litorâneas	37	—	19	6	12
Região Serrana	43	—	23	6	14
Região Norte	96	—	50	22	24
Total do Estado	1.186	—	201	236	749

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 0-111 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 1978
 UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES						
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL			
Região Metropolitana	964	—	74	216	674		
Região Industrial do Médio Paraíba	103	—	48	23	32		
Região Litoral Sul	3	—	2	1	—		
Região das Baixadas Litorâneas	38	—	19	7	12		
Região Serrana	43	—	22	6	15		
Região Norte	103	—	55	21	27		
Total do Estado	1.254	—	220	274	760		

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

C.1-112 — C 1-217

1.º Grau - Regiões-Programa

Quadro C. 1-112 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.501.915	201.401	192.529	186.350	194.308	184.992	186.012	178.821	177.502	
Região Industrial do Médio Paraíba	156.363	20.768	19.980	19.465	20.589	19.510	19.446	18.801	17.804	
Região Litoral Sul	14.050	2.061	1.897	1.756	1.861	1.677	1.729	1.545	1.524	
Região das Baixadas Litorâneas	80.392	11.060	10.611	9.961	10.797	9.911	10.076	9.247	8.729	
Região Serrana	63.671	8.761	8.106	7.934	8.236	7.732	8.105	7.546	7.251	
Região Norte	145.826	19.592	18.563	18.295	19.220	17.602	18.669	17.201	16.684	
Total do Estado	1.962.217	263.643	251.686	243.761	255.011	241.424	244.057	233.161	229.474	

FONTE: Instituto de Informática - SEEC/RJ

Quadro C. 1-113 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL													
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS					
Região Metropolitana	1.552.276	208.165	199.030	192.629	200.861	191.189	192.245	184.772	183.385					
Região Industrial do Médio Paraíba	159.393	21.162	20.307	19.835	20.971	19.884	19.815	19.106	18.313					
Região Litoral Sul	14.481	2.125	1.955	1.810	1.918	1.728	1.783	1.592	1.570					
Região das Baixadas Litorâneas	82.172	11.307	10.848	10.180	11.037	10.132	10.297	9.451	8.920					
Região Serrana	67.204	9.248	8.551	8.361	8.739	8.170	8.539	7.933	7.663					
Região Norle	145.898	19.603	18.574	18.305	19.231	17.610	18.699	17.208	16.668					
Total do Estado	2.021.424	271.610	259.265	251.120	262.757	248.713	251.378	240.062	236.519					

FONTE: Instituto de Informática-SEEC/RJ

Quadro C. 1-114 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1977
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.604.771	215.343	205.787	199.158	207.669	197.634	198.725	190.958	189.497	
Região Industrial do Médio Paraíba	161.230	21.404	20.536	20.065	21.198	20.111	20.034	19.365	18.517	
Região Litoral Sul	14.932	2.190	2.016	1.867	1.978	1.781	1.838	1.642	1.620	
Região das Baixadas Litorâneas	84.132	11.579	11.114	10.425	11.302	10.373	10.539	9.671	9.129	
Região Serrana	65.236	8.984	8.301	8.127	8.435	7.929	8.308	7.722	7.430	
Região Norte	145.929	19.609	18.583	18.309	19.238	17.616	18.699	17.209	16.666	
Total do Estado	2.076.230	279.109	266.337	257.951	269.820	255.444	258.143	246.567	242.859	

FONTE: Instituto de Informática-SEEC/RJ

Quadro C. 1-115 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.658.651	222.659	212.745	205.880	214.682	204.269	205.394	197.329	195.693	
Região Industrial do Médio Paraíba	165.071	21.919	21.027	20.551	21.701	20.590	20.505	19.821	18.957	
Região Litoral Sul	15.405	2.261	2.080	1.926	2.040	1.837	1.896	1.694	1.671	
Região das Baixadas Litorâneas	86.184	11.863	11.379	10.681	11.581	10.626	10.797	9.906	9.351	
Região Serrana	66.240	9.123	8.426	8.255	8.562	8.051	8.438	7.838	7.547	
Região Norte	145.996	19.623	18.594	18.318	19.251	17.624	18.703	17.214	16.669	
Total do Estado	2.137.547	287.448	274.251	265.611	277.817	262.997	265.733	253.802	249.888	

FONTE: Instituto de Informática-IBEC/RJ

Quadro C 1-116 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1979
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.714.480	230.331	219.914	212.802	221.903	211.107	212.267	203.891	202.265	
Região Industrial do Médio Paraíba	168.972	22.444	21.525	21.042	22.211	21.077	20.989	20.265	19.399	
Região Litoral Sul	15.878	2.330	2.143	1.985	2.103	1.895	1.954	1.746	1.722	
Região das Baixadas Litorâneas	88.292	12.157	11.657	10.945	11.865	10.886	11.058	10.148	9.576	
Região Serrana	67.297	9.271	8.560	8.380	8.698	8.180	8.575	7.963	7.670	
Região Norte	146.049	19.633	18.608	18.323	19.260	17.632	18.708	17.216	16.669	
Total do Estado	2.200.968	296.166	282.407	273.477	286.040	270.777	273.551	261.249	257.301	

FONTE: Instituto de Informática-SEEC/RJ

Quadro C 1-117 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1980
POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.771.449	237.938	227.273	219.907	229.319	218.125	219.323	210.627	208.937	
Região Industrial do Médio Paraíba	173.041	22.989	22.047	21.555	22.743	21.587	21.489	20.769	19.862	
Região Litoral Sul	16.374	2.403	2.211	2.046	2.169	1.954	2.015	1.800	1.776	
Região das Baixadas Litorâneas	90.413	12.449	11.939	11.209	12.152	11.149	11.322	10.390	9.803	
Região Serrana	68.342	9.417	8.692	8.508	8.832	8.307	8.712	8.084	7.790	
Região Norte	146.078	19.640	18.616	18.325	19.267	17.636	18.709	17.216	16.669	
Total do Estado	2.265.697	304.836	290.778	281.550	294.482	278.758	281.570	268.886	264.837	

FONTE: Instituto de Informática-SEEC/RJ

Quadro C. 1-118 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 10 GRAU — 1981
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.830.310	245.796	234.878	227.249	236.982	285.376	226.614	217.585	215.830	
Região Industrial do Médio Paraíba	177.160	23.547	22.534	22.080	23.288	22.109	22.001	21.265	20.336	
Região Litoral Sul	16.888	2.478	2.281	2.109	2.237	2.015	2.080	1.856	1.832	
Região das Baixadas Litorâneas	92.584	12.748	12.228	11.479	12.446	11.418	11.592	10.638	10.035	
Região Serrana	69.403	9.565	8.826	8.638	8.968	8.436	8.851	8.207	7.912	
Região Norte	146.110	19.647	18.624	18.327	19.274	17.640	18.709	17.217	16.672	
Total do Estado	2.332.455	313.781	299.371	289.882	303.195	286.994	289.847	276.768	272.617	

FONTE: Instituto de Informáticas-SIEEC/RJ

Quadro C 1-119 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1982
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL									
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	
Região Metropolitana	1.891.127	253.914	242.738	234.836	244.902	232.868	234.147	224.773	222.949	
Região Industrial do Médio Paraíba	181.375	24.119	23.031	22.618	23.846	22.643	22.525	21.772	20.821	
Região Litoral Sul	17.415	2.556	2.353	2.174	2.307	2.078	2.145	1.913	1.889	
Região das Baixadas Litorâneas	94.809	13.054	12.524	11.756	12.747	11.694	11.869	10.892	10.273	
Região Serrana	70.481	9.716	8.962	8.770	9.106	8.567	8.992	8.332	8.036	
Região Norte	146.137	19.654	18.632	18.329	19.280	17.643	18.710	17.217	16.672	
Total do Estado	2.401.344	323.013	308.240	298.483	312.188	295.493	298.388	284.899	280.640	

FONTE: Instituto de Informática-SEEC/RJ

Quadro C 1-120 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1983
 POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL ESTIMADA, SEGUNDO Regiões-Programa
 FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL													
	TOTAL	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS					
Região Metropolitana	1.953.965	262.300	250.861	242.677	253.087	240.609	241.930	232.199	230.302					
Região Industrial do Médio Paraíba	185.791	24.804	23.539	23.169	24.417	23.191	23.062	22.291	21.318					
Região Litoral Sul	17.959	2.636	2.428	2.241	2.379	2.143	2.212	1.972	1.948					
Região das Baixadas Litorâneas	97.385	13.368	12.825	12.040	13.355	11.977	12.152	11.152	10.516					
Região Serrana	71.575	9.873	9.100	8.904	9.246	8.700	9.136	8.454	8.162					
Região Norte	146.164	19.661	18.640	18.330	17.286	17.646	18.710	17.218	16.673					
Total do Estado	2.472.839	332.642	317.393	307.361	321.770	304.266	307.202	293.286	288.919					

FONTE: Instituto de Informática - SEEC/RJ

Quadro C. 1-121 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1972-83
 MATRICULA INICIAL, SEGUNDO AS REGIOES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	ANO											
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979 *	1980 *	1981 *	1982 *	1983 *
Região Metropolitana	1.372.652	1.389.712	1.418.098	1.448.252	1.543.488	1.572.866	1.578.487	1.571.781	1.577.599	1.605.897	1.643.351	1.661.523
Região Industrial do Médio Paraíba	154.562	154.174	155.372	151.972	157.610	158.438	157.777	160.900	162.217	164.161	166.111	168.071
Região Litoral Sul	9.806	10.918	12.305	12.084	13.900	14.077	14.991	15.743	16.135	17.112	17.988	18.865
Região das Baixadas Litorâneas	68.955	71.688	69.644	68.807	75.850	77.436	80.831	82.186	83.848	85.950	88.065	90.174
Região Serrana	58.741	59.704	58.888	57.013	58.804	60.797	60.587	60.872	61.588	62.478	63.264	64.052
Região Norte	144.689	134.176	135.819	133.739	140.461	141.429	140.603	140.243	139.616	138.953	138.383	137.736
Total do Estado	1.809.404	1.820.370	1.850.126	1.871.867	1.989.913	2.025.043	2.033.076	2.031.725	2.041.003	2.074.551	2.117.162	2.160.421

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1º GRAU — 1978
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO,
POR REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA		TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	
	ESCOLARIZÁVEL (7 A 14)	TOTAL DAS IDADES	7 A 14 ANOS	APARENTE	REAL
Região Metropolitana	1.658.651	1.578.487	1.291.131	0,952	0,778
Região Industrial do Médio Paraíba	165.071	157.777	129.824	0,956	0,786
Região Litoral Sul	15.405	14.991	12.088	0,973	0,785
Região das Baixadas Litorâneas	86.184	80.631	66.736	0,936	0,774
Região Serrana	66.240	60.587	50.991	0,915	0,770
Região Norte	145.996	140.603	116.563	0,963	0,798
Total do Estado	2.137.547	2.033.076	1.667.333	0,951	0,780

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-123 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.448.252	361.515	191.048	187.538	170.347	167.106	151.264	133.911	85.523
Região Industrial do Médio Paraíba	151.972	41.537	23.887	21.497	18.140	16.825	12.930	9.538	7.618
Região Litoral Sul	12.084	3.818	2.009	1.884	1.251	1.319	874	545	384
Região das Baixadas Litorâneas	68.807	23.853	12.552	10.282	8.309	5.061	4.013	2.716	2.041
Região Serrana	57.013	20.912	9.311	7.372	6.202	4.657	3.541	2.674	2.344
Região Norte	133.739	44.838	21.138	17.776	15.664	11.444	9.625	7.782	5.472
Total do Estado	1.871.867	496.473	259.945	246.329	219.913	208.412	182.247	157.166	103.382

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-124 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	11.047	105	84	87	93	1.466	2.148	3.314	3.750
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	76	28	33	15	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	11.123	133	117	102	93	1.466	2.148	3.314	3.750

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-125 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL									
	TOTAL	SÉRIES								
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	
Região Metropolitana	256.508	60.018	42.542	45.270	42.970	25.374	23.739	11.064	5.531	
Região Industrial do Médio Paraíba	78.010	24.884	15.915	14.692	12.502	2.960	3.478	2.072	1.507	
Região Litoral Sul	10.206	2.741	1.613	1.610	1.181	1.297	860	525	379	
Região das Baixadas Litorâneas	44.651	16.217	9.573	8.252	6.648	1.312	1.046	903	700	
Região Serrana	37.980	14.772	7.441	5.713	4.751	2.050	1.239	1.051	963	
Região Norte	97.039	34.777	17.156	14.892	13.520	5.854	4.927	3.535	2.378	
Total do Estado	524.394	153.409	94.240	90.429	81.572	38.847	35.289	19.150	11.458	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-126 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	378.437	82.747	35.771	32.915	30.981	56.478	49.984	47.959	41.602
Região Industrial do Médio Paraíba	31.555	1.998	1.179	1.172	1.564	9.502	6.376	5.054	4.710
Região Litoral Sul	114	23	19	11	—	22	14	20	5
Região das Baixadas Litorâneas	13.334	1.212	668	611	973	3.749	2.967	1.813	1.341
Região Serrana	9.199	1.072	565	553	706	1.956	1.663	1.431	1.253
Região Norte	22.190	2.163	1.308	1.271	1.365	5.304	4.140	3.890	2.749
Total do Estado	454.829	89.215	39.510	36.533	35.589	77.011	65.144	60.167	5.166

FONTE: SEEC/MEC • Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-127 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	802.260	218.645	112.651	109.266	96.303	83.788	75.393	71.574	34.640
Região Industrial do Médio Paraíba	42.407	14.655	6.793	5.633	4.074	4.363	3.076	2.412	1.401
Região Litoral Sul	1.764	1.054	377	263	70	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	10.746	6.396	2.278	1.384	688	—	—	—	—
Região Serrana	9.834	5.068	1.305	1.106	745	651	639	192	128
Região Norte	14.510	7.898	2.674	1.613	779	286	558	357	345
Total do Estado	861.521	253.716	126.078	119.265	102.659	89.088	79.666	74.535	36.514

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-128 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRICULA INICIAL POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRICULA INICIAL							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.543.488	409.633	201.773	187.592	171.470	180.185	146.663	130.102	11.608
Região Industrial do Médio Paraíba	157.610	43.757	22.186	21.505	18.062	19.283	13.945	10.519	8.353
Região Litoral Sul	13.900	4.694	2.297	1.852	1.422	1.428	1.051	695	461
Região das Baixadas Litorâneas	75.850	26.127	12.493	10.425	8.074	7.885	4.734	3.548	2.564
Região Serrana	58.604	21.908	8.800	7.458	5.856	5.201	3.990	3.059	2.332
Região Norte	140.461	49.002	20.701	17.240	14.354	12.639	10.568	8.437	7.520
Total do Estado	1.989.913	555.121	268.250	246.072	219.238	226.601	180.951	156.360	137.320

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-129 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	S						8.ª	
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª		7.ª
Região Metropolitana	8.921	117	73	93	167	1.023	1.879	2.299	3.270
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	40	21	19	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	8.961	138	92	93	167	1.023	1.879	2.299	3.270

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-130 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	316.864	84.628	48.587	44.198	42.119	42.642	22.594	19.595	12.501
Região Industrial do Médio Paraíba	85.567	26.110	14.529	14.457	12.604	10.581	2.691	2.774	1.821
Região Litoral Sul	10.831	2.908	1.675	1.392	1.277	1.411	1.036	678	454
Região das Baixadas Litorâneas	50.777	17.331	9.759	8.429	6.724	5.489	1.326	953	766
Região Serrana	40.020	15.270	6.938	5.968	4.630	3.433	1.730	1.069	982
Região Norte	102.514	38.040	16.556	14.409	12.225	8.700	5.195	3.794	3.595
Total do Estado	606.573	184.287	98.044	88.853	79.579	72.258	34.572	28.863	20.119

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-131 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	833.964	224.142	113.152	107.780	96.924	93.062	75.403	66.387	57.114
Região Industrial do Médio Paraíba	43.690	15.031	6.377	5.702	4.081	4.272	3.615	2.690	1.922
Região Litoral Sul	2.965	1.757	603	460	145	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	12.657	7.827	2.280	1.583	903	22	—	—	42
Região Serrana	10.263	5.316	1.308	925	664	599	713	571	167
Região Norte	15.651	8.789	2.935	1.618	838	249	333	540	349
Total do Estado	919.190	262.862	126.655	118.068	103.555	98.204	80.064	70.188	59.594

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-132 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	383.739	100.746	39.961	35.521	32.260	43.438	46.787	41.821	43.205
Região Industrial do Médio Paraíba	28.353	2.616	1.280	1.346	1.377	4.430	7.639	5.055	4.610
Região Litoral Sul	104	29	19	—	—	17	15	17	7
Região das Baixadas Litorâneas	12.376	948	435	413	447	2.374	3.408	2.595	1.756
Região Serrana	8.321	1.322	554	565	562	1.169	1.547	1.419	1.183
Região Norte	22.296	2.173	1.210	1.213	1.291	3.690	5.040	4.103	3.576
Total do Estado	455.189	107.834	43.459	39.058	35.937	55.118	64.436	55.010	54.337

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-133 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.572.866	405.783	247.187	192.115	170.369	177.471	148.335	123.664	107.942
Região Industrial do Médio Paraíba	158.438	44.556	21.771	20.323	18.028	18.360	14.958	11.254	9.188
Região Litoral Sul	14.077	4.669	2.313	1.949	1.367	1.455	1.076	764	484
Região das Baixadas Litorâneas	77.436	26.424	12.342	10.082	8.088	6.970	6.194	4.154	
Região Serrana	60.797	22.345	9.350	7.451	6.096	5.165	4.309	3.441	2.640
Região Norte	141.429	50.684	20.972	17.042	14.126	11.416	10.995	8.866	7.328
Total do Estado	2.025.043	554.461	313.935	248.962	218.074	220.837	185.867	152.143	130.764

FORTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-134 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	6.734	140	74	75	92	686	1.019	1.991	2.657
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	86	76	10	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	6.820	216	84	75	92	686	1.019	1.991	2.657

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-135 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	319.255	81.156	48.875	44.843	39.014	39.964	31.117	18.080	15.206
Região Industrial do Médio Paraíba	88.209	25.610	14.080	13.441	12.609	10.502	7.070	2.422	2.475
Região Litoral Sul	10.327	2.596	1.581	1.380	1.093	1.396	1.059	748	474
Região das Baixadas Litorâneas	52.377	17.010	9.295	8.101	6.658	5.180	3.949	1.276	908
Região Serrana	41.337	14.919	7.036	5.711	4.698	3.325	2.642	1.778	1.228
Região Norte	105.975	39.120	17.119	14.291	12.147	8.351	7.177	4.388	3.382
Total do Estado	617.480	180.411	98.986	87.767	76.219	68.718	53.014	28.692	23.673

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-136 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL							
		SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	821.360	197.433	146.986	105.458	94.146	91.980	74.948	60.750	49.657
Região Industrial do Médio Paraíba	45.211	16.403	6.436	5.565	4.076	4.346	3.651	2.784	1.950
Região Litoral Sul	3.633	2.048	716	569	274	26	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	12.916	7.849	2.457	1.473	881	147	9	—	—
Região Serrana	12.685	6.085	1.703	1.170	833	1.016	782	584	512
Região Norte	15.862	8.977	2.628	1.635	943	307	465	419	488
Total do Estado	911.667	238.895	160.928	115.870	101.153	97.822	79.855	64.537	52.607

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-137 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	425.517	127.054	50.250	41.739	37.117	44.841	41.251	42.843	40.422
Região Industrial do Médio Paraíba	25.018	2.543	1.255	1.317	1.343	3.512	4.237	6.048	4.763
Região Litoral Sul	117	25	16	—	—	33	17	16	10
Região das Baixadas Litorâneas	12.057	1.389	560	508	549	1.643	2.236	2.878	2.274
Região Serrana	6.775	1.341	611	570	565	824	885	1.079	900
Região Norte	19.592	2.587	1.225	1.116	1.036	2.758	3.353	4.059	3.458
Total do Estado	489.076	134.939	53.937	45.260	40.610	53.611	51.979	56.923	51.827

FONTE: SEEC/MEC • Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-138 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.578.487	403.451	254.556	218.127	170.886	174.018	140.791	119.115	97.543
Região Industrial do Médio Paraíba	157.777	40.930	26.592	19.195	17.536	18.543	13.918	11.688	9.375
Região Litoral Sul	14.991	4.709	2.353	1.983	1.595	1.510	1.185	950	706
Região das Baixadas Litorâneas	80.631	27.668	13.359	9.993	8.181	7.039	5.733	5.088	3.570
Região Serrana	60.587	21.573	9.928	7.518	6.140	5.042	3.966	3.524	2.896
Região Norte	140.603	50.027	22.320	16.983	13.833	11.023	9.638	9.428	7.351
Total do Estado	2.033.076	548.358	329.108	273.799	218.171	217.175	175.231	149.793	121.441

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-139 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	2.330	124	84	84	75	193	248	373	1.149
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	2.330	124	84	84	75	193	248	373	1.149

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-140 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	318.119	69.087	61.998	44.627	38.469	37.089	29.871	23.244	13.734
Região Industrial do Médio Paraíba	90.209	22.171	17.851	12.780	11.735	10.830	7.586	5.165	2.081
Região Litoral Sul	10.562	2.366	1.571	1.359	1.085	1.372	1.153	950	706
Região das Baixadas Litorâneas	54.793	17.549	9.929	7.684	6.657	5.133	3.830	2.913	1.098
Região Serrana	41.865	14.374	7.612	5.697	4.653	3.346	2.570	2.159	1.454
Região Norte	107.148	38.387	18.121	14.041	11.813	8.355	6.751	6.082	3.598
Total do Estado	622.696	163.934	117.082	86.188	74.412	66.125	51.771	40.513	22.671

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-141 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	789.399	187.059	130.593	122.205	89.630	88.134	70.214	57.231	44.333
Região Industrial do Médio Paraíba	44.719	15.717	7.148	4.992	4.331	4.433	3.115	2.841	2.142
Região Litoral Sul	4.340	2.286	757	617	510	138	32	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	13.979	8.242	2.681	1.648	890	391	122	5	—
Região Serrana	12.114	5.761	1.633	1.131	865	946	716	598	464
Região Norte	16.016	8.774	2.897	1.810	962	397	382	416	378
Total do Estado	880.567	227.839	145.709	132.403	97.188	94.439	74.581	61.091	47.317

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-142 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
 MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	468.639	147.181	61.881	51.211	42.712	48.602	40.458	38.267	38.327
Região Industrial do Médio Paraíba	22.849	3.042	1.593	1.423	1.470	3.280	3.207	3.682	5.152
Região Litoral Sul	89	57	25	7	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	11.859	1.877	749	661	634	1.515	1.781	2.170	—
Região Serrana	6.608	1.438	683	690	622	750	680	767	978
Região Norte	17.439	2.866	1.302	1.132	1.053	2.271	2.505	2.930	3.375
Total do Estado	527.483	156.461	66.233	55.124	46.496	56.418	48.631	47.816	50.304

FONTE: SEEC/MEC • Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-143 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1978
 ALUNOS MATRICULADOS E DISTORÇÃO SÉRIE IDADE,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL	DISTORÇÃO SÉRIE IDADE DOS ALUNOS MATRICULADOS					
		ABAIXO DA IDADE		NA IDADE CERTA		ACIMA DA IDADE	
		N	%	N	%	N	%
Região Metropolitana	1.578.487	189.758	12,02	418.879	26,54	969.850	61,44
Região Industrial do Médio Paraíba	157.777	14.810	9,39	35.476	22,48	107.491	68,13
Região Litoral Sul	14.991	1.226	8,16	2.573	17,16	11.192	74,66
Região das Baixadas Litorâneas	80.631	7.264	9,01	16.690	20,70	56.677	70,29
Região Serrana	60.587	4.487	7,41	12.319	20,33	43.781	72,26
Região Norte	140.603	13.134	9,34	30.008	21,34	97.461	69,32
Total do Estado	2.033.076	230.679	11,34	515.945	25,38	1.286.452	63,28

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-144 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.392.504	349.277	185.762	181.132	166.579	157.446	142.532	128.277	81.499
Região Industrial do Médio Paraíba	141.751	39.118	22.581	20.157	17.022	14.989	12.082	8.711	7.091
Região Litoral Sul	11.039	3.613	1.821	1.719	1.139	1.205	724	482	336
Região das Baixadas Litorâneas	63.541	21.904	11.530	9.485	7.700	4.753	3.872	2.415	1.842
Região Serrana	50.687	19.317	8.427	6.628	5.645	3.947	2.815	2.090	1.818
Região Norte	125.066	42.331	19.435	15.949	14.329	10.583	9.189	7.766	5.484
Total do Estado	1.784.588	475.560	249.556	235.080	212.414	192.953	171.214	149.741	98.070

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-145 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	11.388	31	31	32	113	1.714	2.287	3.204	3.976
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	76	28	33	15	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	11.464	59	64	47	113	1.714	2.287	3.204	3.976

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RL

Quadro C 1-146 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRICULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	252.039	58.085	41.242	43.617	41.305	24.700	22.758	14.391	5.941
Região Industrial do Médio Paraíba	73.178	24.111	15.014	13.706	11.645	2.239	3.161	1.884	1.418
Região Litoral Sul	9.218	2.510	1.451	1.466	1.089	1.187	712	471	332
Região das Baixadas Litorâneas	41.016	14.785	8.997	7.823	6.327	958	977	641	508
Região Serrana	33.232	13.591	6.716	5.180	4.317	1.576	754	598	500
Região Norte	89.296	32.122	15.505	13.179	12.247	5.527	4.586	3.732	2.398
Total do Estado	497.979	145.204	88.925	84.971	76.930	36.187	32.948	21.717	11.097

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-147 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRICULA FINAL, POR SERIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	782.739	213.654	110.251	106.285	94.622	81.602	73.576	69.214	33.535
Região Industrial do Médio Paraíba	38.458	13.008	6.328	5.211	3.790	3.836	2.888	2.091	1.306
Região Litoral Sul	1.723	1.075	356	242	50	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	10.569	6.323	2.108	1.261	814	—	—	—	43
Região Serrana	8.835	4.661	1.174	921	642	595	585	161	96
Região Norte	14.897	8.244	2.845	1.610	821	253	530	287	307
Total do Estado	857.221	246.965	123.062	11.550	100.739	86.286	77.579	71.753	35.287

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-148 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	346.338	77.507	34.236	31.198	30.539	49.430	43.911	41.468	38.047
Região Industrial do Médio Paraíba	30.115	1.999	1.239	1.240	1.587	8.914	6.033	4.736	4.367
Região Litoral Sul	98	28	14	11	—	18	12	11	4
Região das Baixadas Litorâneas	11.880	768	392	376	559	3.825	2.895	1.774	1.291
Região Serrana	8.620	1.065	537	527	686	1.776	1.476	1.331	1.222
Região Norte	20.873	1.965	1.085	1.160	1.261	4.803	4.073	3.747	2.779
Total do Estado	417.924	83.332	37.505	34.512	34.632	68.766	58.400	53.067	47.710

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-149 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRICULA FINAL, POR SERIE, SEGUNDO REGI6ES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGI6ES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	SERIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.472.305	387.657	195.357	181.029	165.082	167.809	139.667	123.857	112.047
Região Industrial do Médio Paraíba	147.888	41.140	21.227	20.200	17.303	17.576	12.562	9.680	8.000
Região Litoral Sul	12.861	4.335	2.226	1.764	1.340	1.284	889	619	404
Região das Baixadas Litorâneas	69.783	23.779	11.596	9.645	7.606	7.279	4.342	3.242	2.294
Região Serrana	55.099	20.768	8.234	6.916	5.610	4.839	3.717	2.777	2.238
Região Norte	130.985	45.161	19.668	16.179	13.303	11.901	9.710	7.864	7.196
Total do Estado	1.888.921	522.840	258.308	235.733	210.244	210.488	170.887	146.239	132.182

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-150 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRICULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	9.335	120	65	92	84	911	1.954	2.596	3.513
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	38	20	18	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	9.373	140	83	92	84	911	1.954	2.596	3.513

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-151 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	299.961	78.790	46.983	42.283	40.251	39.467	21.530	18.539	12.118
Região Industrial do Médio Paraíba	60.845	24.770	13.844	13.489	12.129	9.792	2.294	2.715	1.812
Região Litoral Sul	9.557	2.540	1.491	1.267	1.116	1.268	876	602	397
Região das Baixadas Litorâneas	46.488	15.744	8.977	7.708	6.320	5.003	1.208	828	700
Região Serrana	36.527	19.806	6.183	5.386	4.263	3.118	1.712	1.073	986
Região Norte	96.930	35.550	15.877	13.651	11.470	8.400	4.880	3.680	3.422
Total do Estado	570.308	171.200	93.355	83.784	75.549	67.048	32.500	27.437	19.435

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-152 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRICULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	804.354	217.193	110.870	104.891	94.316	87.482	71.501	62.865	55.236
Região Industrial do Médio Paraíba	40.507	14.001	6.119	5.401	3.858	3.801	3.274	2.395	1.658
Região Litoral Sul	3.211	1.772	718	497	224	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	11.750	7.181	2.182	1.534	844	9	—	—	—
Região Serrana	11.466	5.747	1.538	986	817	844	678	612	244
Região Norte	14.175	7.773	2.736	1.460	765	262	335	518	326
Total do Estado	885.463	253.667	124.163	114.769	100.824	92.398	75.788	66.390	57.464

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-153 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 MATRICULA FINAL, POR SERIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	358.655	91.554	37.439	33.763	30.431	39.749	44.682	39.857	41.180
Região Industrial do Médio Paraíba	26.110	2.099	1.182	1.264	1.288	3.983	6.994	4.770	4.530
Região Litoral Sul	93	23	17	—	—	16	13	17	7
Região das Baixadas Litorâneas	11.507	834	419	403	442	2.267	3.134	2.414	1.594
Região Serrana	7.106	1.215	513	544	530	877	1.327	1.092	1.008
Região Norte	19.880	1.838	1.055	1.068	1.068	3.239	4.495	3.666	3.451
Total do Estado	423.351	97.563	40.625	37.042	33.759	50.131	60.645	51.816	51.770

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

**Quadro C 1-154 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.481.334	381.214	235.669	182.787	162.212	163.581	139.560	115.671	100.640
Região Industrial do Médio Paraíba	146.473	41.764	20.583	19.114	17.030	16.438	13.405	9.675	8.464
Região Litoral Sul	13.578	4.496	2.156	1.841	1.365	1.354	1.043	773	550
Região das Baixadas Litorâneas	73.205	25.072	11.888	9.538	7.549	6.539	5.816	3.849	2.954
Região Serrana	55.865	20.829	8.600	6.918	5.671	4.546	3.808	3.076	2.417
Região Norte	130.233	46.879	19.456	15.740	12.989	10.331	9.933	8.187	6.718
Total do Estado	1.900.688	520.254	298.352	235.938	206.816	202.789	173.565	141.231	121.743

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-155 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	4.160	113	75	76	91	344	538	1.280	1.643
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	67	58	9	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	4.227	171	84	76	91	344	538	1.280	1.643

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-156 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	297.160	75.070	46.987	42.128	36.557	36.581	28.756	17.005	14.076
Região Industrial do Médio Paraíba	82.738	24.162	13.324	12.724	11.828	9.713	6.644	2.072	2.271
Região Litoral Sul	9.757	2.345	1.436	1.249	1.084	1.313	1.033	758	539
Região das Baixadas Litorâneas	49.194	16.023	8.780	7.587	6.187	4.878	3.729	1.192	818
Região Serrana	37.844	13.817	6.349	5.217	4.256	3.044	2.409	1.597	1.155
Região Norte	98.109	36.130	15.879	13.162	11.207	7.681	6.719	4.166	3.165
Total do Estado	574.802	167.547	92.755	82.067	71.119	63.210	49.290	26.780	220.24

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-157 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIOES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIOES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	775.818	185.354	140.369	100.208	89.691	84.617	71.630	57.046	46.903
Região Industrial do Médio Paraíba	40.965	15.090	6.002	5.101	3.896	3.699	3.096	2.256	1.825
Região Litoral Sul	3.690	2.104	693	585	281	27	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	12.652	7.693	2.538	1.457	817	138	9	—	—
Região Serrana	11.803	5.867	1.659	1.122	823	778	643	487	424
Região Norte	14.531	8.283	2.434	1.561	857	344	320	350	382
Total do Estado	859.459	224.391	153.695	110.034	96.365	89.603	75.698	60.139	49.534

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-158 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 MATRICULA FINAL, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	404.196	120.677	48.238	40.375	35.873	42.039	38.636	40.340	38.018
Região Industrial do Médio Paraíba	22.770	2.512	1.257	1.289	1.306	3.026	3.665	5.347	4.368
Região Litoral Sul	131	47	27	7	—	14	10	15	11
Região das Baixadas Litorâneas	11.292	1.298	561	494	545	1.523	2.078	2.657	2.136
Região Serrana	6.392	1.235	634	603	610	724	756	992	838
Região Norte	17.593	2.466	1.149	1.017	925	2.306	2.894	3.671	3.171
Total do Estado	462.374	128.235	51.860	43.785	39.259	49.632	48.039	53.022	48.542

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-159 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	65.844	21.427	8.188	7.667	5.729	8.226	6.732	4.825	3.052
Região Industrial do Médio Paraíba	8.687	2.853	1.140	796	643	1.339	853	606	457
Região Litoral Sul	736	187	89	93	65	102	88	61	50
Região das Baixadas Litorâneas	4.781	2.222	916	583	428	290	171	116	55
Região Serrana	4.027	1.925	609	467	371	266	164	148	77
Região Norte	8.725	3.345	1.368	1.105	825	776	604	457	245
Total do Estado	92.800	31.959	12.308	10.711	8.062	10.999	8.612	6.213	3.936

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-160 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	236	—	—	—	—	46	65	65	60
Região Industrial do Médic Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	236	—	—	—	—	46	65	65	60

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-161 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	11.668	3.978	1.709	1.711	1.481	1.138	878	549	224
Região Industrial do Médio Paraíba	3.791	1.551	709	514	474	169	191	115	68
Região Litoral Sul	673	159	79	87	66	93	85	55	49
Região das Baixadas Litorâneas	2.694	1.245	589	410	363	23	35	18	11
Região Serrana	2.306	1.130	420	328	274	76	28	29	21
Região Norte	6.211	2.613	1.084	926	722	324	289	163	90
Total do Estado	27.343	10.676	4.590	3.976	3.380	1.823	1.506	929	463

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-162 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	32.395	12.289	4.831	4.472	3.137	2.899	2.340	1.683	744
Região Industrial do Médio Paraíba	2.759	1.205	407	253	141	259	197	181	116
Região Litoral Sul	36	28	3	5	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.520	961	325	172	60	—	—	—	2
Região Serrana	1.325	759	166	129	84	68	53	31	35
Região Norte	1.121	585	197	124	47	38	48	44	38
Total do Estado	39.156	15.827	5.929	5.155	3.469	3.264	2.638	1.939	935

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-163 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	21.545	5.160	1.646	1.484	1.111	4.143	3.449	2.528	2.024
Região Industrial do Médio Paraíba	2.137	97	24	29	28	911	465	310	273
Região Litoral Sul	27	—	7	1	—	9	3	6	1
Região das Baixadas Litorâneas	567	16	2	1	5	267	136	98	42
Região Serrana	396	36	23	10	13	122	83	88	21
Região Norte	1.393	147	87	55	56	414	267	250	117
Total do Estado	26.065	5.456	1.789	1.580	1.213	5.866	4.403	3.280	2.478

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-164 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	84.172	31.078	10.492	9.021	7.063	10.196	7.458	5.477	3.387
Região Industrial do Médio Paraíba	9.928	3.211	1.241	952	592	1.599	1.042	666	525
Região Litoral Sul	934	247	140	113	64	145	98	69	58
Região das Baixadas Litorâneas	5.729	2.531	838	669	427	523	287	293	161
Região Serrana	4.430	1.803	528	500	396	672	265	171	95
Região Norte	10.255	4.309	1.378	1.133	853	1.016	684	496	386
Total do Estado	115.448	43.179	14.617	12.388	9.495	14.151	9.634	7.172	4.612

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-165 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	86	—	—	—	—	16	11	25	34
Região Industrial do Médio Paraíba									
Região Litoral Sul									
Região das Baixadas Litorâneas	5	3	2	—	—	—	—	—	—
Região Serrana									
Região Norte									
Total do Estado	91	3	2	—	—	16	11	25	34

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-166 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	18.252	5.727	2.677	2.355	2.078	2.844	1.347	854	370
Região Industrial do Médio Paraíba	4.662	1.732	691	570	454	576	252	184	103
Região Litoral Sul	712	132	89	80	44	144	96	69	58
Região das Baixadas Litorâneas	3.418	1.558	567	469	326	309	52	78	59
Região Serrana	2.954	1.229	419	397	333	375	100	57	44
Região Norte	6.895	3.012	1.024	933	723	643	267	171	122
Total do Estado	36.893	13.390	5.467	4.804	3.958	4.991	2.114	1.413	756

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/PJ.

Quadro C . 1-167 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	48.924	20.203	6.387	5.450	4.060	4.613	3.777	2.871	1.563
Região Industrial do Médio Paraíba	3.513	1.359	524	350	194	387	310	223	166
Região Litoral Sul	216	115	48	33	20	--	--	--	--
Região das Baixadas Litorâneas	1.462	918	252	190	89	13	--	--	--
Região Serrana	1.219	546	100	98	47	228	105	73	22
Região Norte	1.934	1.208	303	154	95	36	34	62	42
Total do Estado	57.268	24.349	7.614	6.275	4.505	5.277	4.226	3.229	1.793

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-168 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	16 910	5 148	1 428	1 216	925	2 723	2 323	1 727	1 420
Região Industrial do Médio Paraíba	1 753	120	26	32	44	536	480	259	256
Região Litoral Sul	6	—	3	—	—	1	2	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	844	52	17	10	12	201	235	215	102
Região Serrana	257	28	9	5	16	69	60	41	29
Região Norte	1 426	89	51	46	35	337	383	263	222
Total do Estado	21 196	5 437	1 534	1 309	1 032	3 867	3 483	2 505	2 029

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro C. 1-169 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	82.880	28.676	11.503	8.798	7.123	10.070	7.269	5.638	3.803
Região Industrial do Médio Paraíba	11.444	3.803	1.402	1.172	923	1.515	1.286	762	581
Região Litoral Sul	913	304	160	117	77	108	79	39	29
Região das Baixadas Litorâneas	6.119	2.630	926	689	458	568	393	280	175
Região Serrana	5.748	2.525	824	624	452	497	398	220	208
Região Norte	12.701	5.298	1.966	1.492	1.078	898	855	645	459
Total do Estado	119.805	43.236	16.781	12.892	10.111	13.656	10.280	7.584	5.265

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-170 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	73	—	—	—	—	18	8	21	26
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	19	1	—	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	92	1	—	—	18	8	21	26	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-171 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	21.871	6.742	3.125	2.606	2.270	2.961	2.063	1.295	809
Região Industrial do Médio Paraíba	5.991	2.074	905	785	643	727	508	189	160
Região Litoral Sul	527	119	71	63	38	93	76	38	29
Região das Baixadas Litorâneas	3.939	1.675	698	525	355	380	178	69	59
Região Serrana	3.993	1.840	658	494	374	253	192	97	85
Região Norte	8.981	3.905	1.557	1.243	876	548	440	233	179
Total do Estado	45.302	16.355	7.014	5.716	4.556	4.962	3.457	1.921	1.321

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1 -172 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	39.769	14.468	6.147	4.522	3.485	4.308	3.089	2.388	1.362
Região Industrial do Médio Paraíba	3.918	1.556	458	339	242	468	410	268	177
Região Litoral Sul	357	177	87	54	39	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.028	715	165	101	44	3	—	—	—
Região Serrana	1.473	661	157	120	62	176	148	68	81
Região Norte	1.838	1.060	286	142	94	45	59	70	82
Total do Estado	48.383	18.637	7.300	5.278	3.966	5.000	3.706	2.794	1.702

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-173 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO POR ABANDONO								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	21.167	7.466	2.231	1.670	1.368	2.783	2.109	1.934	1.606
Região Industrial do Médio Paraíba	1.535	173	39	48	38	320	368	305	244
Região Litoral Sul	29	8	2	—	—	15	3	1	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.133	222	62	63	59	185	215	211	116
Região Serrana	282	24	9	10	16	68	58	55	42
Região Norte	1.882	333	123	107	108	305	356	342	208
Total do Estado	26.028	8.226	2.466	1.898	1.589	3.676	3.109	2.848	2.216

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-174 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1975
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.080.964	219.718	147.861	146.517	141.726	126.514	116.000	108.364	74.264
Região Industrial do Médio Paraíba	106.844	23.929	17.688	15.742	14.321	11.928	9.747	7.314	6.175
Região Litoral Sul	6.678	1.753	1.211	1.133	823	728	478	334	218
Região das Baixadas Litorâneas	45.486	12.880	8.449	7.190	6.049	3.781	3.345	2.115	1.677
Região Serrana	35.986	10.033	6.482	5.298	4.778	3.333	2.497	1.889	1.676
Região Norte	92.142	23.752	14.891	12.510	11.775	9.180	7.975	7.093	4.966
Total do Estado	1.368.100	292.065	196.582	188.390	179.472	155.464	140.042	127.109	88.976

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-175 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	10.365	31	29	32	112	1.450	1.987	2.915	3.809
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	76	28	33	15	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	10.441	59	62	47	112	1.450	1.987	2.915	3.809

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-176 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8
Região Metropolitana	185.027	32.652	31.035	33.898	33.662	19.265	17.876	11.597	5.040
Região Industrial do Médio Paraíba	51.730	13.461	11.510	10.382	9.570	1.645	2.381	1.580	1.201
Região Litoral Sul	5.697	1.204	1.000	972	801	713	466	327	214
Região das Baixadas Litorâneas	27.628	8.143	6.445	5.779	4.844	621	839	506	451
Região Serrana	21.691	6.098	5.057	4.046	3.576	1.310	637	525	442
Região Norte	61.897	16.127	11.530	10.133	9.931	4.673	3.925	3.441	2.137
Total do Estado	353.670	77.685	66.577	65.210	62.384	28.227	26.126	17.976	9.485

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-177 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	578.401	121.818	86.068	84.361	79.920	61.937	57.060	56.481	30.756
Região Industrial do Médio Paraíba	29.116	8.689	5.040	4.232	3.314	2.896	2.250	1.604	1.091
Região Litoral Sul	905	527	204	152	22	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	7.339	3.983	1.613	1.049	663	—	—	—	31
Região Serrana	6.367	2.964	925	756	556	467	510	136	73
Região Norte	11.240	5.846	2.375	1.310	623	167	413	259	247
Total do Estado	633.388	143.827	96.225	91.860	85.096	65.467	60.233	58.480	32.198

FONTE: SEEC/MEC • Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-178 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	307.171	65.217	30.729	28.226	28.032	43.862	39.075	37.371	34.659
Região Industrial do Médio Paraíba	25.998	1.779	1.138	1.128	1.437	7.387	5.116	4.130	3.883
Região Litoral Sul	76	22	7	9	—	15	12	7	4
Região das Baixadas Litorâneas	10.443	726	358	347	542	3.160	2.506	1.609	1.195
Região Serrana	7.908	971	500	496	646	1.556	1.350	1.228	1.161
Região Norte	19.005	1.779	986	1.067	1.221	4.340	3.637	3.393	2.582
Total do Estado	370.601	70.494	33.718	31.273	31.878	60.320	51.696	47.736	43.484

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-179 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.104.601	237.508	151.097	142.172	135.702	125.113	110.926	100.655	101.428
Região Industrial do Médio Paraíba	102.801	22.501	15.369	14.811	13.593	12.525	9.402	7.875	6.725
Região Litoral Sul	8.059	2.116	1.520	1.228	991	795	615	459	335
Região das Baixadas Litorâneas	46.566	11.991	7.765	6.917	5.869	5.684	3.635	2.758	1.947
Região Serrana	38.152	10.725	6.180	5.344	4.607	3.825	3.121	2.320	2.030
Região Norte	89.249	22.028	14.300	12.000	10.302	9.506	8.049	6.595	6.469
Total do Estado	1.369.428	306.869	196.231	182.472	171.064	157.448	135.748	120.662	118.934

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-180 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIOES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIOES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	8.104	87	54	77	75	681	1.612	2.313	3.205
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	38	20	18	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	8.142	107	72	77	75	681	1.612	2.313	3.205

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-181 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	203.050	36.545	33.718	31.102	31.084	28.759	16.293	14.764	10.785
Região Industrial do Médio Paraíba	52.735	11.738	9.840	9.868	9.286	6.891	1.480	2.146	1.486
Região Litoral Sul	6.202	1.306	1.014	884	841	780	603	445	329
Região das Baixadas Litorâneas	28.964	6.941	5.824	5.417	4.802	3.804	990	646	540
Região Serrana	23.652	6.072	4.438	4.015	3.430	2.483	1.432	873	909
Região Norte	61.445	15.281	11.141	9.903	8.741	6.423	3.894	3.031	3.031
Total do Estado	376.048	77.883	65.975	61.189	58.184	49.140	24.692	21.905	17.080

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-182 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS									
	TOTAL	SÉRIES								8.ª
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª		
Região Metropolitana	578.876	123.995	84.138	80.884	76.900	61.196	53.318	48.360	50.085	
Região Industrial do Médio Paraíba	27.607	8.886	4.446	3.813	3.094	2.390	2.068	1.621	1.289	
Região Litoral Sul	1.794	802	498	344	150	—	—	—	—	
Região das Baixadas Litorâneas	7.589	4.273	1.530	1.123	654	9	—	—	—	
Região Serrana	8.038	3.527	1.248	848	696	581	487	463	188	
Região Norte	10.380	5.076	2.221	1.216	613	241	293	441	279	
Total do Estado	634.284	146.559	94.081	88.228	82.107	64.417	56.168	50.885	51.841	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-183 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 APROVADOS POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	314.571	76.881	33.187	30.109	27.643	34.477	39.703	35.218	37.353
Região Industrial do Médio Paraíba	22.459	1.877	1.083	1.130	1.213	3.244	5.854	4.108	3.950
Região Litoral Sul	63	8	8	—	—	15	12	14	6
Região das Baixadas Litorâneas	9.975	757	393	377	413	1.871	2.645	2.112	1.407
Região Serrana	6.462	1.126	494	481	481	761	1.202	984	933
Região Norte	17.424	1.671	938	861	948	2.842	3.862	3.123	3.159
Total do Estado	370.954	82.320	36.103	32.978	30.696	43.210	53.278	45.559	46.808

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-184 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 APROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.113.706	244.483	180.613	145.467	134.169	119.515	108.376	92.482	88.601
Região Industrial do Médio Paraíba	106.191	25.839	15.370	14.820	13.774	11.066	10.236	7.761	7.325
Região Litoral Sul	8.747	2.059	1.548	1.353	1.046	960	770	600	411
Região das Baixadas Litorâneas	49.298	12.786	8.063	6.963	5.902	4.955	4.732	3.262	2.615
Região Serrana	36.075	10.708	6.359	5.358	4.621	3.372	3.072	2.493	2.092
Região Norte	88.761	23.145	14.181	12.025	10.352	8.115	8.291	6.683	5.969
Total do Estado	1.404.778	319.020	226.134	185.986	169.864	147.983	135.477	113.301	107.013

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C . 1-185 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 APROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	3.694	91	67	65	83	279	418	1.170	1.521
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	46	39	7	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	3.740	130	74	65	83	279	418	1.170	1.521

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-186 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1º GRAU — 1977
APROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	217.219	48.623	34.592	31.887	29.169	26.028	21.725	12.949	12.246
Região Industrial do Médio Paraíba	58.882	14.577	9.749	9.670	9.411	6.685	5.089	1.656	2.043
Região Litoral Sul	6.456	1.148	973	845	823	922	760	585	400
Região das Baixadas Litorâneas	31.515	7.337	5.809	5.457	4.802	3.542	2.969	933	666
Região Serrana	24.099	5.989	4.465	3.907	3.394	2.253	1.936	1.182	973
Região Norte	62.380	15.226	11.176	9.833	8.756	5.892	5.473	3.253	2.771
Total do Estado	400.551	92.900	66.764	61.599	68.355	45.322	37.952	20.560	19.099

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-187 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 APROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	545.456	97.640	103.935	77.957	72.525	57.095	52.484	43.020	40.800
Região Industrial do Médio Paraíba	27.932	8.964	4.477	4.015	3.210	2.033	2.109	1.630	1.494
Região Litoral Sul	2.207	893	558	508	223	25	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	7.699	4.227	1.727	1.052	587	97	9	—	—
Região Serrana	8.145	3.607	1.286	884	647	487	484	406	344
Região Norte	10.755	5.687	1.948	1.262	727	291	284	277	279
Total do Estado	602.194	121.018	113.931	85.678	77.919	60.028	55.370	45.333	42.917

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-188 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
APROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	347.337	98.129	42.019	35.558	32.392	36.113	33.749	35.343	34.034
Região Industrial do Médio Paraíba	19.377	2.298	1.144	1.135	1.153	2.348	3.038	4.473	3.788
Região Litoral Sul	84	18	17	—	—	13	10	15	11
Região das Baixadas Litorâneas	10.038	1.183	520	454	513	1.316	1.754	2.349	1.949
Região Serrana	5.831	1.112	608	567	580	632	652	905	775
Região Norte	15.626	2.232	1.057	930	869	1.932	2.534	3.153	2.919
Total do Estado	398.293	104.972	45.365	38.644	35.507	42.354	41.737	46.238	43.476

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-189 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	311.540	129.559	37.901	34.615	24.853	30.932	26.532	19.913	7.235
Região Industrial do Médio Paraíba	34.907	15.189	4.893	4.415	2.701	3.016	2.335	1.397	916
Região Litoral Sul	4.361	1.860	610	586	316	477	246	148	118
Região das Baixadas Litorâneas	18.055	9.024	3.081	2.305	1.651	1.002	527	300	165
Região Serrana	14.701	9.284	1.945	1.330	867	614	318	201	142
Região Norte	32.924	18.579	4.544	3.439	2.554	1.403	1.214	673	518
Total do Estado	416.488	183.495	52.974	46.690	32.942	37.489	31.172	22.632	9.094

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-190 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.023	2	—	1	264	300	289	167	—
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	1.023	2	—	1	264	300	289	167	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-191 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	67.012	25.433	10.207	9.719	7.643	5.435	4.880	2.794	901
Região Industrial do Médio Paraíba	21.448	10.650	3.504	3.324	2.075	594	780	304	217
Região Litoral Sul	3.521	1.306	451	494	288	474	246	144	118
Região das Baixadas Litorâneas	13.388	6.642	2.552	2.044	1.483	337	138	135	57
Região Serrana	11.541	7.493	1.659	1.134	741	266	117	73	58
Região Norte	27.399	15.995	3.975	3.046	2.316	854	661	291	261
Total do Estado	144.309	67.519	22.348	19.761	14.546	7.960	6.822	3.741	1.612

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/PAJ.

Quadro C. 1-192 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	204.338	91.836	24.183	21.924	14.702	19.665	16.516	12.733	2.779
Região Industrial do Médio Paraíba	9.342	4.319	1.288	979	476	940	638	487	215
Região Litoral Sul	818	548	152	90	28	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.230	2.340	495	232	151	—	—	—	12
Região Serrana	2.448	1.697	249	165	86	128	75	25	23
Região Norte	3.657	2.398	470	300	198	86	117	28	60
Total do Estado	223.833	103.138	26.837	23.690	15.641	20.819	17.346	13.273	3.089

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-193 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	39.167	12.290	3.509	2.972	2.507	5.568	4.836	4.097	3.388
Região Industrial do Médio Paraíba	4.117	220	101	112	150	1.527	917	606	484
Região Litoral Sul	22	6	7	2	—	3	—	4	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.437	42	34	29	17	665	389	165	96
Região Serrana	712	94	97	31	40	220	126	103	61
Região Norte	1.868	186	99	93	40	463	436	354	197
Total do Estado	47.323	12.838	3.787	3.239	2.754	8.446	6.704	5.329	4.226

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-194 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	367.704	150.149	44.260	38.857	29.380	42.496	28.741	23.202	10.619
Região Industrial do Médio Paraíba	44.661	18.369	5.776	5.343	3.682	5.051	3.160	2.005	1.275
Região Litoral Sul	4.802	2.219	706	536	349	489	274	160	69
Região das Baixadas Litorâneas	23.217	11.768	3.831	2.728	1.737	1.595	707	484	347
Região Serrana	16.947	10.043	2.054	1.572	1.003	1.014	596	457	208
Região Norte	41.735	23.133	5.368	4.179	3.001	2.395	1.661	1.269	730
Total do Estado	499.067	215.701	61.995	53.215	39.152	53.040	35.139	27.577	13.248

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-195 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	REPROVADOS							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	1.231	33	11	15	9	230	342	283	308
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	1.231	33	11	15	9	230	342	283	308

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-196 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	96.911	42.245	13.265	11.181	9.167	10.708	5.237	3.775	1.333
Região Industrial do Médio Paraíba	28.110	13.032	4.004	3.621	2.843	2.901	814	569	326
Região Litoral Sul	3.355	1.234	477	383	275	488	273	157	68
Região das Baixadas Litorâneas	17.524	8.803	3.153	2.291	1.518	1.199	218	182	160
Região Serrana	12.875	7.734	1.745	1.371	833	635	280	200	77
Região Norte	35.485	20.269	4.738	3.748	2.729	1.977	986	649	391
Total do Estado	194.260	93.317	27.380	22.595	17.365	17.908	7.808	5.532	2.355

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-197 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	225.478	93.198	26.732	24.007	17.416	26.286	18.183	14.505	5.151
Região Industrial do Médio Paraíba	12.900	5.115	1.673	1.588	764	1.411	1.206	774	369
Região Litoral Sul	1.417	970	220	153	74	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.161	2.908	652	411	190	—	—	—	—
Região Serrana	3.428	2.220	290	138	121	263	191	149	56
Região Norte	3.795	2.697	515	244	152	21	42	77	47
Total do Estado	251.179	107.108	90.082	26.541	18.717	27.981	19.622	15.505	6.623

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-198 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	44.084	14.673	4.252	3.654	2.788	5.272	4.979	4.639	3.827
Região Industrial do Médio Paraíba	3.651	222	99	134	75	739	1.140	662	580
Região Litoral Sul	30	15	9	—	—	1	1	3	1
Região das Baixadas Litorâneas	1.532	77	26	26	29	396	489	302	187
Região Serrana	644	89	19	63	49	116	125	108	75
Região Norte	2.456	167	117	187	120	397	633	543	292
Total do Estado	52.397	15.243	4.522	4.064	3.061	6.921	7.367	6.257	4.962

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-199 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	367.628	136.731	55.056	37.320	28.043	44.066	31.184	23.189	12.039
Região Industrial do Médio Paraíba	40.282	15.925	5.213	4.294	3.256	5.372	3.169	1.914	1.139
Região Litoral Sul	4.831	2.437	608	488	319	394	273	173	139
Região das Baixadas Litorâneas	23.907	12.286	3.825	2.575	1.647	1.584	1.084	567	339
Região Serrana	17.790	10.121	2.241	1.560	1.050	1.174	736	583	325
Região Norte	41.472	23.734	5.275	3.715	2.637	2.216	1.642	1.504	749
Total do Estado	495.910	201.234	72.218	49.952	36.952	54.806	38.088	27.930	14.730

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C .1-200 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	466	22	8	11	8	65	120	110	122
Região Industrial do Médio Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	21	19	2	—	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do Estado	487	41	10	11	8	65	120	110	122

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-201 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 EVASÃO POR ABANDONO, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS								
	TOTAL	SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	79.941	26.447	12.395	10.241	7.388	10.553	7.031	4.056	1.830
Região Industrial do Médio Paraíba	23.856	9.585	3.575	3.054	2.417	3.028	1.555	414	228
Região Litoral Sul	3.301	1.197	463	404	261	391	273	173	139
Região das Baixadas Litorâneas	17.679	8.686	2.971	2.130	1.385	1.336	760	259	152
Região Serrana	13.745	7.828	1.884	1.310	862	791	473	415	182
Região Norte	35.729	20.904	4.703	3.329	2.451	1.789	1.246	913	394
Total do Estado	174.251	74.647	25.991	20.468	14.764	17.888	11.338	6.230	2.925

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-202 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	REPROVADOS							
		SÉRIES							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
Região Metropolitana	230.362	87.714	36.434	22.551	17.166	27.522	19.146	14.026	6.103
Região Industrial do Médio Paraíba	13.033	6.126	1.525	1.086	686	1.666	987	626	331
Região Litoral Sul	1.483	1.211	135	77	58	2	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.953	3.466	811	405	230	41	—	—	—
Região Serrana	3.484	2.170	331	214	158	291	159	81	80
Região Norte	3.776	2.596	486	299	130	53	36	73	103
Total do Estado	257.091	103.283	39.722	24.332	18.428	29.575	20.328	14.806	6.617

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-203 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
 REPROVADOS, POR SÉRIE, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS										
	TOTAL	SÉRIES								7.ª	8.ª
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	8.ª			
Região Metropolitana	56.859	22.548	6.219	4.817	3.481	5.926	4.887	4.997	3.984		
Região Industrial do Médio Paraíba	3.393	214	113	154	153	678	627	874	580		
Região Litoral Sul	47	29	10	7	—	1	—	—	—		
Região das Baixadas Litorâneas	1.254	115	41	40	32	207	324	308	187		
Região Serrana	561	123	26	36	30	92	104	87	63		
Região Norte	1.967	234	86	87	56	374	360	518	252		
Total do Estado	64.081	23.263	6.495	5.141	3.752	7.278	6.302	6.784	5.066		

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-204 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1971-78
 TAXA DA PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRICULA INICIAL
 REGIÃO METROPOLITANA

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	316.419	0,618														
1972	429.689	0,487	195.719	0,584												
1973	389.472	0,508	209.420	0,446	184.857	0,508										
1974	370.620	0,516	197.872	0,482	191.420	0,396	160.832	0,528								
1975	381.515	0,558	191.048	0,506	187.538	0,440	170.347	0,419	167.106	0,463						
1976	409.633	0,603	201.773	0,531	187.592	0,460	171.470	0,456	180.165	0,345	146.863	0,391				
1977	405.783	0,627	247.187	0,532	192.115	0,473	170.369	0,470	177.471	0,362	148.335	0,277	123.684			
1978	403.451		254.556		218.127		170.886		174.018		140.791		119.115	0,308		97.543

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-205 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1971-78
 TAXA DA PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRÍCULA INICIAL
 REGIÃO INDUSTRIAL DO MÉDIO PARAÍBA

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	52.568	0,432														
1972	52.893	0,450	22.686	0,384												
1973	51.432	0,478	23.806	0,398	20.194	0,383										
1974	45.534	0,525	24.580	0,418	21.028	0,343	20.132	0,320								
1975	41.537	0,534	23.887	0,472	21.497	0,351	18.140	0,365	16.825	0,265						
1976	43.757	0,498	22.186	0,489	21.505	0,396	18.062	0,357	19.283	0,283	13.945					
1977	44.556	0,597	21.771	0,439	20.323	0,422	18.028	0,407	18.360	0,271	14.958	0,214	11.254	0,178		
1978	40.930		26.592		19.195		17.536		18.543		13.918		11.688		9.375	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.1-206 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1.º GRAU — 1971-78
 TAXA DA PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRICULA INICIAL
 REGIÃO LITORAL SUL

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	3.734	0,470														
1972	3.998	0,677	1.757	0,399												
1973	3.599	0,595	2.708	0,508	1.489	0,344										
1974	4.197	0,479	2.143	0,523	2.031	0,313	1.283	0,353								
1975	3.818	0,602	2.009	0,441	1.884	0,395	1.251	0,357	1.319	0,282						
1976	4.694	0,493	2.297	0,510	1.852	0,326	1.422	0,404	1.428	0,269	1.051	0,205				
1977	4.669	0,504	2.313	0,423	1.949	0,418	1.367	0,360	1.455	0,329	1.076	0,238	764			
1978	4.709		2.353		1.983		1.595		1.510		1.185		950	0,189		708

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-207 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1971-78
 TAXA DA PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRICULA INICIAL
 REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	29.203	0,401														
1972	28.512	0,428	11.723	0,331												
1973	28.290	0,442	12.216	0,351	9.660	0,282										
1974	25.703	0,488	12.490	0,363	10.008	0,291	8.249	0,179								
1975	23.853	0,524	12.552	0,406	10.262	0,285	8.309	0,277	5.061	0,162						
1976	26.127	0,472	12.493	0,423	10.425	0,315	8.074	0,246	7.885	0,217	4.734	0,142				
1977	26.424	0,506	12.342	0,383	10.082	0,343	8.088	0,274	6.970	0,203	6.194	0,178	4.154	0,122		
1978	27.668		13.359		9.993		8.181		7.039		5.733		5.088		3.570	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.1-208 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 1º GRAU — 1971-78
 TAXA DA PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRÍCULA INICIAL
 REGIÃO SERRANA

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE
1971	24.081	0,381													
1972	24.989	0,382	9.185	0,315	7.584	0,269	6.474	0,193							
1973	24.182	0,386	9.540	0,304	7.593	0,248	6.202	0,208							
1974	22.869	0,407	9.334	0,305	7.372	0,242	5.856	0,214	4.657	0,166					
1975	20.192	0,421	9.311	0,326	7.458	0,267	6.202	0,208	5.201	0,172	3.900	0,143			
1976	21.908	0,427	8.800	0,356	7.451	0,294	5.096	0,220	5.165	0,164	4.309	0,141	3.441		
1977	22.345	0,444	9.350	0,343	7.518		6.140		5.042		3.966		3.524	0,120	
1978	21.573		9.928												2.896

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.1-209 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1º GRAU — 1971-78
TAXA DA PROGRESSÃO GLOBAL DA MATRICULA INICIAL
REGIÃO NORTE

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	3.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	4.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	5.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	6.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	7.ª SÉRIE	TAXA PROGR. GLOBAL	8.ª SÉRIE	
1971	65.450	0,351														
1972	61.891	0,394	22.967	0,271												
1973	48.202	0,464	24.354	0,314	17.724	0,240										
1974	46.701	0,453	22.385	0,369	19.466	0,253	15.692	0,176								
1975	44.838	0,462	21.138	0,369	17.776	0,298	15.884	0,204	11.444	0,162						
1976	49.002	0,428	20.701	0,380	17.240	0,302	14.354	0,237	12.639	0,178	10.568	0,136				
1977	50.684	0,440	20.972	0,347	17.042	0,308	14.126	0,236	11.416	0,200	10.995	0,152	8.866	0,112		
1978	50.027		22.320		16.983		13.833		11.023		9.638		9.428		7.351	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-210

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
PESSOAL DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	62.520	932	10.367	32.129	19.092
Região Industrial do Médio Paraíba	6.306	—	3.192	1.722	1.392
Região Litoral Sul	609	—	539	62	8
Região das Baixadas Litorâneas	2.792	2	1.701	412	677
Região Serrana	2.957	—	1.945	434	578
Região Norte	6.454	—	4.535	593	1.326
Total do Estado	81.638	934	22.279	35.352	23.073

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C 1-211

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
PESSOAL DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	58.736	951	11.073	28.197	18.515
Região Industrial do Médio Paraíba	6.603	—	3.245	1.837	1.521
Região Litoral Sul	473	—	353	110	10
Região das Baixadas Litorâneas	2.966	2	1.819	490	655
Região Serrana	2.712	—	1.722	474	516
Região Norte	7.306	—	5.378	662	1.266
Total do Estado	78.796	953	23.590	31.770	22.483

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 1-212

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
PESSOAL DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	62.632	914	12.472	29.521	19.725
Região Industrial do Médio Paraíba	7.294	—	3.863	1.893	1.538
Região Litoral Sul	567	—	409	145	13
Região das Baixadas Litorâneas	3.206	2	2.088	496	620
Região Serrana	3.141	—	2.138	560	443
Região Norte	7.536	—	5.639	711	1.186
Total do Estado	84.376	916	26.609	33.326	23.525

Quadro C.1-213

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
PESSOAL DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	62.842	437	12.194	29.763	20.448
Região Industrial do Médio Paraíba	6.863	—	3.632	1.836	1.395
Região Litoral Sul	616	—	443	169	4
Região das Baixadas Litorâneas	3.294	—	2.102	549	643
Região Serrana	3.024	—	2.074	546	404
Região Norte	7.607	—	5.798	766	1.043
Total do Estado	84.246	437	26.243	33.629	23.937

FONTE: SEEC/MEC o Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-214

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1975
UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	2.885	13	481	1.155	1.236
Região Industrial do Médio Paraíba	741	—	347	313	81
Região Litoral Sul	82	—	47	33	2
Região das Baixadas Litorâneas	519	1	268	210	40
Região Serrana	523	—	322	168	33
Região Norte	1.214	—	845	278	91
Total do Estado	5.964	14	2.310	2.157	1.483

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — ISEEC/RJ

Quadro C 1-215

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1976
UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	2.847	13	487	1.157	1 190
Região Industrial do Médio Paraíba	755	—	352	315	88
Região Litoral Sul	91	—	43	46	2
Região das Baixadas Litorâneas	521	1	269	213	38
Região Serrana	526	—	315	177	34
Região Norte	1.261	—	878	294	89
Total do Estado	6.001	14	2.344	2.202	1 441

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Intormática — SEEC/RJ.

Quadro C. 1-216

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1977
UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	3.417	10	497	1.727	1.183
Região Industrial do Médio Paraíba	766	—	367	319	80
Região Litoral Sul	88	—	39	47	2
Região das Baixadas Litorâneas	526	1	273	217	35
Região Serrana	535	—	331	179	25
Região Norte	1.248	—	899	273	76
Total do Estado	6.580	11	2.406	2.762	1.401

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 1-217

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 1.º GRAU — 1978
UNIDADES ESCOLARES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	2.849	8	501	1.223	1 117
Região Industrial do Médio Paraíba	752	—	379	294	79
Região Litoral Sul	86	—	33	51	2
Região das Baixadas Litorâneas	531	—	286	210	35
Região Serrana	534	—	342	170	22
Região Norte	1.266	—	923	277	66
Total do Estado	6.018	8	2.464	2.225	1 321

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEE•C/RJ.

C 2-218 — C.2-321

2.º Grau - Regiões-Programa

Quadro C. 2-218

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS**

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	699.434	178.159	176.405	171.525	173.345
Região Industrial do Médio Paraíba	77.117	26.784	17.254	16.645	16.434
Região Litoral Sul	5.812	1.498	1.452	1.427	1.435
Região das Baixadas Litorâneas	33.337	9.043	8.401	7.855	8.038
Região Serrana	27.697	7.299	6.945	6.833	6.620
Região Norte	64.046	16.868	16.376	15.523	15.279
Total do Estado	907.443	239.651	226.833	219.808	221.151

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C. 2-219

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS**

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	723.020	183.289	184.783	177.325	177.623
Região Industrial do Médio Paraíba	70.169	18.494	17.722	17.119	16.834
Região Litoral Sul	5.989	1.544	1.496	1.470	1.479
Região das Baixadas Litorâneas	34.105	9.253	8.596	8.029	8.227
Região Serrana	27.711	7.007	7.049	6.937	6.718
Região Norte	64 062	16.874	16.378	15.526	15.284
Total do Estado	925.056	236.461	236.024	226.406	226.165

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C 2-220

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO D2 2.º GRAU — 1977
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	746.649	190.634	188.225	182.947	184.843
Região Industrial do Médio Paraíba	70.699	18.612	17.850	17.225	17.012
Região Litoral Sul	6.177	1.592	1.543	1.516	1.526
Região das Baixadas Litorâneas	34.882	9.405	8.735	8.379	8.363
Região Serrana	28.604	7.537	7.170	7.061	6.836
Região Norte	64.045	16.867	16.373	15.520	15.285
Total do Estado	951.056	244.647	239.896	232.648	233.865

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C 2-221

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	771.188	196.946	194.425	188.939	190.878
Região Industrial do Médio Paraíba	72.404	19.062	18.276	17.643	17.423
Região Litoral Sul	6.371	1.642	1.591	1.564	1.574
Região das Baixadas Litorâneas	35.520	9.633	8.946	8.373	8.568
Região Serrana	29.075	7.673	7.283	7.175	6.944
Região Norte	64.056	16.869	16.376	15.524	15.287
Total do Estado	978.614	251.825	246.897	239.218	240.674

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C 2-222

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1979
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	796.461	203.446	200.813	195.112	197.090
Região Industrial do Médio Paraíba	74.121	19.515	18.704	18.065	17.837
Região Litoral Sul	6.567	1.692	1.640	1.612	1.623
Região das Baixadas Litorâneas	36.306	9.867	9.163	8.538	8.738
Região Serrana	29.530	7.776	7.401	7.293	7.060
Região Norte	64.063	16.869	16.377	15.524	15.293
Total do Estado	1.007.048	259.165	254.098	246.144	247.641

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C 2-223

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1980
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL			
		15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	821.909	210.120	206.870	201.449	203.470
Região Industrial do Médio Paraíba	75.910	19.984	19.155	18.501	18.270
Região Litoral Sul	6.772	1.746	1.692	1.662	1.672
Região das Baixadas Litorâneas	37.264	10.108	9.379	8.777	9.000
Região Serrana	29.996	7.897	7.517	7.411	7.171
Região Norte	64.052	16.860	16.374	15.525	15.293
Total do Estado	1.035.903	266.715	260.987	253.325	254.876

FONTE: Instituto de Informática SEEC/ RJ

Quadro C.2-224

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1981
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS**

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	848.168	217.013	213.110	207.992	210.053
Região Industrial do Médio Paraíba	77.738	20.464	19.617	18.944	18.713
Região Litoral Sul	6.991	1.801	1.746	1.722	1.722
Região das Baixadas Litorâneas	38.239	10.355	9.601	9.026	9.257
Região Serrana	30.411	8.020	7.635	7.531	7.225
Região Norte	64.042	16.851	16.371	15.525	15.295
Total do Estado	1.065.589	274.504	268.080	260.740	262.265

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C 2-225

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1982
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS**

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	875.266	224.132	219.538	214.747	216.849
Região Industrial do Médio Paraíba	79.617	20.956	20.090	19.404	19.167
Região Litoral Sul	7.231	1.876	1.801	1.780	1.774
Região das Baixadas Litorâneas	39.252	10.608	9.826	9.282	9.536
Região Serrana	30.649	8.145	7.755	7.653	7.096
Região Norte	64.037	16.842	16.368	15.526	15.301
Total do Estado	1.096.052	282.559	275.378	268.392	269.723

FONTE: Instituto de Informática SEEC

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1983
POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL ESTIMADA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS

REGIÕES-PROGRAMA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				
	TOTAL	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS
Região Metropolitana	903.231	231.484	226.160	221.722	223.865
Região Industrial do Médio Paraíba	81.538	21.460	20.574	19.872	19.632
Região Litoral Sul	7.481	1.956	1.858	1.840	1.827
Região das Baixadas Litorâneas	40.293	10.867	10.058	9.545	9.823
Região Serrana	31.257	8.272	7.876	7.777	7.332
Região Norte	64.025	16.833	16.365	15.526	15.301
Total do Estado	1.127.825	290.872	282.891	276.282	277.780

FONTE: Instituto de Informática SEEC/RJ

Quadro C.2-227 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 2.º GRAU — 1971-83
 MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL												
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979 *	1980 *	1981 *	1982 *	1983 *
Região Metropolitana	137.775	146.062	164.994	173.867	196.107	229.292	260.756	286.507	325.647	360.065	397.959	436.290	478.069
Região Industrial do Médio Paraíba	10.444	12.541	14 027	15.057	17.783	19.897	22.329	23.910	24.957	26.897	28.920	30.928	32.832
Região Litoral Sul	698	747	900	1.025	1.273	1.327	1.376	1.721	1.841	2.013	2.183	2.354	2.525
Região das Baixadas Litorâneas	2.442	2.772	3.237	3.048	3.581	4.720	5.377	6.475	6.904	7.476	8.057	8.635	9.207
Região Serrana	3.295	3.738	4.145	4.437	4.702	5.553	5.271	5.265	5.358	5.560	5.760	5.969	6.184
Região Norte	9.550	10.577	13.762	12.800	14.794	15.795	17.615	19.142	19.837	21.126	22.388	23.649	24.926
Total do Estado	164.204	175.437	201.065	210.234	238.240	276.584	312.724	343.020	384.544	423.137	465.267	507.825	553.743

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Dados estimados

Quadro C 2-228

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1* SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	196.107	87.786	62.507	43.280	2.534
Região Industrial do Médio Paraíba	17.783	7.297	5.705	4.313	468
Região Litoral Sul	1.273	685	447	141	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.581	1.622	1.024	935	—
Região Serrana	4.702	1.939	1.493	1.270	—
Região Norte	14.794	5.857	4.624	3.938	375
Total do Estado	238.240	105.186	75.800	53.877	3.377

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-229

(M A T R I C U

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
L A INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	10.445	4.902	3.899	1.572	72
Região Industrial do Médio Paraíba	253	60	110	83	—
Região Litoral Sul	487	255	232	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.579	791	460	253	—
Total do Estado	12.764	6.008	4.701	1.908	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-230

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	60.030	27.941	20.588	10.734	767
Região Industrial do Médio Paraíba	3.927	1.674	1.380	873	—
Região Litoral Sul	786	430	215	141	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.734	839	482	413	—
Região Serrana	2.025	884	659	482	—
Região Norte	4.822	2.094	1.484	1.244	—
Total do Estado	73.324	33.862	24.808	13.887	767

FONTE: SEEC/MEC o Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C.2-231

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.466	492	446	528	—
Região Industrial do Médio Paraíba	926	463	301	162	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	138	83	55	—	—
Região Norte	926	303	340	283	—
Total do Estado	3.456	1.341	1.142	973	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/ RJ.

Quadro C. 2-232

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	124.166	54.451	37.574	30.466	1.695
Região Industrial do Médio Paraíba	12.677	5.100	3.914	3.195	468
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.847	783	542	522	—
Região Serrana	2.539	972	779	788	—
Região Norte	7.467	2.669	2.340	2.158	300
Total do Estado	148.696	63.975	45.149	37.109	2.463

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 2-233

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	229.292	104.973	70.008	51.473	2.838
Região Industrial do Médio Paraíba	19.897	8.452	6.202	4.559	684
Região Litoral Sul	1.327	607	396	324	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.720	2.318	1.336	1.014	52
Região Serrana	5.553	2.128	1.738	1.392	295
Região Norte	15.795	5.891	5.218	3.889	797
Total do Estado	276.584	124.369	84.898	62.651	4.666

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEECi RJ.

Quadro C 2-234

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	12.476	5.700	4.101	2.605	70
Região Industrial do Médio Paraíba	227	65	83	79	—
Região Litoral Sul	466	164	120	182	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.746	653	639	383	71
Total do Estado	14.915	6.582	4.943	3.249	141

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro C.2-235

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	69.537	31.367	23.580	13.762	828
Região Industrial de Médio Paraíba	4.386	2.263	1.203	875	45
Região Litoral Sul	861	443	276	142	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.084	1.044	645	395	—
Região Serrana	2.773	1.063	866	605	239
Região Norte	5.553	2.673	1.723	1.157	—
Total do Estado	85.194	38.853	28.293	16.936	1.112

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C 2-236

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.395	631	419	345	—
Região Industrial do Médio Paraíba	1.373	764	354	218	37
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	184	96	45	43	—
Região Norte	810	232	300	278	—
Total do Estado	3.762	1.723	1.118	884	37

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-237

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	145.884	67.275	41.908	34.761	1.940
Região Industrial do Médio Paraíba	13.911	5.360	4.562	3.387	602
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.636	1.274	691	619	52
Região Serrana	2.596	969	827	744	56
Região Norte	7.686	2.333	2.556	2.071	726
Total do Estado	172.713	77.211	50.544	41.582	3.376

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 2-238

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	260.756	123.195	78.562	56.668	2.331
Região Industrial do Médio Paraíba	22.329	9.827	6.697	5.008	797
Região Litoral Sul	1.376	643	423	310	—
Região das Baixadas Litorâneas	5.377	2.511	1.724	1.048	94
Região Serrana	5.271	2.377	1.663	1.201	30
Região Norte	17.615	7.844	5.104	4.304	363
Total do Estado	312.724	146.397	94.173	68.539	3.615

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-239

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	11.302	4.327	4.204	2.650	121
Região Industrial do Médio Paraíba	213	73	82	58	—
Região Litoral Sul	443	186	153	104	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.968	839	557	489	83
Total do Estado	13.926	5.425	4.996	3.301	204

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ

Quadro C 2-240

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	76.788	36.789	22.443	16.697	859
Região Industrial do Médio Paraíba	5.038	2.613	1.486	866	73
Região Litoral Sul	933	457	270	206	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.239	979	755	452	53
Região Serrana	2.991	1.407	927	627	30
Região Norte	6.819	3.499	1.922	1.378	20
Total do Estado	94.808	45.744	27.803	20.226	1.035

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 2-241

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.625	841	431	353	—
Região Industrial do Médio Paraíba	1.784	1.205	301	228	50
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	235	150	54	31	—
Região Norte	843	391	194	258	—
Total do Estado	4.487	2.587	980	870	50

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/F .

Quadro C. 2-242

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL			
		1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	171.041	81.238	51.484	36.968	1.351
Região Industrial do Médio Paraíba	15.294	5.936	4.828	3.856	674
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.138	1.532	969	596	41
Região Serrana	2.045	820	682	543	—
Região Norte	7.985	3.115	2.431	2.179	260
Total do Estado	198.342	92.045	60.149	43.864	2.284

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-243

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
MATRÍCULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS**

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRÍCULA INICIAL			
		1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	286.507	126.605	93.897	63.818	2.187
Região Industrial do Médio Paraíba	23.910	10.444	7.496	5.167	803
Região Litoral Sul	1.721	752	594	375	—
Região das Baixadas Litorâneas	6.475	3.139	2.025	1.300	11
Região Serrana	5.265	2.367	1.674	1.166	58
Região Norte	19.142	8.597	6.207	4.103	235
Total do Estado	343.020	151.904	111.893	75.929	3.294

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/FJ.

Quadro C. 2-244

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	11.013	3.796	3.981	3.098	138
Região Industrial do Médio Paraíba	327	136	112	79	—
Região Litoral Sul	503	193	172	138	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.979	985	571	423	—
Total do Estado	13.822	5.110	4.836	3.738	138

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-245

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Região Metropolitana	82.918	40.031	27.247	14.723	917
Região Industrial do Médio Paraíba	6.010	3.258	1.809	909	34
Região Litoral Sul	1.218	559	422	237	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.472	1.171	797	493	11
Região Serrana	2.888	1.360	904	566	58
Região Norte	7.581	3.682	2.504	1.382	13
Total do Estado	103.087	50.061	33.683	18.310	1.033

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-246

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
MATRICULA INICIAL. POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	3.475	1.905	1.048	522	—
Região industrial do Médio Paraíba	1.351	802	291	202	56
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	38	—	24	14	—
Região Serrana	225	130	69	26	—
Região Norte	790	394	269	127	—
Total do Estado	5.879	3.231	1.701	891	56

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática SEEC/RJ.

Quadro C.2-247

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
MATRICULA INICIAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA INICIAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	189.101	80.873	61.621	45.475	1.132
Região Industrial do MEdio Paraíba	16.222	6.248	5.284	3.977	713
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.965	1.968	1.204	793	—
Região Serrana	2.152	877	701	574	—
Região Norte	8.792	3.536	2.863	2.171	222
Total do Estado	220.232	93.502	71.673	52.990	2.067

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/FRJ

Quadro C. 2-248

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.a SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	176.051	75.606	55.873	42.227	2.345
Região Industrial do Médio Paraíba	15.368	6.165	4.780	3.989	434
Região Litoral Sul	771	308	346	117	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.523	1.642	966	915	—
Região Serrana	4.416	1.704	1.524	1.188	—
Região Norte	13.317	5.083	4.318	3.492	424
Total do Estado	213.446	90.508	67.807	51.928	3.203

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C 2-249

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	9.948	4.454	3.537	1.916	41
Região Industrial do Médio Paraíba	228	50	95	83	—
Região Litoral Sul	442	239	203	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.528	742	427	276	83
Total do Estado	12.146	5.485	4.262	2.275	124

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ

Quadro C.2250

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	54.733	25.449	18.573	10.065	646
Região Industrial do Médio Paraíba	2.728	1.087	940	701	—
Região Litoral Sul	329	69	143	117	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.674	786	481	407	—
Região Serrana	1.945	800	723	422	—
Região Norte	4.367	1.915	1.420	1.032	—
Total do Estado	65.776	30.106	22.280	12.744	646

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C 2-251

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	MATRICULA FINAL			
		1.ª SÉRIE	2* SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.041	456	464	121	—
Região Industrial do Médio Paraíba	944	545	243	156	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	98	55	43	—	—
Região Norte	847	259	307	281	—
Total do Estado	2.930	1.315	1.057	558	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 2-252

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	110.329	45.247	33.299	30.125	1.658
Região Industrial do Médio Paraíba	11.468	4.483	3.502	3.049	434
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.849	856	485	508	—
Região Serrana	2.373	849	758	766	—
Região Norte	6.575	2.167	2.164	1.903	341
Total do Estado	132.594	53.602	40.208	36.351	2.433

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-253

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	199.632	87.887	61.080	48.170	2.495
Região Industrial do Médio Paraíba	17.170	6.750	5.587	4.092	741
Região Litoral Sul	1.005	480	233	292	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.228	1.893	1.191	783	361
Região Serrana	4.477	1.864	1.333	1.156	124
Região Norte	13.076	4.993	4.275	3.575	233
Total do Estado	239.588	103.867	73.699	58.068	3.954

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/F .

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRICULA FINAL				
	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE	
Região Metropolitana	10.619	4.978	3.432	2.143	66
Região Industrial do Médio Paraíba	183	41	64	78	—
Região Litoral Sul	415	153	105	157	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.481	552	539	340	50
Total do Estado	12.698	5.724	4.140	2.718	116

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de
 Informática — SEEC/RJ.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRICULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	59.841	26.332	20.513	12	765
Região Industrial do Médio Paraíba	3.635	1.807	1.142	.231	45
Região Litoral Sul	590	327	128	135	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.751	751	474	210	316
Região Serrana	1.952	939	536	396	81
Região Norte	4.444	2.232	1.219	993	—
Total do Estado	72.213	32.388	24.012	14	1.207
				.606	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/F .

Quadro C.2256

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.350	575	453	322	—
Região Industrial do Médio Paraíba	987	500	273	187	27
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	148	69	37	42	—
Região Norte	811	201	284	326	—
Total do Estado	3.296	1.345	1.047	877	27

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.2-257

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Região Metropolitana	127.822	56.002	36.682	33.474	1.664
Região Industrial do Médio Paraíba	12.365	4.402	4.108	3.186	669
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.477	1.142	717	573	45
Região Serrana	2.377	856	760	718	43
Região Norte	6.340	2.008	2.233	1.916	183
Total do Estado	151.381	64.410	44.500	39.867	2.604

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-258

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	239.001	108.147	73.690	55.161	2.003
Região Industrial do Médio Paraíba	18.019	7.861	5.644	3.795	719
Região Litoral Sul	1.189	616	388	185	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.680	2.134	1.472	998	76
Região Serrana	4.570	2.013	1.353	1.188	16
Região Norte	16.318	7.048	4.641	4.266	363
Total do Estado	283.777	127.819	87.188	65.593	3.177

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-259

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	11.886	5.059	4.196	2.510	121
Região Industrial do Médio Paraíba	199	63	78	58	—
Região Litoral Sul	426	180	149	97	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.768	721	494	474	79
Total do Estado	14.279	6.023	4.917	3.139	200

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/f

Quadro C. 2-260

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2* SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	68.810	33.516	19.572	14.899	823
Região Industrial do Médio Paraíba	3.887	2.158	1.238	429	62
Região Litoral Sul	763	436	239	88	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.844	792	593	424	35
Região Serrana	2.404	1.145	663	580	16
Região Norte	6.621	3.335	1.858	1.396	32
Total do Estado	84.329	41.382	24.163	17.816	968

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-261

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIOES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Região Metropolitana	412	183	118	111	—
Região Industrial do Médio Paraíba	1.154	740	194	182	38
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	79	31	26	22	—
Região Serrana	135	65	42	2b	—
Região Norte	553	240	122	191	—
Total do Estado	2.333	1.259	502	534	38

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/aJ.

Quadro C 2-262

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
MATRÍCULA FINAL, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	MATRÍCULA FINAL				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	157.893	69.389	49.804	37.641	1.059
Região Industrial do Médio Paraíba	12.779	4.900	4.134	3.126	619
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.757	1.311	853	552	41
Região Serrana	2.031	803	648	580	—
Região Norte	7.376	2.752	2.167	2.205	252
Total do Estado	182.836	79.155	57.606	44.104	1.971

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-263

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	20.056	12.180	6.634	1.053	189
Região Industrial do Médio Paraíba	2.415	1.132	925	324	34
Região Litoral Sul	502	377	101	24	—
Região das Baixadas Litorâneas	58	-20	58	20	—
Região Serrana	286	235	-31	82	—
Região Norte	1.477	774	306	446	-49
Total do Estado	24.794	14.678	7.993	1.949	174

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-264

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	497	448	362	- 344	31
Região Industrial do Médio Paraíba	25	10	15	—	—
Região Litoral Sul	45	16	29	—	—
Região das Baixadas Litorâneas		—		—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	51	49	33	-23	-8
Total do Estado	618	523	439	-367	23

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-265

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1975
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	5.297	2.492	2.015	669	121
Região Industrial do Médio Paraíba	1.199	587	440	172	—
Região Litoral Sul	457	361	72	24	—
Região das Baixadas Litorâneas	60	53	1	6	—
Região Serrana	80	84	-64	60	—
Região Norte	455	179	64	212	—
Total do Estado	7.548	3.756	2.528	1.143	121

FONTE: SEEC/MEC o Instituto de Informática - SEEC/RJ

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	425	36	-18	407	
Região Industrial do Médio Paraíba	-18	-82	58	6	—
Região Litoral Sul					
Região das Baixadas Litorâneas					
Região Serrana	40	28	12	—	—
Região Norte	79	44	33	2	—
Total do Estado	526	26	85	415	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática •- SEEC/RJ.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	13.837	9.204	4.275	321	37
Região Industrial do Médio Paraíba	1.209	617	412	146	34
Região Litoral Sul					
Região das Baixadas Litorâneas	-2	-73	57	14	
Região Serrana	166	123	21	22	—
Região Norte	892	502	176	255	-41
Total do Estado	16.102	10.373	4.941	758	30

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática •- SEEC/RJ.

Quadro C.2-268

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	1.ª SÉRIE	SAO IMEDIATA		
			2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	29.660	17.086	8.928	3.303	343
Região Industrial do Médio Paraíba	2.727	1.702	615	467	-57
Região Litoral Sul	322	127	163	32	—
Região das Baixadas Litorâneas	492	425	145	231	-309
Região Serrana	1.076	•264	405	236	171
Região Norte	2.719	898	943	314	564
Total do Estado	36.996	20.502	11.199	4.583	712

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/R.J.

Quadro C 2-269

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
EVASÃO IMEDIATA. POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.857	722	669	462	4
Região Industrial do Médio Paraíba	44	24	19	1	—
Região Litoral Sul	51	11	15	25	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	265	101	100	43	21
Total do Estado	2.217	858	803	531	25

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-270

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	9.696	5.035	3.067	1.531	63
Região Industrial do Médio Paraíba	751	456	61	234	—
Região Litoral Sul	271	116	148	7	—
Litorâneas	333	293	171	185	-316
Região Serrana	821	124	330	209	158
Região Norte	1.109	441	504	164	—
Total do Estado	12.981	6.465	4.281	2.330	-95

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.2-271

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	45	56	- 34	23	—
Região Industrial do Médio Paraíba	386	264	81	31	10
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	36	27	8	1	—
Região Norte	- 1	31	16	-48	—
Total do Estado	466	378	71	7	10

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-272

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	18.062	11.273	5.226	1.287	276
Região Industrial do Médio Paraíba	1.546	958	454	201	-67
Região Litoral Sul					
Região das Baixadas Litorâneas	159	132	-26	46	7
Região Serrana	219	113	67	26	13
Região Norte	1.346	325	323	155	543
Total do Estado	21.332	12.801	6.044	1.715	772

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-273

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	21.755	15.048	4.872	1.507	328
Região Industrial do Médio Paraíba	4.310	1.966	1.053	1.213	78
Região Litoral Sul	187	27	35	125	—
Região das Baixadas Litorâneas	697	377	252	50	18
Região Serrana	701	364	310	13	14
Região Norte	1.297	796	463	38	—
Total do Estado	28.947	18.578	6.985	2.946	438

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-274

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	-584	-732	08	140	—
Região Industrial do Médio Paraíba	14	10	04	—	—
Região Litoral Sul	17	06	04	07	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	200	118	63	15	04
Total do Estado	-353	-598	79	162	04

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C 2-275

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	7.978	3.273	2.871	1.798	36
Região Industrial do Médio Paraíba	1.151	455	248	437	11
Região Litoral Sul	170	21	31	118	—
Região das Baixadas Litorâneas	395	187	162	28	18
Região Serrana	587	262	264	47	14
Região Norte	198	164	64	-18	-12
Total do Estado	10.479	4.362	3.640	2.410	67

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-276

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
EVASÃO IMEDIATA, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIA-TA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4.ªSÉRIE
Região Metropolitana	1.213	658	313	242	—
Região Industrial do Médio Paraíba	630	465	107	46	12
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	-79	-31	-26	-22	—
Região Serrana	100	85	12	03	—
Região Norte	290	151	72	67	—
Total do Estado	2.154	1.328	478	336	12

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-277

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
EVASÃO IMEDIATA. POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	EVASÃO IMEDIATA				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	13.148	11.849	1.680	-673	292
Região Industrial do Médio Paraíba	2.515	1.036	694	730	55
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	381	221	116	44	—
Região Serrana	14	17	34	-37	—
Região Norte	609	363	264	-26	8
Total do Estado	16.667	13.486	2.788	38	355

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática a - SEEC/RJ

Quadro C 2-278

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1975
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS**

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	159.755	66.268	50.570	40.672	2.245
Região Industrial do Médio Paraíba	13.970	5.315	4.402	3.830	423
Região Litoral Sul	664	246	310	108	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.171	1.381	884	906	—
Região Serrana	4.237	1.593	1.470	1.174	—
Região Norte	12.032	4.437	3.869	3.327	399
Total do Estado	193 829	79.240	61.505	50.017	3.067

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-279

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1975
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL**

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	8.912	3.927	3.142	1.802	41
Região Industrial do Médio Paraíba	196	39	74	83	—
Região Litoral Sul	367	177	190	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.277	559	367	271	80
Total do Estado	10.752	4.702	3.773	2.156	121

FONTE: SEEC/MEC o Instituto de Informatic — SEEC/RJ

Quadro C. 2-280

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1975
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	47.428	21.387	16.068	9.400	573
Região Industrial do Médio Paraíba	2.381	886	818	677	—
Região Litoral Sul	297	69	120	108	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.492	649	439	404	—
Região Serrana	1.913	771	721	421	—
Região Norte	3.622	1.606	1.118	898	—
Total do Estado	57.133	25.368	19.284	11.908	573

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-281

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	APROVAIDOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	985	427	448	110	—
Região Industrial do Médio Paraíba	751	384	217	150	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	62	33	29	—	—
Região Norte	834	247	306	281	—
Total do Estado	2.632	1.091	1.000	541	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/I

Quadro C. 2-282

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1975
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	102.430	40.527	30.912	29.360	1.631
Região Industrial do Médio Paraíba	10.642	4.006	3.293	2.920	423
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.679	732	445	502	—
Região Serrana	2.262	789	720	753	—
Região Norte	6.299	2.025	2.078	1.877	319
Total do Estado	123.312	48.079	37.448	35.412	2.373

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-283

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	176.589	73.670	53.976	46.568	2.375
Região Industrial do Médio Paraíba	15.032	5.409	4.979	3.946	698
Região Litoral Sul	923	413	222	288	—
Região das Baixadas Litorâneas	3.582	1.444	1.034	745	359
Região Serrana	3.961	1.494	1.211	1.146	110
Região Norte	11.894	4.120	4.043	3.503	228
Total do Estado	211.981	86.550	65.465	56.196	3.770

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.2-284

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	11.316	4.762	3.795	2.645	114
Região industriai do Médio Paraíba	180	41	61	78	—
Região Litoral Sul	406	151	102	153	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.238	421	444	323	50
Total do Estado	13.140	5.375	4.402	3.199	164

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-285

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
APROVADOS, POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	49.196	19.951	16.931	11.635	679
Região Industrial do Médio Paraíba	2.990	1.314	1.021	610	45
Região Litoral Sul	517	262	120	135	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.495	568	405	208	314
Região Serrana	1.627	708	464	388	67
Região Norte	3.900	1.730	1.177	993	—
Total do Estado	59.725	24.533	20.118	13.969	1.105

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/AJ.

Quadro C. 2-286

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	APROVADOS			
		1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.319	558	447	314	—
Região Industrial do Médio Paraíba	650	221	220	182	27
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	112	47	23	42	—
Região Norte	756	162	278	316	—
Total do Estado	2.837	988	968	854	27

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-287

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	116.828	49.131	33.491	32.574	1.632
Região Industrial do Médio Paraíba	11.212	3.833	3.677	3.076	626
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.087	876	629	537	45
Região Serrana	2.222	739	724	716	43
Região Norte	6.000	1.807	2.144	1.871	178
Total do Estado	138.349	56.386	40.665	38.774	2.524

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.2-288

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	208.730	89.138	65.200	52.548	1.844
Região Industrial do Médio Paraíba	15.771	6.337	5.119	3.660	655
Região Litoral Sul	1.111	563	367	181	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.145	1.752	1.335	982	76
Região Serrana	3.943	1.514	1.234	1.179	16
Região Norte	14.588	5.810	4.274	4.150	354
Total do Estado	248.288	105.114	77.529	62.700	2.945

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-289

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	11.036	4.570	3.928	2.417	121
Região Industrial do Médio Paraíba	185	59	72	54	—
Região Litoral Sul	412	171	148	93	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	1.413	472	404	460	77
Total do Estado	13.046	5.272	4.552	3.024	198

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-290

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	54.127	23.891	15.671	13.859	706
Região Industrial do Médio Paraíba	3.257	1.718	1.060	417	62
Região Litoral Sul	699	392	219	88	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.592	616	522	419	35
Região Serrana	1.985	806	591	572	16
Região Norte	5.721	2.649	1.698	1.342	32
Total do Estado	67.381	30.072	19.761	16.697	851

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-291

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	393	179	103	111	—
Região Industrial do Médio Paraíba	712	319	178	177	38
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	79	31	26	22	—
Região Serrana	127	57	42	28	—
Região Norte	509	203	120	186	—
Total do Estado	1.820	789	469	524	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/FJ.

1º ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
APROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	APROVADOS				
	TOTAL	1ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	143.174	60.498	45.498	36.161	1.017
Região Industrial do Médio Paraíba	11.617	4.241	3.809	3.012	555
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	2.474	1.105	787	541	41
Região Serrana	1.831	651	601	579	—
Região Norte	6.945	2.486	2.052	2.162	245
Total do Estado	166.041	68.981	52.747	42.455	1.858

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de informática—SEEC/RJ.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
REPROVADOS POR SÉRIE.
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	16.296	9.338	5.303	1.555	100
Região Industrial do Médio Paraíba	1.398	850	378	159	11
Região Litoral Sul	107	62	36	9	—
Região das Baixadas Litorâneas	352	261	82	9	—
Região Serrana	179	111	54	14	—
Região Norte	1.285	646	449	165	25
Total do Estado	19.617	11.268	6.302	1.911	136

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de informática - SEEC/R, .

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL**

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	1.036	527	395	114	—
Região Industrial do Médio Paraíba	32	11	21	—	—
Região Litoral Sul	75	62	13	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	251	183	60	5	3
Total do Estado	1.394	783	489	119	3

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL**

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	7.305	4.062	2.505	665	73
Região Industrial do Médio Paraíba	347	201	122	24	—
Região Litoral Sul	32	—	23	9	—
Região das Baixadas Litorâneas	182	137	42	3	—
Região Serrana	32	29	2	1	—
Região Norte	745	309	302	134	—
Total do Estado	8.643	4.738	2.996	836	73

Quadro C. 2-296

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL**

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	56	29	16	11	—
Região Industrial do Médio Paraíba	193	161	26	6	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região da- Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	36	22	14	—	—
Região Norte	13	12	1	—	—
Total do Estado	298	224	57	17	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 2-297

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Região Metropolitana	7.899	4.720	2.387	765	27
Região Industrial do Médio Paraíba	826	477	209	129	11
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	170	124	40	6	—
Região Serrana	111	60	38	13	—
Região Norte	276	142	86	26	22
Total do Estado	9.282	5.523	2.760	939	60

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.º SÉRIE
Região Metropolitana	21.599	13.313	6.179	1.987	120
Região Industrial do Médio Paraíba	2.138	1.341	608	146	43
Região Litoral Sul	82	67	11	4	—
Região das Baixadas Litorâneas	646	449	157	38	2
Região Serrana	516	370	122	10	14
Região Norte	1.182	873	232	72	5
Total do Estado	26.163	16.413	7.309	2.257	184

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática SEEC/RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	REPROVADOS			
		1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.* SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	911	576	235	98	2
Região Industrial do Médio Paraíba	3	—	3	—	—
Região Litoral Sul	9	2	3	4	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	243	131	95	17	—
Total do Estado	1.166	709	336	119	2

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/FRJ

Quadro C 2-300

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
REPROVADOS POR SÉRIE,
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	9.779	5.994	2.738	961	86
Região Industrial do Médio Paraíba	645	493	121	31	
Região Litoral Sul	73	65	8	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	256	183	69	22	2
Região Serrana	325	231	72	8	14
Região Norte	544	502	42	—	—
Total do Estado	11.622	7.468	3.050	1.002	102

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-301

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	31	17	6	8	—
Região Industrial do Médio Paraíba	337	279	53	5	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	36	22	14	—	—
Região Norte	55	39	6	10	—
«Total do Estado	459	357	79	23	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/FJ.

Quadro C. 2-302

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR**

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	REPROVADOS			
		1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	10.878	6.726	3.200	920	32
Região Industrial do Médio Paraíba	1.153	569	431	110	43
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	390	266	88	36	—
Região Serrana	155	117	36	2	—
Região Norte	340	201	89	45	5
Total do Estado	12.916	7.879	3.844	1.113	80

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SFEC/RJ.

Quadro C 2-303

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
TODAS AS DEPENDÊNCIAS**

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	30.271	19.009	8.490	2.613	159
Região Industrial do Médio Paraíba	2.248	1.524	525	135	64
Região Litoral Sul	78	53	21	4	—
Região das Baixadas Litorâneas	535	382	137	16	—
Região Serrana	627	499	119	9	—
Região Norte	1.730	1.238	367	116	9
Total do Estado	35.489	22.705	9.659	2.893	232

FONTE: SEEC/MEC o Instituto de Informr ática - SEEC/RJ.

Quadro C 2-304

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE FEDERAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4* SÉRIE
Região Metropolitana	850	489	268	93	—
Região Industrial do Médio Paraíba	14	4	6	4	—
Região Litoral Sul	14	9	1	4	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	—	—	—	—	—
Região Norte	355	249	90	14	2
Total do Estado	1.233	751	365	115	2

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C. 2-305

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	TOTAL	REPROVA DOS			
		1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	14.683	9 625	3.901	1.040	117
Região Industrial do Médio Paraíba	630	440	178	12	—
Região Litoral Sul	64	44	20	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	252	176	71	5	—
Região Serrana	419	339	72	8	—
Região Norte	900	686	160	54	—
Total do Estado	16.948	11.310	4.402	1.119	117

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.2-306

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	19	4	15	—	—
Região Industrial do Médio Paraíba	442	421	16	5	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	—	—	—	—
Região Serrana	8	8	—	—	—
Região Norte	44	37	2	5	—
Total do Estado	513	470	33	10	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C 2-307

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
REPROVADOS POR SÉRIE,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	REPROVADOS				
	TOTAL	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE
Região Metropolitana	14.700	8.881	4.297	1.480	42
Região industrial do Médio Paraíba	1.162	659	325	114	64
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	283	206	66	11	—
Região Serrana	200	152	47	1	—
Região Norte	431	266	115	43	7
Total do Estado	16.776	10.164	4.850	1.649	113

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-308

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL
DA MATRICULA INICIAL
REGIÃO METROPOLITANA

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3.ª SÉRIE
1975	87.786	0,797			
1976	104.973	0,748	70.008	0,646	
1977	123.195	0,762	78.562	0,608	56.668
1978	126.605		93.897		63.818

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-309

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL
DA MATRICULA INICIAL
REGIÃO INDUSTRIAL DO MÉDIO PARAÍBA

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL-	3.ª SÉRIE
1975	7.297	0,850			
1976	8.452	0,792	6.202	0,686	
1977	9.827	0,763	6.697	0,611	5.008
1978	10.444-		7.496		5.167

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-310

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL
DA MATRÍCULA INICIAL
REGIÃO LITORAL SUL

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3ª SÉRIE
1975	685	0,578			
1976	607	0,697	396	0,452	
1977	643	0,924	423	0,618	310
1978	752		594		375

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-311

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL
DA MATRÍCULA INICIAL
REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3.ª SÉRIE
1975	1.622	0,824			
1976	2.318	0,744	1.336	0,646	
1977	2.511	0,806	1.724	0,561	1.048
1978	3.139		2.025		1.300

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-312

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL
DA MATRICULA INICIAL
REGIÃO SERRANA

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3.ª SÉRIE
1975	1.939	0,8963			
1976	2.128	0,781	1.738	0,613	
1977	2.377	0,704	1.663	0,548	1.201
1978	2.367		1.674		1.166

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-313

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975-78
TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL
DA MATRICULA INICIAL
REGIÃO NORTE

ANOS	1.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	2.ª SÉRIE	TAXA DE PROGRESSÃO GLOBAL	3.ª SÉRIE
1975	5.857	0,891			
1976	5.891	0,866	5.218	0,735	
1977	7.844	0,799	5.104	0,696	4.304
1978	8.597		6.207		4.103

FONTE: SEEC; MEC e Instituto de Informática — SEEC;/RJ.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIOES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	15.358	976	4.542	115	9.725
Região Industrial do Médio Paraíba	1.659	22	527	102	1.008
Região Litoral Sul	83	34	49	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	393	—	146	—	247
Região Serrana	422	—	131	13	278
Região Norte	995	87	335	30	543
Total do Estado	18.910	1.119	5.730	260	11.801

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	17.710	1.220	5.693	96	10.701
Região Industrial do Médio Paraíba	1.714	19	363	127	1.205
Região Litoral Sul	87	38	49	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	474	—	175	—	299
Região Serrana	650	—	324	22	304
Região Norte	1.252	155	472	69	556
Total do Estado	21.887	1.432	7.076	314	13.065

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C.2-316

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2º GRAU — 1977
PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA**

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	19.330	1.376	6.174	90	11.690
Região Industrial do Médio Paraíba	1.757	17	431	157	1.152
Região Litoral Sul	136	41	95	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	475	—	158	—	317
Região Serrana	565	—	264	44	257
Região Norte	1.595	156	598	130	711
Total do Estado	23.858	1.590	7.720	421	14.127

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ.

Quadro C.2-317

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
PESSOAL DOCENTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA**

REGIÕES-PROGRAMA	PESSOAL DOCENTE				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	19.460	1.326	6.163	146	11.825
Região Industrial do Médio Paraíba	1.786	20	443	125	1.198
Região Litoral Sul	84	37	47	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	476	—	151	8	317
Região Serrana	608	—	291	20	297
Região Norte	1.630	176	637	124	693
Total do Estado	24.044	1.559	7.732	423	14.330

Quadro C. 2-318

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1975
UNIDADES ESCOLARES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	500	11	51	2	436
Região Industrial do Médio Paraíba	55	1	8	3	43
Região Litoral Sul	3	1	2	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	18	—	3	—	15
Região Serrana	24	—	4	1	19
Região Norte	46	1	11	2	32
Total do Estado	646	14	79	8	545

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-319

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1976
UNIDADES ESCOLARES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	520	13	61	2	444
Região Industrial do Médio Paraíba	59	1	10	4	44
Região Litoral Sul	3	1	2	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	22	—	3	—	19
Região Serrana	22	—	5	1	16
Região Norte	42	2	11	2	27
Total do Estado	668	17	92	9	550

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 2-320

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1977
UNIDADES ESCOLARES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	538	13	64	2	459
Região Industrial do Médio Paraíba	60	1	10	4	45
Região Litoral Sul	3	1	2	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	23	—	3	—	20
Região Serrana	22	—	6	1	15
Região Norte	45	2	11	2	30
rota! do Estado	691	17	96	9	569

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 2-321

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO DE 2.º GRAU — 1978
UNIDADES ESCOLARES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Região Metropolitana	561	13	70	3	475
Região Industrial do Médio Paraíba	63	1	11	4	47
Região Litoral Sul	3	1	2	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	24	—	3	1	20
Região Serrana	23	—	7	1	15
Região Norte	48	2	12	1	33
Total do Estado	722	17	105	10	590

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática - SEEC/RJ

C. 3-322 — C 3-323

3.º Grau - Regiões-Programa

Quadro C.3-322 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 3.º GRAU — 1975
 CURSOS, PROFESSORES, ALUNOS MATRICULADOS E CONCLUSÕES
 POR TIPO DE ESTABELECIMENTO. SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	CURSOS		PROFESSORES		ALUNOS MATRICULADOS		CONCLUSÕES DE CURSO NO ANO ANTERIOR	
	UNIVERSIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS	UNIVERSIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS	UNIVERSIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS	UNIVERSIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS
Região Metropolitana	200	184	8.048	7.228	75.195	97.680	9.231	9.287
Região Industrial do Médio Paraíba	—	43	—	1.207	—	15.146	—	1.439
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	4	—	53	—	960	—	—
Região Serrana	—	7	—	335	—	2.898	—	253
Região Norte	—	14	—	349	—	3.208	—	448
Total do Estado	200	252	8.048	9.172	75.195	119.890	9.231	11.427

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 3-323 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO DE 3.º GRAU — 1976
 CURSOS, PROFESSORES, ALUNOS MATRICULADOS E CONCLUSÕES
 POR TIPO DE ESTABELECIMENTO, SEGUNDO REGIÕES PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	CURSOS		PROFESSORES		ALUNOS MATRICULADOS		CONCLUSÕES DE CURSO NO ANO ANTERIOR	
	UNIVER- SIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS	UNIVER- SIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS	UNIVER- SIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS	UNIVER- SIDADES	FEDERAÇÕES E ESTAB. ISOLADOS
Região Metropolitana	216	219	7.765	7.469	76.288	99.208	9.643	13.630
Região Industrial do Médio Paraíba	—	67	—	1.170	—	16.226	—	4.121
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	—	4	—	39	—	710	—	—
Região Serrana	—	10	—	292	—	2.948	—	636
Região Norte	—	16	—	337	—	3.768	—	491
Total do Estado	216	316	7.765	7.469	76.288	122.860	9.643	18.878

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

C. 5-324 — C. 5-328

Ensino Supletivo - Regiões-Programa

Quadro C. 5-324 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1975-78
 ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	ALUNOS MATRICULADOS						
	1975	1976	1977	TOTAL	1979		
					ALFABETIZAÇÃO	I A IV FASES	V A VIII FASES
Região Metropolitana	141.715	130.112	130.828	127.108	911	52.710	73.481
Região Industrial do Médio Paraíba	7.623	8.235	9.416	9.301	—	4.468	4.833
Região Litoral Sul	687	621	648	616	—	516	—
Região das Baixadas Litorâneas	4.212	3.468	3.608	3.400	219	2.283	798
Região Serrana	5.586	5.655	5.578	4.339	—	2.720	1.619
Região Norte	18.206	16.618	14.775	12.492	—	7.995	4.497
Total do Estado	178.029	164.709	164.851	157.250	1.130	70.892	85.228

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 5-325

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO SUPLETIVO — 1978
NÚMERO DE TURMAS. POR FASES,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	NÚMERO DE TURMAS			
	TOTAL	ALFABETIZAÇÃO	I A IV FASES	V A VII FASES
Região Metropolitana	9.065	36	1.558	7.471
Região Industrial do Médio Paraíba	695	—	153	542
Região Litoral Sul	20	—	20	—
Região das Baixadas Litorâneas	216	10	94	112
Região Serrana	360	—	136	224
Região Norte	1.153	—	437	716
Total do Estado	11.509	46	2.398	9.065

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 5-326

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ENSINO SUPLETIVO — 1978
CORPO DOCENTE, POR FASES,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	CORPO DOCENTE		
	TOTAL	ALFABETIZAÇÃO I A IV FASES	V A VIII FASES
Região Metropolitana	3.696	1.432	2.264
Região Industrial do Médio Paraíba	289	143	146
Região do Litoral Sul	17	17	—
Região das Baixadas Litorâneas	125	75	50
Região Serrana	244	137	107
Região Norte	683	440	243
Total do Estado	5.054	2.244	2.810

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C. 5-327 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1978
 UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO FASES OFERECIDAS
 E REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	UNIDADES ESCOLARES					
	TOTAL	ALFABETIZAÇÃO A IV FASES	FASE I A FASE IV	ALFABETIZAÇÃO A VIII FASE	FASE V A FASE VIII	FASE I A FASE VIII
Região Metropolitana	498	44	249	12	129	64
Região Industrial do Médio Paraíba	52	—	33	—	—	19
Região Litoral Sul	4	—	4	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	33	9	22	—	1	1
Região Serrana	53	—	42	—	—	11
Região Norte	194	—	165	—	1	28
Total do Estado	834	53	515	12	131	123

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C 5-328 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ENSINO SUPLETIVO — 1977
 MATRICULA NO ENSINO PROFISSIONAL,
 EM CURSOS DO SETOR TERCIARIO,
 PROMOVIDOS PELO SENAC,
 POR CURSO, SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	ALUNOS MATRICULADOS POR CURSO										
	ESCRITÓRIO	VENDAS	ARMAZENAGEM, EMBALAGEM E EXPEDIÇÃO	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, PROPAGANDA E SERVENTIA	PROPAGANDA	COMUNICAÇÃO	HIGIENE E BELEZA	HOTELARIA	ADMINIS- TRAÇÃO E GERENCIA	TURISMO	SAÚDE
Região Metropolitana	5.041	3.872	131	2.039	2.184	12.995	4.217	1.885	5.006	821	1.895
Região Industrial do Médio Paraíba	1.076	85	53	—	128	—	646	146	15	243	106
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	238	30	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1.289	278	87	—	257	—	266	422	740	274	243
Região Serrana	550	—	60	—	89	153	126	62	416	36	321
Região Norte	1.094	643	—	—	—	49	138	268	204	—	245
Total do Estado	26.842	4.878	331	2.039	2.658	13.197	5.631	2.813	6.381	1.374	2.810

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

C 6-329 80 C 6-333

Ed. Especial - Regiões-Programa

Quadro C 6-329

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
MATRICULA INICIAL,
POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL,
SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA

REGIÕES-PROGRAMA	MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL		
	TOTAL	ATENDIDOS EM ENSINO REGULAR	ATENDIDOS EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS
Região Metropolitana	15.474	11.165	4.309
Região Industrial do Médio Paraíba	704	447	257
Região Litoral Sul	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	204	174	30
Região Serrana	385	56	329
Região Norte	806	455	351
Total do Estado	17.573	12.297	5.276

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

Quadro C.6-330 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 ESTABELECIMENTO POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 TODAS AS DEPENDÊNCIAS

REGIÕES-PROGRAMA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS												
	TOTAL	ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO *											
		CLASSE COMUM	CLAS. COM. C/CONSULT. RECURSOS	SALA DE CLAS. ESP. ANEXA A	CLAS. ESP. ANEXA A		ESCOLA EMPRESA	OFICINAS PEDAGÓG.	ATENDIM. ITINERANTE	ESCOLA ESPECIAL	OUTROS		
					CLAS. COM.	HOSPITAL							
Região Metropolitana	588	138	224	50	319	6	—	3	66	47	54		
Região Industrial do Médio Paraíba	42	7	2	—	32	—	—	1	—	6	—		
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Região das Baixadas Litorâneas	15	—	—	—	13	—	—	—	—	1	1		
Região Serrana	10	—	—	—	7	—	—	—	—	3	—		
Região Norte	41	8	2	1	37	—	—	—	1	3	2		
Total do Estado	696	153	228	51	408	6	—	4	67	60	57		

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Um estabelecimento pode oferecer mais de uma modalidade de atendimento

Quadro C 6-331 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE ESTADUAL

REGIÕES-PROGRAMA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS										
	TOTAL	ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO *									
		CLASSE COMUM	CLAS. COM. C/CONSULT.	SALA DE RECURSOS	SALA DE	CLAS. ESP. ANEXA A	ESCOLA EMPRESA	OFICINAS PEDAGÓG.	ATENDIM. ITINERANTE	ESCOLA ESPECIAL	OUTROS
					CLAS. COM. HOSPITAL						
Região Metropolitana	57	1	4	1	—	50	—	—	—	1	2
Região Industrial do Médio Paraíba	25	4	2	—	—	24	—	1	—	—	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	13	—	—	—	—	12	—	—	—	—	1
Região Serrana	6	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—
Região Norte	38	8	2	1	—	37	—	—	1	—	2
Total do Estado	139	13	8	2	—	129	—	1	2	1	5

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.
 (*) Um estabelecimento pode oferecer mais de uma modalidade de atendimento

Quadro C. 6-332 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE MUNICIPAL

REGIÕES-PROGRAMA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS										
	TOTAL	ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO *									
		CLASSE COMUM	CLAS. COM. C/CONSULT.	SALA DE RECURSOS	CLAS. ESP. ANEXA A	ESCOLA EMPRESA	OFICINAS PEDAGÓG.	ATENDIM. ITINERANTE	ESCOLA ESPECIAL	OUTROS	
Região Metropolitana	486	137	220	49	269	6	3	65	1	52	
Região Industrial do Médio Paraíba	11	2	—	—	8	—	—	—	1	—	
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Região das Baixadas Litorâneas	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Região Serrana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Região Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Total do Estado	498	139	220	49	278	6	3	65	2	52	

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.

(*) Um estabelecimento pode oferecer mais de uma modalidade de atendimento

Quadro C.6-333 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EDUCAÇÃO ESPECIAL — 1977
 ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL,
 SEGUNDO REGIÕES-PROGRAMA
 REDE PARTICULAR

REGIÕES-PROGRAMA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS												
	TOTAL	ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO *											
		CLASSE COMUM	CLAS. COM. C/CONSULT.	SALA DE RECURSOS	CLAS. DE	CLAS. ESP. ANEXA A	ESCOLA EMPRESA	OFICINAS PEDAGÓG.	ATENDIM. ITINERANTE	ESCOLA ESPECIAL	OUTROS		
Região Metropolitana	45	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45	—
Região Industrial do Médio Paraíba	6	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—
Região Litoral Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região das Baixadas Litorâneas	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Região Serrana	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Região Norte	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Total do Estado	59	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	57	—

FONTE: SEEC/MEC e Instituto de Informática — SEEC/RJ.
 (*) Um estabelecimento pode oferecer mais de uma modalidade de atendimento

B — Estrutura Básica da Secretaria de Estado de Educação e Cultura



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)